

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NAILZE PEREIRA DE AZEVEDO PAZIN

Esporte para Todos (EPT): a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos Flores

Florianópolis, 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NAILZE PEREIRA DE AZEVEDO PAZIN

Esporte para Todos (EPT): a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História. Área de Concentração: História Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos Flores

Florianópolis, 2014.

NAILZE PEREIRA DE AZEVEDO PAZIN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História. Área de concentração: História Cultural.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos Flores- orientadora
PPGH/UFSC

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga
HST/UFFS

Prof. Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira
UNIVALI

Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz
PPGE/UFSC

Prof. Dr. Marcio Roberto Voigt
PPGH/UFSC

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima fontes Piazza
PPGH/UFSC

Prof. Dr. Emerson Cesar de Campos
UDESC

RESUMO

Nos anos de 1970 e 1980 as práticas esportivas ganhavam outra profundidade, os exercícios, outros objetivos. Os velhos modelos de investimento “muscular” no início do século XX são transpostos para modelos de “autorrealização integral” e “autocontrole”. O manual técnico da campanha *Esporte para Todos (EPT)*, realizada no Brasil entre 1977-1985, assinalava: “cada atividade que você participa, ocorre um enriquecimento seu e dos outros, você ganha mais experiência, desenvolve a sua sensibilidade, fica cada vez mais gente EPT”. A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo da qual o *EPT* fazia parte empregou também, como meio principal, a produção da *Revista Comunidade Esportiva* e o uso de quantidade considerável de imagens fotográficas de atos, do instante da cena esportiva. Qual a natureza desses registros? Como fica a narrativa dos acontecimentos elaborada pela linguagem fotográfica nos manuais técnicos do *Esporte para Todos*? Nesse sentido, o objetivo é discutir, nesta tese de doutorado, o *EPT*, como um esforço conjugado por uma miríade de interesses específicos do período – governo militar, maquinaria e industrialização, emulação das classes trabalhadoras, um meio desencadear a prática do esporte de modo massivo, o que implica ao mesmo tempo a tentativa de produzir um novo “homem”, “alegre”, “competitivo”, “grupalo”, e do uso útil do tempo livre. Daí o sentido novo de uma extrema diversificação dos gestos a multiplicar os modos de ação, os tempos, os lugares, os estilos, os efeitos do trabalho em equipe, da satisfação por resultados, da superação de força, do otimismo.

Palavras-chave: História. Ditadura. Esporte para Todos. Otimismo.

ABSTRACT

In the 1970s and 1980s sports activity took on a new dimension, and the exercises involved in it other objectives. The old models of muscle gain, popular in the beginning of the 20th Century, were replaced by models of “complete self-realization” and “self-control”. The technical manual for the campaign “Sports for All”, which took place in Brazil between 1977 and 1985, declared that, “every activity in which you participate enriches you and others. You gain experience, develop your sensibility, become more and more a Sports for All type person”. The National Campaign for Sport, of which “Sports for All” was a part, had as its principle means of communication the production of a magazine called *Sports Community* which made use of a considerable quantity of photographs showing sporting acts and moments. In summary, the objective of this doctorate thesis is to discuss the “Sports for All” campaign by taking into consideration the myriad of specific interests present in this period – military government, mechanization and industrialization, stimulation of the working class, a way to promote sporting activity on a massive scale, which implies at the same time an attempt to produce a new “man”, “happy”, “competitive”, a “team player”, and a productive use of free time.

Key Words: History. Dictatorship. Sport for All. Optimism.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Professora Maria Bernardete Ramos Flores pela orientação segura, paciente e encorajadora, depositando sua confiança nos momentos mais delicados deste trabalho. Obrigada pela atenção, cuidado, incentivo, as várias leituras e o rigor de sua análise. Que sorte e privilégio ter tido você como orientadora. Sou extremamente grata pela convivência e por tudo o que aprendi.

À minha família pelo apoio e carinho: ao meu filho Lucas e minha filha Sofia pelas lições de amor, paciência e por acreditarem que uma tese um dia acaba. Ao meu companheiro Joris pela confiança, pela parceria, pela compreensão de minhas escolhas e ausências, pelo carinho e por me ouvir nessa trajetória difícil. A vocês, todo meu amor.

À minha irmã-amiga Denize e a minhas amigas-irmãs Cristina Iuskow e Adriane Canan. Por terem ouvido minhas angústias, e o mais importante, por terem me ajudado a superá-las. Todo meu amor.

Aos professores Paulo Rogério Melo de Oliveira e Alexandre Fernandez Vaz, pelas observações no exame de qualificação, fazendo indagações pertinentes, dando sugestões que levaram ao redirecionamento da pesquisa e por terem aceitado novamente fazer parte da banca examinadora.

Ao Professor Gerson Wasen Fraga, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora. Por sua presença, sinto-me honrada.

Ao Professor Marcio Roberto Voigt, pela disponibilidade e por aceitar fazer parte da banca examinadora. Sinto-me novamente honrada.

À professora Maria de Fátima Fontes Piazza e ao professor Emerson Cesar de Campos, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa de tese.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina; a todos os funcionários, especialmente Eliane e Bruna, pela atenção, paciência e bom humor com que sempre me receberam.

Ao CNPq pelo apoio e incentivo. Aos professores da Pós-Graduação em História e aos meus colegas de curso com os quais tive a possibilidade de participar de enriquecedores debates e trocas de ideias.

Da mesma forma, agradeço aos funcionários dos muitos arquivos e bibliotecas nos quais pesquisei. Em especial aos funcionários da Biblioteca Pública de Santa Catarina, do Arquivo Público de Santa Catarina, da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina e

da Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte/CEFID da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da rede municipal de Florianópolis: Escola Básica Prefeito Acácio Garibaldi e Escola Básica Beatriz de Souza Brito, pelo apoio, incentivo e amizade. À Secretária Municipal de Educação de Florianópolis e à Gerência de Formação Permanente pelo incentivo e apoio.

Aos meus muitos amigos e amigas que me acompanharam e incentivaram em mais essa caminhada.

À minha mãe, Benedita Pereira de Azevedo, e a meu pai, Aristides Santana de Azevedo, que, com escassos recursos financeiros, mas com grande afeto e carinho, incentivaram o cultivo de uma vida digna. Meus pais saíram do sertão da Bahia no início dos anos 1970 em busca de uma vida melhor. Meu pai tornou-se caminhoneiro e minha mãe, dona de casa, vendia doce e salgados para que os três filhos terminassem os estudos. Seu doce mais famoso era sonho com recheio de goiabada. Hoje, quando me perguntam como consegui fazer doutorado, sendo mãe de dois filhos e professora de escola básica, respondo: Sou filha de uma mulher que vendia sonhos com recheio de goiabada!

Aos meus amores,

Joris, Lucas e Sofia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião de decisão sobre as férias remuneradas	23
Figura 2 - Ginástica na empresa	25
Figura 3 - Ginástica na empresa	25
Figura 4 - Ginástica na empresa	26
Figura 5 - Campanha EPT – São Paulo (1977)	59
Figura 6 - Passeio de bicicleta. Folheto da Campanha EPT (1978)	63
Figura 7 - Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo.....	65
Figura 8 - Revista <i>Veja</i> , 30 de agosto de 1972	66
Figura 9 - Anúncio Brasil Export 72	67
Figura 10 - Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo.....	68
Figura 11 - Sesquicentenário da Independência- Cia Siderúrgica Nacional	71
Figura 12 - Campanha Copersucar da Boa Forma Física.....	72
Figura 13 - Campanha Copersucar da Boa Forma Física.....	73
Figura 14 - Campanha Copersucar	74
Figura 15 - Campanha Copersucar da Boa Forma Física	75
Figura 16 - Cartaz da III Olimpíada do Exército- 1972.....	80
Figura 17 - Letra da música. Brasil, eu adoro você.....	84
Figura 18 - Face A, capa do compacto- Brasil, eu adoro você.....	85
Figura 19 - Face B do compacto - Brasil, eu adoro você	85
Figura 20 - Sesquicentenário da Independência- Banco Português do Brasil.....	87
Figura 21 - MEC, Eu sou o DED, 1971	135
Figura 22 - Capa do Livro Eu sou o DED	136
Figura 23 - Capa do PED-1971	143
Figura 24 - Capa da revista brasileira de Educação Física e Desportiva- 1971	154
Figura 25 - Desporters n.º 3.....	155
Figura 26 - Desporters n.º 6.....	156
Figura 27 - Desporters n.º 7.....	156
Figura 28 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo	159
Figura 29 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo	160
Figura 30 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo	160
Figura 31 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo	161
Figura 32 - Esporte para Todos- CNED	164

Figura 33 - Cartaz campanha <i>trimmy</i> . Nade outra vez. (Alemanha)	172
Figura 34 - Como acontece o EPT na comunidade	205
Figura 35 - Como acontece o EPT na comunidade	205
Figura 36 - Como acontece o EPT na comunidade	206
Figura 37 - Como acontece o EPT na comunidade	207
Figura 38 - Como acontece o EPT na comunidade	207
Figura 39 - Princípios básicos EPT	216
Figura 40 - A essência da rua de lazer	223
Figura 41 - A essência da rua de lazer	224
Figura 42 - A essência da rua de lazer	224
Figura 43 - A essência da rua de lazer	225
Figura 44 - A essência da rua de lazer	226
Figura 45 - A essência da rua de lazer	226
Figura 46 - A essência da rua de lazer	227
Figura 47 - A essência da rua de lazer	228
Figura 48 - A essência da rua de lazer	228
Figura 49 - Revista Comunidade Esportiva.....	243
Figura 50 - Revista Comunidade Esportiva.....	243
Figura 51 - Capa da revista Comunidade Esportiva	247
Figura 52 - Capa da revista Comunidade Esportiva	248
Figura 53 - Capa da revista Comunidade Esportiva	238
Figura 54 - Capa da revista Comunidade Esportiva	249
Figura 55 - Ação Comunitária- Morro Santa Marta- RJ	250
Figura 56 - Esportes para Todos- Canavieira- BA	252
Figura 57 - Esportes para Todos- Canavieira- BA	253
Figura 58 - Projeto Superférias Rio Claro- SP	254
Figura 59 - Projeto Miniesporte SESC, Ribeirão Preto- SP	254
Figura 60 - Programa Esporte Comunitário, Guaratinguetá- SP.....	255
Figura 61 - Equilíbrio e Segurança (CNED)	256
Figura 62 - Confiança e Harmonia (CNED).....	256
Figura 63 - Rua de Lazer, Florianópolis, 1981	258
Figura 64 - Projeto Movimento, Belo Horizonte- MG.....	259
Figura 65 - Rua de Lazer- SESI de São Paulo	260
Figura 66 - Novo MOBREAL.....	261

Figura 67 - Fatos do Esporte para Todos.....	263
Figura 68 - Programa de Férias/81 EPT	263
Figura 69 - Programa de Férias/81 EPT	264
Figura 70 - Município de Óbidos e Oriximá- PA.....	264
Figura 71 - Município de Óbidos e Oriximá – PA	266
Figura 72 - Atividades do Esporte para Todos	267
Figura 73 - Atividades do Esporte para Todos	267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNED - Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo

CBD - Confederação Brasileira de Desporto

CND - Conselho Nacional de Desporto

COB - Comitê Olímpico Brasileiro

CBDU - Confederação Brasileira de Desportos Universitários

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

DED - Departamento Educação Física e Desporto

DEF - Divisão de Educação Física

FNDE - Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação

FENAME - Fundação Nacional de Material Didático e Escolar

FIEP - Federação Internacional de Educação Física

INL - Instituto Nacional do Livro

JEB'S - Jogos Escolares Brasileiros

JUB'S - Jogos Universitários Brasileiros

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PATEF - Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física

PED - Plano Nacional de Educação Física/Desporto

PIDIC - Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural

PRODED - Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Exaltar a autoestima do povo brasileiro.....	16
Treinar o corpo: educar os sentidos.....	19
Tempos de luta: a desordem do tempo e o “tempo da desordem”.....	21
O tempo ritmado e o ritmo do corpo.....	27
Esporte para Todos: definindo a problemática.....	30
Organização da tese.....	36
Sobre as fontes.....	41
CAPÍTULO 1 A POLÍTICA DE MASSIFICAÇÃO DO ESPORTE.....	44
Médici, o presidente bom de bola.....	45
Educação Física e a formação da consciência cívica.....	49
As ideias-forças dos programas esportivos.....	56
As vitórias no esporte: a grande inspiração.....	62
CAPÍTULO 2 ESPORTE E SUCESSO ECONÔMICO.....	70
Noventa milhões em ação: a grande festa esportiva.....	75
Esporte, música e otimismo.....	78
O esporte e o Desenvolvimento de comunidade no Brasil.....	86
CAPÍTULO 3 DIAGNÓSTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA/DESPORTO NO BRASIL.....	95
As “bases científicas e racionais” do <i>Diagnóstico</i>	96
Elaboração do <i>Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil</i>	98
A missão do <i>Diagnóstico</i>	100
Educação Física para o desenvolvimento nacional.....	105
Melhoria da aptidão física da população.....	106
Massificação esportiva. O plano Dourado.....	109
CAPÍTULO 4 FORMAÇÕES DE PROFESSORES ENTRE CONSENSO E CONSENTIMENTO.....	118
O professor de Educação Física: um plasmador de caráter.....	121

Educação Física: uma obra de bandeirante.....	123
Descobrimos o rumo certo: Educação Física e esportes.....	124
O esporte universitário: consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.....	127
CAPÍTULO 5 A POLÍTICA CULTURAL DESPORTIVA.....	132
Departamento de Educação Física e Desporto (DED).....	134
O fantasma-complexo sumiu. Nenhum povo está fadado à preguiça, nem à indolência.....	138
O Plano de Educação Física e Desporto (PED).....	143
A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED).....	147
O grupo de trabalho da CNED.....	152
Os materiais produzidos para a CNED.....	153
CNED: Uma mobilização cívico-patriótica.....	156
Os trifólios.....	160
Seremos campeões: “dos pés a cabeça”.....	161
CAPÍTULO 6 ESPORTE PARA TODOS E A EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS.....	167
O Movimento Internacional.....	169
O Movimento Olímpico.....	176
União e sacralização.....	184
O Movimento Brasileiro de Alfabetização e o EPT.....	187
O Esporte e a promoção do homem brasileiro.....	189
CAPÍTULO 7 A CAMPANHA BRASILEIRA.....	193
Organização do EPT.....	195
Documento Básico da campanha EPT: elaboração e divulgação.....	199
As estratégias de ação do EPT.....	203
Cartilhas desportivas.....	211
O voluntário esportivo.....	218
As ruas de lazer.....	221
Organização das ruas de lazer: imagens e sentidos.....	224
CAPÍTULO 8 REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA.....	231
Distensão, recreação e desenvolvimento.....	234
Entre o otimismo dos programas esportivos e o pessimismo econômico.....	240

Aspectos gráficos.....	247
A fotografia.....	251
Sacralização do esporte de massa.....	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
REFERÊNCIAS.....	277
FONTES DOCUMENTAIS.....	295

INTRODUÇÃO

O povo que se movimenta é mais saudável e alegre. Isto só não foi compreendido de modo amplo porque têm sido reduzidas as oportunidades de práticas com grande número de participantes.¹

Esta pesquisa tem por objetivo a continuidade e a ampliação das discussões de minha pesquisa de mestrado², cujo interesse, a seu tempo, foi avaliar e compreender como o argumento para a necessidade de uma política de esportivização em massa no Brasil, na década de 1970, e a campanha Esporte para Todos (EPT), realizada nos anos de 1977 a 1979, foram construídos, e quais os seus desdobramentos na educação corporal dos indivíduos. Por meio do que se denominava “ação EPT”, multiplicavam-se os discursos e propagandas que procuravam induzir as pessoas a determinadas práticas corporais, dentre elas, o esporte. O discurso epetista³ concentrou-se no esporte popular, prescrevendo programas de atividades físicas e de lazer e material esportivo adaptado às camadas populares. Os documentos que analisei me possibilitaram tornar visível a riqueza e a diversidade dos temas presentes no movimento EPT.

Agora, para a tese de doutorado, o objetivo é discutir o EPT como um esforço conjugado com uma miríade de interesses específicos do período – governo militar, maquinaria e industrialização, emulação das classes trabalhadoras – como um meio de desencadear a prática do esporte de modo massivo, o que implica, ao mesmo tempo, a tentativa de produzir um novo “homem”, “alegre”, “competitivo”, “grupal”, e um uso útil do tempo livre. Daí o sentido novo de uma extrema diversificação dos gestos a multiplicar os modos de ação, os tempos, os lugares, os estilos, os efeitos, do trabalho em equipe, da satisfação por resultados, da superação de força, do otimismo.

As atividades corporais e esportivas congregam algumas das formas mais elementares de experiências e sensibilidades cotidianas que se desdobram e se modificam no tempo. Portador de simbologias e representações, jamais o corpo humano conheceu transformações de uma grandeza e de uma profundidade semelhantes às encontradas no decurso do século

¹ COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, 1981. p. 42.

² PAZIN, Nailze Pereira de Azevedo. *Do Esporte para Todos à constituição de uma pedagogia corporal no Brasil (1970-1985)*. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, abril de 2004.

³ Como se autodenominavam os que estavam envolvidos com a campanha Esporte para Todos (EPT).

XX.⁴

Exaltar a autoestima do povo brasileiro

Não faz muito tempo, em julho de 2004, durante o governo Lula, ganhavam destaque nos meios de comunicação de massa propagandas pautadas no “resgate” da autoestima do povo brasileiro. No mesmo ano, a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) lançava a Campanha “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”, cujo objetivo era, segundo o presidente da entidade, Orlando Lopes: “resgatar os níveis de autoestima do brasileiro que estão em baixa”.⁵

A campanha contava com quatro comerciais de TV e com a participação do jogador de futebol “Ronaldo Fenômeno” e do músico Herbert Viana, que narravam respectivamente suas histórias de superação pessoal. Participaram também da referida campanha o pedagogo Roberto Carlos Ramos e a professora de história Maria José Bezerra, como exemplos de brasileiros anônimos que venceram obstáculos (pobreza, violência social e doméstica) e alcançaram o sucesso. Para além da televisão, a propaganda foi veiculada em rádio, *outdoors*, páginas de jornais e revistas e no material oficial do governo. No lançamento da campanha publicitária, cuja frase “O melhor do Brasil é o brasileiro”, do historiador Luís da Câmara Cascudo, tornou-se o *slogan*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmava:

No Brasil criou-se o hábito de achar que o Estado pode resolver tudo. Eu acho que uma campanha como essa pode mexer com valores que, na minha opinião, são tão importantes como o econômico. Pode mexer com a estrutura da família. O Estado pode resolver uma parte dos problemas. No Brasil o Estado historicamente criou muitos problemas. Eu acho que tem valores que temos que resgatar: valores religiosos, familiares, do círculo de amigos.⁶

A criação dos comerciais à época foi feita pela agência Lew, que atendia também a ABA e Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica e o Ministério de Educação. Luiz Lara, então presidente da agência Lew, afirmava que a campanha fazia parte da “agenda positiva”. Segundo o ministro Luiz Gushiken:

⁴ COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *As mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008. (História do corpo, v. 3.). p. 10.

⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁶ Pronunciamento de Lula no lançamento da campanha publicitária. Cf. GÓIS, Chico de. Presidente participa de campanha para melhorar autoestima do brasileiro. *Folha de S. Paulo*, 20 jul. 2004. (Reportagem). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/20/2/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

No estágio brasileiro acho que um critério importante é o da agenda positiva. Acho que o povo brasileiro tem necessidade de saber de empreendimentos positivos que a sociedade está oferecendo, seja por décadas e décadas de dificuldades que o país vem atravessando, seja porque o cidadão precisa ver o lado positivo das coisas.⁷

Não tenho aqui a pretensão de analisar o governo Lula, mas é necessário apontar que a ênfase tanto otimista quanto pessimista acerca das potencialidades futuras do país e dos brasileiros é uma construção histórica, da qual lançaram mão em momentos diversos inúmeros governantes. Esse modo de conceber a vida pública tem atravessado a história política brasileira desde o início da República. Nesse sentido, a premissa de que cada um deve fazer por si próprio o que for necessário, dissociado das pressões populares, é fonte de uma cultura política e de um modo de governar que exacerba o clientelismo e o personalismo.⁸

Para o historiador Carlos Fico⁹, existem dois campos básicos a partir dos quais podemos falar de fases ou conjunturas de otimismo e pessimismo no Brasil: o primeiro seria o da sociedade, suas expectativas em relação ao país, originadas geralmente de circunstâncias mais imediatas, ou seja, do presente; o segundo, o da intelectualidade e seus estudos sobre o país, também influenciados pelo presente, mas que dialogam com leituras de outras épocas e se fundam em fenômenos de larga duração.

Assim, conforme Fico,¹⁰ aquilo que é percebido como o repertório de imagens e ideias que definem o Brasil e os brasileiros, guardadas as devidas diferenças, inscreve-se numa tradição remota. Por exemplo, a força dessas visões otimistas sobre o país desde os primeiros instantes do descobrimento e da colonização já davam os sinais de positividade. Na crônica jesuítica de Simão de Vasconcelos, no século XVII, já se encontravam os embates entre as perspectivas otimistas e pessimistas. Segundo Fico,¹¹ esse autor foi um dos precursores do enaltecimento das grandezas do Brasil, o qual seria dotado de um devir grandioso, muito embora esse sentido de grandiosidade tenha sido fundado na ideia de ser o Brasil um éden, um paraíso natural sem a intervenção humana.

No entanto, tais visões sofreram seus reveses. No final do século XIX, certas perspectivas científicas chamavam a atenção para problemas que vivenciaria o Brasil. As

⁷ GUSHIKEN, Luiz. Agenda positiva. *Folha de S. Paulo*, 20 jul. 2004. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/20/2/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

⁸ REZENDE, Maria José. O governo Lula e a exaltação da autoestima do povo brasileiro. *Espaço Acadêmico*, n. 41, out. 2004.

⁹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 19.

¹⁰ *Ibidem*, p. 21-23.

¹¹ *Ibidem*, p. 23.

análises giravam em torno de questões raciais e geográficas. Segundo Vera Regina Marques,¹² até os anos 1920, o país experimentou uma sorte de proliferação discursiva que condenava os contágios entre pessoas e etnias diferentes, e que seriam fonte de degeneração racial e moral. No que dizia respeito ao enfreitamento dessas “diversidades”, a eugenia parecia poder “contribuir” nesse intento, já que se tratava de construir a ordem civilizatória calcada no progresso e na superioridade moral dos indivíduos. Nessa “tarefa preventiva” várias forças sociais foram mobilizadas, e uma vasta rede institucional de controle da população foi articulada. Instituições médicas, filantrópicas, policiais, familiares e escolas uniram-se para construir a ordem civilizatória brasileira.

Intelectuais de diferentes áreas, como Sylvio Romero, Nina Rodrigues, Roquette-Pinto, Renato Kehl, Monteiro Lobato, Fernando de Azevedo e outros, somaram-se nesse esforço, fato que nos remete à utopia da perfectibilidade da raça. Porém, quando se fala dessas leituras ditas pessimistas, não podemos deixar de identificar certa dubiedade ou contradições que conformam um pensamento que não pode ser reduzido a uma leitura simplista.¹³ Nesse sentido, os defensores das teorias do branqueamento via imigração seriam classificados como pessimistas ou otimistas?

Quando, neste trabalho, problematizo a dimensão afetiva da Campanha Esporte para Todos no período da ditadura civil-militar, não estou referindo-se aos discursos francamente esperançosos ou ingenuamente enaltecidos do país, pois, mais do que palavras no espaço público, compartilham-se também emoções. Nesse sentido, ainda que haja um discurso e ações racionais em torno da campanha esportiva – o que é fundamental para alcançar seus objetivos – há uma dimensão que é afetiva e que incorpora os desejos individuais e coletivos, desejos de situações que foram suprimidas pela ditadura civil- militar.

Se não eram permitidas manifestações contra o governo, o que fez com que os espaços públicos fossem esvaziados e o debate político oposicionista praticamente calado, criou-se outra relação com o espaço público. A ação política ganhou outro sentido. O impacto da ditadura foi político, mas também cultural, sobretudo em razão das questões do cotidiano.¹⁴

Assim, em que pesem as diferenças, os ensaístas do início do século XX acabaram colaborando para a construção de um “mito em evolução, que se tornou crescentemente

¹² MARQUES, Regina Vera. *Medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 18-19.

¹³ Para saber mais, ver FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

¹⁴ REVAH, Daniel. A educação alternativa. In: RISÉRIO, A. et al. *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2005. p. 162.

otimista apesar de alguns reveses com o passar dos anos”¹⁵. Criaram estereótipos que seriam usados em outros momentos. Mas a maior parte dessa produção chamava a atenção por suas leituras “pessimistas” do país, pois o progresso não seria possível em razão tanto dos processos de colonização e de mestiçagem que haviam diminuído o próprio desejo de mudança quanto dos vícios políticos e da incapacidade de todos os setores sociais subverterem as condições vigentes.

Treinar o corpo: educar os sentidos

Os anos 1950 recolocaram de maneira particular, para políticos, intelectuais e para a sociedade em geral, as questões da construção de um Estado moderno no Brasil. O lema “50 anos em 5”, que orientou o governo de Juscelino Kubitschek, cujo objetivo era implantar no país setores industriais mais avançados como o da indústria elétrica, química, naval e farmacêutica, exigiu a entrada de um volume de capital extraordinário e o domínio de uma tecnologia extremamente complexa. Logo, essas transformações não poderiam deixar de aparecer sob a forma de um breve otimismo. Segundo Ângela de Castro Gomes,¹⁶ Juscelino, assim como Getúlio Vargas, tornou-se um símbolo e uma saudade de tempos em que o Brasil acreditava em um futuro glorioso e no nosso acesso iminente ao “primeiro mundo”. Alguns acreditavam estar assistindo ao nascimento de uma nova civilização dos trópicos.

Contudo, as relações concretas entre as classes sociais guardavam uma semelhança apenas formal com os países desenvolvidos, pois as desigualdades relativas à concentração de renda e riqueza eram muito maiores no Brasil. O pós-1964 sinalizava para o modelo de desenvolvimento econômico escolhido pelo regime militar: uma sociedade urbana de massa, cuja dinâmica econômica e social apoiou-se de um lado na concorrência desregulada entre trabalhadores e, de outro, na monopolização das oportunidades de vida pelos situados no cimo da sociedade.¹⁷

Assim, de forma mais acelerada, no período de 1950 ao final da década de 1970, já tínhamos incorporado novos padrões de produção e consumo próprios aos países desenvolvidos. Aos avanços produtivos acompanharam-se pequenas revoluções na vida

¹⁵ FICO, Carlos. op. cit., p. 32.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na Fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil. v. 4.). p. 551.

¹⁷ MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. (História da vida privada no Brasil. v. 4.). p. 575-586. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

moderna; os hábitos de higiene e limpeza pessoal foram transformando-se. À limpeza segue-se a modernização da beleza. E o corpo, nesse percurso, deverá ser limpo e cuidado em cada uma de suas partes individualizadas. Para os cabelos de homens e mulheres, xampus e tinturas. Para o corpo feminino, cremes, bronzeadores, hidratantes, e sabonetes. A medicina destacava a importância dos esportes e exercícios físicos, não apenas como uma forma de preservar a saúde, mas também para manter o corpo jovem e firme.¹⁸

Nesse sentido, se o capitalismo libera os fluxos do desejo, ele o faz em condições sociais que definem seu limite e a possibilidade de sua própria dissolução. Assim, o corpo numa sociedade industrial encontra-se relacionado não só a um suporte econômico, mas também a um movimento psicológico de integração que tem no indivíduo sua meta. Além disso, apoia-se em dispositivos e estratégias de controle social, sendo o controle não unicamente repressão e impedimento, mas fundamentalmente incitação e produção.

A partir dos anos de 1960, as diversas técnicas voltadas para a educação corporal ganharam perfis inovadores, desde propostas de liberação do corpo até a valorização de sua expressividade. O corpo tornava-se a principal matéria-prima da educação do ser humano, uma espécie de melhor parte do indivíduo. Desenvolveu-se de forma lenta, sem deixar de ser intensa, nesse período, uma cultura de superação de si mesmo e de todos os obstáculos e, inclusive, da eliminação de diversas fronteiras sociais, geográficas e corporais por meio do trabalho, do esporte, do lazer. A revista *Desporto*, em 1977, assim se pronunciava sobre a importância de atividades esportivas na formação do capitão Paulo Roberto Laranjeiras Caldas, oficial do Exército brasileiro:

É inevitável concluir que a conveniente dosagem de atividades esportivas em relação à aquisição de cultura e maturidade produz seres como o Capitão Laranjeira Caldas: ativos, saudáveis, equilibrados e úteis, capazes de fazerem o que faz o capitão: ser, ao mesmo tempo e com eficiência, esportista, intelectual, professor e administrador, pois ainda tem a seu cargo a Direção da Revista de Educação Física do Exército.¹⁹

Para Denise Sant'Anna,²⁰ com o desenvolvimento industrial e o crescimento das metrópoles juntamente com os inúmeros progressos das ciências e das artes industriais, é que o ideal de *performance* física e mental aparece como constituinte de um progresso individual rumo ao infinito. Mas, no fluir desse processo, fomos levados a uma cultura da

¹⁸ MELLO, João Manuel Cardoso. op. cit., p. 552.

¹⁹ CALDAS, Paulo Roberto Laranjeiras (Capitão). A importância da aptidão física para a mulher. *Desportos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 9-11, fev. 1977.

²⁰ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Educação Física e História. In: CARVALHO, Yara Maria; RÚBIO, Kátia (Orgs.). Educação Física e Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 105.

individualidade que encobre toda uma série de estratégias que fundam a competição e desigualdade, instaurando como norma a responsabilidade por seu próprio desenvolvimento. Ora, ao aplicarmos ao corpo os princípios gerais da propriedade privada, abriu-se um processo de produção de toda uma série de estratégias, práticas e discursos que exercitam em cada indivíduo os cuidados de si mesmo. Essas questões pretendo discutir ao longo da tese.

Assim, acredito que, ao reinserir o esporte como componente de um processo de diferenciação que se manifesta na vida das cidades, as práticas esportivas são constituintes de um quadro de mudanças que define normas de saúde, de beleza, instaura a competição e o autocontrole de cada indivíduo, criando também novos padrões de lazer e recreação social. Na sociedade moderna, o corpo não ocupa lugar apenas como força produtiva, mas fundamentalmente como elemento produtor de saúde. Conforme Jean Baudrillard,²¹ isso vai encontrar reflexo no plano ético, pois, enquanto na ética tradicional o desejo é que “o corpo sirva”, na ética da modernidade o indivíduo é intimado a colocar-se “a serviço do próprio corpo.” Porém, tais questões não se apresentam na sociedade capitalista de forma clara e transparente, exigindo do indivíduo uma retomada constante de seu aprendizado.

Tempos de luta: a desordem do tempo e o “tempo da desordem”

No Brasil, com a industrialização e urbanização acelerada, a reformulação dos ritmos do trabalho ligados ao processo de industrialização com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados impôs uma nova distribuição dos tempos sociais. O tempo rural, relativamente lento e muitos imprevistos, ocupado por atividades nem sempre sistematizadas, aberto à espontaneidade, sujeito à interrupção fortuita e recreativa, pouco a pouco vai sendo substituído pelo tempo calculado, previsto, ordenado, em função da eficácia e produtividade.

No período chamado “milagre econômico”, houve um crescimento rápido da economia. Contudo, esse crescimento não beneficiou de maneira igual os vários setores da população. Com a expansão da economia, houve grandes transformações na demografia e na oferta de empregos, o que acarretou um grande deslocamento do campo para a cidade. Contudo, para os milhares de homens e mulheres que se deslocavam de uma região à outra do território nacional, a vida da cidade atraía porque oferecia melhores oportunidades e acenava para um futuro de progresso individual. Houve também uma grande mudança na estrutura de emprego

²¹ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995. p. 212.

que acompanhou a urbanização, aumentando também o número de mulheres no mercado de trabalho.

Contudo, os protagonistas desse movimento deslocavam-se de uma região à outra de trem, ônibus ou amontoados em caminhões paus-de-arara em busca de um destino melhor, fugindo da miséria e da seca. Entretanto, se para alguns o futuro acenava de forma promissora, ele não tardou a transformar-se em desilusão, revelando as duas faces da modernidade brasileira, que jogava simultaneamente com a diversidade de ritmos, nas várias esferas da sociedade em movimento, pressões limítrofes: estagnação econômica, inflação, desemprego, violência e escalada do tráfico de drogas.

Assim, ao longo das décadas de 1960-1970, à desordem do tempo e ao “tempo da desordem” (segundo o pensamento militar vigente), foi-se impondo a necessidade de elaborar novos empregos para o uso do corpo, de calcular seu desperdício, de treinar o corpo e educar os sentidos.

Hoje em dia, os cidadãos das nações desfavorecidas já conseguiram visualizar novos tipos de atividades humanas, maiores possibilidades de acesso a novos conhecimentos, novas oportunidades para assegurar a mobilidade social, novas modalidades de lazer, novos valores enfim. Já se convenceram da necessidade de construir uma sociedade progressista, caso desejem desfrutar dos mesmos padrões econômicos e sociais dos povos mais adiantados.²²

E ainda,

A inércia ao desenvolvimento deve ser vencida através de alterações qualitativas verificadas no homem, nos processos produtivos e nas instituições. Alterações essas, por sua vez, responsáveis por mudanças de natureza quantitativa que proporcionam progressivos estágios de bem-estar à sociedade.²³

A regulamentação das folgas e férias anuais remuneradas em diversos países nas décadas de 1960 e 1970 colocou em discussão o tempo livre dos trabalhadores. No Brasil, a lenta e tortuosa efetivação do direito às férias foi expressão das várias mudanças que vinham ocorrendo no cenário nacional. Em 1977, foram instituídas as férias remuneradas de trinta dias, pois, anteriormente, a Consolidação das Leis do Trabalho previa apenas vinte dias úteis. A nova lei estabelecia que o empregado pudesse vender dez dias das férias. Na foto abaixo (fig. 1), o presidente Ernesto Geisel promulga a emenda constitucional n.º 7, que instituía as férias remuneradas.

²² MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra: *considerações sobre desenvolvimento*, 1975. p. 334.
Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda.

²³ *Ibidem*, p. 335.

Fig. 1- Reunião de decisão sobre as férias remuneradas



Fonte: Arquivo/Agência *O Globo*²⁴

Em uma reportagem do jornal *O Globo*, em 1977, o então presidente da Associação Guanabarina de Administração de Pessoal, Jonh Francis Mano, defendia que as férias de trinta dias eram “uma medida justa e oportuna”, e complementava: “[...] o pagamento do abono no início do gozo das férias facilitará ao trabalhador os meios para prover um lazer adequado a si e sua família”.²⁵ Afirmava ainda:

Essas medidas vêm comprovar inequivocamente que o homem é a grande meta do trabalho do Governo Geisel, sendo justo dizer-se uma vez que o trabalho é o dever que o homem tem para com a sociedade em que vive; a valorização do trabalhador e a constante humanização das condições de trabalho, em termos objetivos são deveres que a sociedade tem com o homem.²⁶

Entretanto, se por um lado, as férias eram necessárias para conservar a capacidade produtiva e a saúde dos trabalhadores, por outro lado, a argumentação dos seus promotores não se distanciava da ideia de que essa liberdade nova comportava o risco da “preguiça”. O corpo preguiçoso e o temor da ociosidade, “mãe de todos os vícios”, ocupavam a mente tanto dos que acreditavam na destruição de certa moral do labor quanto daqueles imbuídos pela necessidade de dar um conteúdo a esse novo tempo. Sobre essa questão, o editorial da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, em 1971, dizia:

É uma aberração consagrar-se os períodos de ócio ao divertimento, ou seja, no seu sentido literal, ao esquecimento de si mesmo: o seu verdadeiro destino é,

²⁴ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/slt-70-anos/>>. Acesso em: 26 set. 2013.

²⁵ O PAÍS. *O Globo*, 14 abr. 1977. p. 8. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/slt-70-anos/assets/pdf/1977-pagina.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

²⁶ *Ibidem*, p. 8.

pelo contrário, encontrarmo-nos liberados, purificados de obrigações e da deformação do útil e do convencional. Até nos momentos de lazer... há a necessidade de equilíbrio, porque a vida o pede, porque lhe é imprescindível, cujas bases são o repouso e a atividade.²⁷

Ora, a repulsa pela ociosidade revela também forte desejo de modelar o tempo livre dos trabalhadores. Se, por um lado, era preciso promovê-lo, por outro, tratava-se de vigiar, de controlar, de moralizar. Nesse sentido, era importante inventar outros conteúdos para seu uso. Para Alain Corbin,²⁸ do desejo desse tempo vazio emergiu outro tempo, o do lazer, previsto, organizado, cheio, agitado, baseados em novos valores: tempo-mercadoria que só difere do tempo inicial da modernidade pela ausência do trabalho.

No Brasil dos anos 1970, em torno do tempo livre, diversos setores da administração pública buscavam investi-lo de novas atribuições e significados que não se restringiam apenas às atividades lúdicas e ao descanso. Assim, as pausas no trabalho deveriam ser preenchidas com exercícios físicos profiláticos para melhorar a saúde dos trabalhadores, mas, sobretudo, para aumentar sua produtividade.

Sobre exercícios físicos profiláticos, a revista *Comunidade Esportiva*²⁹ publicou em suas páginas vasto material sobre seus benefícios (fig. 2, 3,4). Tais exercícios, como por exemplo, a “ginástica na empresa”, tinha como objetivo “a prevenção, a promoção da saúde psicossomática do trabalhador, a melhoria do relacionamento interpessoal no trabalho, sem falar no aumento da produtividade.”³⁰

²⁷ FILOSOFIA da Educação Física Desportiva e Recreativa. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, DF, ano 4, n. 10, 1971. (Editorial). p. 5-7.

²⁸ CORBIN, Alain (Org.). *História dos tempos livres*. Tradução de Telma Costa. Lisboa, Teorema: 2001. p. 6.

²⁹ A revista *Comunidade Esportiva* foi criada e publicada em 1980 por um órgão governamental do Ministério da Educação e Cultura, a fundação MOBREAL-MEC, com o propósito de divulgar o desporto comunitário e as atividades desenvolvidas pelo movimento Esporte para Todos (EPT) no Brasil. Com tiragem inicial de 3.000 exemplares, passou para 5.000 no segundo número, dobrou no terceiro número e atingiu uma tiragem de 25.000 exemplares em 1981.

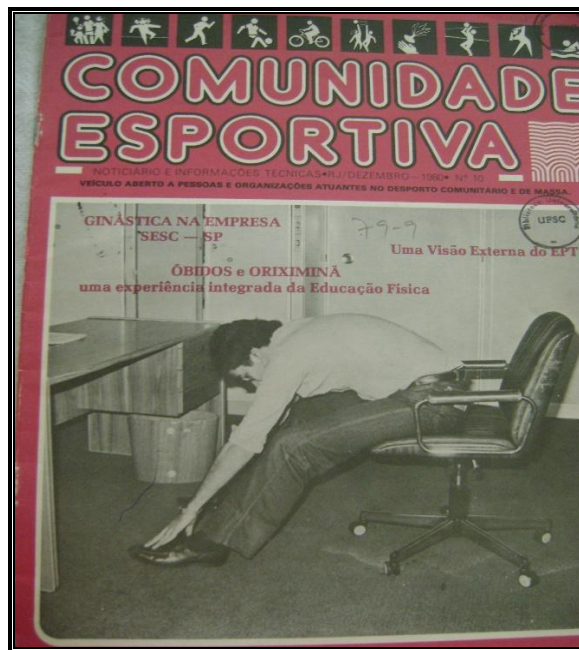
³⁰ GINASTICA na empresa. *Revista Comunidade Esportiva*: noticiário e informações técnicas, Rio de Janeiro, n. 10, p. 11-13, dez. 1980.

Fig. 2- Ginástica na empresa



Fonte: *Revista Comunidade Esportiva*³¹

Fig.3- Ginástica na empresa



Fonte: *Revista Comunidade Esportiva*³²

³¹ Ibidem, p. 13

³² Ibidem.

Fig. 4- Ginástica na empresa



Fonte: Revista Comunidade Esportiva³³

Ainda citando Alan Corbin,³⁴ a sociedade industrial, ao impor a distinção entre práticas de lazer consideradas enriquecedoras e distrações consideradas pouco respeitáveis ou empobrecedoras, acabou revelando a tensão de ordem ética dos usos do tempo livre entre a busca do lazer racional e a do divertimento sem finalidade moral, ou mesmo do nada fazer. Para o autor, concomitantemente à regulamentação dos espaços públicos, como praças e parques, e a proibições dos combates entre animais, multiplicaram-se os campos de jogos e esportes destinados, agora, a moralizar a população.

No Brasil, durante a ditadura civil-militar em 1964, irrompeu uma proliferação discursiva das vantagens de determinados usos do tempo livre, bem como da importância de certos espaços de descanso e diversão. A recomendação para o “bom lazer”,³⁵ a exaltação das suas virtudes preventivas e terapêuticas foram aos poucos impondo-se nas discussões institucionais, na fala dos políticos e empresários. Um número cada vez maior de instituições públicas e privadas tratou de produzir técnicas, parâmetros e todo um instrumental para bem administrá-lo, pois para os militares, o “Desenvolvimento Nacional” deveria abranger o desenvolvimento do homem, da terra e das instituições:

Desenvolvimento do homem, o processo de permanente aperfeiçoamento de seus atributos físicos, intelectuais, espirituais para que ele, comungado com

³³ Ibidem, p. 14.

³⁴ CORBIN, Alain (Org.). *História dos tempos livres*. Tradução de Telma Costa. Lisboa, Teorema: 2001. p. 229.

³⁵ Venho percebendo, durante a pesquisa, que o termo “lazer” era interpretado, naquele período, como o uso do tempo livre que de algum modo pudesse ser útil economicamente e aceito pelos padrões morais instituídos.

aspirações nacionais, possa participar da formação de uma sociedade cada vez mais evoluída e aproveitar-se dos benefícios por ela proporcionados.³⁶

E ainda,

A realidade mundial mostra-nos, também, que a realização do homem, apenas no plano material, desumaniza o desenvolvimento, porque ele passa a desprezar certos valores que se constituem na própria essência da vida. O menosprezo por certos princípios éticos gera conflitos sociais e movimentos de rebeldia, que acabam por tirar vitalidade ao desenvolvimento.³⁷

No contexto da década de 1970, houve um aumento considerável de debates e pesquisas sobre o uso do tempo livre, bem como o aparecimento de novos programas de lazer. Contudo, esse esforço foi no sentido de produzir um tipo de lazer ideal que atendesse às transformações de uma sociedade industrial. Assim, o que o medo da ociosidade e a preocupação com a saúde do trabalhador revelam também é a ideia partilhada por muitos: “reinventar sua ludicidade”, transformar o tempo livre num lugar a salvo da indolência, da lentidão, das desigualdades sociais, ou seja, controlar e disciplinar as horas de lazer para que o trabalhador aprenda a usá-lo com atividade física e esportiva.

A nossa preocupação com a utilização das horas de lazer aumenta quando constatamos que grande parte de nossa juventude preenche essas horas freqüentando os cinemas com programas inadequados, os dancings, os bares, as bocas de fumo. A falta de facilidades para a recreação fez com que o botequim se transformasse no centro da comunidade juvenil.³⁸

Contudo, se nas décadas de 1960-1980 emergiram um processo de produção de um lazer ideal, é preciso compreender que os programas de lazer forjados naquele período não foram impostos à população, pois não eram nem mesmo estranhos aos seus interesses. Nesse sentido, torna-se mais importante problematizar o processo de inserção de regras e de verdades, bem como a construção de um lazer que prometia muito mais que descanso e ludicidade, do que revelar apenas seu teor utilitário.

O tempo ritmado e o ritmo do corpo

³⁶ MANUAL, op. cit., p. 335. Grifos do autor.

³⁷ Ibidem, p. 337.

³⁸ COLOMBO, Alfredo. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, DF, ano 4, n. 11, p. 16-18, 1972.

Entre 1945 e 1964, acelerou-se o processo de industrialização, e como exigia investimentos de grande porte, estes fizeram com que a produção industrial passasse a ter um novo ritmo, imposto não apenas à cidade, mas, sobretudo, aos indivíduos. A aceleração produziu novos movimentos, novos olhares, e as pessoas fizeram do olhar seu principal sentido, e da gestualidade, sua mais importante expressão sensorial, como destaca Alexandre Vaz.³⁹

Ainda segundo Vaz, os avanços da técnica permitem que gestos muito simples disparem processos complexos, como acender um fósforo, tirar um telefone do gancho, clicar uma máquina fotográfica. A experiência moderna reconhece no movimento corporal um de seus temas privilegiados. O choque que o ritmo da cidade determina permite gestar uma “nova pedagogia”, em que corpo, movimento e sentidos são treinados. Nessa pedagogia, os sentidos já não reconhecem, mas respondem, assim como os movimentos do corpo, e devem antes de tudo defender-se. Afinal, o choque dos velhos “hábitos” com as “novas” experiências e circunstâncias exigia também novas estratégias criativas, soluções híbridas que mudassem a realidade social, engendrando novos hábitos. Talvez, por isso, o esporte represente tão bem a imagem do nosso tempo: acelerado, atividades intensas, cada vez mais exigente em precisão, alimentando a expectativa de um fluxo ininterrupto de informações renovadas. Os gestos dos campeões esportivos, seus recordes, seu sucesso ou derrota são revelados pela imprensa esportiva como a próxima fronteira a ser rompida. Nesse sentido, não há contradição entre descanso e velocidade, pois o primeiro é a recuperação do trabalho extenuante para em seguida alcançar novas etapas com mais eficiência.

Na euforia pelo moderno, o esporte, no contexto da modernização do Brasil, encontrou na primeira metade do século XX as bases e os sentidos para desenvolver-se. A adesão ao esporte era interpretada como uma “nova” referência de civilidade. E essa ideia de uma civilização esportiva trazia embutidas novas formas de ver e ser visto, de agir, de lidar com o corpo e o tempo, desenhando uma ética orientada pelo ativismo, estimulação, excitação – afinal, não devemos sucumbir ao desejo de ficar parados.

Em 1977, a campanha da Assessoria de Relações Públicas (ARP) “O Brasil é feito por Nós” representava o país como uma sociedade em movimento, todos integrados rumo ao progresso. O símbolo da campanha era um cata-vento de papel e, sobre ele, assim o descrevia Toledo Camargo, chefe da ARP:

³⁹ VAZ, Alexandre F. Memória e progresso: sobre a presença do corpo na arqueologia da modernidade em Walter Benjamin. In: SOARES, Carmen Lúcia. *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 52.

Olhem o cata-vento e reparem como é um objeto simples. Para ele se movimentar basta apenas a minha vontade. Assim também o Brasil, para progredir, não precisa de vento de outra direção qualquer. Vejam que é um simbolismo muito especial.⁴⁰

O esporte, por seu caráter prescritivo, identificado como um espaço promissor para a educação dos sentidos e da vontade, ligado à superação de si, à regulação das condutas, à competição regrada, à disciplina e à autodisciplina do corpo e da subjetividade, trabalhou muito bem com tais mudanças relacionadas ao progresso, ora mobilizando ou canalizando energias, ora despertando afetos, valores, sentidos e sensibilidades.

Nesse sentido, é fundamental localizar as problematizações que tornaram possível uma série de práticas e de representações corporais - dentre elas o esporte de massa - na ditadura militar, tornar questionáveis seu processo de produção, colocar em causa a sua constituição, pois o corpo é ele próprio um processo. Sua provisoriedade é resultado das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, o corpo pertence menos à natureza do que à história. Assim, o que muda nas práticas culturais, especialmente nos exercícios físicos e de lazer de caráter esportivo na década de 1970? Retornarei a essas questões no capítulo 1.

Na paisagem endurecida da ditadura civil-militar de 1964, o governo investiu institucionalmente no esporte como um setor estratégico para buscar correspondência entre o desenvolvimento econômico e o social. Ao longo dos anos de 1970, o regime autoritário inscreveu nos corpos das pessoas as marcas da repressão política, da violência, do arrocho salarial, da inflação e, por outro lado, investiu também em uma educação corporal que promovesse a saúde, a disciplina, a autodisciplina e, sobretudo, a ordem e a alegria.

O lema que orientou os cinco governos militares entre 1964 e 1985, segurança e desenvolvimento, revela o papel estratégico que a Escola Superior de Guerra (ESG) assumia nesse período. Assim, os manuais produzidos pela ESG constituem fontes relevantes para entendermos as políticas econômicas, sociais e culturais que pressupunham programas sociais de desenvolvimento comunitário indispensável à “preservação da paz social”, fator essencial para o desenvolvimento de estratégias psicossociais.

Os programas educacionais nem sempre enfatizam devidamente a educação social que deve dar às pessoas consciência de seu lugar, seus papéis e sua articulação com a sociedade. Em sentido restrito, a educação compreende todos

⁴⁰ CAMARGO explica a Campanha. *O Estado de São Paulo*, 16 ago. 1977. p. 15. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770816-31414-nac-0015-999-15-not>>. Acesso em: 26 set. 2013.

os processos, institucionalizados ou não, que visam a transmitir, ao longo da vida dos membros da sociedade, os conhecimentos e padrões de comportamento que assegurem a continuidade de sua cultura.⁴¹

Sobre a expressão psicossocial, o manual da ESG a define como:

A expressão psicossocial trata do universo de fenômenos que interessam sob perspectivas que demandam interpretação filosófica e acurado estudo de dados empíricos e científicos que são, predominantemente, objeto das ciências do comportamento... a expressão psicossocial busca a finalidade pragmática de obter aplicações fecundas, que correspondam às expectativas com que é preparada e aplicada na realidade em que lhe cabe atuar e influir.⁴²

No entanto, mesmo que a educação de forma geral e a Educação Física em particular estivessem entre as práticas culturais alinhadas com os programas de desenvolvimento ou estratégia psicossocial, tratava-se, naquele momento, de dar espaço, no plano nacional, a uma discussão de âmbito internacional, sobre as perspectivas que envolviam o esporte e a Educação Física e sua utilização como meio para educar a população. O *Manifesto Mundial de Educação Física* de 1971 afirmava: “A ação física é considerada, hoje em dia, como um meio educativo de alto valor, porque empenha o ser na sua totalidade. O caráter de unidade da educação, por meio das atividades físicas, é universalmente reconhecido”.⁴³

É importante sublinhar que essa proliferação discursiva em torno das virtudes educativas do esporte e sua provável eficácia como veículo de formação completa do ser humano e o lazer de caráter esportivo não foi inventada nesse período, contudo, nele operaram-se diferentes formas de administrá-lo e promovê-lo, segundo métodos científicos específicos, passíveis de serem transformados numa disciplina racional.

O meio específico da Educação Física é o **exercício físico**, isto é, a atividade física sistemática concebida para exercitar (educar, treinar, aperfeiçoar). Não é a natureza do exercício que fixa o papel preponderante, mas **a intenção que anima o ato**, dando-lhe orientação geral e formas particulares, ao mesmo tempo que determina em definitivo, seus resultados sobre o indivíduo.⁴⁴

E ainda,

⁴¹ MANUAL, op. cit., p. 170.

⁴² Ibidem, p. 170.

⁴³ FIEP. Manifesto Mundial da Educação Física e o Desporto. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 10, p. 8-17, 1971.

⁴⁴ FIEP. op. cit., n. 10. Grifo do autor.

Deve-se procurar criar e manter o gosto pelo esforço físico e o sentido de uma vida sadia, a fim de possibilitar o indivíduo participar da luta contra os grandes males, tais como o alcoolismo, o tóxico, a preguiça física, a falta de entusiasmo etc.⁴⁵

Conforme o *Manifesto Mundial de Educação Física*, o desporto de massas assim como as atividades físicas não competitivas do tempo de lazer “constituem uma necessidade dos tempos modernos e tem alto valor educativo.”⁴⁶ Desse modo, a Educação Física, assim como outras práticas culturais do período, sofria ingerência externa. Para Alain Corbin, citando Dumazedier, hoje o lazer, e aqui podemos falar de um lazer esportivo, está na base de uma nova moral da felicidade, portanto, aquele que não souber aproveitar o seu tempo livre não é de todo um homem, é um homem subdesenvolvido.⁴⁷

Esporte para Todos: definindo a problemática

Assim, a partir dos anos 1970-1980, as práticas esportivas ganharam especial atenção política, com objetivos próprios para seus exercícios. Os velhos modelos de investimento “muscular” no início do século XX são transpostos para modelos de “autorrealização integral” e “autocontrole”. A produção de imagens, campanhas e estudos de lazer que associavam atividades esportivas aos preceitos do bem-viver e a uma vida saudável intensificaram-se nesse período. Instaurava-se um ideal, tão perseguido ainda em nossos dias, de “manter a boa forma física” por meio da prática esportiva durante o tempo livre.

Entretanto, no Brasil dos anos 1970, o esporte assumia também uma importância simbólica no imaginário nacional, repleto de otimismo em razão da conquista do tricampeonato mundial de futebol. A mensagem do presidente da república Emílio Garrastazu Médici, logo após a vitória da seleção brasileira de futebol, dizia:

Como um homem comum, como um brasileiro que, acima de todas as coisas, tem um imenso amor pelo Brasil e uma crença inabalável neste país e neste povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.⁴⁸

⁴⁵ Ibidem, p. 10.

⁴⁶ FIEP. op. cit.,

⁴⁷ CORBIN, op. cit., p. 471.

⁴⁸ MÉDICI à nação. *Esporte e Educação*, São Paulo, ano 2, n. 9, p. 1, 1970.

E ainda,

Neste momento de vitória, trago ao povo a minha mensagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável seleção de futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro.⁴⁹

Segundo Marcos Guterman,⁵⁰ houve um esforço publicitário para associar a imagem da seleção de futebol ao presidente Médici, como que tomando emprestada a vitória da seleção para dar legitimidade política a um governo que se tornava cada vez mais conservador. No entanto, não se trata da clássica tese “futebol: o ópio do povo”. Afinal, popularidade era algo que o próprio presidente perseguia, como deixou claro em seu discurso de posse em 27 de outubro de 1969: “Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo e confesso lealmente que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio de popularidade”.⁵¹

Ainda segundo Marcos Guterman,⁵² todo o esforço publicitário do governo para aproximar Médici dos demais brasileiros foi bastante facilitado pela própria conduta do presidente, pois suas relações com o futebol não eram somente publicitárias, ele era de fato um autêntico torcedor e, segundo relatos do cronista Carlos Heitor Cony, perseguido pelo regime militar:

Médici era fanático por futebol, e não foi armação do regime militar a divulgação de algumas de suas fotos mais famosas – ouvindo jogo no radinho de pilha, enrolado na bandeira nacional por ocasião do tricampeonato e fazendo embaixadas com alguma perícia, o que revelava intimidade com a bola.⁵³

Desse modo, a vitória do campeonato mundial de futebol no México revelou um processo que já estava em gestação no país, e que a imprensa aprendia a praticar: fazer crer que um novo país estava nascendo. A ênfase em sentimentos e emoções despertados na comemoração da vitória esportiva nada mais era que a tentativa de associá-la a esse “nascimento”.

Logo após a conquista do tricampeonato mundial de futebol, o presidente nacional da Arena, Rondon Pacheco, “recomendou a todos os candidatos do seu partido no próximo pleito

⁴⁹ Ibidem, p.1.

⁵⁰ GUTERMAN, Marcos. Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. *Projeto História*, São Paulo, n. 27, tomo 1, p. 269, dez. 2004.

⁵¹ Ibidem, p. 269.

⁵² Ibidem, p. 271.

⁵³ CONY, Carlos Heitor. Médici e FHC. *Folha de S. Paulo*. 6 mar. 2002. (Opinião). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/03/06/2/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

que destaquem durante a campanha a vitória do Brasil na Copa do Mundo ao lado das realizações do governo revolucionário”.⁵⁴ O então presidente lembrava aos seus correligionários que se tratava de “fator psicológico positivo”, pois todo esse otimismo “vai proporcionar-nos uma cabeça-de-ponte entre a Arena e o povo, que há de trazer bons reflexos nas urnas”.⁵⁵

Conforme Carlos Fico, para a propaganda é fundamental trabalhar essas atmosferas otimistas, pois o pessimismo tende a cristalizar-se em torno de “culpados”, ou seja, o governo. Enquanto o otimismo irradia-se em direção ao país promissor (o Brasil), fazia-se necessário naquele momento canalizar a atmosfera otimista para interesses menos difusos, aproveitá-la “melhor”.

A divulgação do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, no Rio de Janeiro, foi uma oportunidade singular para que esse discurso se manifestasse. Ocorrido em plena Copa do Mundo, o sequestro foi realizado pelos grupos Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Frente de Libertação Nacional (FLN) e contou com a participação de dezenove militantes. O grupo conseguiu, em troca do embaixador alemão, a libertação de quarenta presos políticos, que foram enviados à Argélia em avião da Varig. Contudo, enquanto o drama se desenrolava, a *Folha de São Paulo* divulgava: “Notícias do México dão conta da perturbação que a notícia do seqüestro provocou no ambiente do nosso selecionado. Pelé, Rivelino e outros jogadores manifestaram-se, condenando o ato terrorista”.⁵⁶ No entanto, o que a *Folha de São Paulo* não divulgou era que a “notícia” na verdade era uma nota do Exército brasileiro divulgada pela revista *Veja*.

Causou profundo impacto na Seleção a notícia chegada ao México sobre o seqüestro do embaixador alemão. Pelé, Brito, Rivelino, Clodoaldo e outros craques lamentaram que maus traidores e criminosos venham a quebrar a tranqüilidade e o entusiasmo da Seleção. Lamentaram nossos craques que os terroristas, a serviço de países comunistas, tentem com atos criminosos atingir um país amigo.⁵⁷

Desse modo, podemos perceber que, em termos gerais, a propaganda otimista de “congraçamento entre povo e governo” não se restringia apenas às agências governamentais. Dois dias após a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 23 de junho de 1970, o

⁵⁴ Apud GUTERMAN, Marcos. *Jornal Última Hora*, p. 3, jul. 1970. *Projeto História. Cultura e poder: o golpe de 1964- 40 anos depois*. Revista do Programa de pós-graduados em História. PUC, São Paulo, nº 29, jun-dez. p. 272, 2004.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 272.

⁵⁶ ENFIM livre o embaixador da Alemanha. *Folha de S. Paulo*, 17 jun. 1970.

⁵⁷ OS COMUNICADOS. Revista VEJA. São Paulo, 17 jun. 1970, p. 27. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

jornal *Folha de São Paulo* associava as conquistas futebolísticas com os momentos vividos no país. Assim, em 1958, o Brasil venceu porque estava “na época do desenvolvimento tumultuado que gerou euforia e confiança nas possibilidades nacionais”; a vitória de 1962 ocorreu “de maneira menos brilhante, mas dentro do mesmo impulso do campeonato anterior”. Já sobre a derrota, em 1966: “Nos campos esportivos, pagávamos o mesmo preço que o país inteiro se via obrigado a pagar pelos erros do passado: a improvisação, a falta de infra-estrutura, o desenvolvimento às caneladas”. Mas a conquista da Copa do Mundo de Futebol em 1970 “ocorre num momento em que o Brasil já consertou tradicionais erros, partiu para um desenvolvimento planejado e tem consciência clara do que é e do que almeja”.⁵⁸ E ainda, numa clara demonstração de nacionalismo exacerbado, diz:

A verdade irrecusável é que o Brasil levou para os campos de futebol, na disputa de um campeonato que tanto diz à alma popular, todo o espírito que hoje anima a nossa pátria: confiança ilimitada em suas possibilidades [...]. De repente, demo-nos as mãos, esquecendo divergências e ressentimentos. A bandeira nacional, símbolo não apenas da pátria, mas de uma pátria indestrutivelmente unida e coesa, veio às ruas, às casas, aos automóveis, numa exaltação cívica sem precedentes.⁵⁹

Contudo, mesmo que o Estado tenha exercido certa influência na mídia, ou vice-versa, minha hipótese inicial é de que “divergências e ressentimentos”, assim como a importância de reiterar certos sentimentos “superiores,” “dignos” e “nobres”, inauguraram uma nova fala da propaganda, governamental ou não, especialmente no contexto da luta pela anistia e na fase de transição política do regime ditatorial para a democracia. Segundo Carlos Fico,⁶⁰ a propaganda inaugurada pelos militares na década de 1970 fazia promessas sutis de um novo tempo de fartura e felicidade, pois os novos tempos viriam, desde que todos estivessem unidos em torno de certos ideais ou ideais certos.

Foi no governo Geisel, quando já se divisava o fim do milagre econômico, que se retomou a noção de “crise moral” e de certo “pessimismo” que pairava no país: era preciso “dedicação ao trabalho”, “amor à pátria”, “dignificação do homem brasileiro”, “Convivência pacífica e feliz” para transmitir a “verdadeira imagem do Brasil”. Nesse sentido, as campanhas esportivas incitavam a busca por um corpo veloz e saudável, mas, sobretudo “alegre”, um ideal a ser conquistado via lazer esportivo.

A propaganda da campanha Esporte para Todos (EPT), realizada nos anos de 1977 e 1979 foi, em certa medida, a expressão dessa ambição de promover e estimular a vontade

⁵⁸ FESTA do povo. *Folha de S. Paulo*, p. 4, 23 jun. 1970.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 4

⁶⁰ FICO, Carlos. *op. cit.*, p. 123.

coletiva e de tornar o lazer uma espécie de novo humanismo da “sociedade tecnológica”. Em meio às incertezas sobre os rumos da distensão política, evidenciada pelo tom pessimista que marcou editoriais e artigos da grande imprensa nacional naquele momento, com o agravamento da crise econômica com taxa de inflação situada em 42% em fins de 1978 e incrível processo de concentração de renda, o EPT produzia um vasto material publicitário, em que o esporte aparecia como parte da visão otimista do mundo e valorização da vida saudável.

Porém, a dimensão afetiva na campanha EPT não pode ser apreendida como algo somente de indivíduos: ela resulta do contato pessoal com os fenômenos sociais. Assim, a afetividade política reveste de sensibilidade os valores coletivos, contribui para a formação e a evolução da orientação ética (fundada em noções de bem e mal). Estas orientações permitem que os indivíduos ou grupos definam seus objetivos e estratégias e os compartilhem. O manual técnico da campanha Esporte para Todos (EPT) no Brasil assinalava: “[a] cada atividade que você participa, ocorre um enriquecimento seu e dos outros, você ganha mais experiência, desenvolve a sua sensibilidade, fica cada vez mais gente EPT”.

Para Jon Beasley-Murray, tais processos de subjetivação encontram-se tanto em grande escala como em escala molecular, microfísica. Em seu livro *Poshegemonía: teoría política y América Latina*, o autor nos convida a pensar nos aparatos de captura que confinam o afeto e as emoções e nas linhas de fuga que os atravessam ao longo das quais o afeto foge.⁶¹ O autor define afeto como uma “intensidade impessoal”, em contraste com a emoção, que chama de “intensidade qualificada”, isto é, a fixação sociológica da qualidade de uma experiência definida como pessoal. Propõe o estudo do afeto como forma desterritorializada, uma energia flutuante e impessoal que circula através do social sem submeter-se a normas nem reconhecer fronteiras.

Segundo Mabel Moraña, o impulso afetivo – nas suas mais diversas manifestações, paixões, emoções e sentimentos – modela a relação de uma comunidade com seu passado, as formas de leitura de seu presente e a projeção para um futuro possível, desejado e imaginado em concordância ou não com os projetos dominantes.⁶² No Brasil, a dimensão afetiva do esporte na campanha EPT realizada nos anos de 1977 e 1979 representou uma estratégia política, que avançava muito fluidamente (entre o afetar e ser afetado), principalmente quanto à circulação de percepções, saberes e sentimentos no espaço compartilhado. A propaganda

⁶¹ BEASLEY-MURRAY, Jon. *Poshegemonía: teoría política y América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2010. p. 134.

⁶² MORAÑA, Mabel; PRADO, Ignacio M. Sánchez (Org.). *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura en América Latina*. Madrid: Iberoamericana, Frankfurt: Vervuert, 2012.

epetista⁶³, por meio de suas cartilhas, boletins, revistas, programas de rádio e TV, material didático distribuído gratuitamente nas escolas, encarregava-se de produzir desejos e reforçar imagens como "gente EPT é mais feliz", "gente EPT participa", "gente EPT faz sua comunidade feliz", "o esporte como atividade física é parte da visão otimista do mundo".⁶⁴

Porém, a prática desportiva, destinada principalmente a combater o ócio e os hábitos mundanos da juventude, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, adquiriu especial relevo nos anos que se seguiram à ditadura civil-militar de 1964. Segundo a Federação Internacional de Educação Física (FIEP), fundada em 1923, a mais antiga organização internacional de Educação Física, seu objetivo agora era "o de contribuir, no plano mundial, para ação educativa por meio das atividades físicas [...] entre tais atividades o desporto deve ter um importante lugar".⁶⁵ Os membros da FIEP eram especialistas em diversas áreas do conhecimento "ciências anatômicas, fisiológicas, psicológicas, sociológicas e pedagógicas e educadores físicos ou responsáveis político-sociais."⁶⁶ Os repertórios herdados começam a ser reordenados sob a presença dominante da ciência e das diversas áreas que a compunham, fazendo emergir também a ciência dos esportes.

Por tudo isso é importante problematizar a campanha Esporte para Todos (EPT) dentro de sua dinâmica de transformações, levando em conta as múltiplas atividades culturais/educacionais que as forças de oposição ao regime civil-militar brasileiro desenvolviam. De acordo com Carlos Fico, é na rotina dos atos de poder que reside a força da tradição do otimismo⁶⁷, à qual a propaganda governista se vincula. É importante pensar a percepção do poder como um processo que não se realiza em via única; será preciso compreendê-lo – em toda sua complexidade – como um fenômeno dos mais importantes para o entendimento de atitudes e representações mentais de uma dada época. Convém, portanto, investigar e entender a forma pela qual o poder pretende aparecer e a maneira pela qual é percebido.⁶⁸

⁶³ Como se autodenominavam os que estavam envolvidos com a campanha Esporte para Todos.

⁶⁴ COSTA, Lamartine Pereira da; TAKAHASHI, George (Org.). *Fundamentos do Esporte para Todos 1983*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC, 1983. 98 p. (Acervo CEFID/UEDESC). Livro técnico destinado à distribuição gratuita aos alunos do ensino superior de Educação Física e outros profissionais interessados no movimento Esporte para Todos.

⁶⁵ FIEP. op. cit., p. 8-17, grifo nosso.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Para Carlos Fico, os tópicos do "otimismo" brasileiro como a exuberância natural, a democracia racial, o conagraçamento social, a harmônica integração nacional, a alegria, a cordialidade e a festividade do povo brasileiro, entre outros, foram ressignificados pela propaganda militar em vista da nova configuração socioeconômica que se pretendia inaugurar, assim, como a própria ideia-força do pessimismo. Cf. FICO, Carlos. op. cit.

⁶⁸ Ibidem.

Organização da tese

No primeiro capítulo da tese, a ideia é pensar a política de massificação do esporte, no início da década de 1970, como um campo fértil para observar-se as relações entre sociedade e o regime inaugurado em 31 de março de 1964, buscando ultrapassar a lógica muitas vezes simplificadora que coloca de um lado um Estado opressor e de outro uma sociedade vitimizada.

Conforme Fico, esse tipo de abordagem em que se dá grande ênfase à "intenção", isto é, à análise dos propósitos ideológicos de quem fez tais projetos, tende a originar uma explicação mecânica, que funciona em bases causais simplistas, segundo as quais a mobilização social estaria vinculada a uma reação em termos de propaganda que, por sua vez, anularia tal mobilização. Neste capítulo, proponho o estudo da política de massificação esportiva como forma de observar os mecanismos de formação de um consenso em torno dos programas sociais do governo, fundamental para a sustentação da ditadura naqueles anos.

Nesse sentido, duas categorias de análise perpassam toda a discussão - consenso e consentimento -, mas é preciso compreendê-las em toda sua complexidade, pois envolvem uma gama diferenciada de comportamentos e atitudes sociais que buscam garantir a estabilidade do regime. Entretanto, consenso não significa unanimidade e não será tratado como tal nesta tese. Segundo Giacomo Sani, o termo consenso designa a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade ou grupo social em relação a princípios, normas e valores almejados pela sociedade e aos meios para alcançá-los. Para o autor, o consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade.⁶⁹

O conceito adotado por Giacomo Sani permite-nos compreender a política de massificação do esporte a partir das relações de continuidade que a ditadura conseguiu estabelecer com a sociedade, partilhando e fazendo-se representante de determinados valores e tradições caras ao imaginário coletivo nacional. Com base em tal intento, procuro observar as formas diversas, a partir das quais foram partilhados princípios, valores e normas ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina. Nesse sentido, se consenso designa acordo, já consentimento refere-se aos comportamentos sociais e suas formas múltiplas a partir das quais o acordo se expressa socialmente.

⁶⁹ SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola et al. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnb, 4. ed., v. 1, 1992, p. 240.

Assim, com base em uma visão ampla do chamado Milagre brasileiro, no capítulo 2 pretendo analisar alguns aspectos importantes do governo Médici, objetivando traçar a conjuntura do período em que se desenvolveu a política de massificação esportiva nos anos 1970 e, ao mesmo tempo, busco apresentar uma espécie de visão panorâmica a respeito das campanhas esportivas dos anos de ouro do milagre econômico.

Se no Capítulo 2 a política de massificação esportiva constitui um campo fértil para pensar-se a política social do regime militar, o Capítulo 3 vai tratar da produção do Diagnóstico de Educação Física/Desporto publicado em 1971. Para os idealizadores do *Diagnóstico*⁷⁰, faltava ao país uma pesquisa que pudesse agrupar o maior número possível de dados para serem matematizados.

Segundo tal perspectiva, os dados matemáticos permitiriam uma melhor operacionalização da realidade. Essa exigência cartesiana de que para pensar o mundo é imperativo pensar matematicamente, perpassa e dá um tom cientificista ao Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil. Do ponto de vista educativo, quais projetos foram gestados? Por que o interesse pela educação popular por meio de atividades do corpo fora dos muros da escola? Estas e outras questões são fundamentais para que se possa compreender a necessidade de orientar os indivíduos para a prática esportiva, pois esforços pedagógicos dessa natureza são muitas vezes sutis, discretos, contínuos e quase sempre eficientes.

Assim, se o Capítulo 3 trata da elaboração do Diagnóstico, o Capítulo 4 analisa as ações governamentais no sentido de organizar e implantar uma reforma das práticas desportivas. Para que o projeto se realizasse, os organizadores dos programas governamentais contavam com a participação efetiva do professor de Educação Física. Assim, os professores eram convocados a participar, no sentido de colocar em ação, ou seja, concretizar os programas esportivos elaborados pelas equipes do governo no âmbito das políticas públicas para o esporte.

O Capítulo 5 analisa a política cultural desportiva dos anos 1970. No início da década, o governo implementou algumas ações visando a estruturar uma política para o setor. Nesse sentido, destaco: a criação do Departamento de Educação Física e Desporto (DED); o Plano de Educação Física e Desporto (PED) e a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. Neste capítulo, pretendo articular a Educação Física e o esporte, e de modo mais específico, a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) à política cultural do governo militar. Partindo da perspectiva de que em diferentes momentos e lugares, campanhas

⁷⁰ Como irei referir-me ao *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil 1971*.

esportivas serviram à integração e apropriação de manifestações e expressões culturais por parte de ideologias e interesses políticos, ao longo do texto procuro analisar o uso dos esportes como instrumento retórico capaz de realizar o discurso da integração nacional.

No Capítulo 6, abordo a campanha Esporte para Todos (EPT) e os processos de controle do corpo – como instrumento de uso social, que disciplina, esquadrinha, visando a um governo de ações individuais e coletivas – e seus desdobramentos nas estratégias de governo, via políticas públicas de esportes. Duas categorias de análise perpassam toda a discussão sobre o *EPT* nesse capítulo, denominadas por Michel Foucault de *biopolítica* e *disciplinarização*. Ou seja, ao longo do capítulo pretendo problematizar como os corpos e as práticas esportivas que sobre eles incidem assumem significados normativos associados aos saberes que os definem produzindo discursos legitimadores de práticas cotidianas. A noção de poder em Norbert Elias também é fundamental para a pesquisa, pois condiz com o atributo das relações sociais, ou seja, é resultado do contato entre indivíduos e de suas ações nos mais variados campos, seja no plano social, no econômico, no político e no cultural.

O Capítulo 7 retoma a campanha Esporte para Todos (EPT) no Brasil e retorna para onde a tese começou. A campanha EPT incitava a busca por um corpo saudável, mas, sobretudo, alegre, um ideal a ser conquistado via lazer esportivo. O privilégio dado às emoções na Campanha EPT pode ser visto como um repertório de modelos de comportamentos sugeridos, com maior ou menor sutileza, como os comportamentos adequados, aos quais corresponderiam atitudes apropriadas para viver-se em sociedade.

Nesse sentido, são de fundamental importância os estudos e a produção historiográfica que tende a olhar o papel desempenhado pelos sentimentos e pelas paixões no campo político cultural. Andressa Maria Villar Ramos⁷¹, em sua pesquisa sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros de Anistia, ressalta que durante a ditadura o governo fez com que os espaços públicos fossem esvaziados, e o debate político oposicionista, que buscasse opções políticas, sociais, econômicas, diferentes das que estavam em vigor, foi praticamente calado.

Durante a pesquisa, pude perceber que, se por um lado o espaço público foi esvaziado do debate político oposicionista, por outro, o governo procurou preenchê-lo com outras práticas culturais. E a disputa pelo prestígio e poder social, especialmente durante o processo de distensão e abertura, dava-se também na busca por adesão e na construção de uma

⁷¹ RAMOS, Andressa Maria Villar. Ação e paixão política: A dimensão afetiva da luta pela anistia. *Projeto História cultura e poder: O golpe de 1964- 40 anos depois*. Revista do programa de estudos dos pós-graduados em História e do departamento de História. PUC- SP, n. 29, jul. dezembro/2004. p. 291.

mentalidade favorável aos feitos do governo desde 1964 que fosse capaz de projetá-lo como referência futura, ou seja, pós-ditadura.

Nessa perspectiva, a penetração do esporte no tecido social avivava essas imagens patrióticas. Seu esbanjamento, seu ludismo reinventado, era o fermento principal dos “fervores” coletivos, e ainda o são. Por exemplo, certas cenas parecem-nos muito naturais hoje, quando vemos peças publicitárias sobre as Olimpíadas de 2016, que ocorrerão no Rio de Janeiro, exaltando nossas conquistas esportivas, resumindo em trinta segundos o futebol, o carnaval, a alegria, a mulata risonha, o samba, a cidade, a natureza exuberante, as praias, a sensualidade. Tudo é Brasil? Nada disso se deu naturalmente. São leituras do país que se configuram como definidoras de “brasilidade” e de certos “valores brasileiros”.⁷²

De acordo com Norbert Elias, o esporte é mais do que uma modalidade de uso do corpo. Nomear certas práticas como esportivas pressupõe reconhecer nelas um vínculo com o ideário moderno, civilizado, disciplinado, codificado, espetacularizado. As atividades esportivo-recreativas nas sociedades modernas movimentam, liberam e controlam o fluxo dos sentimentos e emoções, tratando de mantê-lo na forma equilibrada, daí todo o sentido especial e fundamental do esporte na sociedade atual.⁷³

Portanto, ainda no Capítulo 6, examino o elemento emocional na campanha EPT, *performance* esta que vincula corpo, trabalho, esporte e sentimentos. Para Jon Beasley-Murray, o afeto indica a capacidade de um corpo (individual ou coletivo) de afetar ou ser afetado por outros corpos. Esse autor sublinha que o estudo do afeto torna-se uma via de acesso para o real, o simbólico e o imaginário, uma latência que depende das formas de dominação e dos processos de subjetivação que elas geram, a partir dos quais o poder mesmo é configurado e reconfigurado em constantes devires.⁷⁴

No Capítulo 8, problematizo a produção da revista *Comunidade Esportiva*, cuja leitura permite-nos compreender seu lugar estratégico na política nacional de massificação esportiva. Por meio do estudo da revista *Comunidade Esportiva*, procurar-se-á analisar seus conteúdos, com o propósito de comparar as orientações do Plano Nacional de Educação Física e Desporto de 1975, a Carta Mundial de Educação Física 1978, as ações dos programas esportivos publicados na revista que operavam no cotidiano escolar e nas comunidades de bairro. Com essa comparação, é possível perceber a articulação da política nacional de

⁷² FICO, Carlos. op. cit.,

⁷³ ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

⁷⁴ BEASLEY-MURRAY, Jon. *Poshegemonia: teoria política y América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2010. p. 12.

Educação Física e Desportiva e a implantação dos programas esportivos, especialmente o EPT, voltado para a transmissão de um ideário legitimador da ditadura militar.

A ação comunitária da campanha EPT empregou, por meio da produção da revista *Comunidade Esportiva*, uso de quantidade considerável de imagens fotográficas de atos da cena esportiva da época. Portanto, para o Capítulo 8, a ideia é pensar a fotografia esportiva como uma mensagem, destinada a um espectador, não para fruição, mas para convencimento de uma política cultural sobre o corpo. Nesse sentido, é mais relevante para a pesquisa vermos a fotografia menos como pedaços de evidência a serem marcados como verdadeiros ou falsos, e mais como pontos de interrogação a desencadear questionamentos. O que norteia o capítulo é uma questão aparentemente simples: por que tal revista produziu essas formas de cultura visual e material sobre o EPT?

Nesse sentido, a campanha Esporte para Todos (EPT) não serviu apenas a propósitos ideológicos. O "material histórico" produzido pelos epetistas em seu conjunto de convicções faz uma leitura do Brasil apoiada em suas grandes potencialidades e na consequente visão do brasileiro como um "povo alegre, esperançoso, generoso, ordeiro, patriótico e crente no futuro".

Sobre as fontes

O caminho que percorri durante a pesquisa incluiu a leitura e problematização de textos e imagens produzidos nos manuais técnicos da Campanha EPT no Brasil a exemplo do livro *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*, organizado por Lamartine Pereira da Costa, publicado em 1981, e os Anais dos congressos Esporte para Todos realizados entre 1982-1983.

Analisei materiais didáticos e revistas: *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, *Revista de Educação e Esportes*, *Revista Desporto*, *Revista Comunidade Esportiva*, veículo de maior divulgação do Esporte para Todos no Brasil, tendo sido distribuído gratuitamente nas escolas, especializada em desporto amador no Brasil, com tiragem de 25.000 exemplares mensais distribuídos para todo o Brasil. Todas essas revistas compõem um conjunto documental com vasto material iconográfico.

Outros documentos constituíram fontes importantes para a pesquisa, pois são reveladores do papel das autoridades públicas no desenvolvimento do EPT, bem como da sua vinculação a instituições privadas como: *Fundamentos do Esporte para Todos*; *Teoria e Prática do Esporte para Todos*; *Princípios Básicos do Esporte para Todos*; *Esporte de Lazer*.

Tarefa e Chance para Todos; Diagnóstico de educação física/desporto no Brasil- MEC (1971); Plano Nacional de Educação Física e Desporto (1976-1979) MEC. Todos esses materiais encontram-se à disposição na biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina no Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CEFID/UDESC) e na biblioteca universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC).

Documentos que não estavam diretamente relacionados com a Campanha EPT no Brasil também foram privilegiados para análise, incluindo expoentes da produção cultural relacionados às preocupações da pesquisa, como jornais e revistas que editavam matérias sobre o contexto esportivo e a divulgação da prática esportiva no Brasil entre 1970-1985: revistas *Placar*, *Veja*, *Visão*, *Manchete* e o *Jornal Folha de São Paulo*, o *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*. Nesse sentido, privilegiei também crônicas esportivas e imagens produzidas pela Campanha EPT no Brasil e veiculadas nos meios de comunicação que, de alguma forma, divulgavam atividades esportivas. Os meios para a difusão das notícias eram variados, programas de televisão, rádio e salas de cinema prometiam anunciar os resultados da Campanha.

Este tipo de produção revela que, ao lado da diversidade proporcionada por grandes mudanças na estrutura política do Brasil; o "processo de distensão", "fim do milagre econômico" e a reorganização dos movimentos na sociedade civil definiam também um processo de individualização, manifestado em ações que marcaram distintas formas de relacionar-se e de comportar-se. As práticas desportivas integram-se no vasto campo de análise, portanto, é necessário compreender o significado social e político do desporto. Para fugir das generalizações, Norbert Elias diz ser necessário identificar a especificidade dos processos e as diferenças na caracterização de cada configuração social.⁷⁵ Convida, ainda, os pesquisadores a refletir com maior profundidade sobre um dos fenômenos essenciais da nossa civilização.

Assim, o político diz respeito a tudo o que toca à existência individual: o corpo, a sexualidade, a educação, a vida, o nascimento, a morte. Há meio século, não poderíamos imaginar um legislador definindo a legalidade ou não da utilização de órgãos humanos. São novas as questões que suscitam o debate político, e o mesmo vale para outros aspectos da

⁷⁵ Para Elias e Dunning em seu livro *Em busca da excitação*, a noção de configuração (figuração) permite simultaneamente identificar os diversos modos de interrelação e ultrapassar as separações teóricas entre o indivíduo e a sociedade. Nesse sentido, a configuração como unidade de análise do social funda-se numa lógica relacional, o que permite a Elias e Dunning resolver o dualismo entre integração e conflito, por exemplo, para entender o projeto EPT que se autodenominava democrático em um regime antidemocrático como ditadura militar brasileira.

cultura. Seria o que René Remond⁷⁶ chama de *geometria variável*. Os problemas não são os mesmos, objetos tradicionais da área política deixam de ser questões políticas, e novos problemas se colocam.

Vistos por esse ângulo, esporte e educação tornam-se uma combinação relevante, em tempos de profundo apelo à imagem corporal e à saúde. A compreensão das políticas públicas esportivas é um tema que nos remete também às reflexões sobre a dinâmica da paradoxalmente sociedade do lazer.

⁷⁶ Cf. RÉMON, René. *O Retorno do político*. In: CHAUVEAU, Agnès (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA DE MASSIFICAÇÃO DO ESPORTE

Neste capítulo analiso alguns aspectos importantes do governo Médici, objetivando traçar a conjuntura do período em que se desenvolveu a política de massificação esportiva nos anos 1970. Essas campanhas estiveram ligadas ao processo de controle da participação popular, processo este afinado com o que a palavra “civismo” ganhava naquele momento (de participação passiva, voluntária, ordeira e otimista). Finalmente, busco justificar a escolha dos objetos e do tema que estudarei ao longo da tese.

Segundo Denise Rollemberg, embora exista uma ampla bibliografia sobre a última ditadura brasileira (1964-1985), pouco se pesquisou e escreveu no sentido de compreender as relações da sociedade com o regime inaugurado em 1964; afinal, esse processo não se limitou à mera resistência *versus* colaboração, ele foi muito mais complexo. Chamar a atenção para tal complexidade ajuda a superar as explicações polarizadas que, correntemente, opõem “vítima e algoz, opressor e oprimido, buscando respostas na repressão, na manipulação, no desconhecimento (nós não sabíamos).”⁷⁷ Ou seja, apontar que um governo autoritário desfrutou de certa popularidade não significa apoiar suas ideias e práticas, ao contrário, conhecê-las é o primeiro passo para transformá-las. Segundo a autora supracitada, são os valores e as referências as culturas políticas que marcam as escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo.⁷⁸

É disso que trata também este primeiro capítulo da tese: entender qual o papel que a política de massificação do esporte nos anos 1970 teve num contexto marcado pelo consenso e pelo consentimento em torno do regime ditatorial. Afinal, se a resistência e a memória da resistência sempre identificaram as ditaduras à tirania, não raramente estas foram reivindicadas como salvadoras da própria democracia, dos valores nacionais e sociais, o fio condutor da transformação da sociedade.⁷⁹

Nesse período, os espetáculos esportivos deveriam expressar a vontade de construir e transformar o Brasil para afirmar o espírito nacional desejado pela ditadura e esse nacionalismo estava ligado à ideia de construção do futuro. Era o nacionalismo do milagre econômico e da seleção brasileira de futebol, destaque internacional pela campanha vitoriosa

⁷⁷ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). Apresentação. In: _____. A Construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 9.

⁷⁸ Idem, p. 14.

⁷⁹ Idem, p. 14.

no mundial.⁸⁰ Nesse sentido, uma política nacional para Educação Física e desporto era fundamental, já que atingia, simultaneamente, grupos sociais dentro e fora da escola. Os programas de massificação esportiva desenvolvidos expressavam as preocupações com o futuro, segundo as quais o Brasil moderno, a grande potência olímpica que estava em processo de construção, encontraria, no futuro, uma nação preparada e desenvolvida efetivamente em todos os setores.

Médici, o presidente bom de bola

O novo presidente general Emílio Garrastazu Médici vai tratar o esporte de fato como questão de Estado. Já no início de seu governo assinaria o Decreto-Lei n.º 66.118, de 26 de janeiro de 1970, que regulamentaria o uso dos recursos da Loteria Federal para o esporte (trinta por cento). Tal recurso foi repassado diretamente para a Confederação Brasileira de Desporto (CBD). Entretanto, dez dias antes de sua posse, o futuro presidente da república reuniu-se com o presidente da CBD, João Havelange, durante um jogo de futebol entre Grêmio e Botafogo. Desse encontro, João Havelange destacou que “o desporto nacional terá 5 anos de grande tranqüilidade e progresso, pois o futuro chefe da Nação o quer cada vez mais forte e difundido em nosso país.”⁸¹ O entusiasmado Havelange adiantava, “O general Garrastazu Médici, que torce ardentemente pelo Grêmio, gosta do futebol em especial, mas também olha com grande simpatia todas as demais modalidades esportivas, o que é um orgulho para os desportistas brasileiros. Tenho certeza de que não nos negará seu apoio.”⁸²

E não negará mesmo. Nos anos seguintes o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) redistribuirá um terço dos recursos da Loteria Federal para o CND e entidades vinculadas, e destes, dois terços para o Departamento de Educação Física e Desporto (DED) aplicar em programas de Educação Física e atividades esportivas. O planejamento esportivo de seu governo vai condicionar o uso dos recursos ao estudo de projetos que, depois de analisados e aprovados pelo DED e CND, seriam executados por intermédio de entidades públicas ou privadas. Assim, nesse esforço em apresentar-se como presidente-torcedor, não se vai furtar a aparecer diversas vezes em uma variedade de eventos

⁸⁰ Cf. FRAGA, Wasen Gerson. Futebol, imprensa e ditadura. Das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., *Anais...* São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_DasformiguinhasdeGeisel.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

⁸¹ HAVELANGE, João. A conversa com Médici. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo. 21 out. 1969, p. 5.

⁸² Idem, p. 5.

esportivos, especialmente os futebolísticos. Em março de 1970, a seleção brasileira de futebol começou sua preparação para o mundial no México, e o novo presidente assistiu aos dois jogos da seleção, o primeiro em Porto Alegre no estádio Beira-Rio e o segundo no Rio de Janeiro no Maracanã. Neste último a imprensa destacou: “batia palmas nos gols do Brasil, e tinha um radinho de pilha colado ao ouvido esquerdo.”⁸³

Nessa atmosfera, o esporte vai assumir uma importância simbólica no imaginário nacional. Era o “Brasil vencedor”, nação “jovem”, destinada ao futuro e ao desenvolvimento. E mesmo o governo do presidente General Emílio Garrastazu Médici tendo-se configurado como um dos mais autoritários da ditadura militar brasileira e de acentuada repressão política, o presidente não pouparia esforços para associar sua imagem à seleção após a tão esperada conquista da Taça Jules Rimet.

Identifico, na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência de princípios de que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. Identifico, no sucesso de nossa seleção de futebol, a vitória da unidade e da convergência de esforços, a vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e da serenidade, da capacitação técnica, da preparação física e da consistência moral.⁸⁴

De fato, seu gosto por futebol era notório dentro do governo, entretanto, essa característica foi destacada inúmeras vezes pela imprensa e órgãos do governo, relacionando-o à “brasilidade” e à sua condição de “homem comum.” O ministro da Educação Jarbas Passarinho dizia:

Todos conhecem seu nacionalíssimo gosto pelo futebol. Dou meu testemunho da emoção com que o presidente assistiu a todos os jogos, torcendo com o entusiasmo do brasileiro normal e do homem comum que o elevado cargo não modificou.⁸⁵

Não é de estranhar-se que a vitória da seleção brasileira de futebol tenha atuado como catalisador desse renovado nacionalismo manifesto na mensagem do presidente e seus simpatizantes, afinal, tamanho esforço era para fazer crer que um “novo” país estava surgindo, e a conquista da copa do mundo de futebol seria o exemplo desse nascimento, pois, segundo o presidente Médici, “nossos jogadores venceram porque souberam ser uma

⁸³ SELEÇÃO brasileira de futebol. *A Gazeta Esportiva*. São Paulo. 10 de março de 1970, p. 3.

⁸⁴ MÉDICI à nação. *Revista Esporte e Educação*. Rio de Janeiro, n. 9, ano II, São Paulo, 1970, p. 1.

⁸⁵ PASSARINHO: O tri é afirmação nacional. *Folha de São Paulo*, 22 jun. 1970, p. 6.

Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/06/22>>. Acesso em: 26 set. 2013.

harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva”.⁸⁶

O jornalista Nelson Rodrigues também sucumbiu ao fascínio do presidente-torcedor. Em uma de suas crônicas publicadas no *Jornal O Globo*, em janeiro de 1970, o jornalista afirmava: “o nosso presidente sabe tudo de futebol. Eu diria que hoje nenhum brasileiro será estadista se lhe faltar à sensibilidade para o futebol”. Em sua crônica, o presidente parecia personificar o *homem citius, altius, fortius*:

Como já disse, a história e a lenda também exigem uma certa fotogenia. E senti que Emílio Garrastazu Médici tinha um perfil de moeda, de cédula, de selo. Organizem uma retrospectiva presidencial e verão que os nossos presidentes são baixos. Getúlio era baixíssimo, embora tivesse um perfil histórico e, digamos, cesariano. Epitácio foi fisicamente pequeno. Era a pose que o fazia mais presidencial. Garrastazu Médici é o nosso primeiro presidente alto.⁸⁷

E ainda,

De mais a mais, o Brasil vive o seu grande momento. Eis o nosso dilema: ou o Brasil ou o caos. O diabo é que temos a vocação e a nostalgia do caos. É o momento de fazer o Brasil ou perdê-lo. Esse Garrastazu Médici é, neste instante, uma das figuras vitais do País. Eu ia vê-lo, ia ouvi-lo. Sim, ouvir os ruídos da sua alma profunda. Todo o mundo tem, no bolso do colete, o seu projeto de Brasil. Garrastazu tem o seu e pode realizá-lo. Ao passo que nós não temos força para tapar um cano furado.⁸⁸

A figura de homem austero que sabia comandar com seriedade e firmeza um país que se desenvolvia em ritmo acelerado, e que ao mesmo tempo era um “apaixonado por futebol” despertou a admiração em muitas pessoas e, embora seja conhecido como o mais repressivo, também desfrutou de grande apoio popular. Quinze dias antes de tornar-se oficialmente presidente, a revista *Veja* assim o descrevia:

Diante das câmaras de televisão, o estreante Emílio Garrastazu Médici mostrou algumas qualidades. Sua voz impressiona bem: é forte, é solene, excelente para os papéis principais. Sua aparência é grave, descansada e ereta, tem o tamanho e o porte certo para esses papéis (a beleza, aliás, não seria indispensável: em desempenhos semelhantes, o mundo já conheceu figuras esteticamente bizarras).⁸⁹

⁸⁶ MÉDICI à nação. *Revista Esporte e Educação*. Rio de Janeiro, n. 9, ano II, São Paulo, 1970, p. 1.

⁸⁷ RODRIGUES, Nelson. O homem que ainda fala em “Pátria.” In: RODRIGUES, Nelson. *O reacionário: memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 238.

⁸⁸ Idem, p. 233.

⁸⁹ O ESTILO do candidato-presidente. *Veja*, 15 out. 1969, p. 19.

Assim, com esse discurso altamente elogioso, a revista *Veja* vai construindo uma imagem positiva do novo general-presidente. Segundo, o professor Genson Wasen Fraga, o tão decantado cerceamento às liberdades de imprensa durante os anos de chumbo do regime civil-militar brasileiro devem ser relativizados, uma vez que, expressão material de um grupo social e politicamente localizado, os grandes periódicos, em certa medida, aplaudiram a entrada dos militares no campo político.⁹⁰

Para contrapor-se à imagem autoritária, o governo investiu na implementação de um sistema de relações públicas que construísse uma visibilidade favorável ao novo governo como forma de aproximar o presidente general às preferências populares. Aproveitando-se das possibilidades viabilizadas pelo presidente-torcedor, a sua assessoria de comunicação vai divulgar sua imagem com o radinho de pilha colado ao ouvido como forma de articular os êxitos futebolísticos à imagem do próprio Médici.

A proximidade da copa do mundo de futebol e seu possível êxito esportivo figuravam como um importante aparato de propaganda. Nesse sentido, a euforia nacionalista desencadeada pela conquista esportiva somada às promessas de Brasil potência devido ao crescimento econômico, a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), ou mesmo a construção de grandes obras, como a Transamazônica, vão tornar o presidente Médici extremamente popular.

Criada em 1968, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) possuía um nítido padrão pedagógico e utilizava-se dessa ferramenta para promover a cidadania, ações cívicas e envolver a população de forma a sentirem-se participantes e engajados, promovendo assim um cenário de democracia por meio de comemorações e ações enaltecidas do Brasil e das ações dos brasileiros, contrapondo-se ao autoritarismo do governo.⁹¹ Sobre as campanhas da Aerp o jornalista Joelmir Beting escreveu em 1970:

Quem está sabendo desfrutar do universalismo da imagem é esse novo e inteligente anunciante chamado Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Os filmes de TV que estão promovendo o patriotismo sem patriotada, a partir de apelos éticos e morais, baseados em anseios e padrões de comportamento, são lições de profissionalismo em propaganda.⁹²

O jornalista Joelmir Beting, ainda, destacava:

⁹⁰ FRAGA, Wasen Gerson. op. cit.,

⁹¹ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1997. p.93.

⁹² BETING, Joelmir. Brasil, novo produto. Notas econômicas. *Jornal Folha de São Paulo*. 10 de Nov. de 1970, p, 19. Disponível: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/11/10/2/> Acesso: 22/02/2014.

O telespectador enfiado de mensagens comerciais de eficácia discutível, consome com respeito e enlevo, os filmes promocionais que exploram, com perfeição técnica os pontos de venda de um produto chamado Brasil: trabalho, educação, desenvolvimento, poupança, comunhão familiar, esforço coletivo e orgulho nacional. [...] a ideologia do desenvolvimento, contida utilmente nos filmezinhos da Aerp, consagra a teoria da coesão social de Durkheim para quem a sociedade tem maior tendência de se manter unida do que se desintegrar.⁹³

Desse modo, Aerp vai divulgar uma imagem de país potente e coeso como consequência das medidas de integração nacional, divulgando, ainda, a nova forma de nacionalismo, como podemos observar nas diretrizes propostas:

a) Fortalecimento do caráter nacional, estimulando principalmente o civismo, a coesão familiar, a fraternidade, o amor ao trabalho e a vocação democrática do povo brasileiro; b) Contribuir para o incremento de uma sadia mentalidade de segurança nacional, indispensável à defesa da democracia e à garantia do esforço coletivo rumo ao desenvolvimento; c) Revigorar a consciência nacional de que o desenvolvimento exige a participação de todos, baseado principalmente nas virtudes do homem brasileiro e nas potencialidades físicas do país; na constatação do progresso já alcançado e no imperativo de sua aceleração; em um espírito nacionalista altivo, realista, equilibrado e empreendedor; d) Obtenção da confiança popular na equipe do governo, salientando suas características de honestidade, austeridade, compreensão dos anseios do povo e espírito renovador.⁹⁴

Após a copa de mundo de 1970, o jornalista Nelson Rodrigues chamava a atenção para a comunhão entre o povo e o presidente em sua coluna no *Jornal do Brasil*:

Finda a partida, na euforia da vitória, o General [...], sabendo que havia populares em atitude de confraternização nos portões do Palácio, mandou abri-los e foi ao encontro de dezenas de desconhecidos, liberto do seu aparelho de segurança, confiante na emoção generosa. Alguém atirou-lhe uma bola, que êle agarrou, pondo-se a brincar como um menino, fazendo embaixada e tirando a bola de letra. [...] A mensagem que êle dirigiu ao povo brasileiro, comemorativa da vitória, acentua a sua identificação com a alma popular, alinhando-se como apenas um dos milhões de torcedores.⁹⁵

⁹³ Idem.

⁹⁴ ASSESSORIA Especial de Relações Públicas. Presidência da República. Planejamento para o ano de 1970. Documento Interno. Apud. MATOS, Heloisa. **Governo Médici**: discurso oculto na comunicação institucional. IIº Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, FENAJ/UFSC- Abril 2004-03-08. Disponível em: <<http://www.facasper.com.br/pos/libero/libero12/O%20discurso%20pol%EDtico%20oculto%2054-64.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

⁹⁵ RODRIGUES, Nelson. Portões abertos pela primeira vez. *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1970, 1.º caderno, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09>. Acesso em: 21 jun. 2013.

A presença do presidente Médici nos estádios de futebol vai tornar-se verdadeiro teste de popularidade; segundo reportagem da revista *Manchete* foi inúmeras vezes aplaudido nos estádios de futebol. Torcedor do Grêmio de Porto Alegre costumava, mesmo antes de tornar-se presidente, frequentar os estádios de futebol.

Quando o General Médici entrou no estádio Beira-Rio, para assistir ao jogo do Internacional com o Atlético Mineiro, seu nome foi anunciado no alto-falante e 70 mil pessoas o aplaudiram. Foi o primeiro homem de governo ali aclamado. Pois geralmente o que acontece é vaia grande.⁹⁶

Nesse processo, desde que foi indicado à presidência da República em 1969 o general Médici deixou de ser um torcedor anônimo, e a sua aproximação com a população deu-se também a partir da criação desse vínculo afetivo, o futebol. Sua presença nos torneios era anunciada nos altos-falantes dos estádios, pois, fora do cenário político convencional, o envolvimento emocional proporcionado pelas manifestações esportivas era considerado bom exemplo de mobilização popular.⁹⁷

O novo Presidente Médici na sua cerimônia de posse já destacava a importância das atividades esportivas para o país:

Disse o General Médici, falando pela televisão: ‘Precisamos reproduzir, na vida político-administrativa, aquilo que conseguimos até hoje, nas atividades esportivas ou artísticas. É significativo que tenhamos obtido expressivos triunfos exatamente naqueles setores em que ocorre a entusiástica e comovida participação do povo’.⁹⁸

Assim, o campo esportivo passava a ser objeto de interesse político ao mobilizar a população e contribuir para a consolidação de comportamentos sociais mais adequados e sintonizados com a nação, além de desencadear manifestações passionais que valorizavam o sentimento de pertença e orgulho nacionais.

Educação Física e a formação da consciência cívica

Em 1971, o Decreto n.º 69.450 vai estabelecer uma nova orientação e funcionamento para a Educação Física. De acordo com o referido decreto, o objetivo maior da Educação

⁹⁶ POSTO de escuta. Revista *Manchete* Rio de Janeiro, ano 17, n. 915, p. 140-141, nov. 1969.

⁹⁷ Cf. FRAGA, Wasen Gerson. op. cit.,

⁹⁸ MELO, Filho. O Brasil para o presidente Médici. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 916, p. 92-105, nov. 1969. p. 98 .

Física seria o de relacionar-se com a “sistemática da Educação Nacional despertando, desenvolvendo e aprimorando forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”.⁹⁹ Ainda,

1.º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino. 2.º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.¹⁰⁰

Tendo como referência a aptidão física dos educandos, os objetivos básicos da Educação Física deveriam ser:

A consolidação de hábitos higiênicos; o desenvolvimento corporal e mental harmônico; melhoria da aptidão física; o despertar do espírito comunitário, da criatividade e do senso moral e cívico; a formação integral da personalidade; o aprimoramento e aproveitamento integrado e toda a potencialidade física, moral e psíquica do indivíduo; o emprego útil do tempo de lazer; a perfeita sociabilidade; a conservação da saúde; a aquisição de novas habilidades; o estímulo às tendências de lideranças; a implantação de hábitos sadios.¹⁰¹

Ligadas a uma noção de higiene moral e do corpo, as práticas esportivas integravam-se ao desejo de harmonização social e de integração nacional, tanto é que na década de 1970 o Conselho Federal de Educação estabelecia que a Educação Física deveria atender a dois objetivos:

1.º *Cultura física individual*, em que se estimule o desenvolvimento harmonioso dos órgãos e funções, de modo que se alcance o máximo de eficiência e resistência orgânica; 2.º *Educação social* pela aquisição de senso de ordem e disciplina, através de exercícios e competições desportivas.¹⁰²

Ao longo da pesquisa, pude constatar que essa forma de gerenciamento dos indivíduos vai fazer-se presente de forma mais elaborada dentro dos programas e projetos esportivos durante a década de 1970. A partir de uma pedagogia moral e do corpo, tais agenciamentos tinham como propósito também canalizar as energias para evitar os possíveis sobressaltos provocados pelas mudanças sociais, e, nesse sentido, a crítica em torno dos usos do tempo livre ocorreu em detrimento às formas de conceber e organizar o lazer nesse período. Entretanto, os programas de lazer desenvolvidos nesse período que associavam a atividade

⁹⁹ BRASIL. Decreto-Lei n.º 69.450, 1.º de novembro de 1971, inciso I do artigo 3.º. Regulamenta o artigo 22 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

¹⁰⁰ Idem

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

esportiva aos preceitos de uma vida saudável não eram mero instrumento ideológico para dominação social.

Segundo Denise Sant'Anna, o que está em exercício é um tipo de poder muito mais voltado à produção de forças para, ao mesmo tempo, ordená-las de acordo com os interesses governamentais do que um tipo de poder que engana e massifica, ou seja, o lugar do ideológico não é a questão a ser feita a essa tecnologia de poder, mas, principalmente, sobre o regime econômico, político e institucional de produção da verdade. “O sistema capitalista é produtor não somente de ideologias, como de verdades que funcionam articulando mais adequadamente os homens ao universo produtivo.”¹⁰³

Em 1970, o coronel Jayr Jordão Ramos em um artigo escrito para a revista brasileira de educação física e desportiva, anunciava:

Em todo o mundo, com grande interesse, está sendo estimulada a educação física do trabalhador, tendo em vista diminuir a fadiga profissional, compensar os efeitos nocivos do trabalho, prevenir acidentes, ajudar a aprendizagem de ofícios, aumentar a produtividade e preencher as horas de lazer. Este último aspecto, já realidade em muitos países, objetiva recrear e melhorar as condições de saúde do trabalhador e de sua família [...] se não considerados no presente momento, constituirão, em futuro próximo, sério problema social de grande complexidade e difícil solução. As horas de lazer, quando mal aproveitadas, são grandes inimigas do trabalhador.¹⁰⁴

Assim, a preocupação com as horas de lazer mal-aproveitadas era também argumento para a elaboração de programas esportivos para a população. Durante as comemorações do sesquicentenário da independência, em 1972, o Exército brasileiro estimulava a adesão aos programas esportivos do governo, incorporando aos seus eventos esportivos espetáculos artísticos abertos à população. Tais eventos faziam parte das ações cívicas para a mocidade, promovidas pelo Exército brasileiro naqueles anos.

As ações cívicas também eram prestigiadas por membros do Conselho Federal de Educação. Gilberto Freire e Raymundo Moniz de Aragão, entusiasmados com a Olimpíada do Exército realizada em Recife em 1972, afirmavam que “os jogos não eram apenas militares,

¹⁰³ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer*. (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 66.

¹⁰⁴ RAMOS, Jayr Jordão. Panorama mundial da educação física e atividades correlatas. *Revista brasileira de educação física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 19, 1970.

mas nacionais; afinal, deles participavam os moços chamados a servir honrosamente à sua pátria”.¹⁰⁵

Para Marcus Taborda de Oliveira, na década de 1970, o debate em torno das políticas públicas para a Educação Física e o desporto no Brasil expressa certa necessidade de afirmação do país e sua brasilidade em um mundo marcadamente nacionalista, no qual a autoestima de uma nação passava, naquele contexto, pela afirmação do seu espírito na arena esportiva.¹⁰⁶

O regime civil-militar por meio da Estratégia Psicossocial, inscrita na Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹⁰⁷, investia na interação das diversas instituições sociais: escola, família, igreja e forças armadas, de acordo com os objetivos políticos do regime, pois, segundo eles, os valores ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira.

Para o presidente Médici se “o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública”, a resposta das diversas instituições sociais às pressuposições sobre desenvolvimento e democracia deveria expressar esse processo de busca de internalização dos valores da ditadura. No discurso proferido em 30 de outubro de 1969, o presidente Médici afirmava:

Homem de família creio num diálogo entre as gerações e as classes, creio na participação. Homem do povo creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. Creio no poder fecundante da liberdade. Convoco a vontade coletiva, a participação de todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento.¹⁰⁸

¹⁰⁵ CONSELHO Federal de Cultura. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, ano II, n. 10, abril-junho, 1973. Apud. Tatyana de Amaral Maia. Os Cardeais da Cultura Nacional. O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-militar, p. 187.

¹⁰⁶ Cf. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. O esporte em tempos de Exceção: Sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary et al. (org.). História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP. 2009, p. 387- 389.

¹⁰⁷ De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, as informações no campo psicossocial estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão do poder. As informações sobre o campo psicossocial do próprio País ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão. Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional (MCI), de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação. Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempo de paz, ou em emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância. (1976, p. 545).

¹⁰⁸ MÉDICI, Ernesto G. Brasil 70. Política e debate. *Revista Visão*, São Paulo: n. 3, p. 102, 14 de fevereiro de 1970.

Entretanto, a adesão ao regime não era uma preocupação somente dos militares. Contou com o empenho de outros segmentos sociais e, por meio dele, torna-se possível apreender o processo de imbricação e o de distanciamento entre os interesses e os seus valores. Em 1972, a professora Ethel Bauzer Medeiros destacava a importância da recreação esportiva como “força de integração nacional” diante das inevitáveis transformações vivenciadas pela sociedade moderna:

A sociedade moderna aguçou a consciência da necessidade da recreação. O novo sistema de trabalho, em que tarefas foram muito subdivididas, para que as máquinas pudessem executar o que deu origem a uma especialização sempre maior de funções, tirou o homem à alegria de criar... Precisa, então, buscar nas horas livres ocasião para criar e se afirmar como pessoa, que tem emoções e sentimentos próprios.¹⁰⁹

E ainda,

A recreação como força de integração nacional, também nos países como o nosso, em franco e acelerado crescimento, vemos a modificação brusca dos costumes e a perda da força das tradições. É preciso que se atente para o prejuízo dessa diluição das tradições. Festas juninas vão desaparecendo, só se mantendo a custa de esforço intencional de administradores. Festejos como os de Natal e da Páscoa perdem o seu sabor de elemento de ligação entre os homens, para se tornarem promoções comerciais. Pouco se dá atenção a família durante o ano, mas se compra um presente para a mãe ou o filho no dia das mães ou da criança.¹¹⁰

O papel da educação, em todos os níveis, incluindo a Educação Física, deveria ser a construção de uma consciência cívica associada ao valor da tradição, entretanto, esse processo de conscientização cívica pressupunha a participação ativa do indivíduo na condução dos destinos da nação, atribuindo-lhe como dever máximo a defesa dos valores superiores diante das ameaças provocadas pelas mudanças sociais.

A valorização das tradições só seria eficaz quando elaboradas ações capazes de naturalizá-las, portanto, para contrapor-se a essa “força ameaçadora”, ou seja, a perda das tradições, “a recreação planejada e a educação sistemática para o bom uso do lazer” eram fundamentais.

Iniciada desde cedo e feita vida afora, por pessoal habilitado, ela serviria como elemento de integração do homem na consciência nacional. **Parte do potencial afetivo do prazer da atividade livre** seria utilizada, como se viu na conquista

¹⁰⁹ MEDEIROS, Ethel Bauzer. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 14, 1972.

¹¹⁰ Idem, p. 15.

da taça Jules Rimet, nesse sentido de filiação do homem à sua família maior. Em vez do anonimato, da insipidez da luta pela vida, o orgulho de sentir-se afetivamente ligado a acontecimentos e celebrações coletivas prazerosas.¹¹¹

Assim, tanto a recreação como o “bom” uso do tempo livre estavam integrados, ou pelo menos deveriam estar, à noção de civismo, que se tornou uma ideia-força na última ditadura brasileira, apesar de a noção estar presente no pensamento social brasileiro desde o início da República. A professora Ethel Bauzer Medeiros, em seu texto, não só sintetizou as “ideias-força” do governo (a tradição, o desenvolvimento, a modernidade e a integração nacional), como tentou levar a recreação, por meio da Educação Física sistematizada, a tornar-se um centro de ressonância e amplificação dessa vontade de desenvolvimento.

Sob esse aspecto, o lazer esportivo era utilizado com fins higienistas, a sua ação tinha como finalidade a reabilitação emocional, pois “o orgulho de sentir-se afetivamente ligado a acontecimentos e celebrações coletivas prazerosas”¹¹² pertence a um mesmo processo, não linear, o de construção das representações geradoras do sentimento de pertencimento a uma mesma nação que constitui o ideário nacionalista.

Desde o início do século XX, o nacionalismo em suas muitas leituras e usos foi a mola propulsora que permitiu a muitos intelectuais brasileiros forjar a cultura brasileira e a identidade nacional. O suposto ideário de democracia que o regime pós-1964 tentava construir tinha como um de seus principais objetivos moldar as instituições sociais ao modelo das instituições militares. Nesse sentido, as instituições sociais deveriam estar em consonância com seus propósitos para buscar a adesão de seus membros, o senso patriótico de aceitação das prerrogativas do regime em torno da democracia.¹¹³

Segundo Valter Bracht ¹¹⁴, a instituição militar teve forte influência na trajetória da Educação Física brasileira, e muitos de seus intelectuais foram influenciados nas décadas de 1920 a 1950 pelo movimento escolanovista e pensaram a educação e a Educação Física com base nos princípios dessa teoria pedagógica. Assim, eram companheiros de uma longa trajetória no campo político e intelectual iniciada na primeira metade do século XX.

Portanto, esses intelectuais fazem parte de uma geração que construiu suas experiências mediante a organização de grupos bem articulados no interior do Estado como estratégia de intervenção nos debates políticos e culturais do país e na crença no papel da tradição como

¹¹¹ Idem, p. 16, grifos do autor.

¹¹² MEDEIROS, Ethel Bauzer. Op. cit.,

¹¹³ REZENDE, Maria José. op. cit., p. 5.

¹¹⁴ BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma contribuição*. Vitória: UFES-Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

valor da modernidade. Nesse contexto, intelectual era o “homem de pensamento e ação” capaz de tratar de diversos assuntos e problemas sociais, ou seja, um agente político que intervém por meio da participação no Estado nos rumos da Nação.¹¹⁵

Os posicionamentos políticos de muitos intelectuais ligados à Educação Física na década de 1970 estavam alicerçados em matrizes ideológicas como o otimismo e o nacionalismo; a busca pela “consciência nacional” revela a necessidade de incorporação da população ao “Projeto Brasil, Grande Potência.” Dessa forma, a crença no papel do Estado para a organização e o desenvolvimento do país estava associada à ideia de que só por meio das instituições governamentais seria possível interferir nos rumos da sociedade.

Em 1972, o editorial da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva sublinhava:

Há vinte e cinco anos, o desporto era um privilégio de poucos; estávamos em 1946, quando o recrutamento para serviço militar passou a ser executado em moldes mais racionais, ganhando terreno a Educação Física. Mas os jovens de então eram uma parcela diminuta, e hoje contam 50 de idade, em média, o que lhes dá a possibilidade de terem filhos de 20 a 25 anos de idade, exatamente a idade de um atleta, e nem sempre o exemplo frutificou. Hoje temos 60% de jovens em nosso país, aos quais devemos dedicar todo nosso trabalho. Portanto nossa responsabilidade é bem maior.¹¹⁶

O texto é elucidativo nesse sentido, ainda mais, quando os periódicos da área de Educação Física tornaram-se o principal veículo de divulgação e foram utilizados como instrumentos de intervenção política na área. Em 1973, o professor Ovídio Silveira Souza, na Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, destacava a importância do Diagnóstico de Educação Física/Desporto para elaboração de projetos e campanhas esclarecedoras que elevassem o “nível da aptidão física” da população brasileira:

Essa publicação, embora, como é natural, possa conter falhas, constitui, por assim dizer, a única radiografia de uma estrutura que vinha se eternizando entre nós, desde nossa organização política imperial. São treze os seus capítulos, mas fixemo-nos, de preferência, no de número onze- NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA- por ser o que se ajusta perfeitamente aos nossos propósitos. Logo de entrada deixa-nos estarecidos com apenas a amostragem considerada do índice de incapacidade física de nossa juventude verificado quando dos trabalhos de seleção para prestação do serviço militar no Exército. Em sua página 315,

¹¹⁵ Cf MAIA, Tatyana de Amaral. Os cardeais da Cultura Nacional. O Conselho Federal de Cultura da ditadura civil-militar (1967-1975). Organização da Coleção Lia Calabre- São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012, p. 133.

¹¹⁶ É TEMPO de sonhar. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n.º 11, p. 5-6, 1972.

figuram estas palavras... ‘nos três anos considerados -1967- 1968 e 1969- os incapacitados constituem a maioria absoluta em todas as regiões do país.’¹¹⁷

Assim, para os elaboradores dos programas esportivos, o uso dos conhecimentos e práticas da Educação Física teria não apenas a missão de elevar a aptidão física da população brasileira como melhorar a representatividade do país em eventos esportivos, pois a classificação geral do Brasil nas Olimpíadas de Munique em 1972 (41.^a colocação) foi considerada insignificante para um País que apostava na massificação esportiva e conseqüente engrandecimento da Nação.

As ideias-forças dos programas esportivos

Nessa perspectiva, atuar no âmbito subjetivo era essencial no processo de manutenção dos programas esportivos, uma vez que garantia as condições psicossociais da segurança nacional. A tarefa dos programas esportivos para a população não seria apenas encontrar possíveis atletas de alto rendimento, mas, especialmente, “compensar os efeitos maléficos comuns à vida das grandes cidades”¹¹⁸, e para isso era preciso “disciplinar o avanço urbano, separando, antes da ocupação desordenada e impensada do espaço, áreas livres e protegendo belezas naturais.”¹¹⁹ E ainda:

Criação e desenvolvimento da infra-estrutura material necessária à prática satisfatória de vários tipos de atividade recreativa (e não só jogos e esportes)- como jardins, balneários, teatros, concha acústica, bibliotecas, casa de cultura da comunidade (como se planeja no Amazonas e já se faz muito bem na França).¹²⁰

Mas, para o professor Alfredo Colombo, a liderança comunitária era fundamental na implantação de programas de recreação para que

Possam sensibilizar a comunidade, convencendo-a de que cabe a ela o estudo, o encaminhamento, a solução do problema. Nesse particular, grande reforço poderíamos alcançar com a colaboração dos professores de Educação Física, que, entretanto, deveriam ser preparados para tal.¹²¹

¹¹⁷ SOUZA, Ovídio Silveira. Munique 72 culpados e inocentes. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 12, 1973, grifos do autor.

¹¹⁸ MEDEIROS, Medeiros, Ethel Bauzer. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 16, 1972.

¹¹⁹ Idem, p. 16.

¹²⁰ Idem, p. 16.

¹²¹ COLOMBO, Alfredo. Áreas de lazer e seu papel na comunidade. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, DF, ano 4, n. 11, p. 18, 1972.

Sob esse aspecto, era preciso investir o professor de Educação Física de “sentimento místico para derrubar os obstáculos e conquistar a felicidade”.¹²² E, nesse sentido, visando a dissipar as tensões, a Associação Brasileira de Recreação (ABDR) em 1972 recomendava:

É preciso estar dominado por uma idéia vigorosa, ser tenaz, cerrar os dentes, agüentar firme, pois que, mesmo entre aqueles que não se entusiasmam com as nossas idéias, existem sempre homens dispostos a se unirem a nós, desde que conheçam os nossos verdadeiros sentimentos.¹²³

O poder de mobilização que os eventos esportivos passaram a despertar nos brasileiros certamente não passou despercebido aos olhos dos governantes que os viam como instrumento de integração social. Nos anos de 1974 e 1975, a Secretaria de Esporte do Município de São Paulo lançou grandes promoções esportivas e culturais que ocupavam geralmente uma via central da cidade. No caso de São Paulo, os eventos esportivos eram organizados a partir de uma determinada atividade (passeios a pé e de bicicletas, ruas de lazer, concursos de patins e pandorga) num único dia, e cerca de 150 mil pessoas participavam dessas promoções. Nesse mesmo período, com o objetivo de incentivar a população brasileira à prática de esportes e exercícios físicos, a rede Globo de televisão lançou a campanha “Mexa-se”. A referida campanha tinha como *slogan* a ideia-força “movimente-se”, para que cada pessoa, à sua maneira, realizasse atividades corporais.

Mas, apesar do sucesso midiático com algumas incursões nos intervalos comerciais dos programas exibidos na época, a campanha “Mexa-se” não foi considerada eficiente, pois, segundo o professor Lamartine Pereira da Costa, organizador de diversas campanhas esportivas nas décadas de 1970-80, a televisão “essencialmente predispõe o expectador, não sendo garantida a mudança de hábitos.”¹²⁴ Segundo os idealizadores dos programas esportivos do governo, faltava ao “Mexa-se” os “agentes de mudanças”, ou seja, professores de Educação Física, voluntários esportivos, grupos de pessoas que dessem sentido de motivação e de informação às atividades esportivas.

A difusão de *slogans* ou símbolos nas campanhas do governo (fig. 5) era uma orientação prevista no manual da Escola Superior de Guerra (ESG), como “por exemplo, para a idéia-força: *desenvolvimento: Ninguém segura este país e Este é um país que vai para frente*”

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ COSTA, Lamartine ; TAKAHASHI, George Massao. Fundamentos do esporte para todos 1983. Secretaria de Educação Física e Desporto. Livro Técnico. Distribuição gratuita aos alunos de ensino superior de Educação Física e outros profissionais interessados no movimento “Esporte para Todos.” p. 2-3, jan. 1983.

¹²⁵ foram dois de tantos *slogans* criados pela Assessoria Especial de Relações Públicas do governo (Aerp).

Figura 5 – Campanha EPT – São Paulo, 1977



Fonte: COSTA, 1983 ¹²⁶

Assim, na segunda metade da década de 1970, quando o país passava por uma grave crise econômica e o processo de distensão política, o anúncio esportivo produzido pela agência Publician de São Paulo trabalhou com a memória do “milagre econômico brasileiro” como ponto de apoio na busca de adesão para as atividades esportivas, ou seja, a propaganda dos programas esportivos no Brasil dos anos de 1970 está longe de constituir-se em objeto politicamente neutro, permitindo a realização de diversas aproximações entre a nação e seus representantes. Para George Vigarello,¹²⁷ tal fenômeno acontece porque o esporte no século XX passa a ser um suporte que atrai mensagens ou propagandas devido à sua permeabilidade acentuada para o político, mesmo que a princípio certo “apolicismo” esportivo insista em resistir.

No início da década de 1970, a *Revista Brasileira de Educação Física* publicou um artigo de Arlindo Lopes Correa, secretário executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), sobre esporte e desenvolvimento:

¹²⁵ OPERAÇÕES psicológicas. Manual Básico. Escola Superior de Guerra. p. 319, 1975.

¹²⁶ COSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George Massao. Fundamentos do Esporte para Todos 1983. Secretaria de Educação Física e Desporto. Livro Técnico. Distribuição gratuita aos alunos de ensino superior de Educação Física e outros profissionais interessados no movimento “Esporte para Todos.” p. 55, jan. 1983.

¹²⁷ VIGARELLO, George. Estádios: o espetáculo esportivo das arquibancadas às telas. In: COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George (Orgs.). *História do corpo*. 3. As mutações do olhar. O século XX. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 461.

Há indícios seguros de que o papel do esporte na formação e desenvolvimento do homem, bem como sua influência sobre a sociedade contemporânea ainda não foram percebidos claramente por parcelas relevantes das camadas dirigentes de inúmeros países, entre os quais se inclui o Brasil.¹²⁸

Sobre a relevância social do esporte, Correa afirmava:

Trata-se de um fator de integração nacional e de solidariedade internacional; possui significado econômico, especialmente para os agentes intermediários - criando empregos e promovendo o turismo nacional e internacional; é um fator de prestígio político.¹²⁹

O manual da Escola Superior de Guerra assinalava que era preciso obter o apoio popular para “levar a cabo grandes empreendimentos, e no caso de com ele não se contar, as perspectivas de êxito serão pequenas”,¹³⁰ portanto, para mobilizar a população em torno de um grande evento, era preciso desenvolver uma ideia-força:

Cada manobra psicológica deve corresponder uma idéia- força (idéia- apelo), como elemento capaz de influenciar e mesmo persuadir o público-alvo no sentido do cumprimento da missão psicológica. Nasce de um acurado estudo do público-alvo, tendo em vista atender as suas motivações. São motivações: as crenças, as superstições, as atitudes e opiniões, os ressentimentos, as contradições, os desejos e aspirações, o estado de espírito atual, as tradições, as suas tendências, etc.¹³¹

É importante sublinhar que o manual da Escola Superior de Guerra incorporou as análises antropológicas de Gilberto Freire sobre a formação da sociedade brasileira. De acordo com o item “Atributos do Caráter Nacional Brasileiro”, os traços mais evidentes do “povo brasileiro” era a “cordialidade”:

Síntese de qualidades positivas que representam, talvez, os traços mais generalizados do brasileiro. São eles produtos genuínos da própria terra brasileira, acolhedora, amiga, humana. Por outro lado, as imensas distâncias, a falta de comunicação e o isolamento predispunham à hospitalidade, embora eivada, às vezes, de desconfiança.¹³²

E ainda,

Estes sentimentos apuram-se com a formação cristã do povo e com a fusão de raças, especialmente pela contribuição do negro, que, segundo *Gilberto Freire*,

¹²⁸ CORREA, Arlindo. Esporte e desenvolvimento. *Revista brasileira de Educação Física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 3, 1970.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Manual Básico da Escola Superior de Guerra, p. 548, 1976.

¹³¹ OPERAÇÕES psicológicas. Manual Básico. Escola Superior de Guerra. p. 318, 1975.

¹³² ATRIBUTOS do Caráter Nacional. Manual Básico. Escola Superior de Guerra. p. 46, 1975.

deu-nos a revelação de uma bondade maior que a dos brancos, de uma ternura como não a conhecem igual os cristãos. Daí a sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e perdoar, a indulgência nas repressões, a eliminação das distâncias sociais e conseqüente abolição das distinções de classe e raças, e de todo um elenco de manifestações afetivas.¹³³

Assim, a valorização da *fusão de raças*, a partir da leitura de Gilberto Freire, permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil. As imensas distâncias que poderia acarretar numa dificuldade de comunicação e o pluralismo regional que definia a sociedade brasileira não eram excludentes nem causavam rupturas, ao contrário, de acordo com os defensores dessa visão sobre a identidade brasileira, “irmanava” as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. Conforme Carlos Fico, o governo militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbrasse na longa duração aspectos promotores de “esperança e otimismo”.

Gilberto Freire foi destaque da revista *Veja* em 1972. Em seu artigo, o sociólogo solicitava “gentilmente de ministros e autoridades em geral”¹³⁴ que sua importância intelectual fosse reconhecida e afirmava que nutria simpatia pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), afinal, apoiava o governo, destacando ainda que “o presidente Emílio Garrastazu Médici está conduzindo os destinos do país com arrojo e dignidade.”¹³⁵ logo após o golpe de 1964, o regime investiu seus esforços para colocar em funcionamento instrumentos e técnicas de ação indicadas pela Escola Superior de Guerra (ESG). A família, a escola, as associações de pais e professores, a imprensa, o rádio, a televisão deveriam ter suas ações e convicções voltadas para a construção da ordem, harmonia, solidariedade, coesão e integração nacional.¹³⁶

Para a historiadora Maria José de Rezende, a tarefa dos setores dirigentes no governo Médici tornar-se-ia cada vez mais fácil à medida que os objetivos e desígnios da ditadura fossem internalizados pela maioria da população brasileira, a qual deveria passar a acreditar de maneira absoluta que a liberdade não poderia ultrapassar os limites traçados pelos seus condutores, pois ela poderia conduzir a sociedade a uma verdadeira barbárie.¹³⁷

Segundo Renato Ortiz¹³⁸, o que constitui a base de raciocínio do pensamento militar em relação à sociedade é a Ideologia da Segurança Nacional. Para o autor, o Estado era percebido como o *centro nevrálgico* de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí

¹³³ Idem, grifos do autor.

¹³⁴ O FIEL do poder moderador. *Revista Veja*. São Paulo, n. , p. 45, junho de 1972.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ REZENDE, op. cit., p. 46.

¹³⁷ REZENDE, op. cit., p. 49.

¹³⁸ Cf. ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. Brasiliense, p.115 , 2001.

uma preocupação constante com a questão da *integração nacional*. Ainda, segundo Renato Ortiz, o que a Ideologia de Segurança Nacional propunha-se era substituir o papel que as religiões desempenhavam nas *sociedades tradicionais*. De acordo com o autor, nessas sociedades, o universo religioso unia organicamente os diferentes níveis sociais, gerando uma solidariedade entre as partes, para assegurar a realização de determinados objetivos.

O discurso do presidente Médici, em 1970, pronunciado em São Paulo nas comemorações do aniversário da cidade, é salutar nesse sentido:

Solidariedade também é juntar-se às paixões da alma popular. E, nas asas dessa paixão, meu governo se empenhou para que trouxéssemos o México à platéia de todos os lares do Brasil. [...] Aqui venho para chamar o povo para que não me falte com a sua participação nos momentos todos de meu governo. Venho chamá-lo para a construção de uma paz dinâmica, que, ainda uma vez mais na História, bandeira partida de São Paulo, nos leve a todas as terras brasileiras, agora aos chãos do desenvolvimento. Chamá-lo para a violência edificadora, do idealismo são e puramente brasileiro. Aqui me tenho para pedir ao povo sua confiança, sua solidariedade, sua compreensão, sua maior produtividade.¹³⁹

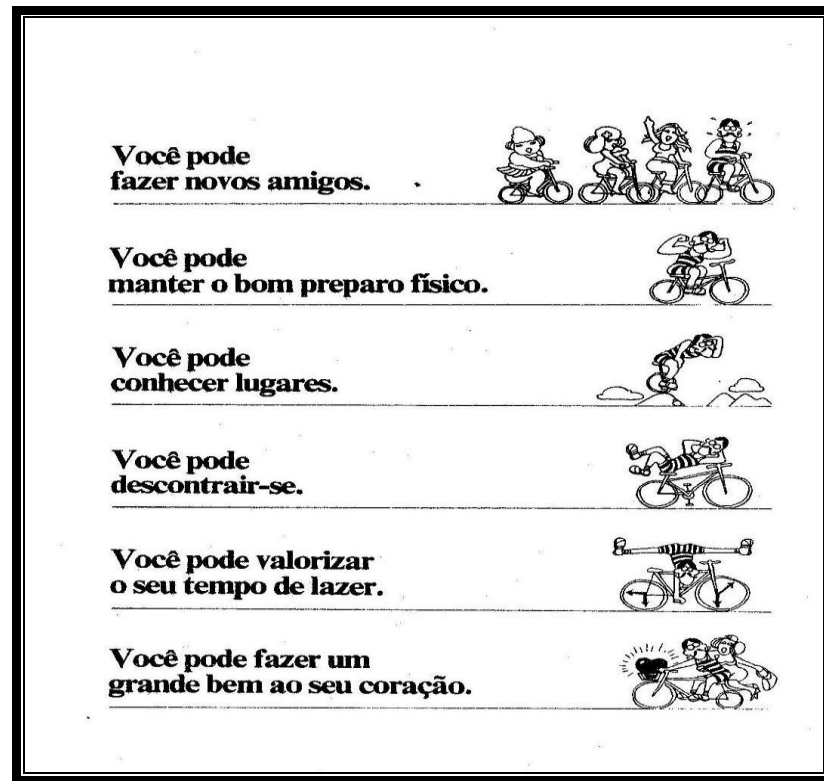
Nesse contexto, as campanhas esportivas produzidas na década de 1970 giravam em torno de ideias-forças como solidariedade no sentido de coesão, espírito comunitário para alcançar os objetivos nacionais. Nesse período, o esporte vai ganhar caráter democrático e festivo, devendo despertar nas pessoas novos hábitos (fig. 6). A campanha promovida em 1975 pela Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, *Ginástica para todos*, anunciava: “pegue seu tênis, calção, agasalho, e ainda uma toalha grande ou esteira e esteja pronto para fortalecer o seu físico e suas amizades.”¹⁴⁰ Mas, para Lamartine Pereira da Costa a mensagem deveria ser, sobretudo, “humorística, mobilizadora e ao mesmo tempo informativa”.¹⁴¹

¹³⁹ MÉDICI. Discurso pronunciado no dia 25-1-1970, no 416º aniversário de fundação da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1>>. Acesso em: 28 set. 2013.

¹⁴⁰ NÃO FALE de esportes. Pratique. Revista Desporto. Órgão de divulgação do Desporto brasileiro. Rio de Janeiro, ano II, n. 17, p. 7, set. 1977.

¹⁴¹ COSTA, Lamartine Pereira (Org.). Teoria e prática do esporte comunitário e de massa. Rio de Janeiro: Palestra edições, 1981. p. 196.

Figura 6 - Passeio de bicicleta. Folheto da Campanha EPT de 1978



Fonte: COSTA, 1981.¹⁴²

O esporte deveria rimar com saúde, elegância e bons hábitos, transmitindo o ideal ou mais uma “corrente prá frente”. Para José Carlos Reis, a leitura otimista no pensamento social brasileiro não foi exclusividade do regime militar. Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), a assim chamada identidade brasileira seria amplamente redefinida do ponto de vista governamental. Assim, elementos utilizados na propaganda política do governo pós-1964, como, por exemplo: valorização do trabalho, certa ideia de nação baseada nos princípios de coesão e cooperação, segundo o autor, são matizes ideológicas do Estado Novo e foram ressignificadas na ditadura militar em 1964.¹⁴³

As vitórias no esporte: a grande inspiração

Segundo o historiador Gerson Wasen Fraga, a utilização política das conquistas esportivas pelo Estado é fruto da percepção de que a mobilização popular em torno das competições internacionais e os momentos de euforia pelas conquistas são momentos de

¹⁴² Idem.

¹⁴³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV, p. 34-37, 2006.

constituição – e especial visibilidade – da identidade nacional.¹⁴⁴ Associando esporte ao desenvolvimento econômico, o governo Médici vai de fato tratá-lo como questão de Estado. Em 1970, engenheiro e economista Arlindo Lopes Correa, que tinha participação ativa no governo, nesse período publicou um artigo na *Revista Brasileira de Educação Física*, destacando o papel do esporte no desenvolvimento econômico de uma nação, pois, segundo ele, era “preciso apontar novos rumos para essa atividade no país e fazer dele o que ele, potencial e intrinsecamente, já é: um instrumento de aperfeiçoamento individual e social.”¹⁴⁵

Sob essa perspectiva, o governo Médici vai definir como meta prioritária de seu governo “a valorização do homem brasileiro e sua integração no esforço nacional do desenvolvimento”.¹⁴⁶

Pretendo estimular, ao máximo, a participação da juventude na vida do País, como já tenho dado provas ao chamar gente moça para postos de responsabilidade. Nesse sentido, cuidarei de iniciativas já consagradas, como os Projetos Rondon e Mauá, e tudo farei para apoiar os anseios de afirmação cultural dos jovens e a criação de oportunidades para a realização total de sua personalidade, *até mesmo no esporte, sob a inspiração das alegrias do povo nas memoráveis vitórias que marcaram este ano.*¹⁴⁷

Essa vinculação entre o campo esportivo e o político como forma de estabelecer um vínculo comum entre o presidente e a população, ao mesmo tempo, moldava a sensação de otimismo em relação ao futuro do país. Orientado para as metas de segurança e desenvolvimento, o sistema de comunicação do governo Médici consolidou uma forma de resgatar o diálogo entre Estado e sociedade para a formação de uma “nova consciência de brasilidade”.

Para Tatyana de Amaral Maia¹⁴⁸, a noção de “civismo” vai sobrepor-se à ideia de cidadania, amputando alguns de seus direitos fundamentais em nome da preservação da nação ameaçada pela presença constante do inimigo - a ameaça comunista. Ratificava-se a manutenção da ordem pela coerção de adversários políticos e a perseguição aos “subversivos”. Mas, paralelamente ao aparelho de repressão e censura, o governo vai criar e

¹⁴⁴ FRAGA, Gerson Wasen. *Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê*. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_DasformiguinhasdeGeisel.pdf> Acesso em: 23 jun. 2014.

¹⁴⁵ CORREA, Arlindo Lopes. Esporte e desenvolvimento. *Revista brasileira de Educação Física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 4, 1970.

¹⁴⁶ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso proferido na visita ao 1.º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa. Paraíba, em 8 abr.1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

¹⁴⁷ Idem. Grifo nosso.

¹⁴⁸ Cf. MAYA, op. cit., 171-180.

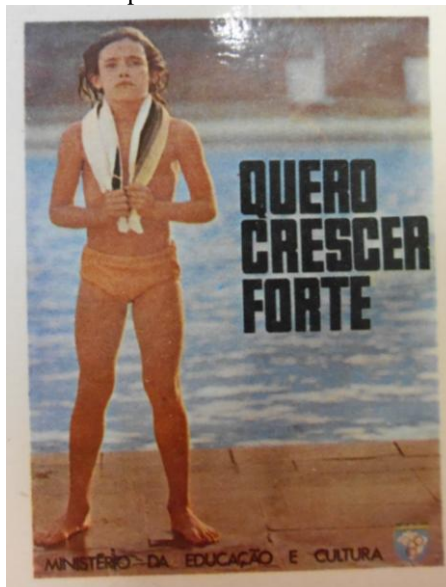
financiar importantes setores na construção de imagens ufanistas que, incorporadas ao imaginário social, deveriam legitimar o regime autoritário.

Em sua mensagem enviada ao Congresso Nacional em 1970, o presidente Médici destacou alguns princípios na utilização dos meios de comunicação:

Estarei sempre presente à casa de cada um, para dizer a todos a verdade, somente a verdade. Não farei promoção pessoal, nem permitirei que a façam à minha sombra. A Comunicação Social do meu governo visa informar e formar, a divulgar e a educar. Usarei os instrumentos a meu alcance para chamamento de todos à coesão, ao respeito à lei, à produtividade, à união e à esperança.¹⁴⁹

Para Carlos Fico, a singularidade desse tipo de propaganda política está no fato de parecer “despolitizado.” E, segundo o autor, a dimensão técnica dessa despolitização estaria presente na persistência da estratégia orientada para a despolitização do conteúdo das informações de origem governamental, por exemplo, muito presente nas campanhas de esclarecimento desportivo ou sobre os benefícios da vacinação (fig. 7). Entretanto, Fico destaca que não houve apenas uma “tecnização da política, mas também uma espiritualização da propaganda, ou seja, a abordagem dos temas aparentemente inócuos dos sentimentos nobres e dos valores brasileiros era a forma possível de propaganda política naquele momento.”¹⁵⁰

Figura 7 - Campanha Nacional de esclarecimento desportivo



Fonte: Revista brasileira de Educação Física e desportiva.¹⁵¹

¹⁴⁹ MEDICI, Emílio G. *Nova Consciência do Brasil*. Presidência da República. p. 79. 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

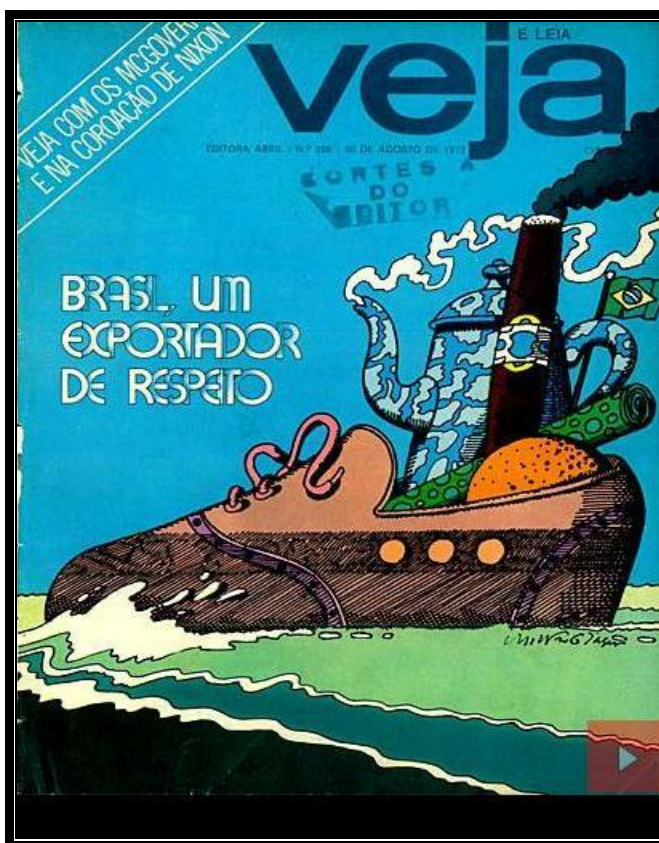
¹⁵⁰ FICO, op. cit., p. 129.

¹⁵¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA. Brasília, DF. ano 4, n. 12, 1973.

Assim, a propaganda esportiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob a coordenação da Aerp, tinha forte teor otimista e buscava abrir canais de comunicação entre governantes e governados como meio de obter a legitimação do sistema político para execução dos projetos do governo: desenvolvimento econômico e a concretização do projeto Brasil potência mundial.

Entretanto, é importante destacar que o modelo Aerp de publicidade inspirou alguns dos principais órgãos de imprensa do país. A capa da revista *Veja* de 30 de agosto de 1972, expressava com entusiasmo o crescimento das exportações brasileiras, ou seja, a “pátria de chuteiras” rumo à conquista de novos mercados (fig.8).

Figura 8- Revista *Veja* 30 de agosto de 1972



Fonte: Revista *Veja*, 30 ago. 1972.¹⁵²

Acontecia em São Paulo a Feira Internacional de Exportação, a “Brasil export 72”, e, segundo a referida revista, o evento era uma oportunidade de rompermos com a imagem do país do exótico, afinal, tratava-se naquele momento de mostrar a capacidade de realização da

¹⁵² *VEJA*, n. 208, 30 ago. 1972.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 29 maio 2014.

“pátria de chuteiras”. Nesse sentido, a peça publicitária da Feira Internacional de Exportação baseou-se em um imaginário preexistente na sociedade brasileira na década de 1970, e, para tanto, o cartaz (fig. 9) que acompanhava a reportagem sobre o Brasil export 72 destacava: “Yes, we have bananas”:

É exatamente isso que o governo deseja com a feira: mostrar aos compradores estrangeiros, tradicionais ou não, que a indústria brasileira tem capacidade de competir no mercado internacional com produtos que há alguns anos o Brasil ainda comprava no exterior. Por isso, foi feita uma campanha de propaganda nos principais jornais e revistas dos maiores mercados consumidores. Um dos anúncios atinge os preconceitos dos importadores com precisa ironia. ‘Sim nós temos bananas’, diz o título, enquanto as ilustrações mostram os veículos, sapatos, máquinas diversas e nenhuma banana.¹⁵³

Figura 9 - Anúncio Brasil Export 72



Fonte: Revista *Veja*, 1972.¹⁵⁴

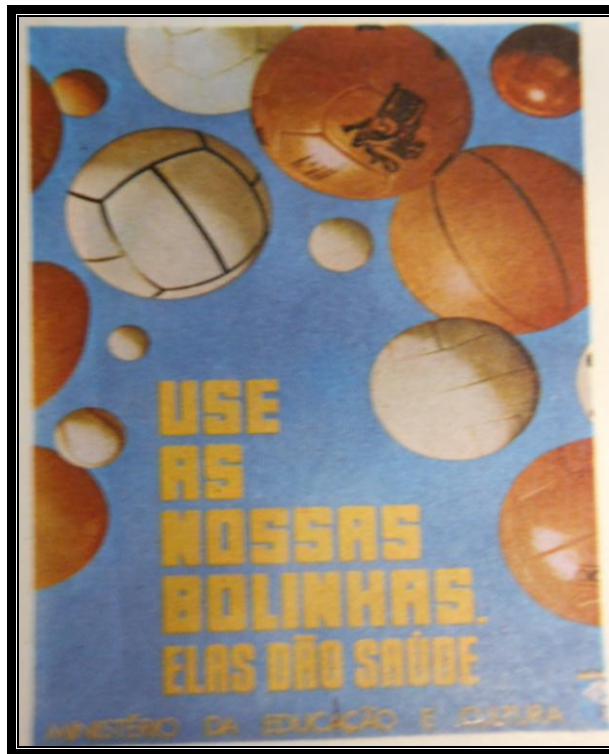
De modo geral, prevaleceu na publicidade oficial ou mesmo da iniciativa privada a associação com o presente, fosse por meio de eventos esportivos ou por meio da divulgação da ideia de “construção de um novo tempo”. Assim, imbuído de tal “missão civilizatória”, o governo vai conclamar a população a aderir à causa revolucionária, cujos objetivos eram identificados como emanados da própria nação. Caberia ao “governo revolucionário” a tarefa de restabelecer a ordem e definir as metas e finalidades do projeto de desenvolvimento econômico-social do país.

¹⁵³ Idem, p. 70.

¹⁵⁴ Idem.

Carlos Fico¹⁵⁵ destaca que a estruturação do discurso do governo Médici deu-se pelo aprofundamento entre ordem e caos, o que significa dizer que, para os militares, no período anterior à “revolução”, o país experimentara uma situação de completa decadência moral e material, caberia especialmente a eles inaugurar esse novo tempo. Nessa perspectiva a atividade esportiva deveria ser utilizada como meio de reajustar o indivíduo à sociedade, a seu trabalho e à sua família, trazendo-o para o seio da ordem e das normas sociais (fig.10), evitando, segundo o professor Alfredo Colombo, “os cinemas com programas inadequados, os dancings, os bares, as bocas de fumo”.¹⁵⁶

Figura 10 - Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo



Fonte: Revista brasileira de educação Física e desportiva, 1973.¹⁵⁷

Nesse sentido, era preciso corrigir e pôr fim a determinadas práticas sociais não consoantes com os dois grandes objetivos norteadores do governo no início da década de 1970, o desenvolvimento e o progresso. Nessa perspectiva, os programas esportivos deveriam não apenas recuperar o indivíduo marginalizado como também captar sua força para o

¹⁵⁵ FICO, op. cit., p. 121.

¹⁵⁶ COLOMBO, Alfredo. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 16-18, 1972.

¹⁵⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA. Brasília, ano 4, n. 12, 1973.

trabalho. Esses procedimentos estavam fundamentados, segundo Denise Sant' Anna¹⁵⁸, na produção de um tipo de lazer que contivesse funções e dimensões não apenas lúdicas, mas também terapêuticas, disciplinadoras e de correção dos excessos e desequilíbrios da cidade e de seu habitante.

Assim, se o “milagre brasileiro” era a ideia-força que se apresentava como evidência do sucesso da política econômica anunciado pelas obras grandiosas de infraestrutura em construção¹⁵⁹, o campo esportivo transformou-se em objeto de interesse político ao mobilizar a atenção popular e contribuir para a articulação de identidades, além de desencadear manifestações que valorizam o sentimento de pertença e orgulho nacionais.

Alguns meses após a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, em 1970, o Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisas (IBOP) realizou uma pesquisa para verificar se a vitória da seleção teve algum impacto nos hábitos cotidianos dos brasileiros. E para surpresa: 70% dos entrevistados disseram que “não teve qualquer influência. No entanto, 59% responderam que, desde então, sentiam mais orgulho de serem brasileiros, e 47% disseram-se mais otimistas com relação ao Brasil”.¹⁶⁰

Assim, o regime civil-militar procurava associar o momento favorável vivenciado em diversos setores e inclusive a vitória do Brasil na Copa do Mundo de Futebol no México às ações governamentais. A atmosfera ufanista foi alimentada pela propaganda política para a construção de uma imagem de Brasil em acelerado crescimento econômico.

¹⁵⁸ SANT' ANNA, Denise Bernuzzi. *O Prazer justificado: História e lazer*. (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Editora Marco Zero, 1994. p. 83.

¹⁵⁹ FICO, op. cit., p. 121.

¹⁶⁰ Apud CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento, 1972*. 333p. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012, p. 155.

CAPÍTULO 2

ESPORTE COMO SUCESSO ECONÔMICO

Com base em uma visão ampla do chamado Milagre brasileiro, pretendo neste capítulo analisar alguns aspectos importantes do governo Médici, objetivando traçar a conjuntura do período em que se desenvolveu a política de massificação esportiva nos anos 1970 e, ao mesmo tempo, busco apresentar uma espécie de visão panorâmica a respeito das campanhas esportivas dos anos de ouro do milagre econômico.

Em 1970, ao completar seu primeiro ano de governo, o presidente Médici enviou à nação em rede nacional de rádio e televisão uma mensagem especialmente *esperançosa*. Buscava sensibilizar e mobilizar a população para participar nos próximos anos do esforço nacional de desenvolvimento.

HOMENS e mulheres de meu País. Esta noite do milagre da renovação do tempo e da esperança, antes de ser a hora de mergulhar no mistério do futuro, é a hora da consciência de cada um de nós rever a cena que passou, medir a sorte que nos toca e julgar o que fizemos dos nossos dias. Querendo que se tenha o Brasil no pensamento, nesta hora de votos e vaticínios, venho à casa de todo brasileiro, para que, juntos, possamos também pensar no que fizemos todos os dias de nosso país.¹⁶¹

Tal mensagem despertava e insuflava diversas emoções, e a produção desse discurso comovente constituía-se numa eficiente rede de legitimação do governo autoritário.

No quadro dessa mudança e passados os dois tempos essenciais - de salvação nacional e de retomada do progresso em bases estáveis — começamos a viver, em 1970, o tempo de harmonia entre o desenvolvimento econômico e a justiça social. E nesta hora de um mundo marcado de angústias, egoísmo, intransigência e desalento, faz-se certeza a esperança no grande destino do Brasil, ao se ver a Nação encontrar a confiança em si mesma, a convergência da vontade coletiva, a consciência do próprio valor, assim como as inspirações, as energias e o entusiasmo de um legítimo orgulho nacional.¹⁶²

Os condutores do regime partiam da perspectiva de que ganhariam a adesão às suas propostas de organização da vida social se conseguissem uma opinião pública cada vez mais

¹⁶¹ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem do Presidente MÉDICI, na Passagem do Ano Novo, em 31-12-70. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/09/view>>. Acesso em: 15 maio 2014.

¹⁶² Idem.

favorável a seus feitos e ações, portanto, a participação de cada um era fundamental. Entretanto, essa participação significava partilhar a identidade de reações afetivas com outros membros. Assim, se o mundo lá fora era atravessado por “angústia, egoísmo e desalento”, a publicidade de empresas públicas e privadas esforçava-se por representar o país como um paraíso de entendimento e de solidariedade afetiva (fig.11).

Figura 11 - Sesquicentenário da Independência- Cia Siderúrgica Nacional



Fonte: *Veja*, 1972.¹⁶³

No bojo desses acontecimentos, campanhas e programas esportivos eram veiculados nos meios de comunicação, escolas e comunidades de bairro mobilizadas, para criar uma atmosfera de participação em torno das ações e políticas culturais do governo. Segundo Otávio Costa, chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), era preciso “promover e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”.¹⁶⁴

Marcus Taborda de Oliveira sublinha que no esforço de afirmação política para “capturar a sensibilidade das massas,”¹⁶⁵ o governo militar lançou mão da cultura e da propaganda como veículos para a produção de uma identidade comum, e o esporte foi considerado, nesse período, assim como a arte, elemento fundamental na afirmação de uma ou de outra expressão do que seria verdadeiramente brasileiro. Os objetivos traçados pela Aerp para o ano da Copa do Mundo de futebol em 1970 atestam a preocupação do governo com a

¹⁶³ *VEJA*, 30 ago. 1972.

¹⁶⁴ OTAVIO Costa fala sobre a Aerp. *Jornal do Brasil*. 01 jul. 1970. Primeiro caderno, p. 14.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade. *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 389.

mobilização e apoio popular, construídos de acordo com sentimentos e valores patrióticos condizentes com os ideais propostos pelo governo para o desenvolvimento do país.

A temática da participação como valor a ser incorporado ao comportamento social foi usada em muitas campanhas esportivas para legitimar o projeto de desenvolvimento proposto. Mas é importante observar que tanto a propaganda governamental quanto a de empresas privadas convocavam a participação de toda a nação, de diferentes segmentos sociais, rumo ao futuro grandioso, suscitando a ação, adesão e confiança da população ao regime. A campanha esportiva da cooperativa central dos produtores de açúcar (figs. 12 e 13) dizia:

Nós somos industriais, fabricantes de açúcar, a mais completa fonte natural de energias que existe. E é energeticamente que nós achamos que se você entrar em forma, a sua família entra em forma. Se a sua família entrar em forma, a família do seu vizinho também entra, e o vizinho do vizinho do seu vizinho também entra. A sua rua entra em forma, o seu quarteirão entra em forma, a sua cidade entra em forma. Daqui a pouco todo mundo estará em forma. É disso que o Brasil também precisa para se transformar numa grande potencia mundial. E isso não é brincadeira.¹⁶⁶

Figura 12 - Campanha Copersucar da Boa Forma Física



Fonte: *Veja*, 30 ago 1972.¹⁶⁷

O chamado “milagre econômico” foi transformado em importante artefato político, e o discurso do desenvolvimento nacional e da Educação Física estavam cada vez mais vinculados. Direcionadas à população de forma geral, as campanhas esportivas tinham como

¹⁶⁶ CAMPANHA Copersucar da boa forma física. *Veja*, São Paulo, Edição n. 208, 30 ago 1972.

¹⁶⁷ Idem.

objetivo também a constituição de um ideário nacionalista – vigor e saúde associados à manifestação do sentimento de amor à pátria. Além disso, percebendo que a legitimidade do regime militar girava em torno do discurso do desenvolvimento econômico, os setores civis não se eximiram em contribuir com o conjunto de construções discursivas.

A realização das campanhas para incentivar a população brasileira à prática de esportes e atividades físicas era compreendida como a consolidação de um país desenvolvido rumo ao dito primeiro mundo, e a expectativa de que faltava pouco para nos transformarmos numa “grande potencia mundial” explica-se na compreensão de futuro do próprio presidente Médici que proferiu o seguinte no seu discurso de posse: “creio no apressamento do futuro.”¹⁶⁸

Assim, a expressão “Brasil grande” sintetizava o futuro próximo, o de nos tornarmos uma potência mundial, marcando os diversos setores civis e militares na década de 1970. Desse modo, a prevenção de doenças e a promoção da saúde relacionada à prática de atividades físicas faziam parte das discussões em torno de uma política pública para o setor. Associada também aos lazeres ativos, a Educação Física poderia consolidar comportamentos sociais mais harmônicos e sintonizados com a nação.

Figura 13 - Campanha Copersucar da Boa Forma Física



Fonte: Veja, 6 set. 1972.¹⁶⁹

Participar dos programas esportivos e, como consequência, adquirir boa forma física apresentava-se como uma espécie de preparação para esse futuro que se acreditava poder apressar. Despontam propostas e estratégias diferentes buscando transformar os usos do tempo livre, especialmente com a família, em formas de lazer adequadas. A Campanha

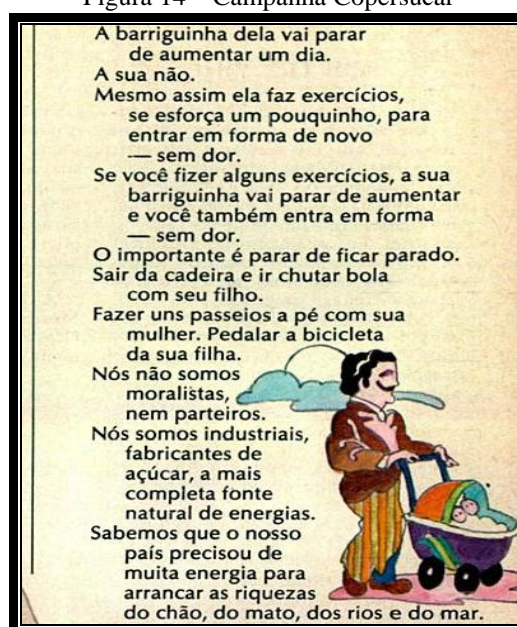
¹⁶⁸ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Discurso de posse 30 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

¹⁶⁹ CAMPANHA Copersucar da boa forma física. *Veja*, n. 209, 6 set. 1972.

Copersucar da Boa Forma Física (fig. 14) destacava: “não é só fazendo filhos que a gente vai fazer do Brasil uma grande potência. É preciso que quem já está aqui entre em forma. Nenhum país fica forte quando seu povo está fora de forma”.¹⁷⁰

Assim, além de contribuir para disseminar a prática da atividade física para a população com vistas não apenas ao condicionamento físico atlético, mas voltado aos cidadãos comuns para que estes pudessem tornar-se mais saudáveis e disciplinados às normas estabelecidas pelo regime, a campanha Copersucar da Boa Forma Física contribuiu também para colocar a família como objeto de correção e vigilância (fig. 15).

Figura 14 - Campanha Copersucar



Fonte: Veja, 6 set. 1972.¹⁷¹

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ CAMPANHA Copersucar da boa forma física. *Veja*, n. 209, 6 set. 1972.

Figura 15 - Campanha Copersucar da Boa Forma Física



Fonte: Veja, 6 set. 1972.¹⁷²

Dessa forma, o movimento de massificação do esporte no início da década de 1970 ocorreu em meio a tensões estabelecidas com outras práticas culturais e indicava a emergência de uma nova sensibilidade que despontava em direção à constituição do que deveria ser ainda o homem moderno:

Sabemos que custou muito para nosso povo chegar aonde chegou. Foi preciso muita energia para fazer o gigante acordar. Agora que o gigante já está acordado e trabalhando energeticamente para cuidar do bolso, não custa nada trabalhar um pouquinho para cuidar do corpo. Você precisa tomar consciência de que um gigante com o corpo fora de forma, não pode continuar trabalhando para cuidar do bolso. Quando o corpo do gigante não ajuda, a cabeça do gigante padece. Não custa nada você saber que isso pode custar muito.¹⁷³

A euforia da modernização desenvolvimentista, a urbanização e a consolidação dos setores médios favoreceram a criação de um espaço cultural no qual bens simbólicos, entre eles o comércio esportivo, passaram a ser consumidos por um público cada vez maior. A Revista *Visão*, em 1973, publicava importantes dados sobre a indústria esportiva:

Segundo informações fornecidas durante uma reunião no sindicato da Indústria e Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários do Estado de São Paulo, a produção paulista de bicicleta foi estimada em 800 mil unidades. A produção prevista para este ano é de 1,2 milhões de unidades.¹⁷⁴

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ *VISÃO*, n. 3, 31 jul. 1973, p. 66.

Os anos de 1973/74 são os do conhecido primeiro choque do petróleo que desestabiliza a economia internacional, e o modelo econômico brasileiro começa a apresentar sinais de deteriorização em virtude da crise mundial do petróleo, a bicicleta passou a ser uma alternativa mais econômica e saudável como meio de transporte:

A bicicleta sofreu uma revolução no seu uso, afirma Sergio Ficarelli, da Caloi, 'e as indústrias instituíram a linha jovem, para passeio e esporte'. Para Walter Dialectaquiz da Monark, o mercado atualmente é promissor, pois atente as pessoas de oito a oitenta anos. 'a bicicleta' diz ele 'é recomendada pelos médicos como exercícios preventivo contra infartes.'[finaliza].¹⁷⁵

Com a poluição e as dificuldades de mobilidade urbana, a associação do corpo saudável ao modelo de corpo atlético revelava-se como estratégia de consumo voltada a vender produtos do estilo de vida ativo. A atmosfera otimista desencadeada com o crescimento econômico no final da década de 1960, somada às conquistas esportivas do ano de 1970, como o segundo lugar obtido pelo basquete no campeonato mundial e o desempenho do enxadrista Henrique da Costa Mecking e do pugilista Éder Jofre nos torneios mundiais deveria estender-se até as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, data a ser comemorada em 1972. A Comissão Executiva Central para as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil (CEC) organizou diversos eventos esportivos em todo o país naqueles anos.

Noventa milhões em ação: a grande festa esportiva

Em abril de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, o presidente português, almirante Américo Thomaz, entregou os restos mortais de D. Pedro I ao Brasil, dando início às comemorações do sesquicentenário da Independência. A cerimônia começou com a assinatura do termo de entrega dos despojos régios pelos governantes de Brasil e Portugal e logo depois o esquife com os restos mortais de D. Pedro I foi transportado em veículo bélico do Exército para o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.¹⁷⁶ O ponto máximo dos festejos nacionais naquele ano consistiria no depósito dos restos mortais de D. Pedro I no monumento do Ipiranga na cidade de São Paulo.¹⁷⁷

¹⁷⁵ VISÃO, n. 3, 31 de julho de 1973, p. 66.

¹⁷⁶ FOLHA de São Paulo, 23 abr. 1972.

¹⁷⁷ Ver: CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento 1972*. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

Um dos principais eventos esportivos organizados pela Comissão Executiva Central para as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil (CEC) foi a Taça da Independência, nome oficial do torneio internacional de futebol que reuniu no país algumas das mais importantes seleções mundiais ao longo dos meses de junho e julho de 1972.¹⁷⁸

A idealização e organização do torneio também conhecido como minicopa do mundo de futebol foi da Confederação Brasileira de Desportos, modo encontrado pelos dirigentes do futebol nacional para contribuir com as comemorações do sesquicentenário da Independência, além de integrar-se oficialmente à programação. Embora alguns países europeus houvessem boicotados os jogos em repúdio às acusações de tortura política¹⁷⁹, muitos jornais da época associavam as conquistas vividas pela sociedade brasileira em vários setores desportivos ao governo Médici:

A importância do esporte, no Brasil, pode ser entendida ao analisarmos as providências do Governo Federal, em seu favor, cujos fatores atestam que somos os melhores do mundo, tem merecido as atenções das autoridades: também o setor amadorista vem sendo beneficiado por diversas medidas que, com certeza, no médio prazo, projetarão o nome do Brasil no cenário internacional.¹⁸⁰

Dessa maneira, a reportagem destacava o esforço do governo federal para desenvolver não apenas o futebol, mas também os esportes em geral, pois estávamos caminhando para um futuro próximo, o de nos tornarmos uma grande potência no mundo dos esportes. Buscava-se criar uma atmosfera favorável aos eventos esportivos do sesquicentenário da Independência, fato que poderia contribuir positivamente para que grande número de pessoas participasse das comemorações.

Os fragmentos dos discursos extraídos dos pronunciamentos do presidente Médici também merecem destaque porque refletem não apenas a ideologia do sistema como nos permitem identificar os temas reproduzidos nos programas do governo. Seu discurso proferido na Escola Superior de Guerra em 1970, que atribui ao “homem anônimo a primeira das nossas infraestruturas básicas” e, portanto, “preciso *aperfeiçoá-lo*”, já sinalizava os esforços pedagógicos de seu governo, que deveria envolver o esporte/ Educação Física e sua utilização como meio de educar a população:

¹⁷⁸ Idem, p. 135.

¹⁷⁹ Alemanha, Itália e Inglaterra não participaram e acusaram o governo brasileiro de utilização política do torneio. Contudo, países do bloco socialista, como Iugoslávia e União Soviética, aceitaram participar do torneio Internacional.

¹⁸⁰ JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro: 5 jun. 1972.

Cuidados especiais estaremos sempre dando à família e à formação moral e cívica do homem brasileiro, de tal forma que se preservem os valores espirituais da nacionalidade e se fortaleça o caráter do povo, sem o que o progresso material poderá ser passageiro, enganador e até desumano.¹⁸¹

Esse discurso explicita o nacionalismo, enfatizando os valores militares ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina, como característicos da própria sociedade brasileira. Nesse momento, não se tratava mais de consolidar o Estado-Nação, tarefa essa concluída pelo Estado Novo (1937-1945), mas antes ampliar o que já havia sido construído, ou seja, enaltecer aqueles elementos anteriormente definidos como geradores desse Estado-nação. As ideias-forças de (tradição, brasilidade, mistura de raças, país continental) associadas à leitura desenvolvimentista dos militares, foram incorporadas ao discurso cívico. E o civismo, nesse contexto, estava ancorado no ideário otimista do regime militar, que buscava no passado as experiências constitutivas da cultura nacional.¹⁸²

A marchinha de autoria do compositor Miguel Gustavo “noventa milhões em ação pra frente Brasil do meu coração”, que mobilizou boa parte da população brasileira durante a Copa do Mundo de Futebol, continuou embalando grande número de torcedores na Taça Independência em 1972. Desde cedo, a propaganda do governo Médici esforçou-se para construir um imaginário nacional-patriótico forjado a partir de sentimentos de pertencimento, elaborados em um discurso otimista sobre a trajetória da sociedade brasileira. Os festejos do aniversário da cidade de São Paulo dois anos antes é salutar nesse sentido.

Nesta manhã de São Paulo, aqui estou com o povo na praça, e, na tarde que nos espera a todos, faço questão de unir a minha voz à voz da multidão no Morumbi. Permitam-me todos, ali, que o Presidente tenha também um momento de si mesmo. Meus irmãos bandeirantes! Estando com os pés aqui neste chão de planalto e ao abrir este ponto de encontro, contemplo Deus que nos vale na Consolação e lembro os irmãos jesuítas que plantaram o planalto no pátio do colégio e gravaram, para a eternidade, nas areias do litoral, o mandamento brasileiro da compreensão, da doçura e do amor.¹⁸³

No discurso de Médici, as palavras compreensão, doçura e amor parecem contrastar com as perseguições, prisões, torturas, mortes e exílios, que se intensificaram no seu governo.

¹⁸¹ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A sociedade a construir*. Aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra, na Guanabara em 10 de março de 1970, p. 77.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

¹⁸² MAIA, op. cit., p. 136.

¹⁸³ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso pronunciado no dia 25-1-1970, no 416.º aniversário de fundação da cidade de São Paulo. p. 22. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

Afinal, os *anos do milagre* foram também os *anos de chumbo*. Concordo com Janaína Martins Cordeiro quando sublinha que é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro do milagre e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais que nos permite compreender a formação de um consenso social em torno do regime.¹⁸⁴

Mas, como o objetivo do discurso de Médici era a integração nacional, nessa perspectiva, o passado abstrato tornava-se fundamental na formação de uma trajetória comum compartilhada por todos os brasileiros. De acordo com Tatyana Maia, esse passado compreendido como “memória nacional” foi considerado o elemento-síntese da tradição nacional, ou seja, o passado cultuado por meio do ensino da cultura era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social e o estabelecimento de laços de solidariedade à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil.¹⁸⁵

Esporte, música e otimismo

A visão do povo cordial, do conagraçamento racial, do país do samba e do futebol de futuro glorioso produzida pelo discurso otimista era exaltado nas propagandas oficiais, nas propagandas de empresas privadas, e numa série de canções de cunho popular ao longo das festividades nacionais. Na busca por adesão popular os organizadores dos eventos esportivos realizaram espetáculos com ídolos da música brasileira da época que acabaram associando sua imagem ao discurso de ordem promovido pelo regime militar. Um exemplo foi a III Olimpíada do Exército (fig.16) com sede em Porto Alegre nos dias 26 de abril a 7 de maio de 1972:

O início será um jogo da seleção brasileira, no Gigante do Beira-Rio, com os portões abertos. Depois vem o desfile de escolas de samba. E espetáculos artísticos com cartazes nacionais do Rádio e da TV. Torneios internacionais de ginástica e remo. Prova turfística. Feira da criança. Bailes populares. Mostra de artes. Tudo que você possa imaginar. Junte a isso a beleza do por do sol no Guaíba, a Rua da praia, o parque Farroupilha, a hospitalidade dos gaúchos. Não vai dar para perder. Visite Porto Alegre nesta época, pois, o país vai se mudar para lá. Sesquicentenário da Independência, festa de amor e paz.¹⁸⁶

¹⁸⁴ CORDEIRO, op. cit., p. 22.

¹⁸⁵ MAIA, op. cit., p. 142.

¹⁸⁶ *Veja*, 26 abr. 1972.

Figura 16 - Cartaz da III Olimpíada do Exército - 1972



Fonte: Veja, 26 abr. 1972¹⁸⁷

O Cartaz da III Olimpíada do Exército, além de destacar eventos esportivos, revela a participação de setores da música popular brasileira. Para o historiador Paulo Cesar de Araújo¹⁸⁸, independentemente da classe social, do gênero ou da formação histórica de certos estilos musicais, o que se viu durante os anos do governo ditatorial, sobretudo na época do milagre, foi a sintonia dos ditadores com o meio musical e de grande parte da população com esse projeto autoritário.

Ainda, segundo o autor supracitado, a estética da esperança e do otimismo não era algo estranho à música popular brasileira. No período do chamado milagre econômico, diversos artistas brasileiros resolveram regravar *Aquarela do Brasil*, o ufanista tema de Ary Barroso. Originalmente lançado em 1939 por Francisco Alves, a canção ressurgia em diversas regravações praticamente simultâneas. Sob esse aspecto, o historiador chama a atenção para o ano de 1969: Elis Regina a gravou duas vezes no mesmo ano; Agostinho dos Santos também a gravou; Erasmo Carlos gravou junto com sua banda “Os Tremendões”, e Tom Jobim a gravou no LP *Stone Flower*, de 1970.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Cf. ARAÚJO, Paulo Cesar. *Eu não sou cachorro não. Música popular cafona e ditadura militar*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 270-95, 2013.

¹⁸⁹ Idem, p. 270-95.

O grupo *Os Incríveis* também gravou *Aquarela do Brasil* e inovou na introdução da canção com os seguintes dizeres: “Esta é nossa homenagem, Brasil/ A homenagem dos jovens que mais do que nunca/ acreditam no teu futuro!/ Vai gigante/ vai e escreve nas páginas da história/ o teu glorioso nome/ Brasil, meu Brasil brasileiro...”¹⁹⁰

Segundo Paulo Cesar de Araújo, Jorge Ben foi outro famoso defensor da estética otimista que deu seu tom ao coro dos contentes. Em 1969, lançou a canção “País Tropical”: “Moro num país tropical/ abençoado por Deus/ e bonito por natureza”. Em 1971, Jorge Bem compôs *Brasil, eu fico*, inspirada no famoso *slogan* do governo Médici: “Brasil ame-o ou deixe-o”, e interpretada por Wilson Simonal:

Este é o meu Brasil
Cheio de riquezas mil
Este é o meu Brasil
Futuro e progresso do ano 2000
Quem não gostar e for do contra
Que vá pra...

Nesse mesmo ano, o grupo “Os Originais do Samba” lançou um compacto simples com as músicas: *E lá se vão meus anéis*, dos compositores Eduardo Guðin e Paulo Cesar Pinheiro e a canção *Brasileiro*, composta por Lelê e Luis Carlos. A primeira canção venceu o IV Festival Universitário da Música Popular Brasileira-1971, e a segunda canção também foi inspirada no famoso *slogan* do governo Médici: “Brasil ame-o ou deixe-o”.

Não venha falar da minha terra
Aqui aprendeste a viver
Saiba que no mundo igual a ela
Ainda está para nascer
[...]
Não vou permitir que um filho sem pátria
Fale mal do nosso torrão
Eu sou fã dessa terra varonil
Se quiser ficar fique direito
Senão...
Eu sou fã
Dessa terra varonil
Se quiser ficar fique direito
Ame ou deixe o meu Brasil.¹⁹¹

¹⁹⁰ ARAÚJO, op. cit., p. 279.

¹⁹¹ BRASILEIRO (Luis Carlos / Lelê), LP Os originais do samba exportação (1971) RCA Victor, BSL 1541. Disponível em: <http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI04029>. Acesso em: 2 jun. 2014.

Associando música e vitórias no campo esportivo, os irmãos Marcos e Paulo Sergio Valle, conhecidos por suas canções de crítica social, como *Terra de ninguém* e *Viola enluarada*, inspirados pela atmosfera otimista daqueles anos e empolgados com a vitória da seleção brasileira de futebol, na Copa de 1970, compuseram a enaltecida *Sou tricampeão*: “Hoje/ igual a todo brasileiro/ vou passar o dia inteiro/ entre faixas e bandeiras coloridas...”. E outra canção de cunho patriota, *Flamengo até morrer*, dizia: “Que sorte eu ter nascido no Brasil/ até o presidente é Flamengo até morrer/ e olha que ele é o presidente do país”.¹⁹²

Assim, a partir da construção da “figura de homem comum”, do “presidente torcedor, símbolo do brasileiro autêntico”, o governo Médici soube usufruir e articular apoios civis e militares. O *Jornal do Brasil*, no final do torneio *Taça da Independência*, destacou a presença do presidente, afirmando que Médici era um apaixonado pelos esportes de forma geral, mas, sobretudo, grande conhecedor do futebol.

Ex- meia direita do Guarani de Bagé, Milito volta esta tarde ao Maracanã para se misturar aos milhares de brasileiros como um torcedor que se distingue dos demais por uma série de circunstâncias, mas que se iguala a todos na paixão pelo esporte e na confiança pela vitória da Seleção Nacional [...] o presidente Emílio Garrastazu Médici sempre foi antes de tudo isso, um entusiasta do futebol, esporte que praticou no tempo de menino e estudante do Colégio Militar e que até hoje continua fazendo parte de sua vida.¹⁹³

E ainda:

Eis porque em todas as competições importantes, lá está ele, de radinho transmissor colado ao ouvido. Não se contenta em assistir aos jogos pela televisão. Acha fundamental comparecer ao campo, pois a televisão não satisfaz plenamente a quem gosta de acompanhar a evolução dos lances e de ver um jogo de forma panorâmica, e não picotado em cenas mais ou menos isoladas.¹⁹⁴

Assim, os eventos esportivos estavam em perfeita harmonia com o projeto de mobilização cívico-patriótico desenvolvido pela propaganda do regime tão necessário ao aumento da produtividade. E entre as muitas canções ouvidas nos estádios, a Marcha do Sesquicentenário da Independência, composta por Miguel Gustavo, dizia:

¹⁹² MARCOS e Paulo Sergio Valle. *Flamengo até morrer*.

Disponível

em:

<[http://www.flamengo.com.br/flapedia/Flamengo_at%C3%A9_Morrer_\(Marcos_e_Paulo_S%C3%A9rgio_Valle\)](http://www.flamengo.com.br/flapedia/Flamengo_at%C3%A9_Morrer_(Marcos_e_Paulo_S%C3%A9rgio_Valle))>. Acesso em: 4 jun. 2014.

¹⁹³ MILITO, de meia-direita a presidente da República. *Jornal do Brasil*, 9 jul. 1972.

¹⁹⁴ Idem.

Marco extraordinário
 Sesquicentenário da independência
 Potência de amor e paz
 Esse Brasil faz coisas
 Que ninguém imagina que faz
 É Dom Pedro I
 É Dom Pedro do Grito
 Esse grito de glória
 Que a cor da história à vitória nos traz
 Na mistura das raças
 Na esperança que uniu
 No imenso continente nossa gente, Brasil

Sesquicentenário
 E vamos mais e mais
 Na festa, do amor e da paz¹⁹⁵

Assim, o acelerado crescimento econômico e o sentimento de otimismo crescente que envolvia segmentos significativos da sociedade brasileira no início da década de 1970 constituíram-se em importante agente do consenso ditatorial “vistos, cantados e ouvidos”, pois, segundo o governo, na “marcha para o desenvolvimento, o povo deveria ser o protagonista principal e não apenas o espectador”. Na busca por adesão popular, os espetáculos musicais ajudavam a promover o patriotismo que o discurso militar defendia. Artistas importantes participaram dos festejos nacionais, como Clara Nunes, Martinho da Vila, Elis Regina e Roberto Carlos, pois suas canções em menor ou maior grau harmonizavam-se com a atmosfera desejada pela propaganda oficial.

Em torneios esportivos e apresentações artísticas, os organizadores dos festejos procuravam aproximar a população das comemorações oficiais. E para promover a “Integração Nacional”, a estratégia encontrada foi realizar eventos desportivos em todas as regiões do Brasil. Equipes de ginástica nacional e estrangeira apresentaram-se em várias capitais do país. Em Recife ocorreu o *Festival de desporto*. Participaram as modalidades de natação, polo aquático, atletismo e futsal. Em Fortaleza, foram realizados os Jogos Universitários, e em Maceió, os Jogos Colegiais.

Nesse sentido, se a consciência cívica dependia também da construção de um sentimento de identidade, de pertencimento a uma comunidade afetiva (a grande família, a nação, a pátria) cultuada como um ente acima de quaisquer interesses privados, os eventos esportivos valorizavam o discurso da integração nacional, visto que eles aconteciam nas diversas regiões do território nacional. A criação de campanhas de massificação esportiva, ao

¹⁹⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 281.

longo da década de 1970, foi, em certa medida, a expressão dessa ambição de promover corpos produtivos, úteis e sadios e, ao mesmo tempo, incentivar uma nova mentalidade cívica.

Em 1971, foi lançada na forma de um compacto simples a marcha apologética “Brasil, eu adoro você”, composição do jornalista Miguel Gustavo Werneck de Souza Martins, autor da famosa música “Pra Frente Brasil”, imortalizada na Copa do Mundo do México de 1970. O compacto com a canção “Brasil, eu adoro você” foi distribuído nas escolas de todo país para as comemorações da Semana da Pátria, com o patrocínio da Eletrobrás (fig.17). Lançada em duas versões: na face A, a canção era interpretada pela cantora Ângela Maria e dirigida especialmente para o público adulto (fig. 18). A mensagem dizia: “O Brasil precisa de seu otimismo, do seu amor e da sua alegria. Cante, ensine as crianças a cantar. Estamos na semana da Pátria”. A segunda versão, lado B, era voltada para o público mais jovem e interpretada pelo Coral de Joab Teixeira (fig.19). Nessa nova marcha de Miguel Gustavo, o grito de “pra frente Brasil” não estava mais restrito ao universo futebolístico.

Figura 17- Letra da música. Brasil, eu adoro voce



Fonte: <http://antiguinho.blogspot.com.br>¹⁹⁶

Nota: A letra vinha junto com o Compacto simples

¹⁹⁶ Disponível em: <<http://antiguinho.blogspot.com.br/2014/03/angela-maria-brasil-eu-adoro-voce.html>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

Figura 18 - Face A, capa do compacto- Brasil, eu adoro você



Fonte: <http://antiguinho.blogspot.com.br>¹⁹⁷

Figura.19- Face B do compacto - Brasil, eu adoro você. ¹⁹⁸

Fonte: Idem

Ainda sobre as comemorações da semana da Pátria em 1971, a revista Veja destacava que o sentimento nacionalista que tomou conta de todo País podia ser confirmado pela “aplicação da mais infalível e democrática de todas as leis: a da oferta e da procura”.

Nas Casas Sendas, no Rio (Brasileiros a serviço da boa alimentação, segundo o slogan da empresa) os 60.000 mil discos compactos dos hinos Nacional e da Bandeira que acompanhavam todas as compras com peso superior a 5 quilos esgotaram-se. Em São Paulo, no clube popular de danças Som de Cristal, casais

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem.

deslizam na pista debaixo de um retrato do presidente Emílio Garrastazu Médici e ao som de “Brasil, eu te amo”.¹⁹⁹

Assim, produzir uma imagem favorável ao regime, como vimos, ia muito além da propaganda oficial. Alguns meios de comunicação alinharam-se com o Estado militar e representaram um importante papel, embora não oficial, de promoção do regime autoritário. Nesse sentido, foi possível perceber que, na busca por legitimidade, houve o deslocamento da propaganda oficial para a mídia em geral, como meio de produção de visibilidade desejada. A emissora Rede Globo de Televisão, no final dos anos 1970, encerrava sua programação diária com a seguinte mensagem: “Brasileiros, nunca fomos tão felizes”. Em 1971, a emissora lançou sua mais famosa mensagem de final de ano: “Um novo tempo”, música de Nelson Motta e Paulo Sérgio Valle. O sucesso foi estrondoso, e a mensagem de que o Brasil vivia uma era de felicidade, de alegria e de progresso era cantada de norte a sul do país:

Hoje é um novo tempo
De um novo tempo que começou
Nesses novos dias
As alegrias serão de todos, é só querer
Todos nossos sonhos serão verdades
O futuro já começou-
Hoje a festa é sua
Hoje a festa é nossa
É de quem quiser, quem vier²⁰⁰

O “modelo Aerp” de publicidade inspirou alguns anunciantes, fazendo com que empresas privadas se associassem com a propaganda oficial ajudando a construir o clima de harmonia social que o órgão de relações públicas do governo Médici buscava (fig. 20). As peças publicitárias da Aerp enfatizavam a ideia de ruptura com o passado, com isso o regime militar almejava inaugurar uma nova época, próspera, feliz e harmônica. Assim, enquanto se acirrava a repressão aos opositores do regime, a Aerp era a responsável pela criação de um clima propício às festividades, procurando associar as vitórias esportivas, no futebol ou qualquer outra modalidade, às ações governamentais.²⁰¹

¹⁹⁹ BRASIL. A palavra dos mil usos. *Veja*. Edição 157, p. 36, 8 set. 1971.

²⁰⁰ MOTTA, Nelson; VALLE, Paulo Sérgio. Um Novo Tempo. Disponível em: <<http://letras.mus.br/marcos-valle/1131689/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

²⁰¹ Cf. FICO, op. cit., p. 121-143.

Figura 20- Sesquicentenário da Independência- Banco português do Brasil



Fonte: *Veja*, 1972.²⁰²

De acordo com Carlos Fico, ao utilizar imagens do cotidiano, o regime civil-militar brasileiro criou uma propaganda singular, que, para alcançar grau ótimo de propagação, utilizava uma linguagem “despolitizada”, de temas idílicos, passíveis de serem assimilados por uma ampla parcela da sociedade, como: família, amor, solidariedade, felicidade.²⁰³

O esporte e o desenvolvimento de comunidade no Brasil

Assim, é importante perceber que mesmo fazendo parte desse contexto festivo, as campanhas esportivas não eram apenas instrumento de controle social, mas também assumiam a forma de mecanismos de fabricação do consenso social. Um exemplo disso foram as famosas ruas de lazer que adquiriram grande importância nesse período, pois forneciam um novo estatuto a espaços de utilização ordinários. Acrescente-se ainda que os frequentadores desses eventos não apenas assistiam como participavam do grande espetáculo esportivo.

A partir dos anos 1970, a prestação dos "serviços de tipo social", como educação, saúde, habitação e assistência, constituía elemento coadjuvante para o bom desempenho econômico. A concepção-chave desses programas era "participação da comunidade" para implantação de programas destinados às camadas mais pobres da sociedade, pois as diferenças sociais observadas eram atribuídas à existência de regiões que ainda não haviam sido integradas ao processo nacional de desenvolvimento

²⁰² *Veja*, 30 ago. 1972.

²⁰³ Cf. FICO, op. cit., p. 121-143.

A preocupação com a divulgação da Educação Física e do esporte no País, na década de 1970, emergiu em meio à discussão sobre a deteriorização das condições de vida das populações de baixa renda, e, nesses termos, “as atividades físicas constituiriam um direito que não poderia ser negado ao cidadão, sob pena de comprometer o desenvolvimento do indivíduo e a própria Segurança Nacional”.²⁰⁴

Nesse sentido, o Manual Básico da Escola Superior de Guerra destacava a importância dos meios de comunicação de massa no processo de divulgação de certos benefícios para a população, pois, além de encurtar as distâncias, os meios de comunicação revelavam “o alto padrão de vida de certos povos e a pobreza reinante na maioria das comunidades”.²⁰⁵ Segundo o Manual da ESG, foi a “civilização da imagem que propiciou aos povos mais atrasados se aperceberem de que não estão participando das conquistas tecnológicas que asseguram o bem-estar das coletividades”.²⁰⁶

O aumento do número de imagens estimuladoras do movimento físico e do lazer esportivo tornou-se constante nos meios de comunicação. A promoção do corpo saudável intensificava-se naqueles anos, mas, por outro lado, expressava os efeitos das relações de poder que se exerciam socialmente e que de modo desigual agiam diferentemente nos corpos dos indivíduos, requisitando-os cada vez mais fortes e produtivos.

A tarefa do sistema educacional, segundo tal perspectiva, seria preparar recursos humanos para atender às demandas dos diversos projetos sociais. O educando seria encarado como “capital humano” indispensável e estratégico para a promoção do desenvolvimento do País. Michel Foucault sublinha que a teoria do capital humano, elaborada por representantes do neoliberalismo norte-americano, faz uma incursão da análise econômica num campo até então inexplorado, possibilitando reinterpretar em termos econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e de fato era considerado, não econômico. A economia vai tornar-se a ciência do comportamento humano, e sua tarefa será, então, a análise do comportamento humano e da racionalidade inerente a tal comportamento.²⁰⁷

Nesse sentido, a economia já não é a análise da lógica histórica do processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos. O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica, dirá Foucault,²⁰⁸ não consiste em saber o que ele produz tecnicamente, ou qual valor o trabalho acrescenta, mas,

²⁰⁴ BRASIL. MEC. *Plano de Educação Física e Desporto*, 1971. p.13.

²⁰⁵ MANUAL BÁSICO ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Desenvolvimento Nacional. 1975. p. 334.

²⁰⁶ Idem, p. 334.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 306.

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 307.

fundamentalmente, saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe, ou seja, será preciso estudar o trabalho como conduta econômica praticada, racionalizada, calculada por quem trabalha. Nessa perspectiva de análise econômica, o trabalhador deixa de ser, pela primeira vez, um objeto, o objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho para tornar-se um sujeito econômico ativo.

Por isso, análises como a da teoria do capital humano permitem problematizar, de outra forma, domínios que até então eram tradicionalmente tratados pela sociologia ou pelas ciências humanas em geral: a educação, o lazer, a saúde pública, a segurança social, a família, entre outros. Conforme Foucault, estamos diante da generalização ilimitada da forma econômica de mercado, a qual vai tornar-se “princípio de inteligibilidade dos comportamentos individuais”.²⁰⁹

Contudo, é em termos de empresa individual, de empresa de si mesmo com investimentos e retornos, que a teoria do capital humano permite analisar a educação, a criação dos filhos e a saúde. Desse modo, de acordo com tal teoria, todas as capacidades úteis dos habitantes, sejam elas herdadas ou adquiridas, conformam o capital humano de uma população, muito embora, para efeitos de cálculo econômico, sejam as “capacidades adquiridas” as que mais interessam.²¹⁰

No que tange a essa questão, no Brasil, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1966/76, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estabelecia, quanto ao sistema educacional, o dever de consolidar a estrutura do capital humano do País, objetivando acelerar o desenvolvimento econômico, indicando inclusive a quantidade de profissionais necessários para as diversas áreas do conhecimento. Nesse momento, instituído no bojo do pensamento que definia políticas sociais em função das necessidades das políticas de crescimento econômico, os pesquisadores do IPEA viam na educação uma área estratégica para a modernização planejada. A mesma compreensão já estava presente no título daqueles diagnósticos da área de educação para o Plano Decenal, “Educação e mão de obra”.

Foi na década de 1960 que o IPEA deu início a inúmeros diagnósticos como parte de uma série de estudos sobre a economia brasileira. O catálogo de publicações produzido pelo Instituto neste período mostra as áreas em que esses diagnósticos foram realizados, como, por exemplo, as áreas de políticas sociais: educação, saúde, demografia, habitação, previdência social e cultura. Os profissionais envolvidos na elaboração desses diagnósticos formaram o

²⁰⁹ FOUCAULT, op. cit., p. 334.

²¹⁰ Idem, Ibidem, p. 334.

grupo que está na origem do Centro Nacional de Recursos Humanos, o CNRH, criado no interior do IPEA no final do ano de 1968, por sugestão de um de seus pesquisadores, Arlindo Lopes Corrêa.²¹¹

Os diagnósticos elaborados pelo IPEA, “fruto do rigor científico”, como defendiam seus técnicos, desempenharam um papel fundamental na produção de conhecimentos e ideias acerca dos fenômenos econômicos e sociais no contexto da ditadura militar. Assim, a Instituição despontava como voz de força ímpar a enunciar problemas e soluções para o País. As comunidades que participavam de tais atividades eram submetidas a uma maquinaria de poder²¹² que as esquadrihavam, diagnosticando as condições sociais do município, tratando do seu índice de socialização, dos recursos vinculados à instrução, ao lazer e à religião e da estabilidade do grupo familiar. Constatada a desigualdade social, era interpretada como “tensão social”, que estaria prestes a ser superada pela modernização do país; por isso, eram necessários “sacrifícios” em prol do desenvolvimento. Contudo, essa noção produzia a ideia de que o desenvolvimento consistia numa promessa de futuro que justificaria os sacrifícios do presente, pois todos os esforços seriam mais tarde recompensados quando o país atingisse o patamar de modernidade almejado.

Nesse sentido, com base nos diagnósticos elaborados pelo IPEA, criavam-se programas, acionavam-se mecanismos e incentivos visando à integração regional e social. Mas, para tanto, era imprescindível a participação da comunidade no custeio dos programas. Esses projetos sociais focalizavam ainda a necessidade de envolvimento da comunidade local na implantação desses programas, sem cogitar, porém, que a população tomasse parte na elaboração nem que criticasse seu conteúdo. Nesse contexto, a Educação Física/Esportes passou a ser entendida como peça fundamental para o desenvolvimento da saúde dos cidadãos e premissa básica para a “integração social”. O Estado autoritário, como “guardião da ordem e do progresso” privilegiava as ações em torno das áreas de lazer, esporte, saúde, educação e urbanização.

Esses programas foram desenvolvidos durante o período 1950-1970, onde se registrava a participação e compromisso popular. A recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) empenhou-se em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade na

²¹¹ Cf. CUNHA, Márcia Pereira. *Do planejamento à ação focalizada: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza*. 2012. 267 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

²¹² Para Foucault, em *Vigiar e Punir*, uma maquinaria de poder sugere uma anatomia política, que é também uma mecânica do poder, que não se define apenas pelo domínio sobre o corpo social para que faça o que se quer, mas principalmente para que opere como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

América Latina como forma de solucionar o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social.²¹³

A partir de uma visão bipolarizada do mundo (comunismo *versus* democracia), os países da América Latina elaboraram políticas de Segurança Nacional, como garantia relativa diante do expansionismo soviético e da subversão comunista. Para os países sul-americanos, a "segurança" tornou-se inseparável da segurança norte-americana. Esse argumento será utilizado para justificar programas de desenvolvimento econômico e social até as violações dos direitos humanos.²¹⁴ Nesse sentido, os programas sociais de massa implantados pelo governo brasileiro na década de 1970 foram gestados na paisagem da Guerra Fria, tendo quase sempre como orientação teórica as propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC).

A concepção-chave desses programas foi a "participação da comunidade" para implantação de programas destinados às camadas mais pobres da sociedade. Assim, em manual publicado no Brasil pela USAID²¹⁵ na década de 1960, encontramos citações, como: "os povos famintos têm mais receptividade à propaganda comunista que as nações prósperas".²¹⁶ Desde o início da década, os Estados Unidos, por meio de empréstimos ou financiamento de projetos, procuravam direcionar políticas e tentavam a condução da economia em diversos países da América Latina. Um exemplo foi o programa Aliança para o Progresso, criado pela administração Kennedy em 1961, com o propósito de fornecer assistência técnica, por meio de transferência de recursos financeiros a países considerados pobres, em prol de seu desenvolvimento.

Desde a década de 1950, os governos brasileiros que se sucederam no poder mantinham convênio com o governo dos Estados Unidos para incremento da produção de gêneros alimentícios no Brasil. Esse convênio previa a manutenção de um quadro de técnicos americanos junto ao Ministério de Agricultura. Contudo, essa ajuda técnica e financeira foi interrompida no governo João Goulart por sua "suposta" ligação com países comunistas. No governo militar, esse convênio foi restabelecido; desse modo, a "Aliança" foi um meio de

²¹³ AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 50.

²¹⁴ CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Autonomia militar e construção da potência. In: OLIVEIRA, E. R. (Org.). *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 57-99.

²¹⁵ Criada em 3 de novembro de 1961 pelo presidente John Kennedy, com base no *Foreign Assistance Act* do mesmo ano, a USAID é uma organização de ajuda externa que unificou as ações desenvolvidas por diferentes organizações do Estado norte-americano: a *International Cooperation Agency* – dedicada a assistências técnica e econômica –, o *Development Loan Fund* – responsável pela efetivação de empréstimos –, o *Export-Import Bank* – voltado para operações de moeda local – e o *Food for Peace Program* do departamento de agricultura norte-americano – voltado para distribuição de excedente agrícola. (AMMANN, 2003).

²¹⁶ Apud AMMANN, op. cit., p. 29.

pressão para o alinhamento do Brasil com a política norte-americana. Segundo Márcia Pereira Cunha,²¹⁷ por trás dessas ações tanto da “Aliança” como da USAID existia uma doutrina, cuja força e capacidade de imposição estavam relacionadas a um prestigioso grupo de acadêmicos do *Center for International Studies*, do *Massachusetts Institute of Technology*, também conhecido como *Charles River Group*.

Esse grupo desenvolveu a teoria da modernização, popularizada por seu membro mais proeminente, Walt Rostow. A teoria da modernização ofereceu a base que envolveu e deu coerência a tendências políticas que se insinuavam desde Eisenhower, impulsionando-as. Logo após o golpe militar de 1964, o *Charles River Group* foi enviado ao Brasil numa missão colaborativa entre o governo brasileiro e Estado Unidos, para prestar orientações técnicas ao IPEA. O acordo incluía também a participação do professor Hollis Chenery, administrador-assistente da USAID.

De acordo com as orientações políticas e econômicas elaboradas pelas instituições brasileiras e estadunidenses, a educação tornava-se um elemento-chave para "corrigir as distorções crônicas" e representava um artifício político válido para enfrentar um problema econômico conjuntural, já que um dos objetivos era o aumento da produtividade da força de trabalho, um recurso social para desenvolver entre as populações adultas marginalizadas o sentido de ajuste social.

Desse modo, forjada sobre um esquema conceitual que tinha como base os supostos da "harmonia e do equilíbrio", a tese elaborada pela ONU sobre Desenvolvimento de Comunidade era definida como um "processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais"²¹⁸, e o objetivo final era melhorar as “condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país”.²¹⁹

O foco principal desses programas era a educação rural. Nesse sentido os Estados Unidos colocaram à disposição a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que era constituída por um corpo docente de especialistas em educação e extensão rural. Além disso, os Estados Unidos concederam bolsas de estudo para "treinamento" de brasileiros naquele país. Entretanto, segundo Safira Ammann, outros convênios já haviam preparado a entrada do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, pois desde a década de 1940, as *missões rurais* contavam, segundo a autora, com um fundo

²¹⁷ CUNHA, op. cit., p. 47.

²¹⁸ Apud AMMANN, op. cit., p. 32.

²¹⁹ Apud AMMANN, op. cit., p. 32.

financiador de US\$ 250.000,00 de fontes americanas e US\$ 750.000,00 do orçamento da União. Esses acordos estabeleciam "maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, ideias e métodos pedagógicos entre os dois países".²²⁰

Em meados de 1970, salvaguardando diferenças, o governo civil-militar retomou a experiência-modelo, pois inseria-se na política desenvolvimentista da década, e criou a Coordenação dos Programas de Desenvolvimento Comunitário (CPDC), que deveria constituir-se como "instrumento de participação popular e um sistema de trabalho destinado a facilitar a conjunção dos recursos da população e do governo e obter a maior rentabilidade destes".²²¹ Assim, a educação era vista como um meio agregador de valor econômico ao trabalhador, e esse investimento era indispensável e estratégico para a promoção do "desenvolvimento do país". Esse discurso estava envolto por atmosfera de grande otimismo, pois era preciso redesenhar o Brasil numa perspectiva moderna de país do futuro, uma nação jovem, ou, como dizia o ministro do planejamento João Paulo dos Reis Velloso, "entusiasmar a população e converter as energias do otimismo em saltos para o desenvolvimento".²²² Contudo, essa imagem sugeria que estávamos em fase de crescimento, desenvolvimento, e a Educação Física deveria contribuir para o crescimento de "todos".

Dessa forma, era fundamental não apenas induzir a "participação" nos programas sociais, mas, sobretudo forjar uma atmosfera otimista, discurso este sustentado por certa "predestinação" e crença histórica no "Brasil país do futuro". Segundo o secretário da SEED/MEC, Péricles Cavalcante, era preciso "incentivar a criação de um mutirão nacional: o da saúde e do otimismo, o mutirão do fazer em lugar do assistir".²²³ Portanto, era necessário também, no percurso rumo ao progresso e desenvolvimento, extirpar qualquer reminiscência de pessimismo, contudo, tais discursos estavam impregnados de ideais civilizadores. Se por um lado era preciso mobilizar sentimentos para praticar atividade física com otimismo na esperança de um futuro melhor, por outro, buscava-se um reordenamento dos valores do bem viver em sociedade.

A elaboração do *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*, publicado em 1971, cumpria o papel de fundamentar cientificamente as ações do governo federal na formulação e implantação de políticas públicas para a Educação Física e esportes no país e que, de certa forma, viabilizassem uma melhora na qualidade de vida da população seguidos da transformação dos comportamentos populares. Afinal, como afirmava Arlindo Lopes

²²⁰ Apud AMMANN, op. cit., p. 31.

²²¹ Apud AMMANN, op. cit., p.117.

²²² VELLOSO e seus grandes impactos. *Veja*, n. 71, p. 19, 14 jan.1970.

²²³ CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 20, set.-out. 1982.

Corrêa, o *Diagnóstico* foi elaborado “com um approach de análise de sistemas, última palavra na técnica das ciências sociais.”²²⁴

²²⁴ CORRÊA, Arlindo Lopes. *Diagnóstico de educação Física\ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, p. 8.

CAPÍTULO 3

DIAGNÓSTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA/DESPORTO NO BRASIL

Recorrer à ciência como elemento-chave para resolver problemas educacionais brasileiros não é peculiaridade dos intelectuais da década de 1970 e remonta à passagem do século XIX para o XX²²⁵. Aliás, coube aos educadores brasileiros, já no início do século XX, a responsabilidade pela discussão do tema da modernidade e dos projetos políticos que dessem conta de avaliar a “realidade brasileira”, com base em certa visão de sociedade e de povo brasileiro.

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX e em especial no Estado Novo, a modernização era entendida como um desafio ao país, e a “instrução”, um importante instrumento, ou mesmo decisivo nesse sentido. Assim, diferentes matizes da intelectualidade brasileira, como Rui Barbosa, Nina Rodrigues, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, José Veríssimo, Heitor Villa-lobos, Lourenço Filho, entre outros, foram, segundo, Clarice Nunes²²⁶, recrutados e encarnavam a aspiração pela mudança e por um país moderno, muito embora, é sempre bom frisar, a direção imaginada para tal mudança não fosse consensual. No entanto, o que os autores citados tinham em comum era a preocupação com a formação dos corpos dos brasileiros e a construção de estratégias educacionais que levassem em consideração práticas culturais que priorizassem a educação no corpo.

No âmbito do Primeiro Congresso de Brasilidade²²⁷, ocorrido em 1941, a importância da Educação Física nas escolas já se configurava um importante debate. “No corpo físico, sadio e forte do brasileiro é que se firmam, assim, as conquistas do Brasil Novo e se depositam as esperanças das nossas idéias.”²²⁸ É sempre bom lembrar que, nesse período, de forma geral, os intelectuais fundamentavam seus discursos nas ciências sociais de cunho

²²⁵ Não pretendo neste texto alongar-me na discussão. Essa questão vem sendo analisada por autores, como Herschmann; Messeder, organizadores do livro *A invenção do Brasil moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30*. Maio e Santos, organizadores do livro *Raça. Ciência e Sociedade*. A historiadora Maria Bernardete Ramos Flores, no livro *Tecnologia e estética do Racismo. Ciência e arte na política da beleza*. Vera Regina Beltrão Marques, com *A Medicalização da Raça. Médicos, Educadores e discurso eugênico*.

²²⁶ NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 180-201.

²²⁷ Realizados no Estado Novo, os Congressos de Brasilidade formavam um conjunto de atividades cívicas, políticas e científicas com o objetivo de promoção, divulgação e elaboração de conceitos que reafirmassem os valores nacionais de brasilidade, a definição e propaganda de ideias necessárias para solidificar um Brasil moderno.

²²⁸ CONGRESSO DE BRASILIDADE: UNIDADE ÉTNICA, 1. 1. Culto a saúde. 2. O corpo físico. 3. A Educação do Corpo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1941. p. 16.

positivista e nas ciências biológicas, já que a ideia era corrigir a saúde física e moral da população pela prática do exercício físico.

Mas, se por um lado a Educação Física cumpria o papel nas primeiras décadas do século XX no Brasil, de colaborar na construção de corpos saudáveis e dóceis que permitisse uma melhor adaptação ao processo produtivo na perspectiva nacionalista, por outro, foi também legitimada pelo conhecimento médico-científico do corpo que referendava as necessidades, possibilidades e vantagens das intervenções sobre esse corpo.

Assim, a racionalidade científica que perpassa toda pedagogia da Educação Física, desde o início do século passado, está longe de poder ser descartada na década de 1970. A relação entre Educação, Educação Física e ciência constitui-se ainda importante preocupação. O Manifesto Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física de 1971 traz mostras significativas de como, àquela época, a formação dos professores passa a ser concebida com forte apelo científico.

A missão educativa, por meio de atividades físicas, exige sólidos conhecimentos biológicos, psicológicos e sociológicos e boa preparação pedagógica... Na formação desses educadores, a tônica deve ser posta na cultura geral, nos conhecimentos científicos e técnicos (dados que têm valor geral e permanente), nas intenções educativas e no desenvolvimento do espírito científico.²²⁹

No entanto, é importante perceber, sobretudo, que o discurso sobre o corpo nesse período não o aprisiona apenas ao discurso biológico, ele é também estético, isto é, o discurso também está ligado à juventude, ao vigor, e à energia sexual ligada à beleza, portanto, é impossível ver nas discussões sobre Educação Física questões puramente fisiológicas. Valter Bracht sublinha que, paulatinamente, no século XX, saímos de um controle do corpo via racionalização e repressão, com uma ação mais biológica, para um controle via estimulação e enaltecimento do prazer corporal com enfoque psicológico. Nas décadas de 1970-80, esse entendimento sobre o corpo vai alterar-se em consonância com as mudanças históricas, ou seja, da forma como se produz e reproduz a vida.²³⁰

²²⁹ MANIFESTO Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, p. 9-17, 1971. Tradução Gen. Jayr Jordão Ramos.

²³⁰ BRACHT, Valter. *A constituição das teorias pedagógicas da educação física*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

As “bases científicas e racionais” do *Diagnóstico*

No decurso de meu trabalho de pesquisa, pude perceber, a partir da análise do *Diagnóstico de Educação Física\ Desportos no Brasil*, publicado em 1971, que um dos temas recorrentes foi o da cientificidade do trabalho desenvolvido pela equipe responsável pelo projeto. Na apresentação do livro *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*, o engenheiro e economista Arlindo Lopes Corrêa, secretário-executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), diz:

O Diagnóstico coloca o país em uma posição privilegiada de poder imediatamente determinar uma política nacional para o setor, fundada em bases científicas e racionais, que permitirá, em prazo médio, desempenhar importante papel no aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis no Brasil.²³¹

Ora, se o Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil apontava para o fato de que apenas a ciência poderia fornecer elementos que pudessem exercer um controle eficiente sobre o corpo, aumentando sua eficiência e mecânica, é importante perceber aí também a elaboração de um discurso especializado, em que se articulam os saberes já existentes sobre a tríade: educação, saúde e corpo. Muito embora os modelos sobre a implantação da Educação Física no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 envolvessem discussões científicas, não se restringiam a elas, nem se resolviam no campo meramente acadêmico. O Diagnóstico propunha fundamentar as ações do governo no planejamento e implantação de políticas públicas para a Educação Física e esporte no país.

As atividades de Educação física e Desportos estão intimamente ligadas às políticas de saúde e de educação, dado o seu papel condicionador da aptidão física e mental da população; possuem, outrossim, vinculações com a política de bem-estar, em seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida.²³²

Nesse sentido, o forte apelo científico presente no Diagnóstico tinha como objetivo também legitimar práticas governamentais voltadas para projetos de intervenção educativa sobre o corpo. As práticas pedagógicas relacionadas à Educação Física/ Esporte orientavam-se, nesse contexto, no sentido de elaborar projetos que pudessem contribuir com as

²³¹ CORRÊA, Arlindo Lopes. *Diagnóstico de Educação Física\ Desporto no Brasil*. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 8.

²³² Idem, p. 7.

problemáticas sociais e educacionais derivadas de uma sociedade moderna, conforme Arlindo Lopes Corrêa:

A decisão de realizar esse estudo foi uma consequência natural das preocupações do Governo Revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida.²³³

Nesse sentido, para os idealizadores do *Diagnóstico*²³⁴, faltava ao país uma pesquisa que pudesse agrupar o maior número possível de dados para serem matematizados. Segundo tal perspectiva, os dados matemáticos permitiriam uma melhor operacionalização da realidade. Sobre essa questão, Arlindo Lopes Corrêa sublinhava que a pesquisa desenvolvida pelo Diagnóstico era “fundada em bases científicas e racionais, que permitirá, em prazo médio, desempenhar importante papel no aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis no Brasil”.²³⁵

Essa exigência cartesiana de que para pensar o mundo é imperativo pensar matematicamente, perpassa e dá um tom cientificista ao Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil.

É sensível que nos fenômenos sociais exista considerável quantidade de heterogeneidade de fatores intervenientes. A excessiva simplificação ou o superdimensionamento dos problemas são riscos comuns, quando não se dispõe de esquemas metodológicos que permitam acesso único à abordagem da realidade.²³⁶

No entanto, penso que tal discurso cientificista não pode ser entendido fora das relações que o fazem possível, e sua prática deve ser entendida no sentido da existência de regras e condições materiais nas quais o sujeito elabora e põe em funcionamento o discurso. Assim, segundo Michel Foucault e seu conceito de descontinuidade, os discursos emergem e se constroem exatamente à medida que rompem com uma determinada ordem de saberes, ou seja, o discurso é prática no sentido de que produz os objetos dos quais fala, está diretamente relacionado às questões de poder-saber como expressão de uma vontade de poder, e, por isso,

²³³ Idem, p. 7.

²³⁴ Como irei me referir ao *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil 1971*.

²³⁵ CORRÊA, op. cit., 1971, p. 8.

²³⁶ OBJETO e Requisitos. Diagnóstico de Educação Física\ Desporto no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 10.

é constituidor das noções de mundo, de ciência, de conhecimento e da própria subjetividade dos sujeitos sociais.²³⁷

Nesse sentido, o Diagnóstico constituir-se-ia uma técnica de saber, facilitando as ações dos governos militares na década de 1970, pois, por meio da elaboração de dados estatísticos, a pesquisa desenvolvida visava a possibilitar maior eficácia e eficiência na administração dos recursos disponíveis. E quais seriam esses recursos? A energia física da população, pois, segundo o editorial da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva em 1971, era preciso “dinamizar os momentos de ócio da população”, essa era a “missão” do desporto, educar por meio de atividades do corpo, e para conseguir isso, “é preciso que o desporto não seja concebido e praticado como simples ocupação do tempo livre, e sim como atividade predominantemente educativa”.²³⁸

Elaboração do *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*

Na década de 1960, o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) vinha realizando diagnósticos de diversas áreas do conhecimento, entre elas, de políticas sociais, como: educação, cultura, saúde, previdência e outras. Fazia parte também do IPEA o Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), que tinha como objetivo desenvolver pesquisas sobre temas sociais no instituto. O CNRH era formado por cinco economistas, um estatístico, um sociólogo e cinco educadores. Os pesquisadores do centro viam na educação uma área estratégica para modernização planejada do país e, nesse sentido, a educação era vista como um meio agregador de valor ao trabalhador.²³⁹ O Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil foi o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo CNRH- IPEA em 1969 e publicada em 1971.

Em 28 de fevereiro de 1969, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), pela portaria ministerial n.º 94-A, instituiu um grupo de trabalho para estudar e propor medidas para a expansão da Educação Física e do esporte em todo o país. Os trabalhos iniciaram-se em maio do mesmo ano quando foi firmado um convênio entre o Centro Nacional de Recursos Humanos/ Instituto de Pesquisas Econômicas e Avançadas (CNRH-IPEA), órgão do

²³⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012. p. 235.

²³⁸ FILOSOFIA da Educação Física Desportiva e Recreativa. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*, Brasília, DF, ano 4, n. 10, p. 5-7, 1971.

²³⁹ CUNHA, op. cit., p. 208.

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

O trabalho de pesquisa foi coordenado pelo Tenente da Marinha Lamartine Pereira da Costa, também professor de Educação Física que, segundo o secretário-executivo do CNRH-IPEA, Arlindo Lopes Corrêa, ele era “o homem talhado para essa missão.”²⁴⁰ A supervisão dos trabalhos ficou a cargo do Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, diretor da Divisão de Educação Física, pois, segundo Corrêa, sua “clarividência e entusiasmo tornaram possível sua realização.”²⁴¹

A equipe técnica do Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira era composta pelos professores José Garcez Ballariny, George Massao Takahashi e o Dr Ovídio Silveira Souza, e da estagiária Lucia Maria Jorge Lopes. O Trabalho levou um ano e meio para ser concluído e, segundo Arlindo Lopes Correa, seu êxito deve-se à equipe técnica do referido Tenente Coronel, porque “demonstrou, em todos os momentos, consciência da sua missão, que exigiu grande imaginação e sacrifício.”²⁴²

O Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil foi editado e impresso pela editora Vozes para o Departamento de Educação Física e Desportos, por intermédio da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), que tinha como finalidade básica a produção e a distribuição de material didático às instituições escolares. No entanto, a FENAME não contava com uma organização administrativa e recurso financeiro para desempenhar tal tarefa, por isso, foi implantado o sistema de coedição com outras editoras nacionais.

O texto resumo do trabalho de pesquisa foi escrito por Arlindo Lopes Corrêa e traduzido para três idiomas (inglês francês e espanhol).

Levanta dados referentes a níveis e variáveis, definidos para a educação física/desporto no Brasil. Parte de um modelo de análise de sistemas, observando a realidade multidisciplinar. O grau de consciência desse tipo de apreciação permite alcançar uma política para efeito de ação do Governo Federal quando da utilização dos recursos da Loteria Esportiva. Fornece relação de endereços das fontes de informação.²⁴³

²⁴⁰ CORRÊA, Arlindo Lopes. Brasil. Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil 1971. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 8.

²⁴¹ Idem, p. 8.

²⁴² Idem, p. 8.

²⁴³ Idem, p. 4.

O livro possui 392 páginas, o sumário está estruturado em 13 tópicos: 1- Escolas de Educação Física; 2- Indústria de material, construção e instalação para Educação Física/Desporto recreação; 3- Ensino Primário; 4- Ensino Médio; 5- Ensino superior; 6- Instalações urbanas de Educação Física/Desporto; 7- Saunas e Academias; 8- Clubes; 9- Federações; 10- Confederações; 11- Nível de aptidão física; 12- Administração Pública da Educação Física/Desporto; 13- Unidade funcional do sistema.

A obra conta ainda com dois anexos com a “relação de endereços das fontes de informação”. O anexo I está dividido em nove partes: 1) relação de escolas de Educação Física no Brasil; 2) listas de indústrias de construção e instalação de material esportivo de inúmeros estados brasileiros desde indústrias têxteis, fábricas de bicicleta, tênis, sapatilhas para esportes, meias, brinquedos, aparelhos de ginástica, entre outros; 3) Confederação de automobilismo, basquete, caça e tiro, esgrima, hipismo, pugilismo, tênis, xadrez, entre outros; 4) Federações de várias modalidades esportivas divididas em estados e seus respectivos endereços; 5) Associações de Educação Física/Desporto e da imprensa Desportiva dividida por estados brasileiros e endereços; 6) Órgão de educação Física/Desporto e recreação do trabalhador; 7) Comitê Olímpico Brasileiro; 8) Órgãos da administração pública, Departamentos, Conselhos e Comissões federais e estaduais de Educação Física e Desporto; 9) Conselhos regionais de Desportos e seus respectivos endereços.

Já no Anexo II, encontramos compilados a Legislação da Educação Física/Desporto e suas leis, regulamentos, decretos, decretos-lei, projetos de lei, anteprojetos de lei, portarias, portaria ministerial, entre outros, desde 1851 até 1970.

A missão do *Diagnóstico*

É recorrente o apelo científico nas páginas do *Diagnóstico*. Arlindo Lopes Corrêa destacava que a pesquisa estava ancorada em pressupostos científicos fazendo com que o Brasil fosse, “talvez, o único país do mundo que dispõe agora de um Diagnóstico de Educação Física/ Desportos, elaborado com um approach de análises de sistemas, ultima palavra na técnica das ciências sociais.”²⁴⁴ Talvez por isso, em muitas páginas do livro, a ciência confunde-se com a técnica.

²⁴⁴ CORRÊA, Arlindo Lopes. Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil 1971. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971, p. 8.

Contudo, era preciso dotar o Diagnóstico de legitimidade, de reconhecimento social, e a produção de uma verdade, no caso, uma verdade científica que estava imediatamente associada ao que é verdadeiro, talvez de uma forma mais acentuada no estudo do Diagnóstico, porque se tentava classificar a população brasileira como tendo baixa aptidão física.

Assim, o objetivo da pesquisa era também produzir informações técnicas em formatos até então “desconhecidos”, segundo seus elaboradores, “passíveis de ser processado para fundamentar decisões técnicas”, afinal, o foco central era a elaboração do Plano de Educação Física e Desporto (PED) para o quadriênio de 1970 a 1974, pois, “as técnicas de planejamento centralizado presentes no Diagnóstico”, estão de acordo com “os cânones das modernas ciências administrativas”.²⁴⁵

Para tanto, os idealizadores do Diagnóstico pautaram-se na Teoria Geral dos Sistemas como a base teórica metodológica para o levantamento de dados sobre a Educação Física no Brasil. Não foi à toa que a abordagem escolhida pelos técnicos do governo foi a análises de sistemas, “última palavra na técnica das ciências sociais”. Instrumento metodológico das áreas das Ciências Sociais Aplicadas à Administração, a perspectiva desses estudiosos era “gerenciar” a sociedade a partir de uma racionalidade econômica otimizando os meios, com rapidez e eficácia.²⁴⁶

Dessa forma, o governo brasileiro, assim como outros países no contexto da guerra fria, estava preocupado em munir-se de dados para melhor administrar todas as atividades da vida econômica e social. Afinal, a Educação Física possuía um papel importante no projeto de nação no regime autoritário. Tal importância estava relacionada à aptidão física do brasileiro considerada fundamental para a capacidade produtiva do país, ou seja, a classe trabalhadora. O desenvolvimento do desporto iria colaborar com a ideia “Brasil potência”, contribuindo ainda para melhorar a capacidade física da população.

Mas, o que significa elaborar um diagnóstico com o “approach de análise de sistema”? O que vem a ser isso? Do ponto de vista educativo, quais projetos foram gestados? Por que o interesse pela educação popular por meio de atividades do corpo fora dos muros da escola? Estas e outras questões são fundamentais para que se possa compreender a necessidade de orientar os indivíduos para a prática esportiva, pois esforços pedagógicos dessa natureza são muitas vezes sutis, discretos, contínuos e quase sempre eficientes.

Sobre a inovação científica proposta para a Educação Física e as condições essenciais para seu planejamento em todo o país, o tópico Modelo do Diagnóstico diz o seguinte:

²⁴⁵ Idem, p. 8.

²⁴⁶ BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria dos Sistemas. Petrópolis: Vozes, 2008. 143 p.

A Análise de Sistemas constitui o melhor instrumento de compatibilização dessas condições. Em que pese as suas limitações, a adoção de montagem em sistemas para o diagnóstico oferece meios para alterar a estrutura e as variáveis de um dado processo, diversamente do já agora denominado planejamento clássico, que se concentra de modo prioritário nas variáveis.²⁴⁷

Diante disso, o que era o *sistema*? Esse foi um conceito que decorreu das ciências biológicas, que levava em consideração o organismo como uma totalidade ou sistema aberto. Segundo o biólogo austríaco, Ludwig Von Bertalanffy, citado no Diagnóstico e principal formulador da teoria dos sistemas abertos, o objetivo das ciências biológicas e de todas as outras era descobrir os princípios de organização do sistema em seus vários níveis de complexidade. Porém, o conceito migrou para outras áreas do conhecimento, não para que fosse usado de forma particular, mas para que facilitasse a ação de todas, na resolução de problemas.

Em 1968, Ludwig Von Bertalanffy publica a obra “Teoria Geral dos Sistemas”, que foi lançado no Brasil pela editora Vozes apenas em 1973 e foi traduzido por Francisco M. Guimarães. O autor propunha a aplicação da sua teoria à Matemática, às Ciências da Natureza, às Ciências Sociais, entre outras. O pensamento sistêmico propõe uma forma de analisar e compreender os sistemas complexos que aparecem no mundo real, como organizações sociais, comportamentos individuais que ao receberem estímulos reagem de forma muito mais complexa que uma simples resposta. A dinâmica de sistemas objetiva elaborar modelos de simulação que possam refletir situações analisadas por meio do Pensamento Sistêmico.²⁴⁸

Nessa perspectiva, a Educação Física e os desportos constituíam, segundo a equipe técnica do Diagnóstico, um fenômeno social e, portanto, o enfoque de observação era “naturalmente conduzido com características dos sistemas sociais.”²⁴⁹ Sobre o planejamento do sistema social, o Diagnóstico sublinha que:

O planejamento em vez de lidar com problemas e suas soluções, deve prever o delineamento de sistemas sociais, a fim de produzir sistemas menos geradores de problemas, ou seja, remover as causas e não os sintomas. O planejamento, nos setores sociais, não solicitaria a observação das dificuldades presentes, mas

²⁴⁷ ESTRUTURA. In: BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 12.

²⁴⁸ CF. Bertalanffy, Ludwig Von. *Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 40-46.

²⁴⁹ ESTRUTURA. In: BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 12.

tão-somente das condições que levaram o sistema para a situação de ineficiência.²⁵⁰

E ainda: “com a estrutura e causa dos problemas identificados, é possível gerar meios de evitá-los, ao contrário de enfrentá-lo repetidamente na busca de alívio”.²⁵¹

A Dinâmica de Sistemas, presente no Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil, é uma técnica na qual sistemas sociais não lineares, dinâmicos e complexos podem ser entendidos e analisados mediante interações. Além disso, o próprio Ludwig Von Bertalanffy defendia que novas políticas e estruturas podiam ser desenhadas para melhorar o comportamento do sistema.

Segundo o biólogo austríaco, “os fatores essenciais dos problemas públicos, das questões e programas a adotar devem sempre ser considerados e avaliados como componentes independentes de um sistema total.”²⁵² Os pesquisadores envolvidos com a elaboração do Diagnóstico adotaram a concepção sistêmica como método de pesquisa. Para eles:

A complexidade de um sistema social depende de sua capacidade em desenvolver mecanismos que visam aumentar a ordem e a organização das partes em si e entre elas, e estas, por sua vez, dependem da capacidade do sistema em processar informações.²⁵³

Mas, o que diferencia esse modelo dos demais? Segundo seus autores, a moderna matemática lidava quase que exclusivamente com processos lineares, enquanto a natureza e a sociedade são definidas quase que inteiramente por processos não lineares. As teorias tradicionais e seus modelos analíticos acreditavam que do conhecimento das partes poder-se-ia conhecer o todo. Nessa concepção, uma coisa leva à outra numa sequência de causalidade linear²⁵⁴. Assim, sobre a dinâmica do comportamento social, o Diagnóstico destacava:

Somente pelo trato exaustivo com as não-linearidades nos sistemas se poderá compreender a dinâmica do comportamento social. As não-linearidades são de simples manejo, uma vez que não sejam utilizadas soluções analíticas de sistemas de equações e que sejam aceitos os approaches mais empíricos de simulações de sistemas.²⁵⁵

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes. 2008, p. 22-23.

²⁵³ ESTRUTURA. In: BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 16.

²⁵⁴ BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria dos Sistemas*. Petrópolis. Vozes. 2008. p. 40.

²⁵⁵ ESTRUTURA. In: BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 14.

Dessa forma, o sistema ao qual se refere o Diagnóstico, era o desenvolvimento de uma política nacional de Educação Física e Desporto para o país, evidenciado nos diagramas distribuídos em blocos, em pelo menos, cinco páginas do livro. Seguindo os procedimentos de planejamento do sistema social, a preocupação de seus teóricos não era administrar os problemas pertinentes à Educação Física e desporto, mas sim, prevê-los e neutralizá-los. Tanto é assim, que nas páginas em que é descrito “Estrutura e caracterização do sistema” imperam do início ao fim fluxogramas e palavras em negrito, como: *process*, *output*, *input*, *interface*, *feedbacks*, *control* e equações matemáticas, numa clara matematização da vida.

Assim, a missão científica que se propõe o Diagnóstico vai apoiando-se em seu próprio documento, na produção de dados, que é a base de sua verdade, posto que já está escrito, quantificado, é um fato documentado, ainda que esse fato não contemple as múltiplas verdades, muito menos, as inúmeras realidades dos sujeitos. Aqui se optou por um “sistema de antecipação causativa para efeito de estabelecimento de política” em que os sujeitos são apenas informados sobre as políticas públicas para Educação Física e esportes.

Partindo-se do princípio de que a ineficiência do setor em nível nacional é evidente, o modelo proposto conduzirá a uma geração de problemática. Portanto, o diagnóstico visado consistirá, sobretudo, em localizar os desvios da situação levantada em relação aos enfoques adotados pelo sistema.²⁵⁶

Portanto, a coleta de dados, ou seja, as produções de saber que tinham na população seu alvo principal, deveriam considerar também a inserção ou retirada de dados no planejamento da política nacional para Educação Física Desporto.

O Parâmetro representado pela população, pela condição de regulador do fluxo de entrada no sistema, solicita dimensionamento o mais adequado possível às imposições estruturais dos subsistemas abrangidos pelo **process** e à natureza do **output**, ‘fechadas’ artificialmente para a construção do modelo.²⁵⁷

Por outro lado, é possível observar que, apoiado na estatística, tal perspectiva científica não tinha apenas como objetivo produzir fórmulas que tornassem mais eficientes os recursos gastos na área da Educação Física e Desporto, direcionado à sociedade, visava a administrar

²⁵⁶ ESTRUTURA e caracterização do sistema. In: BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 24.

²⁵⁷ Ibidem. Grifos do autor.

fluxos humanos. Além disso, os resultados da pesquisa, apresentados no livro *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*, mostram também uma necessidade daqueles anos, em redefinir o papel da pesquisa na Educação Física/Desporto e incluí-las numa análise global do processo de crescimento econômico.

Educação Física para o desenvolvimento nacional

O modelo proposto pelo *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil* apontava para a necessidade de preparação de mão de obra para ser incluída no processo produtivo. Já foi mencionado que o Instituto de Pesquisa Econômico-Social (IPEA) vinha realizando com o recém-criado Conselho Nacional de Recursos Humanos (CNRH) diagnósticos em diversas áreas de políticas sociais, como educação, saúde e outras. Portanto, todos os diagnósticos estavam aliados às políticas de desenvolvimento econômico social do pós-1964.

No final da década de 1960, o Conselho Nacional de Recursos Humanos (CNRH) foi também o órgão responsável pela elaboração do *Diagnóstico da Educação*, em que o item “Educação e mão de obra” fazia parte do Plano Decenal de Desenvolvimento e tinha como pesquisador encarregado o engenheiro-economista Arlindo Lopes Corrêa. Participaram também da elaboração do *Diagnóstico da Educação* intelectuais como: Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos, o engenheiro David Carneiro Júnior, que ministrava aulas de econometria na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Paraná, e Edson Machado, matemático paranaense com passagem também pelo Departamento de Economia da UnB.

Em 1969, Mário Henrique Simonsen publica uma obra fundamental que relaciona educação e desenvolvimento, o livro *Brasil 2001*. Na concepção do autor, para adotarmos uma melhor tecnologia, teríamos de treinar a mão de obra. Nesse sentido, Simonsen enfatizava a generalização do ensino primário, ampliação do ensino secundário, criação de escolas técnicas, bem como maior esforço do Estado para levar escolarização em toda a extensão territorial do país.

Em meio a essas discussões, a relação Educação Física/desenvolvimento econômico vai destacar-se nos documentos governamentais. Desse modo, melhorar a aptidão física do brasileiro significava também desenvolver capacidades com valor econômico que a população poderia adquirir ao longo da vida. Conforme o *Diagnóstico*:

O propósito de um diagnóstico para fins de planejamento é reunir elementos de avaliação em quantidade e qualidade suficientes que permitam, de modo objetivo e racional, definir as metas de um desenvolvimento desejado, viável de se obter em período de tempo determinado, assim como identificar os fatores sobre os quais é necessário atuar para alcançá-los.²⁵⁸

Assim, o modelo para Educação Física e esportes proposto no Diagnóstico não dizia respeito apenas aos saberes necessários aos sujeitos, mas a seus comportamentos, a maneiras de regular seus corpos a fim de que possam adentrar o mundo desenvolvido. Portanto, ao produzir fórmulas que viessem a atenuar as imprevisibilidades de um planejamento, o Diagnóstico viabilizaria uma ação eficaz do governo na administração das demandas da população, mesmo que a realidade social se apresentasse de forma complexa trazendo consigo componentes não controláveis. A tentativa de quantificar, medir, ordenar para melhor dominar as realidades, era objetivo fundamental no Diagnóstico. Dessa forma, estabeleceu-se um conjunto de condições que possibilitaram um campo de discursos científicos e de práticas regulatórias.

Melhoria da aptidão física da população

Segundo o professor Marcus Oliveira²⁵⁹, foi na década de 1950, quando o Brasil se aliara ao capital internacional, notadamente o norte-americano, tanto no plano econômico como também no plano cultural, que a Educação Física e a educação em geral se configurariam dentre as práticas culturais que iriam sofrer profunda ingerência externa. Nas décadas de 1960-70, o debate sobre o tema desenvolvimento ganhava cada vez mais força nos órgãos governamentais, e foi especialmente nesse período que houve grande incentivo de missões internacionais de cooperação técnica vindas dos Estados Unidos.

No *Diagnóstico*, o debate sobre o desenvolvimento, seja do país, seja dos indivíduos, estava profundamente imbricado. Nesse sentido, as ações governamentais eram justificadas com base na pesquisa desenvolvida. A *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* em 1972 destacava:

²⁵⁸ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 9.

²⁵⁹ OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade (Orgs.). *História do esporte no Brasil*. 2009. p. 397.

No ordenamento das prioridades de ação, o governo brasileiro, após 1964, fez do homem a sua meta prioritária. Partindo desse enfoque foi elaborado em 1968/1969 o Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil.²⁶⁰

O modelo escolhido para a Educação Física no Brasil era denominado sistema misto. Nesse modelo, representado por uma pirâmide, a base do sistema, ou seja, o desenvolvimento de uma política pública para a Educação Física seria o esporte de massa. Nesse nível, a própria comunidade deveria organizar suas atividades, o Estado apenas incentivava e financiava. Eram elas: torneios amadores, jogos de final de semana, ruas de lazer. Portanto, o Diagnóstico foi utilizado também como base científica para o desenvolvimento e implantação da Campanha Esporte para Todos em 1977.

No segundo nível da pirâmide, temos o esporte escolar. As atividades desenvolvidas tinham características competitivas, como torneios, jogos internos e interescolares. O terceiro nível era dedicado ao equipamento básico urbano. Nesse nível, o Estado deveria oferecer à população infraestrutura para o desenvolvimento de atividades físicas no espaço urbano: construção de praças, ginásios, quadras poliesportivas, entre outros. O quarto nível da pirâmide era caracterizado pelas organizações desportivas comunitárias, como os clubes ou associações esportivas. E no topo da pirâmide, o esporte de alto rendimento, pois nessa perspectiva de desenvolvimento, o Brasil iria tornar-se uma potência esportiva.

Tendo como título “Opção Brasileira”, a justificativa para esse modelo piramidal era apontada pela Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva em 1972, como desdobramento da pesquisa desenvolvida pelo Diagnóstico nos seguintes termos:

Conhecida a situação real, e as possibilidades de ação oferecidas pela tecnologia, qual opção? As próprias determinantes de cada uma das correntes existentes levaram a conclusão de que, por sua formação étnica, status econômico e orientação político-social, a melhor opção para o Brasil era a Orientação Mista.²⁶¹

Sobre o planejamento da política nacional de Educação Física e Desporto, a Revista destacava:

Estabelecida a linha geral de conduta, foi estruturado o sistema político administrativo, a ser instalado por etapas, observando-se os feedbacks que

²⁶⁰ EDUCAÇÃO Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*. Brasília, DF, n. 12, p. 85, 1972.

²⁶¹ Idem.

agiriam sobre as variáveis do sistema. Esta forma de ação elimina qualquer ingerência estranha ao setor na distribuição orçamentária e assegura o controle efetivo da execução dos projetos: ao Estado, e somente a este, cabe programar o seu desenvolvimento.²⁶²

Lembrando Michel Foucault, o governo dos homens supõe certa forma de racionalidade, e não uma violência instrumental²⁶³. Nesse sentido, essencial é investigar o tipo de racionalidade empregado nas práticas que o governo militar desenvolvia por meio de uma política nacional de Educação Física e Desporto. No entanto, é preciso evitar considerar a racionalização da sociedade ou da cultura como um todo. Por isso, Foucault aponta que devemos analisar esse processo em vários domínios e cada um deles enraizados numa experiência particular: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, e nesse caso o nível de aptidão física da população.

A preocupação com a aptidão física da população brasileira mereceu tópico de destaque no Diagnóstico, pois, segundo seus teóricos, o “nível de aptidão física configura a saída do sistema, isto é, a modificação ambiental produzida pelo sistema.”²⁶⁴ Nesse sentido, o sistema Educação Física/Desporto deveria atuar “sobre o fluxo populacional”. Na tentativa de conferir cientificidade ao seu discurso, era ressaltada sobremaneira no Diagnóstico a dificuldade de realizar “uma apreciação da aptidão física da população sendo possível apenas reconhecimento por meio de amostragem.”²⁶⁵

Desse modo, os índices utilizados para reforçar a retórica que relacionava a Educação Física à melhoria da capacidade física da população foram os “índices de incapacidade física para a prestação do serviço militar”,²⁶⁶ pois segundo os teóricos do Diagnóstico, os dados produzidos pelo exército brasileiro eram mais importantes e significativos para a pesquisa com amostragem. Assim, a medição, a classificação, a comparação, a análise quantitativa transformaram-se em ferramentas essenciais para o desenvolvimento de pesquisas sobre a aptidão física da população brasileira.

A criação na década de 1970 do Laboratório de Fisiologia do Exercício da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAFISE) tinha como objetivo verificar, por meio de testes médicos-biométricos, a condição física da população brasileira. Nesse sentido, a quantificação

²⁶² Idem.

²⁶³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 277-293.

²⁶⁴ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 311.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ Ibidem.

e qualificação do corpo dos brasileiros fundamentavam muitos trabalhos científicos na década de 1970 e legitimavam as intervenções da Educação Física e os esportes. Era preciso fortalecer o povo, adequá-lo ao novo padrão desejado, mais apto fisicamente e preparado para o progresso; assim, era preciso aumentar sua eficiência e eficácia produtiva no mundo do trabalho para fortalecer a nação.

Desse modo, a Educação Física e o esporte estavam particularmente vinculados ao discurso desenvolvimentista do período. No entanto, era preciso criar uma atmosfera popular, esclarecê-la para a prática de atividades esportivas. A campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo e o programa *Esporte para Todos* implantado em 1977 cumpriram esse papel. Assim, as práticas corporais como o esporte deveria forjar no corpo da população os benefícios e progresso da nação. Nesse contexto, a busca por ações que objetivassem o melhoramento das condições de saúde da população brasileira encontra nos programas de massificação esportiva seu maior aliado.

Massificação esportiva. O plano dourado

O *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil* não inventou o desporto de massa, mas, a partir de um discurso com forte apelo científico, permitiu seu desenvolvimento e a sua legitimidade como tempo paralelo ao tempo cotidiano, reinventando sua prática, orientando-a agora para o desenvolvimento econômico, conforme sugere o *Diagnóstico*:

A tendência prospectiva, localizada diante das crescentes possibilidades econômicas e do tempo livre disponível, é a de deslocar progressivamente a recreação - tanto passiva quanto ativa- para posição de realce na sociedade.²⁶⁷

Ora ao “atuar sobre o fluxo populacional” controlando e regulando seu tempo livre o que se pretendia também era administrar a população fazendo com que todo o corpo social também fosse uma atividade econômica analisável. Essa racionalidade era destacada no Diagnóstico como a arte de alocar eficazmente recursos.

Desse modo, as condutas que estavam fora do domínio econômico agora podem e devem ser entendidas e dirigidas segundo essa racionalidade econômica. Diante disso, era preciso administrar a energia física da população, orientando-a para práticas corporais adequadas ao sistema. Afinal, o “objetivo prioritário da Educação Física/Desporto é o da

²⁶⁷ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*, op. cit., p. 20.

melhoria da aptidão física da população como um todo.”²⁶⁸ Portanto, era preciso agir sobre a natureza, ou seja, administrar o bem-estar físico da população por meio da criação de espaços para práticas corporais por meio do esporte. “Assim sendo, as instalações para atividade física fazem parte do equipamento básico urbano, da mesma forma as destinadas à recreação passiva.”²⁶⁹

Para melhorar os recursos humanos e físicos, no sentido de atender com mais eficiência à população, a ênfase do diagnóstico estava na máxima racionalização do orçamento disponível. Desse modo, o investimento inicial na infraestrutura da rede escolar, o equipamento básico urbano e os centros de Educação Física e Desporto, seriam responsabilidade do Estado Federal. Entretanto, os custeios com manutenção de equipamentos da administração e do funcionamento seriam responsabilidade da comunidade.

A recreação passiva e ativa - incluindo a Educação Física/Desporto- é classificada juntamente com a escolarização, habitação, atendimento médico e facilidades de abastecimento de **comodidades sociais** para efeito de planejamento de recursos humanos.²⁷⁰

O domínio de atividades definido pela população era um vasto campo de intervenção governamental, e a Educação Física como comodidade social deveria ser meticulosamente esquadrihada e orientada em função da razão de Estado. Um dos fundamentos dessa política era “aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida.”²⁷¹

Tal orientação vai repercutir no Decreto-Lei n. 69.450, de 1.º de novembro de 1971, que regulamentou a Educação Física no sistema escolar brasileiro. Dessa forma, fazia parte ainda das políticas para Educação Física na década de 1970-1980 a criação de um modo de “ser”, forte, vigoroso e saudável. O Decreto-Lei n.º 69.450, no inciso I do art. 3.º estabelecia que “a aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.”²⁷²

Com base na premissa de que os níveis de aptidão física da população brasileira eram inexpressivos, o Diagnóstico irá orientar as políticas do corpo, produzindo necessidades

²⁶⁸ Idem, p. 20.

²⁶⁹ Idem, p. 20.

²⁷⁰ Idem, p. 25. Grifos do autor.

²⁷¹ Idem, p. 7.

²⁷² BRASIL. Decreto-Lei n. 69.450, 1.º de novembro de 1971, inciso I do artigo 3.º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

segundo “os cânones das modernas ciências administrativas” para a promoção de projetos de massificação esportiva. Considerado um sistema social, a Educação Física e o esporte serão redimensionados e analisados numa perspectiva de ação e correção de política pública. Sobre essa questão, o *Diagnóstico* esclarece:

O planejamento, em vez de lidar com problemas e suas soluções, deve prever o delineamento de sistemas sociais, a fim de produzir sistemas menos geradores de problemas, ou seja, remover as causas e não os sintomas... Com a estrutura e causa dos problemas identificados, é possível gerar meios de evitá-los, ao contrário de enfrentá-los repetidamente na busca de alívio.²⁷³

No entanto, o *Diagnóstico* seguia as orientações internacionais difundidas pelo Conselho Internacional de Educação Física e do Esporte da UNESCO para a elaboração dos objetivos de planejamento de políticas para Educação Física. Dessa forma, os três princípios gerais para organização desportiva descritos no *Diagnóstico* estavam em consonância com as orientações da UNESCO:

1- A organização básica da Educação Física/desporto é assentada sobre a prática de atividades físicas no âmbito do sistema educacional, abrangendo todos os níveis e ramos [...] 2- O objetivo prioritário da Educação Física/Desporto é o da melhoria da **aptidão física** [...] 3- A organização desportiva comunitária- associações desportivas, ligas, federações, confederações, comitês olímpicos- Para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa.”²⁷⁴

Assim, a perspectiva era fazer com que o esporte se tornasse um passatempo eficaz, mas sem perder de vista seu potencial lucrativo, tanto é que o Diagnóstico identificava na população “consumidores potenciais de Educação Física/Desporto”, pois, dispensados do trabalho, os indivíduos poderiam desempenhar papéis, como voluntários esportivos e servir à comunidade. Desse modo, o controle social ocorria de uma forma muito sutil, menos “oficialista”. Elevados ao nível de comodidade social, a Educação física e o esporte poderiam gerar lucros, tanto no que se refere aos aspectos mais gerais da população, quanto ao aspecto individual. Sendo assim, o governo deveria investir nessa prática de forma específica no direcionamento da população.

²⁷³ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 12.

²⁷⁴ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 20.

No entanto, esse discurso estava aliado ao projeto “Brasil Grande,” destino “manifesto da nação” e o papel da Educação Física/Desporto era o de “inventar” esse novo homem, necessário para a nova ordem socioeconômica capitalista, fortalecendo e dinamizando seu corpo, controlando seu espaço e tempo rumo ao tão sonhado Brasil potência mundial.

Temos assim ‘**orçamento de tempo**’, ‘**custo de lazer**’ etc. Dentro desse critério é possível apreciar determinada comodidade como um ‘**serviço**’, e, assim sendo, a respectiva ‘**demanda**’ será uma variável dependente do nível de renda, da distância entre a residência do usuário e a fonte de serviço, do custo do serviço e do grau de conhecimento a respeito do serviço.²⁷⁵

De fato, desde a década de 1970, estamos diante de um mercado crescente de produtos e serviços. Segundo Alexandre Vaz, cada vez mais pessoas investem no seu corpo como um “cartão de visita” ou com o intuito de aumentar o poder de estimulação social. Mediados pelo interesse da indústria de consumo, modelos corporais são veiculados como indicativo de beleza, sucesso e saúde; atualmente, o corpo entra no mercado como capacidade de consumir e ser consumido.²⁷⁶

Mas, e os que estavam à margem desse processo? Na década de 1970, os programas de Educação Física/, focados na recreação e lazer esportivo, eram uma excelente forma de controle da população, principalmente os que estavam à margem do sistema. Trabalhadores, jovens, velhos, crianças e mulheres deveriam estar todos ocupados, pois, apesar das atividades esportivas não incluí-los no sistema, eles se sentiriam pertencentes a uma ordem geral. Sobre a política nacional para Educação Física, a Revista Desporto em 1977 destacava:

O comportamento esclarecido e sadio das autoridades oficiais, orientando, incentivando e difundindo o desporto, estimula a imaginação e os desejos de aperfeiçoamento da juventude. E cria novas responsabilidades para a geração adulta.²⁷⁷

Mas, para que isso se tornasse uma realidade nacional, o Diagnóstico apontava para a necessidade de uma reformulação geral em todas as áreas que envolviam a Educação Física e o desporto, pois o país encontrava-se “subdesenvolvido” quando se tratava de questões relacionadas à saúde da população e ao desenvolvimento esportivo. Desse modo, nos anos da ditadura militar, o Diagnóstico tornou-se um documento fundamental, particularmente por seu

²⁷⁵ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971, p. 26. Grifos do autor.

²⁷⁶ VAZ, Alexandre Fernandez; SILVA, Ana Márcia; ASSMANN, Selvino. O corpo como limite. In: CARVALHO, Yara M; RUBIO, Kátia. op. cit., p. 77- 101.

²⁷⁷ DESTAQUE. *Revista Desportos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 32, abr. 1977.

status científico, para as ações do governo federal no que se refere às políticas nacionais para Educação Física no período.

No entanto, era preciso aperfeiçoar os profissionais da área de Educação Física e desporto, questão esta muito discutida pelos organizadores do *Diagnóstico*. Além disso, era preciso que o governo agisse de forma eficiente e eficaz, termos muito usados nas escolas de Educação Física do período. Assim, o termo eficiência estava relacionado aos projetos desenvolvidos para educação física e desporto, bem como sua execução. O termo eficácia estava relacionado aos critérios de desempenho das organizações envolvidas. Segundo os organizadores do *Diagnóstico*, o modelo adotado para o ensino superior de Educação Física “deveria examinar as tendências internacionais para efeito de comparação”.²⁷⁸ Assim, “a tendência atual brasileira, de criar unidades isoladas e específicas para Educação Física aparece em terceiro lugar da incidência no âmbito internacional de melhor rendimento”.²⁷⁹

E ainda,

[...] a baixa produtividade e a qualidade de ensino deficiente, normalmente reconhecidas no ensino superior brasileiro, devem assumir proporções mais evidentes nos próximos anos, com referência à Educação Física/Desportos, uma vez que a formação profissional está orientada pela dispersão de unidades de ensino, contrariando os preceitos de reforma universitária, ora em implantação no país, e o consenso internacional.

Portanto, administrar a Educação Física e o desporto era alcançar metas e objetivos – eficiência- fazendo o melhor uso possível dos recursos disponíveis, ou seja, eficácia. Além disso, era preciso promover a Educação Física e o desporto, principalmente no meio urbano. Esta deveria ser uma das finalidades das políticas públicas para Educação Física, melhorar a aptidão física dos indivíduos por meio do esporte. Esse era um dos meios de que dispunha a Educação Física para não tornar o indivíduo improdutivo na sociedade e conforme o *Diagnóstico*:

Para a Educação Física/Desportos, o enfoque deve ser da estrutura urbana. O chamado ‘plano Dourado’ comprova a assertiva, uma vez que visa prioritariamente à melhoria da Aptidão Física e prevê meios de prática desportiva no nível de quarteirão e bairro.²⁸⁰

²⁷⁸ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 48-49.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 29.

Desse modo, ao absorver o esporte como conteúdo pedagógico, a Educação Física deveria, segundo o *Diagnóstico*, estabelecer princípios, metodologias e critérios de avaliação únicos para ambos. O entendimento de que a sociedade em geral era mal-informada, que suas práticas com relação ao esporte eram apenas “recreativas e informais”, não configurando, dessa maneira, uma sociedade esportivizada, permite visualizar que o governo, por meio de uma política nacional para a Educação Física/Desporto, tinha como objetivo atuar diretamente na população, pois o desenvolvimento seria mais viável com a “participação da comunidade.”

A Educação Física/Desporto deveria estar em consonância com as orientações da educação nacional, pois tanto a reforma educacional que transformou o ensino médio em ensino técnico no início da década de 1970, como a implementação do Mobral são exemplos do papel da educação nas políticas de desenvolvimento econômico do período. Assim, a preocupação com o desenvolvimento da “aptidão física” brasileira no governo militar foi ressignificada numa perspectiva nacional/desenvolvimentista. O Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971, ressaltava como deveria ser o relacionamento da Educação Física com a “Sistemática da Educação Nacional”.

Art. 1.º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimoram forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituem um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2.º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.²⁸¹

Ao absorver como conteúdo pedagógico essa “nova” técnica corporal, o esporte, a Educação Física mantinha seus princípios fundamentais: a intervenção no corpo com o objetivo de melhorar seu funcionamento orgânico, tanto para o desempenho atlético/esportivo como para o desempenho produtivo. A novidade estava na submissão dos dados coletados pelo Diagnóstico para o desenvolvimento de fórmulas, que, por exemplo, ajudasse na preparação de novas gerações para competições esportivas, nacionais e internacionais. Para Marcus Taborda de Oliveira, a ideia inicial era simples, o país estava longe de tornar-se uma potência esportiva. E o esporte, no contexto da “guerra fria”, já significava, naquele período, o poder econômico, político e simbólico de uma nação.²⁸²

Os organizadores do Diagnóstico, entendendo que havia muitas falhas e problemas nos mais diversos segmentos da Educação Física e do desporto no país, irão propor diversas

²⁸¹ BRASIL. Decreto n. 69.450, de 1.º de novembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

²⁸² OLIVEIRA, op. cit., 2009.

mudanças no sistema. Em relação às conclusões que direcionaram a ação do governo para a elaboração do Plano de Educação Física e Desporto, apresentado em 1971, os organizadores do *Diagnóstico* apontaram a ineficácia do Conselho Nacional de Desporto, órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A deficiência qualitativa incide seus maiores efeitos no referente à interpretação das atividades físicas como importante meio educacional, à circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, aos relacionamentos dos diferentes elementos da organização desportiva comunitária e à ação governamental, no representado pela legislação e pela capacidade de intervenção positiva no processo evolutivo do setor.²⁸³

Com base nessas conclusões, foram propostas mudanças que deveriam ser realizadas inicialmente pelo Departamento de Educação Física (DED/MEC). No entanto, manteve-se o predomínio do conhecimento das ciências naturais, principalmente a biologia como sustentação da importância da educação física na escola voltada para a intervenção educativa sobre o corpo. Em vários trechos, fala-se na educação integral, mas como a educação integral não legitimava a educação física na escola, esta era entendida na perspectiva de sua contribuição para o desenvolvimento da aptidão física e esportiva.

Contudo, é importante lembrar que o governo também seguia as orientações da Federação Internacional de Educação Física. Nesse sentido, atuava junto às esferas culturais, incentivando inclusive a criação de novas instituições e iniciando todo um processo de gestação de uma política de cultura esportiva no país. Dentro dessa perspectiva, a formação profissional era uma questão importante e mereceu destaque no Manifesto Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física:

É preciso também formar alma de educadores: criar a fé e o entusiasmo pela obra a realizar, desenvolver as qualidades essenciais do pedagogo: amor aos alunos, dedicação, respeito humano etc. Os educadores físicos devem manter-se e permanecer o maior tempo possível - como exemplos de boa condição física e espírito desportivo.²⁸⁴

De acordo com o governo federal, o professor de Educação Física também era considerado elemento primordial para as mudanças no setor educacional, entretanto, deveria seguir a tendência internacional do período, pois esperava-se que eles levassem as mudanças da Educação Física para toda a sociedade e especialmente para o interior da escola. Segundo

²⁸³ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 358.

²⁸⁴ MANIFESTO Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 10, p. 9-17, 1971. Tradução do Gen. Jayr Jordão Ramos.

Maria José de Rezende, a educação, sob todos os aspectos, tinha de ser estruturada de forma que ela fosse capaz de criar condições para legitimar o regime e, nesse sentido, era preciso ajustar as novas gerações aos valores concebidos como essenciais pela nova ordem social.²⁸⁵

O próximo aspecto que pretendo abordar é o papel conferido aos profissionais de Educação Física no processo de renovação da área proposto pelo Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil. Em vários trechos da obra, ganhava destaque às referências quanto à necessidade de formar-se professores de Educação Física competentes, e para isso era preciso que o professor adquirisse uma sólida formação científica e pedagógica e um *status* de educador.

²⁸⁵ REZENDE, op. cit., p. 46.

CAPÍTULO 4

FORMAÇÕES DE PROFESSORES ENTRE CONSENSO E CONSENTIMENTO

Sabemos que você, o professor de Educação Física, será o executante de uma tarefa que não ganhará as manchetes e que, por tão anônima, se reveste de significado ainda mais transcendental. Mas sabemos que podemos contar com sua participação.²⁸⁶

Nos primeiros anos da década de 1970, o Brasil ainda vivia sob os auspícios do chamado “milagre econômico”, processo este iniciado no governo Costa e Silva, ligado aos altos índices de crescimento econômico nacional, urbanização, fortalecimento dos setores secundário e terciário da economia e acesso da classe média a bens de consumo duráveis. Esse conjunto conhecido como “milagre econômico” fazia parte de uma conjuntura econômica favorável, em decorrência da expansão de fluxo de capitais norte-americanos, pois, desde a década de 1950, o Brasil já estava alinhado ao capital internacional, especialmente o norte-americano.

Segundo Cesar Mangolin de Barrosa²⁸⁷, a política econômica da ditadura, sustentada por forte interferência do Estado, não significou uma ruptura econômica com o padrão de desenvolvimento e acumulação aberto em meados da década de 1950. Logo após o Golpe de 1964, sublinha o autor, o governo militar vai sustentar o crescimento econômico tendo como bases principais a restrição do crédito, o arrocho salarial e o aumento da carga tributária.

Nesse sentido, buscando adesão da sociedade a um determinado projeto nacional, o governo vai investir na Educação em geral e especialmente na Educação Física e esporte como um setor estratégico para buscar uma correspondência entre o desenvolvimento econômico e o social. Segundo a socióloga Maria José de Rezende, as bases em que a ditadura militar estabeleceu-se para obter reconhecimento dos diversos segmentos sociais para seus atos, medidas e ações eram eminentemente autocráticos. “Por isso, os atos institucionais

²⁸⁶ MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, DF, ano 4, n. 12, 1973.

²⁸⁷ BARROS, Cesar Mangolin. *A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos*. Disponível em: <<http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

e constitucionais, não se constituíam em empecilhos para que ela tentasse construir sua aceitabilidade e adesão.”²⁸⁸

Entretanto, Maria José de Rezende sublinha que, para apreender-se o processo de busca de legitimidade do regime militar, é preciso abordá-lo como parte da tentativa de padronização de todas as relações sociais e não apenas como simples artifício de imposição de uma forma de poder.²⁸⁹

Para a autora, a pretensão de legitimidade da ditadura ia além da tentativa de conseguir-se obediência para um determinado sistema de poder, significava, sobretudo, um processo muito mais complexo, na medida em que se procurava construir, de maneira contínua, uma determinada ordem a que todos aderissem, nos âmbitos objetivos e subjetivos. Assim, para além do uso exclusivo da força, o grupo de poder da ditadura militar vai investir em estratégias de ação nas diversas áreas (econômica, política e psicossocial) como instrumento de construção e manutenção de legitimidade. Adesão e consentimento - essa relação envolvia, não somente a construção de artifícios para a manutenção de uma forma de poder, mas a internalização de uma concepção de mundo.²⁹⁰

O processo de construção de legitimidade do governo pós-1964 estava articulado a um suposto ideário de democracia que se tornou o ponto de conexão entre as diversas ações do governo federal: a esfera política, a econômica e a psicossocial. De acordo com Maria José de Resende, desse processo emergiu um modo singular de justificar as novas condições sociais e políticas emergentes. A busca de legitimidade centrava-se na construção de um ideário de democracia que insistia no revigoração da ordem, do progresso, da justiça social e de uma pretensa legalidade.²⁹¹

Nesse período, o Estado vai mudar a sua forma de intervenção sobre todas as instituições, inclusive na área educacional. Assim, o desenvolvimento de uma “nova” Educação Física, mais esportivizada, foi viabilizado principalmente pela reestruturação do ensino, de reformas, programas e projetos educacionais em fins dos anos de 1960 e durante a década de 1970. Segundo Arlindo Lopes Correa, presidente do MOBREAL, para o indivíduo praticante, o “esporte tem como finalidade o aperfeiçoamento físico, o enriquecimento intelectual, a sociabilização, o fortalecimento da personalidade”.²⁹²

²⁸⁸ REZENDE, op. cit., 2013. p. 30.

²⁸⁹ REZENDE, op. cit., 2013. p. 32.

²⁹⁰ Cf. REZENDE, op. cit., p. 31.

²⁹¹ Idem, p. 33.

²⁹² CORRÊA, Arlindo Lopes. Esporte e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 7, 1970.

Assim, projetos como o de massificação da Educação Física e esportes faziam parte das estratégias psicossociais do governo que eram postas em prática, principalmente por meio da Educação e da propaganda. De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra,

As informações no campo psicossocial estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão do poder. As informações sobre o campo psicossocial do próprio País ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão. Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação. Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempo de paz, ou em emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância.²⁹³

Assim, estrategicamente, a massificação dos esportes, eram direcionadas a adultos, jovens, idosos, crianças, objetivando a constituição de um ideário nacionalista de amor à pátria, e a consolidação de comportamentos sociais mais adequados à nação, pois a higiene moral e do corpo significava também a saúde social e da nação. Sobre a importância da Educação para o desenvolvimento do País, o manual da Escola Superior de Guerra em 1975 destacava:

As estatísticas brasileiras revelam que a acumulação de capital humano, sob a forma de educação, respondeu por cerca de 20% do aumento da produção observada no período de 1959/60, a despeito de naquele período não se registrar nenhum esforço específico no campo educacional.²⁹⁴

E ainda,

A importância fundamental da educação do homem como ‘investimento’ mais produtivo para o desenvolvimento. É através do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida.²⁹⁵

Assim, podemos perceber que, se a Educação foi considerada de fato questão de Estado, nem todos os intelectuais comprometidos com o núcleo central para a elaboração de políticas

²⁹³ Apud CASTRO NETTO, David. Combatendo a crise com otimismo: a fé na “Revolução de 64” e a esperança de um futuro melhor nos marcos da abertura política (1974-1985). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 25 a 27 de setembro de 2013. Maringá. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/>>. Acesso em: 28 set. 2013.

²⁹⁴ DOUTRINA Básica. Manual Escola Superior de Guerra, 1975. p. 153.

²⁹⁵ Idem.

no governo militar eram envolvidos com a área educacional. Segundo Alexandre Tavares do Nascimento Nunes,²⁹⁶ os únicos ministros ligados à área da educação que ocuparam a pasta foram: Moniz de Aragão, Eduardo Portela e Esther de Figueiredo Ferraz. Os ministros: Flávio Suplicy de Lacerda tinha formação em engenharia, Tarso Dutra era formado em Direito com especialização em Direito Civil, Jarbas Passarinho era oficial do Exército e instrutor-chefe do curso de artilharia, Ney Braga e Rubem Ludwig eram oficiais de carreira. Nesse sentido, os critérios para compor o ministério eram políticos, e não técnicos.

O professor de Educação Física: um plasmador de caráter

Segundo Maria José de Rezende, ao considerar o campo psicossocial um solo fértil para travar-se uma verdadeira batalha no processo de busca de legitimidade, o regime militar vai investir num sólido conhecimento sobre a composição da população. Assim, com a publicação do livro *Diagnóstico de Educação Física/Desporto* em 1971, o campo psicossocial foi utilizado como justificativa para a elaboração da obra, pois, segundo o professor Lamartine Pereira da Costa, a “importância das manifestações psicossociais ligadas à Educação Física e ao esporte também projeta sua influência no plano da política internacional.”²⁹⁷

De acordo com as informações atribuídas ao “campo psicossocial” da Doutrina Básica da Escola Superior de Guerra (ESG), “o homem é a origem, o meio e o fim do Desenvolvimento”, e nesse sentido era preciso entender o desenvolvimento do homem, como

Um processo de permanente aperfeiçoamento de seus atributos físicos, intelectuais e espirituais, para que ele, comungando com as aspirações nacionais, participe da formação de uma sociedade cada vez mais próspera e se aproveite dos benefícios por ela proporcionados.²⁹⁸

Sob esse aspecto, a elaboração do Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil publicado em 1971 cumpria sua “missão”, pois, segundo Arlindo Lopes Correia, fazia parte das “preocupações do Governo Revolucionário com a Política Nacional de Recursos Humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e

²⁹⁶ NUNES, Alexandre Tavares do Nascimento. *Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de debates*. 2010. 359 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

²⁹⁷ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/Desporto*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro Nacional de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 7.

²⁹⁸ DOCTRINA Básica. Manual da Escola Superior de Guerra, 1979. p. 272.

melhorar sua qualidade de vida”.²⁹⁹ Entretanto, esse projeto era compartilhado não apenas por autoridades governamentais como também por amplos segmentos profissionais e por intelectuais da área.

O editorial da *Revista Educação Física e Desportiva* em 1972, com o título *É tempo de sonhar*, destacava:

Hoje, quando a Educação Física ocupa posição de destaque na programação de todos os governos, ao professor de Educação Física está reservado um papel especial no engajamento nacional, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico do contexto.³⁰⁰

Assim, os professores eram convocados a participar, no sentido de colocar em ação, ou seja, concretizar os programas esportivos elaborados pelas equipes do governo no âmbito das políticas públicas para o esporte, não apenas cedendo o seu apoio a tais iniciativas, mas atuando de forma efetiva no engrandecimento esportivo do País. O editorial era salutar nesse sentido:

Cada vez mais, a sociedade vai tomando conhecimento de que o professor não é tão-somente ‘aquele que faz a garotada chegar a casa mais corada’, mas, sim, e principalmente, *um formador de homens, um plasmador de caracteres*. Esperamos dele muito mais do que a sua própria estimativa poderia registrar, e sabemos não estar pretendendo mais do que poderá realizar.³⁰¹

E ainda,

Precisamos aproveitar e trabalhar nosso material humano. Sabemos que os nossos recursos potenciais no setor são excelentes, mas não podem permanecer eternamente potencialidades, e para isto estamos iniciando um trabalho intenso, o que é coisa para ser feita não em 10 dias, mas em 10 anos, quando pretendemos contar com uma geração sadia e, efetivamente grandes atletas.³⁰²

É importante citar novamente o *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*, pois a referida obra destaca que o desenvolvimento de uma política nacional para a Educação Física/Desporto era um projeto a ser implementado ao longo da década 1970. Nesse sentido, a adesão dos professores aos programas esportivos do governo era fundamental para o êxito do

²⁹⁹ BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*, op. cit., p. 7.

³⁰⁰ É TEMPO de sonhar. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 5-6, 1972.

³⁰¹ É TEMPO de sonhar. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 5-6, 1972. Grifos nossos.

³⁰² Idem.

projeto. Esperava-se que os professores levassem as mudanças da Educação Física para toda a sociedade.

A racionalização técnica pela qual atravessava o regime militar tinha como objetivo também a construção de um padrão de povo brasileiro mais apto fisicamente e com maior grau de eficiência no trabalho. Dessa forma, o governo passa a investir em programas esportivos como uma espécie de vitrine dos benefícios e progressos que poderiam trazer a nação. Mas o outro aspecto desse progresso seria o cuidado com as condições morais e espirituais da sociedade.³⁰³

Nesse sentido, era preciso criar uma atmosfera popular de incentivo às práticas relacionadas à Educação Física e aos Esportes. As ações governamentais eram no sentido de organizar e implantar uma reforma das práticas desportivas, no entanto, para que o projeto se realizasse, seus organizadores contavam com a participação efetiva do professor de Educação Física, ou seja, uma grande ação mobilizadora para atuar naquilo que poderia ser o motor do desenvolvimento do País, o desenvolvimento do esporte.³⁰⁴

Educação Física: uma obra de bandeirante

Nos anos de 1970, as políticas públicas para Educação Física e esportes faziam parte dos projetos do governo de integração nacional e desenvolvimento econômico. A necessidade por parte do governo de criar-se mão de obra capacitada atrelava o discurso do ensino técnico ao do trabalho. Nesse contexto, era divulgado nos diversos meios, inclusive nos periódicos educacionais, o projeto de “integração nacional” brasileiro.

Em 1973, o editorial da *Revista Esporte e Educação* destacava:

É só andar pelo Brasil e se verá a obra de gigante que vem sendo feita, plantando-se para juventude: uma obra de geração. Por isso tudo, aqui fica o nosso louvor a essa equipe que vem dando uma de bandeirante pela Educação Física.³⁰⁵

Nesse contexto, Carlos Fico³⁰⁶ sublinha que principalmente no campo educacional as ideias de “construção” e “transformação” estavam associadas à ruína. Segundo os militares, no período anterior a 1964, o país experimentara uma situação de completa decadência moral

³⁰³ Cf. OLIVEIRA, op. cit., p. 396.

³⁰⁴ Cf. OLIVEIRA, op. cit., p. 396.

³⁰⁵ EDITORIAL. *Revista Esporte e Educação*. Rio de Janeiro, ano V, n. 29 jul./ago. 1973.

³⁰⁶ FICO, op. cit., p. 121.

e material. Caberia a eles inaugurar um *novo tempo*, e já que esse *novo tempo* havia chegado era *só andar pelo Brasil* para constatar *a obra de gigante*.

Em 1971, o presidente General Emílio Garrastazu Médice aproveitou a data de festejos de final de ano para enviar a nação brasileira sua mensagem de Ano Novo com o propósito de anúncio de um *novo tempo* conquistada pelo militares. Assim, declarava solenemente em rede nacional de rádio e televisão o presidente: “A Nação tem hoje a tranqüila consciência de sua grandeza em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente”.³⁰⁷

De acordo com Carlos Fico, uma fórmula temporal relativamente simples equacionava o projeto do regime militar no contexto dos aparentes sucessos obtidos com a estabilização econômica. Nesse sentido, o presidente anunciava o rompimento com os velhos modelos, pois viviam-se novos tempos, estávamos tornando-nos uma nação moderna. Em termos simbólicos, o discurso do presidente possuía um significado importante em um país acostumado à retórica de “país do futuro”. Um futuro que teimava em não chegar, transformando-se em tempo mítico. Mas eis que ocorre o “milagre” devidamente explicado em termos “realistas, possíveis e viáveis” pelos “guardiões do progresso.”

Dessa forma, o “milagre” econômico brasileiro coincide com certo espírito modernizante que animava vários setores do governo. Essa modernização traduzia-se, sobretudo, na crença no planejamento, na capacidade técnica de estabelecer metas, organizar ações, pretendendo-se prever resultados. No final da década de 1960, o planejamento educacional já fazia parte do Planejamento Econômico Global (PAEG). Nesses termos, “educação para os novos tempos” consistia em ajustar o sistema educacional às necessidades do mercado de trabalho regulado pelos inúmeros diagnósticos produzidos sobre educação, saúde, trabalho, previdência, entre outros, no período.

Assim, a Reforma Universitária, efetivada pela Lei n.º 5540/68, fazia parte do projeto de transformação modernizadora da Educação. No que se refere à Educação Física e aos esportes, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) designou um grupo de trabalho para estudar e propor medidas que visassem à sua expansão em todo o território nacional. O resultado desse estudo foi o já mencionado Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil, publicado em 1971.

Descobrimos o rumo certo: Educação Física e esportes

³⁰⁷ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nosso Caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972. p. 76.

A partir desse conjunto bastante prolixo de fatores, a década de 1970 foi um período de importante intervenção das políticas do governo federal nos projetos referentes à Educação Física e ao esporte. Vale a pena lembrar que o Diagnóstico seguia tendência internacional, em que a prática esportiva ganhava um viés socioeducativo.

Sob esse aspecto, o esporte foi absorvido como fenômeno promotor da socialização dos jovens pelas políticas públicas para Educação Física no governo militar. Nesse sentido, a construção de praças, quadras poliesportivas e ginásios não estavam destinados apenas para manter a boa forma física, mas, sobretudo, eram lugares de formação. Em 1970, o discurso do Presidente Médici sobre a “formação do homem brasileiro” na inauguração da Praça Roosevelt, em São Paulo, dizia.

É preciso que haja um perfeito equilíbrio nas atividades do homem, para que ele também tenha esse equilíbrio emocional; para que ele produza; para que ele dê mais ao Brasil; para que ele cresça com sua Pátria.³⁰⁸

Vários órgãos ligados ao esporte, naquele momento, dirigiam seus atos no sentido de divulgar à população os benefícios da prática esportiva em geral como forma de atividade de lazer e de expressão do ser humano ligado à promessa de transformação social. Afinal, algumas décadas antes, o esporte ainda era visto com reservas por alguns, considerado degenerativo se praticado por jovens despreparados. Mas, a partir da década de 1960, o esporte assumirá uma nova dimensão que resultará em fenômeno educativo que deve atingir a todos indistintamente. Em 1969, o tenente coronel Arthur Orlando Ferreira da Costa, no editorial do Boletim Técnico e Informativo de Educação Física,³⁰⁹ destacava:

Revelam nossas estatísticas que o Brasil apresenta, presentemente, cerca de trinta milhões de analfabetos. Sua população total já é calculada em torno de 90 milhões de habitantes. Estarão os 60 milhões considerados alfabetizados em condições de participar efetivamente do progresso técnico científico que o nosso país deve empreender?³¹⁰

Assim, para o tenente coronel Arthur Orlando Ferreira da Costa, para facilitar o acesso da população às práticas esportivas pelo viés socioeducativo, era necessário que,

³⁰⁸ DISCURSO do Presidente Médici na inauguração da Praça Esportiva Roosevelt, em São Paulo. *Revista Esporte e Educação*, São Paulo, ano I, n. 6, mar., p. 16, 1970.

³⁰⁹ Até 1969, a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos denominava-se Boletim Técnico e Informativo de Educação Física.

³¹⁰ COSTA, Arthur Orlando Ferreira. *Editorial*. Boletim Técnico e Informativo de Educação Física, Brasília, DF, n. 8, 1969.

No que toca à Educação Física, que é o nosso setor específico, não se pode estender o conceito de alfabetizado a esses 60 milhões, muito menos aos outros 30 milhões. Ele se aplica a uma minoria irrisória. Há que desenvolver os recursos humanos, sem o que esses jovens não terão condições para realizar o verdadeiro descobrimento do ‘Brasil Grande’ em que tanto sonhou o saudoso presidente Costa e Silva quando perseguia a meta - O HOMEM.³¹¹

Desse modo, à Educação Física cabia uma parcela importante no desafio de construção do Brasil Grande, mas, para que esse projeto fosse possível, era preciso construir um consenso³¹² em torno do discurso do desenvolvimento nacional e da massificação da Educação Física. Foi nesse contexto que a tendência tecnicista das Leis n.ºs 5.540/68 e 5.692/71 reforçaram o caráter instrumental da Educação Física, considerada, uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico da população de forma geral. Nesse sentido, a Educação Física de caráter esportivo, técnico e competitivo acentuou nas universidades, a partir da década de 1970, o surgimento de laboratórios de avaliação física e fisiologia do esforço.

Foi criado, nesse período, o Laboratório de Fisiologia do Exercício da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAFISE), sob a coordenação do professor Dr. Maurício Rocha, cujo objetivo era a verificação da condição física da população brasileira, por meio de testes médicos e biométricos. O professor Maurício Rocha tentava demonstrar, mediante implantação de testes de ergometria nas áreas do comércio e indústria, que “as razões do atrito entre empregado e empregador estavam no desajustamento da carga imposta – com 8 horas de trabalho - em relação às possibilidades do indivíduo”.³¹³ Por isso, a criação de laboratórios de fisiologia do exercício em várias regiões do Brasil traria grandes benefícios para o desenvolvimento econômico do país, fortalecendo e tornando mais eficiente o trabalhador. Sobre a montagem do primeiro laboratório em 1971, a *Revista de Educação Física e Desportiva sublinhava:*

Todo esse trabalho do Dr. Maurício Rocha estava sendo devidamente observado por aqueles que compreendem o desporto como uma instituição nascida da Educação Física, dentro dos ditames da tecnologia moderna. Sem

³¹¹ Idem.

³¹² Para Daniel Aarão Reis, em seu texto: A Revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso, o termo consenso, utilizado para compreender as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v. 2. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³¹³ CAPINASSU, José Maurício. Pioneirismo da Educação Física e Desportiva Brasileira. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, p. 18-25, 1971.

métodos científicos, a Educação Física sofrerá um processo de estagnação e, logicamente, regredirá. Em conseqüência, o desporto estará sempre numa posição de inferioridade em relação às outras nações em que a tecnologia científica estiver atuando.³¹⁴

E ainda,

A ida do Tenente-Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira para a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Cursado na Escola de Educação Física do Exército e durante alguns anos fazendo parte do **staff** da Comissão Desportiva das Forças Armadas, órgão subordinado ao EMFA, Costa Ferreira, em suas viagens oficiais, observou o bastante para saber que os ideais do Dr. Maurício Rocha eram certos e durante sua gestão como Diretor do DEF/MEC forneceu todos os meios para que a importação da aparelhagem mínima necessária à montagem de um laboratório de pesquisa do esforço fosse feita de imediato.³¹⁵

Nesse sentido, as pesquisas tinham como objetivo dar um caráter científico às ações governamentais nas áreas de Educação Física, como, por exemplo, na formação dos cursos de professores e contribuir para melhoria do desenvolvimento do desporto nacional. Assim, as escolas de Educação Física, com grande número de docentes militares, defendiam juntamente com o governo o estabelecimento de uma política nacional de Educação Física de massa, com finalidade de “favorecer a melhoria do homem e os meios de colaborar no plano de segurança nacional”,³¹⁶ bem como a formação intensiva de profissionais da área.

Para atingir-se essa meta, no entanto, era necessária uma maior ampliação e controle sobre os cursos de formação de docentes, não só para o ensino superior, mas também para o ensino médio. Segundo o *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*, no ano de 1967, o país contava com apenas nove escolas superiores de Educação Física, e nem todas estavam ligadas às universidades. Desse modo, a implementação de uma política de incentivo à massificação da Educação Física e do esporte demandava um maior número de profissionais da área para todo o País.

Em 1974, a *Revista Esporte e Educação* sublinhava:

Em São Paulo, neste começo de ano, havia nas Delegacias da Secretária da Educação uma média de dez professores para três aulas disponíveis; nos outros estados temos, ainda, 80 por cento de leigos lecionando. Pergunta-se em outros estados: por que os governos não criam mais faculdades para formar professores para atenderem da 5.^a série em diante, se há falta?³¹⁷

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Apud SOUSA, Eustáquia Salvadora. Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A História do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994) 1994. 264 f. Tese (Doutorado em Educação)-, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1994, p.132.

³¹⁷ REVISTA ESPORTE E EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, ano V, n. 31, jan.-fev. 1974.

No entanto, apesar das ações do governo para implantação e implementação de uma política de incentivo à prática da atividade física, existia na verdade uma grande carência de docentes, e para suprir a falta de profissionais com formação superior, eram contratados professores leigos. Segundo a *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, era necessário que:

A Família, o Clube, a Igreja, o Professor, a Escola, a Universidade e qualquer outro meio social, todos devemos concentrar nossos esforços no sentido de aperfeiçoar este jovem e, principalmente conscientizá-lo para o valor e a necessidade da atividade física no mundo atual, quando tudo é dinamismo e o homem precisa, cada vez mais, se firmar face à máquina.³¹⁸

Contudo, era importante também não só a formação superior, mas uma maior distribuição dos docentes por meio da criação de faculdades de Educação Física em outras regiões do Brasil. Segundo o Diagnóstico, a Reforma Universitária, efetivada em 1969, expandiu a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. Somando-se a esse fator, a obrigatoriedade do ensino de Educação Física em todos os níveis de escolaridade fez com que a demanda por mais professores aumentasse para atender o número de vagas.

O esporte universitário: consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade

O governo pretendia produzir também nas universidades um discurso de valorização do esporte como meio de educação do estudante em particular e do povo em geral, transformando os Jogos Universitários Brasileiros em atividade acadêmica regular.³¹⁹ Em 1970, o Presidente Médici, sobre o desenvolvimento do esporte no país, sublinhava:

Sou apaixonado pelo esporte. Para haver atletismo é preciso haver prática sistemática de Educação Física. No momento, os nossos estabelecimentos de ensino não dispõem, em geral, de organização adequada para tanto. A prova maior disso está em que nossos atletas são formados quase que exclusivamente em clubes atléticos e desportivos, em contraste com outros países, onde os

³¹⁸ É TEMPO de sonhar. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 11, p. 5-6, 1972.

³¹⁹ BRASIL. Decreto n. 54.215, 24 ago. 1964. Considera os jogos universitários brasileiros como atividade universitária regular. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54215-27-agosto-1964-394341-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

campeões saem, em grande parte, principalmente dos colégios e universidades.³²⁰

E ainda,

Impõe-se, diante disso, estimular, especialmente na área colegial e universitária, as competições esportivas para selecionar e amparar todas as revelações que surgirem no atletismo. Essa tarefa, já equacionada, deverá ser confiada ao Departamento de Desporto e Educação Física, cuja criação espero se dará em breve.³²¹

Em 1971, o Decreto-Lei n.º 69.450, de 1.º de fevereiro, regulamentou a Educação Física em todos os níveis de escolaridade, e o esporte irá integrar o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino. Assim, no ensino primário, os objetivos das “atividades físicas de caráter recreativas” deveriam ser caracterizadas por:

Consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.³²²

E no ensino médio:

Por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe, pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade, a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, a aquisição de novas habilidades, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.³²³

E no nível superior:

Em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, a conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.³²⁴

³²⁰ REVISTA ESPORTE E EDUCAÇÃO. São Paulo, ano I, n. 6, p. 9, mar. 1970.

³²¹ Idem.

³²² SOBRE o Decreto-Lei n.º 69.450, de 01 de fevereiro de 1971. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 11, p. 58-62, 1972.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

No entanto, para os elaboradores do Diagnóstico de Educação Física, o pouco esclarecimento da população em relação à importância do esporte como meio educacional e a precariedade da formação profissional dos professores de Educação Física constituíam-se um empecilho para a efetivação de uma política nacional para Educação física/desporto. Nesse sentido, para que o projeto tivesse êxito, foi sugerido a criação do Departamento de Educação Física e Desporto (DED) em substituição à Divisão de Educação Física e a elaboração de um plano nacional de desenvolvimento desses setores no país.

Nesse sentido, o Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil foi o documento que orientou as ações do governo federal. Sobre sua importância o editorial da revista de Educação Física Desportiva destacava em 1972:

Ao debruçarmo-nos sobre a Educação Física brasileira, encontramos uma série de fatores que necessariamente deviam ser estudados, para que pudéssemos atacá-los nos seus pontos nevrálgicos com decisão e rapidez, mercê dos recursos então alocados para o setor. Partimos, assim, para o excelente Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos, um trabalho de fôlego e que, pela primeira vez, trazia à luz dados concretos sobre a Educação Física e Desportos.³²⁵

Por isso, para “aperfeiçoar a juventude brasileira”, era premente formar novos professores de Educação Física e construir outra sensibilidade/mentalidade esportiva nos cursos superiores do Brasil. Em 1970, Arlindo Lopes Correa publicou um artigo na Revista Brasileira e Desportiva destacando a importância do esporte no desenvolvimento econômico:

Do aspecto social, o esporte coloca-se entre os setores responsáveis pela formação, conservação e utilização adequada dos recursos humanos em um país: na formação porque o esporte é parcela relevante do processo educativo; na conservação e desenvolvimento, porque o esporte é essencial ao aperfeiçoamento da saúde da população; na utilização, porque o esporte serve ao preenchimento adequado dos momentos de lazer e, portanto, influi no bem estar da população.³²⁶

Assim, para a professora Maria José Resende,³²⁷ havia um esforço dos intelectuais do governo em construir um sistema de valores e ideias visando a sedimentar na sociedade a

³²⁵ É TEMPO de somar. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 5-6, 1972.

³²⁶ CORRÊA, Arlindo Lopes. Esporte e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 3, n. 9, p. 7, 1970.

³²⁷ REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil. Repressão e Pretensão de Legitimidade: 1964-1984*. Londrina. Eduel, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/editora/portal/page/livro-digitais-gratuitos>>. Acesso em: 28 out. 2013.

crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todos os aspectos os interesses do povo brasileiro. Segundo Marcus Taborda de Oliveira³²⁸, no governo militar, os professores foram convocados a participar das iniciativas do período no âmbito das políticas públicas para o esporte, não apenas apoiando, mas, sobretudo, atuando de forma efetiva no engrandecimento esportivo do país.

Em 1973, preconizando o futuro da Educação Física rumo à esportivização, o editorial da revista *Esporte e Educação* sublinhava:

Acordaram nossos homens de mando, para o esporte; vem o ministro e dá o xeque-mate: RENOVAR. Descobrimos o rumo certo: A renovação adotada pela Revolução em todos os setores estava adormecida neste. Veja que surto de desenvolvimento experimentamos na vida do País!³²⁹

Dessa forma, o consenso em torno das políticas públicas para Educação Física, nesse período, não se assentava na imposição de um modelo para todo o país, mas por meio de um processo muito mais complexo, já que se procurava construir de maneira contínua, a partir de discursos científicos, econômicos e demandas sociais, determinadas “necessidades” para o setor, de forma que todos aderissem, nos âmbitos objetivo e subjetivo, a uma dada forma de organização e implantação de uma política pública para Educação Física/desporto no Brasil.

³²⁸ Cf. OLIVEIRA, op. cit.,

³²⁹ EDITORIAL da Revista *Esporte e Educação*, São Paulo, ano V, n. 28, maio-jun., 1973.

CAPÍTULO 5

A POLÍTICA CULTURAL DESPORTIVA

Na década de 1970, o governo federal vai intensificar sua atuação como agente centralizador e organizador da vida social em suas mais diferentes esferas, implementando planos e diretrizes específicos para o setor cultural. Assim, a política cultural que o governo federal vai adotar segue a linha desenvolvimentista, pautada na economia das diferentes regiões brasileiras, associada à preservação dos valores tradicionais, pois o que se buscava era a concretização de uma identidade autenticamente brasileira. Segundo Tatyana de Amaral Maia, o projeto político para o setor tinha nos eixos cultura regional, identidade regional e memória nacional seus principais fundamentos.³³⁰

De acordo com Tatyana de Amaral Maia, a “função política da cultura” ancorada na construção do Estado-Nação durante o primeiro governo Vargas foi ampliada na ditadura civil-militar, quando ideais como desenvolvimento, civismo e soberania foram incorporados ao discurso autoritário. Nesse sentido, a linha que distingue a abordagem política da cultura é tênue, porém, de acordo com o discurso particular empregado, pode ser claramente definida. Minha opção teórico-metodológica corresponde à proposta da análise do discurso que busca compreender os conceitos nos cenários em que foram forjados. Tal perspectiva permitiu que pontos aparentemente diversos pudessem inter-relacionar-se dentro de um contexto histórico singular.

No início da década de 1970, intensificava-se o debate em torno de um projeto esportivo de massa para o país. Esse debate gerou a necessidade de “esclarecer” a população sobre os benefícios do esporte como elemento para a promoção do “equilíbrio físico e mental”, ameaçados pelas “conseqüências da industrialização, urbanização e mecanização.” Uma das estratégias utilizadas pelo governo militar foi a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED). O editorial da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* destacava:

A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo pretende ir ao encontro das melhores aspirações do professor de Educação Física, mas também deseja receber a sua colaboração. Entre as suas peças encontra-se esta Revista,

³³⁰ MAIA, Tatyana Amaral. *Os Cardeais da Cultura Nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. Organização da coleção Lia Calabre. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. p. 25.

reformulada agora, para desempenhar um efetivo papel nesta fase. Vamos somar esforços e confiar no que é nosso.³³¹

Assim, a reformulação da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* vai acompanhar as discussões em torno do projeto de reforma educacional do governo, tornando públicos diversos debates acerca da temática do ensino de Educação Física, esporte e desenvolvimento econômico. Em sua ficha técnica, a referida revista apresentava-se como “uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo”. O nome da revista foi alterado três vezes na década de 1970, de *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* (1970) para *Revista Brasileira de Educação Física* (1971) e, finalmente, *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* (1975), nome que permanecerá até sua última edição em 1984.

Aí está a sua Revista, em nova fase, condizente com os novos ventos que sobram sobre a Educação Física. Não nos perturbemos com os ‘salvadores da hora última’ com suas formulas mirabolantes para o equacionamento do que já está equacionado. Mãos à obra, que a partida já foi dada. É tempo de produzir, amanhã será tempo de colher.³³²

Entretanto, ainda que tenha tido várias denominações, durante todo o processo de mudanças, a *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* permaneceu sob a esfera e influência do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Nesse sentido, o periódico vai exercer importante papel na divulgação dos projetos governamentais, uma vez que destacava as principais preocupações e debates sobre a temática cultural e educacional brasileira.

A *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* editava, em seus números, projetos e artigos como meio de divulgação das diretrizes do Ministério e seus membros. Nesse sentido, tanto a Revista quanto as campanhas, planos, decretos e projetos esportivos impressos em suas páginas ajudam-nos a compreender o universo de ação dos membros do governo. No entanto, essa atuação era demonstrada em dois lugares bem definidos: primeiro, na intervenção nas políticas de Estado e nas instituições dedicadas à cultura; e, segundo, nas disputas pela orientação dos elementos que expressavam a “cultura nacional”.

Desse modo, o Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil propõe mudanças que deveriam ser realizadas inicialmente pela criação de uma nova estrutura para o setor que rompesse com a dicotomia Educação Física *versus* desporto instituído no Estado Novo com a

³³¹ EDITORIAL. É tempo de sonhar. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 11, p. 5-6, 1972.

³³² MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 12, 1973.

lei n.3.199 de 14 de abril de 1941 sob o governo Vargas. Diante disso, a antiga Divisão de Educação Física (DEF) foi substituída e o novo órgão passou a chamar-se Departamento de Educação Física e Desporto (DED).

Departamento de Educação Física e Desporto (DED)

Todos nós que militamos na Educação Física brasileira podemos conscientemente estabelecer duas épocas bem distintas na evolução de nossa atividade profissional: antes e depois da criação do Departamento de Educação Física e Desporto.³³³

Em 1970, o Decreto-Lei n.º 66.967 vai substituir a então Divisão de Educação (DEF) pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED), tendo como diretor-geral o General Eric Tinoco Marques, responsável por assinar inúmeros editoriais da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, e diretor adjunto o coronel Octávio Teixeira. Os professores de Educação Física Ari Façanha de Sá e Jorge Marsao Takarashi trabalhavam como coordenadores do novo órgão, e o Capitão Roberto Jenkins de Lemos era o responsável pela área de comunicação.

O DED era um órgão subordinado ao Ministério da Educação, na época sob o comando do senador Jarbas Passarinho. Suas ações passaram a dirigir-se particularmente em duas linhas de ação: a primeira como assistência técnica e cooperação financeira com os três níveis de governo, municipal estadual e federal, e instituições privadas envolvidas com o setor. A segunda linha de ação foi no sentido de relacionar-se com os diferentes órgãos da administração educacional e cultural.³³⁴

O novo órgão estabeleceu algumas prioridades que se tornarão uma constante no planejamento de seus projetos de intervenção, como: elevar o nível do desporto estudantil e da recreação; melhorar a qualidade do ensino e das pesquisas nas escolas de Educação Física; criar cursos de especialização e construir instalações esportivas. Para realizar tais projetos, o DED contava com recursos financeiros da Loteria Esportiva Federal, que destinava 30% de

³³³ MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, ano 4, n. 12, 1973.

³³⁴ PINTO, Joelcio. *Representações de Esporte e Educação Física na Ditadura Militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho*. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 22.

seus rendimentos líquidos para programas de Educação Física e atividades esportivas no País.³³⁵

Segundo Joelcio Pinto, O DED não apenas passou a coordenar a Educação Física como também tudo o que dizia respeito ao desporto nacional. Durante toda década de 1970, o novo departamento vai propor constantes reformas na legislação sobre a educação física, procurando transformar em lei os seus projetos, o que significou a ampliação do poder do novo órgão, cujas políticas trariam repercussão nas federações, nas confederações, nos clubes esportivos e, por fim, nas práticas sociais. Assim, o binômio Educação Física/esportes tornava-se cada vez mais presente nos projetos governamentais para “melhoramento da aptidão física” da população na década de 1970.

Em 1971, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinou dois terços de seus recursos para o Departamento de Educação Física e Desporto (DED) aplicar em programas de Educação Física e atividades esportivas estudantis. Assim, na década de 1970, o DED estabeleceu convênios, financiou projetos e periódicos nas áreas da Educação, Educação Física e esportes, investiu na publicação de obras de referência sobre a Educação Física e desportos, além de propor importantes projetos de lei para a institucionalização do setor. Dessa forma, o DED tornou-se um importante articulador na captação de recursos para o financiamento dos projetos com o binômio Educação Física/esportes que estivessem sob sua órbita.³³⁶

Dentre os projetos do DED, o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC), sob a coordenação do coronel Roberto Jenkins de Lemos, foi o responsável pela elaboração de dois importantes livros: o Plano Nacional de Educação Física/Desporto (PED) e o livro *Eu sou o DED*. No segundo livro citado, o novo departamento para Educação Física e Desporto era apresentado por um personagem em desenho que atendia pelo nome de Dedinho (fig.21). “Meu nome é Dedinho. Já nasci grande, pois o setor onde atuo precisava que eu nascesse atuando; e posso mesmo dizer que antes de nascido já estava trabalhando.”³³⁷

Assim, conversando com o leitor, o personagem ia apresentando desde a política que orientava o novo setor, os objetivos gerais e específicos, sua organização, como as ações do governo federal para a área de Educação Física e do Desporto no país. Amparado nos modernos recursos dos meios de comunicação de massa, o DED inovava na apresentação dos projetos do PIDIC. Entretanto, as mensagens nas campanhas possuíam traços comuns em seus

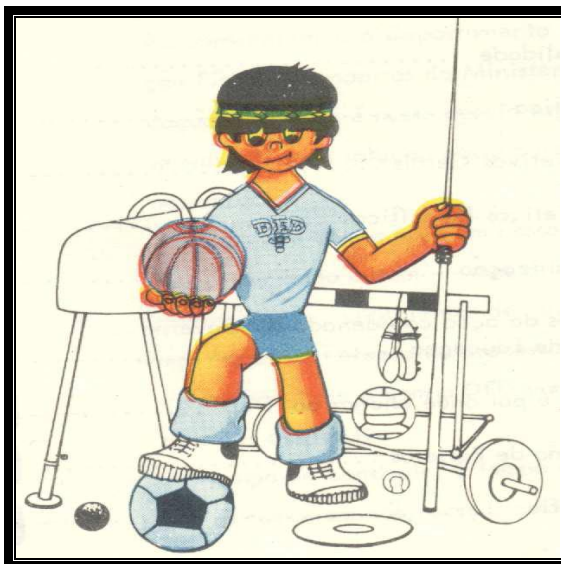
³³⁵ Idem.

³³⁶ Cf. PINTO, op. cit.

³³⁷ Apud PINTO, op. cit., p. 40.

temas, anunciando uma atmosfera positiva, de otimismo, de construção e de trabalho favorável ao país.

Figura 21 - MEC, Eu sou o DED, 1971



Fonte: Joelcio Pinto³³⁸

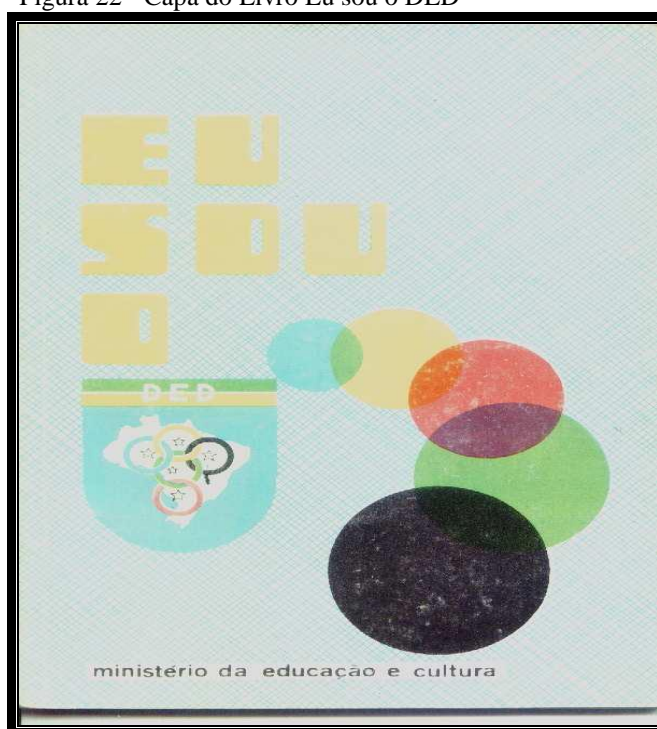
Além do personagem Dedinho, foi criado por José Torronteguy de Oliveira um símbolo para o DED (fig. 22), cuja mensagem “Esporte e Pátria” assim era descrito por seu autor:

Cinco aros olímpicos dispostos em congruência com o Cruzeiro do Sul, sobre o mapa do Brasil, tudo em escudo com faixa dupla e a sigla DED. Os cinco aros olímpicos de Coubertin, símbolo universal do esporte, em uma nova disposição, como idéia de renovação, indicando a condição de órgão novo que é. Os aros foram dispostos em cruz latina, de modo que cada aro circunde individualmente uma das cinco estrelas da Constelação do Cruzeiro do Sul, símbolo pátrio contido na Bandeira Nacional, como fundo do conjunto aros-cruzeiro, o mapa do Brasil. Para o escudo foi tomada a forma do Braço de Armas do Estado do Brasil, o primeiro a ostentar símbolos originalmente brasileiros (a cruz e a árvore do pau-brasil).³³⁹

³³⁸ Idem.

³³⁹ Apud PINTO, op. cit., p. 26.

Figura 22 - Capa do Livro Eu sou o DED



Fonte: Joelcio Pinto³⁴⁰

Ora, a construção desse novo órgão trazia a marca de uma compreensão acerca das potencialidades nacionais catalisadas com o advento do milagre econômico, afinal, o DED “antes de nascido já estava trabalhando”. Realimentava-se a ideia-força do “Brasil grande”, amparada na compreensão do “destino manifesto” da Nação, em que os próprios militares apresentavam-se como os viabilizadores do sonho de o Brasil tornar-se uma grande potência, e, nesse caso, uma potência esportiva. Nesse sentido, a escolha dos símbolos “legitimamente” brasileiros era a tentativa de fortalecer o projeto político centrado no nacionalismo.

Para Tatyana de Amaral Maia, teoricamente o nacionalismo tornou-se a base ideológica das mais variadas correntes políticas brasileiras, de esquerda, centro e direita, entre as décadas de 1910 e 1970. Para a autora, entre suas muitas leituras e usos, o nacionalismo foi o agente condutor que permitiu aos intelectuais forjar a cultura brasileira e a identidade nacional. O nacionalismo atuou como matriz ideológica das diversas leituras sobre a realidade nacional, e ao integrar-se ao processo de valorização da cultura popular, a nacionalidade brasileira seria forjada por meio da descrição de elementos singulares, como a língua, a composição étnica, a conquista territorial, os fatos históricos, a literatura, a arquitetura. Esses signos da nacionalidade foram dotados de monumentalidade, tornando-se incontestáveis na formulação

³⁴⁰ Idem.

de representações políticas sobre a cultura nacional.³⁴¹

No Brasil, durante as ditaduras, tanto do Estado Novo como no golpe de 1964, a construção da memória oficial esteve relacionada aos grandes atos heróicos e aos momentos vitoriosos da Nação. Nesse contexto, o DED seria um marco na história da Educação Física e do esporte no Brasil. Assim, a vontade de estruturar todo o sistema esportivo e criar uma “mentalidade esportiva” para o país traduzia a necessidade de incorporação do “povo” aos projetos de uma nação que se desejava moderna.

Nesse sentido, a seleção brasileira de futebol de 1970 foi exaltada como exemplo de um projeto vitorioso. Seu futebol moderno, sua organização e planejamento embasados nos preceitos científicos eram, de fato, referência de eficiência que precisava ser compartilhada para garantir identificação com as diretrizes definidas pelo novo departamento, afinal, o futebol, considerado o esporte nacional, do povo, sua força e grandeza mostrava como nenhum outro aspecto da vida nacional, a *potência* e a capacidade realizadora do país.³⁴²

O fantasma-complexo sumiu. Nenhum povo está fadado à preguiça, nem à indolência

Os convênios estabelecidos pelo DED com o Instituto Nacional do Livro (INL), a Fundação Nacional do Material Didático e Escolar (Fename), as universidades federais, além de verbas disponibilizadas pelo MEC, possibilitaram também a publicação de obras coletivas, como a coleção *Educação Física Mundial. Técnicas Modernas*, de 1970. A coleção completa possuía seis volumes, e cada um reeditado entre dois e seis vezes até 1972, o que indica uma razoável circulação pelo país. O primeiro volume, intitulado *Aptidão Física em Qualquer Idade*, cuja tradução é de Maria Antonieta Tróia e adaptação técnica do professor de Educação Física Antonio Monteiro de Mattos, é de autoria do médico fisiologista Kenneth Cooper. O prefácio da obra é assinado pelo capitão Claudio Pêcego de Moraes Coutinho:

Instrutor de Ed. Física do Exército. Representante brasileiro ao Simpósio de Treinamento Físico-Militar, em Fontainebleau, França. Representante da comissão Desportiva das Forças Armadas nos Jogos Olímpicos do México. Estagiário no Centro Aeroespacial do Texas, no Laboratório de Stress Humano da NASA. Co- preparador físico da Seleção Brasileira de Futebol que trouxe o TRI para o Brasil.³⁴³

³⁴¹ MAIA, op. cit., p. 150-151.

³⁴² Cf. FRAGA, op. cit.

³⁴³ COOPER, Kenneth. Prefácio. *Aptidão Física em qualquer idade. Exercícios aeróbicos*. In: COOPER, Kenneth. *Educação Física Mundial. Técnicas modernas*. v. 1. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

A apresentação da formação do capitão Claudio Pêcego de Moraes Coutinho é indicativa da rede de intelectuais a que pertencia, bem como sua autoridade no setor de Educação Física e esportes. O exercício dos cargos públicos informava as redes de sociabilidade³⁴⁴ na qual estava envolvido considerado espaço privilegiado na troca de experiências e debates entre atores de um mesmo grupo social. Sobre a importância do livro *Aptidão Física em Qualquer Idade*, o capitão Claudio Coutinho destacava:

Além de excepcional médico fisiologista da Força-Aérea Norte Americana, o Dr. Cooper é um verdadeiro apóstolo da aptidão física, pois desenvolve seu trabalho visando acima de tudo a causa do bem-estar e valorização do ser humano, através da manutenção da saúde e do equilíbrio de seu organismo. Seu ideal leva-o a constantes deslocamentos nos Estados Unidos onde pronuncia conferências perante a mais variada assistência, que vai desde estudantes e atletas até renomados médicos [...], procurando esclarecer e informar o maior número possível de pessoas sobre os benefícios dos exercícios físicos.³⁴⁵

E ainda,

Por seu trabalho mereceu de seu país uma recompensa especial, recebendo diretamente das mãos do Presidente dos EUA uma comenda conferida pelos marcantes serviços prestados à causa da aptidão física do povo americano. Em novembro de 1969 teve a oportunidade de ser hóspede de K. Cooper em sua casa em San Antonio, no Texas, e de com ele estagiar no laboratório Aeroespacial do Texas, do qual é diretor.³⁴⁶

O segundo volume da coleção, intitulado *Capacidade Aeróbica*, de autoria do médico fisiologista Kenneth Cooper, traz a seguinte nota assinada pelos editores brasileiros:

Era uma verdade feita: o latino americano não consegue atingir a capacidade física do europeu e do norte-americano. Parecíamos povos fadados para a preguiça, para a inércia, para a inaptidão... Coutinho amigo do prof. Cooper havia estudado nos EUA o efeito dos exercícios aeróbicos, confirmando os resultados de um método que tanto fabrica campeões olímpicos quanto recupera cardíacos. Os editores deste livro, entrando em contato com Cooper e seus editores norte-americanos, imediatamente convidaram Coutinho para a organização de APTIDÃO FÍSICA EM QUALQUER IDADE, conseguindo publicar numerosas tabelas que eram ainda inéditas mesmo para os americanos.³⁴⁷

³⁴⁴ Segundo Tatyana de Amaral Maia, o conceito de rede de sociabilidade aplica-se quando os laços construídos por essas personagens ou pela instituição ultrapassarem as relações específicas entre os intelectuais, como, por exemplo, nas articulações com o campo político e seus atores. Rede de intelectuais seriam as relações tecidas no campo intelectual, e que correspondem às normas desse campo.(MAIA, 2012).

³⁴⁵ COUTINHO, Claudio. Prefácio. In: COOPER, Kenneth. *Aptidão Física em qualquer idade*. Educação Física mundial. Técnicas Modernas. 5. ed. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ NOTA dos editores. In: COOPER, Kenneth. *Capacidade aeróbica*. Educação Física Mundial. Técnicas modernas. 5. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

E ainda,

Do primeiro ao último jogo do TRI, sofrendo as alegrias sucessivas da arrancada inesquecível, todos constatamos o que o mundo inteiro reconheceu: a equipe brasileira foi a melhor, mesmo sob o ponto de vista da preparação física. O fantasma-complexo sumiu. Nenhum povo está fadado para a preguiça, nem para a indolência, e a seriedade do método aeróbico convenceu os pessimistas crônicos...³⁴⁸

Dessa forma, a vitória na Copa do Mundo de Futebol em 1970 no México viria não apenas recuperar triunfalmente o posto de “melhor futebol do mundo” como introduzir o pioneiro e minucioso projeto de preparação física, montado por especialistas da Escola de Educação Física do Exército e com bases científicas adquiridas por intermédio de intercâmbio entre pesquisadores dos Estados Unidos e pesquisadores brasileiros. O conhecimento científico produzido pelos estudiosos do setor era fundamental na produção e nas ações propostas pelo DED. O novo espaço de poder possibilitou a incorporação de intelectuais, especialistas e técnicos no seu interior.

É preciso preparar não onze atletas, mas milhões de cidadãos. Não se trata de apreciar aos domingos vinte e dois jogadores chutando, mas de conscientizar o homem brasileiro, sobretudo o habitante sedentário de nossas cidades da necessidade de encarar a capacidade aeróbica como condição indispensável à saúde, de equilíbrio nervoso, de longevidade e de energia.³⁴⁹

O debate sobre o suporte científico como base para os programas esportivos de massa no Brasil estava na pauta do livro *Capacidade Aeróbica*, de autoria do médico fisiologista Kenneth Cooper, em 1970.

Esperamos que sua leitura resulte em benefício para você e que apague qualquer dúvida que por acaso ainda permaneça em seu espírito quanto ao benefício dos exercícios aeróbicos, não apenas para os atletas, mas principalmente para o homem comum, que sofre a pressão da vida, sufocado entre quatro paredes... Há sinais evidentes de que o setor público está empenhado em uma mudança radical na atitude perante a educação física. Se todos os esforços forem somados e coordenados, podemos esperar dias melhores.³⁵⁰

O terceiro volume da coleção *Educação Física Mundial. Técnicas Modernas*, intitulado *Ginástica para preguiçosos* foi editado duas vezes no País. É de autoria de Stephen Huffaker,

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Idem.

à época, instrutor de Educação Física da Força Aérea dos EUA. O quarto e o quinto volumes, intitulados, respectivamente, *Treinamento de Força* e *Treinamento ao ar livre*, foram escritos por Raoul Mollet, presidente do Comitê Olímpico Belga e Secretário-Geral do *Conseil International du Sport Militaire*.

O sexto e último volume, cujo autor foi o brasileiro professor de Educação Física Alfredo Gomes de Faria Júnior, intitulava-se *Introdução à Didática de Educação Física*, e mereceu as seguintes considerações de Lamartine Pereira da Costa:

O autor, um dos raros, na nossa especialidade, de formação multidisciplinar, devidamente lastreado em longa e trabalhosa experiência, é típico representante da já chamada ‘Escola Científico-Pedagógica’, que tem lutado, nos últimos anos, pela reformulação do excessivo empirismo, ainda prevalecente na Educação Física e Desportos no Brasil.³⁵¹

O livro conta com 373 páginas e está dividido em três partes: A pedagogia; A educação; A didática. Para o professor Alfredo Gomes de Faria Júnior, as três fases da atividade docente fundamentais eram “o planejamento, a orientação e o controle da aprendizagem”, e, nesse sentido, a didática moderna buscava eliminar de vez

Todo caráter empírico da tarefa docente, pois, numa época de crise, quando uma sociedade, como a nossa, enfrenta o desafio do desenvolvimento, não mais se pode permitir tal estado de coisas. Uma prática docente científica contribuirá, certamente, para que colimemos os fins da Educação, concebidos como expressão das necessidades reais do nosso viver social.³⁵²

Segundo Alfredo Gomes de Faria Júnior, o professor de Educação Física deveria possuir uma cultura geral para dialogar de igual para igual com professores de outras áreas. Destacava também outras qualidades “indispensáveis” para a docência:

Saúde e normalidade física; postura correta; voz audível, firme, agradável e convincente, dicção perfeita; domínio do vernáculo, linguagem fluente, simples e objetiva; boa visão e audição; gesticulação moderada; execução regular; higidez mental; bom humor; inteligência; boa memória; atenção.³⁵³

O desporto ganhou papel de destaque na obra do autor como conteúdo moderno em substituição às clássicas formas de trabalho, pois a necessidade de *autodisciplina* e ao mesmo

³⁵¹ FARIA JR, Alfredo Gomes. Introdução à didática de Educação Física. In: FARIA JR, Alfredo Gomes. *Educação Física Mundial: Técnicas Modernas*. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972. (v. 6).

³⁵² Idem, p. 72.

³⁵³ Idem.

tempo *maior socialização* entre crianças e adolescentes poderiam ser adquiridos no jogo e no desporto.

O desporto atrai, incita à ação, dá noções de divisão de trabalho, desperta o espírito de equipe, conduz ao esforço e à superação, desenvolve a solidariedade e o altruísmo. No desporto, a espontaneidade se afirma e a improvisação conduz a inteligência à atividade. Desta forma, as atividades desportivas constituem, nas escolas modernas, destacados agentes educativos.³⁵⁴

Assim, o desporto aparece na obra de Alfredo Gomes de Faria Júnior como um meio de formação e preparação do indivíduo para a vida. Novamente, a difusão do desporto vai depender de um projeto educacional eficiente, capaz de garantir o acesso aos programas de Educação Física desportiva, produzidos pelo regime. O êxito das políticas públicas para Educação Física e esportes dependia tanto dos investimentos nos setores específicos quanto da capacidade da população de consumir esses bens culturais, afinal, a “iniciação desportiva não procura atender a determinado grupo de indivíduos, aos bem dotados fisicamente, por exemplo, mas sim a todos indiscriminadamente”.³⁵⁵

Nesse sentido, a criação do DED acelerou o processo de esportivização da Educação Física. As reformas introduzidas pelo governo federal no setor repercutiram profundamente no sistema educacional brasileiro. Valter Bracht sublinha que a Educação Física, ao subordinar-se aos códigos e sentidos da instituição esportiva, acabou configurando “não o esporte da escola e sim o esporte na Escola”, ou seja, o que predominou foram os “princípios de rendimento atlético-físico, competição, comparação de rendimentos e recordes, regulação rígida, sucesso esportivo e sinônimo de vitória, racionalização dos meios e técnicas”.³⁵⁶

É importante observar que tal “necessidade pedagógica” já havia sido apontada, em 1971, no Manifesto Mundial de Educação Física (FIEP), posto que o objetivo do documento da FIEP era contribuir, no plano mundial, para a ação educativa por meio das atividades físicas, e, nesse caso, o desporto deveria ter um importante lugar.

Para assegurar a eficácia da Educação Física é indispensável que os poderes públicos e os administradores diretamente responsáveis:

1. Realizem um **esforço particular** para organizar a Educação Física na escola primária (5 a 12-14 anos) e mesmo no jardim de infância (2-6 anos). É o verdadeiro ponto de partida, no entanto, constitui o setor mais desprezado na maioria dos países. A ação educativa é com efeito imperioso e determinante

³⁵⁴ Idem, p. 112.

³⁵⁵ Idem, p. 157.

³⁵⁶ BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 2. ed., 1997, p. 22. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/91303565/Educacao-fisica-e-aprendizagem-social-Valter-Bracht>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

nesse período de grande maleabilidade orgânica e psíquica... **O que vem depois... vem muito tarde!** ... A educação física da criança deve ter um **sólido valor formativo e educativo**, não se limitando a uma simples ‘recreação’.

2. Outorguem tempo suficiente para a Educação Física obrigatória na escola. Um mínimo de 5 horas por semana é indispensável. Este horário deve ser completado pela prática de atividades livres, fora da escola e sob a forma de treinamento especializado, jogos desportivos e atividade ao ar livre.³⁵⁷

Segundo Joelcio Pinto, tais princípios nortearam as políticas públicas para a Educação Física desportiva, na década de 1970, e foi incorporada ao primeiro Plano de Educação Física e Desporto (PED) e ao Decreto Lei n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971.

O Plano de Educação Física e Desporto (PED)

Desde 1969, o governo militar já demonstrava interesse em investir em programas de lazer esportivo para a população, como foram, por exemplo, as campanhas “Mexa-se” e “Esporte para Todos (EPT)”, na década de 1970. Contudo, foi no governo do General Costa e Silva que os investimentos financeiros para o esporte tornaram-se mais intensos. Em seu governo, o Decreto n.º 64.905, de julho de 1969, destinou 30% da renda líquida apurada na exploração da Loteria Esportiva Federal para o desenvolvimento de projetos, programas de educação física e atividades esportivas no País.³⁵⁸

Para tornar mais eficiente os recursos recebidos da Loteria Esportiva Federal, o governo considerou “prioridade nacional promover o planejamento para aplicação útil e racional” dos recursos recebidos do concurso de previsões esportivas. Para tanto, o Decreto 64.905, de 29 de julho de 1969, instituía:

Art. 1º. Fica o Ministério da Educação e Cultura autorizado a constituir Grupo de Trabalho para elaborar o ‘Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação’, a ser custeado pelos recursos provenientes da execução do serviço de que trata o Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969.

Art. 2º. O Grupo de Trabalho a que se refere o artigo anterior será integrado de representantes da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), Conselho Nacional de Desportos (CND), do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) e de outras

³⁵⁷ MANIFESTO Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*, Brasília, ano 4, n. 10, p. 9-17, 1971. Tradução Gen. Jayr Jordão Ramos. Grifos do autor.

³⁵⁸ BRASIL. Decreto n.º 64.905, de 29 de julho de 1969. Provê sobre a constituição de grupo de trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64905-29-julho-1969-406416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 set. 2013.

entidades vinculadas à educação física e aos esportes, até o número de 9 (nove) membros.

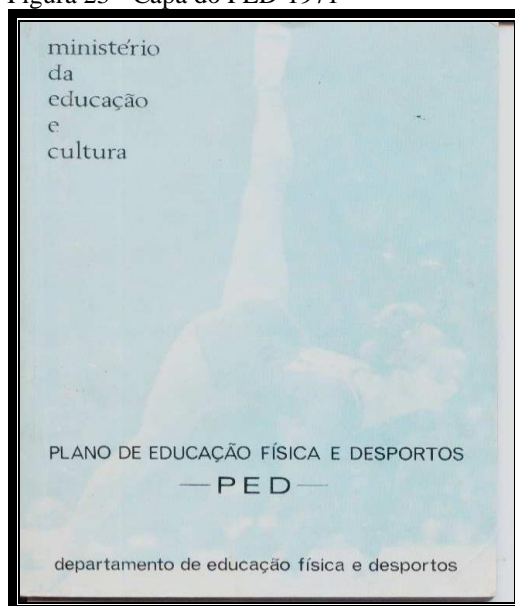
Art. 3º. O Plano a que se refere o artigo 1º, entre outras atividades, fixará os percentuais dos recursos disponíveis, por área de atendimento, as prioridades a serem estabelecidas e os critérios de preferência cronológica que devam ser observados, durante os próximos 5 (cinco) anos, a partir de 1970.

Art. 4º. Os trabalhos de elaboração do plano previsto neste Decreto deverão estar concluídos dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.³⁵⁹

Desse modo, a regulamentação do uso dos recursos da Loteria Federal, condicionou estes ao estudo de projetos que, depois de analisados e aprovados pelo DED, seriam executados por intermédio de entidades, públicas ou privadas. É importante lembrar que a elaboração de um plano nacional de desenvolvimento da Educação Física e Desporto já havia sido apontado pelo grupo de pesquisadores do Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil como fundamental para o país.

Segundo o Diagnóstico, a população brasileira apresentava “problemas com baixa aptidão física”, e a elaboração de um plano nacional para o setor deveria ter como objetivo elevar o nível da aptidão física da população brasileira, bem como orientar a formação profissional, modernizar a estrutura administrativa e elevar o nível do desporto nacional. Nesse sentido, o Departamento de Educação Física e Desporto (DED) orientou sua ação para o setor, elaborando o Plano de Educação Física e Desporto (PED) para o quadriênio 1971 a 1974.³⁶⁰

Figura 23 - Capa do PED-1971



³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ PINTO, op. cit., 2003.

Fonte: Joelcio Pinto³⁶¹

O caráter educativo da prática esportiva era enfatizado no Plano Nacional de Educação Física e Desporto como elemento para a promoção do equilíbrio físico e mental da população (fig. 23). Para Joelcio Pinto,³⁶² a própria capa do PED é ilustrativa dessa representação cujo fundo se vê uma ginasta em pleno exercício de sua atividade esportiva. O esporte era apontado como importante meio de formação da personalidade, e a escola, seu lócus privilegiado. Assim, a Educação Física precisava integrar-se aos esforços de “promoção social e de desenvolvimento das potencialidades nacionais” para participar do processo de “renovação” da cultura e da sociedade. Nesse sentido, o PED destacava que era preciso:

Pensar em sua organização, porém mais ainda nas suas finalidades, ou seja, na sua contribuição para a formação do homem moderno, prestando a devida atenção à sua essencial originalidade psico-fisiológica, às profundas alterações e às consideráveis mudanças de dimensão que se produziram no seu substrato social.³⁶³

E ainda,

Baseados nesse alto espírito e conceituação da atividade física e do desporto, de um modo geral, e empenhando uma nova bandeira, qual seja a de integrar a Educação Física Desportiva e Recreativa à Educação, viemos ombrear com aqueles que fazem a Revolução pela Educação.³⁶⁴

Dessa forma, incumbido de tal missão civilizatória, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PED-1971) enumerava vinte e seis objetivos gerais que deveriam ser cumpridos por três grandes programas: o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos (PRODED); o Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física (PATEF); e o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC).

O PRODED coordenava os seguintes projetos: 1) a integração das escolas de Educação Física às Universidades Federais, especialmente; 2) a integração das escolas aos clubes; 3) o desenvolvimento de pesquisas em Educação Física e Desporto; 4) o aperfeiçoamento do magistério e dos técnicos desportivos; 5) a implantação de centros de pós-graduação.³⁶⁵

³⁶¹ Apud PINTO, op. cit., p. 44.

³⁶² PINTO, op. cit.

³⁶³ BRASIL. *Plano de Educação Física e Desportos (PED)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971. p.14.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Idem.

O PATEF foi o programa que coordenou maior número de projetos: 1) construção de Centros de Educação Física e Unidades Avulsas; 2) construção do Centro Olímpico Desportivo; 3) implementação de competições desportivas estudantis; 4) planejamento e execução de colônia de férias; 5) melhoria do equipamento desportivo nacional; 6) aquisição de material desportivo; 7) melhoria da representação desportiva nacional; 8) assistência técnica e financeira a entidades desportivas; 9) competições desportivas.³⁶⁶

O PIDIC foi o programa responsável por elaborar e coordenar os seguintes projetos: Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), Preservação do Patrimônio Histórico Desportivo e Incentivo à Criação e Difusão de Assuntos Culturais e Desportivos.³⁶⁷ Nesse sentido, os projetos desenvolvidos pelo PIDIC seguiam as orientações do Manifesto Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física:

Para assegurar a eficácia da Educação Física é indispensável que os poderes públicos e os administradores diretamente responsáveis [...]: Empreendam um *grande esforço em particular de propaganda* (em particular pelos jornais e a televisão) e dêem ajuda eficaz às atividades físicas higiênicas e recreativas dos adultos (ginástica voluntária) e o ‘desporto para todos’. As atividades de lazer não devem ser inteiramente entregues as empresas comerciais, para as quais os fins educativos[...] ficam logicamente em plano secundário. Esperemos que, no mundo de amanhã, as condições políticas e econômicas possibilitem a **todos os indivíduos** os benefícios de um tempo suficiente para os mais sadios lazes.³⁶⁸

Seguindo as orientações do Manifesto Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física (FIEP), o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PED) sublinhava a necessidade de esclarecer a população sobre os benefícios da prática desportiva, mediante os meios de comunicação, com a colaboração das organizações privadas, para que:

O conhecimento das destacadas possibilidades que oferecem as atividades desportivas, a lutar contra os perigos que as ameaçam e a criar na opinião pública um clima favorável ao seu desenvolvimento. Há necessidade de que nos dediquemos a uma política de promoção e de proteção ao desporto.³⁶⁹

A imprensa era considerada pelos elaboradores do PED fundamental no processo de implantação de uma nova forma de pensar as ações em torno da Educação Física e do

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ MANIFESTO Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 10, p. 9-17, 1971. Tradução Gen. Jayr Jordão Ramos. Grifos do autor.

³⁶⁹ BRASIL. Plano de Educação física e Desportos (PED). Ministério da Educação e Cultura. Brasília, p. 14, 1971.

Desporto. Nesse sentido, o desenvolvimento da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), a partir de 1971, vai abranger todo território nacional. Outro aspecto importante era que a propaganda em torno dos projetos do DED estava repleta de mensagens ufanistas veiculadas pela mídia em geral – jornal, televisão e rádio. Os meios de comunicação ajudaram a construir e a circular as representações pretendidas a respeito do esporte e da Educação Física formuladas pelo DED.

Assim, a conjunção entre a Educação Física e a prática desportiva com a propaganda política durante a ditadura militar permite-nos transitar para um campo em que as preocupações com o corpo físico tornam-se preocupações com a formação do corpo cívico. Tanto é que nas cerimônias cívicas, os torneios desportivos organizados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) tornam-se uma disciplina moral, fornecendo subsídios para a construção de valores públicos e coletivos, como as ideias de disciplina, solidariedade, integração nacional, ordem, saúde e modernidade.

A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED)

O professor Gerson Wasen Fraga lembra-nos de que o uso do esporte de forma geral como instrumento de propaganda, no caso brasileiro, remete-nos ao período Vargas, quando este já havia percebido sua capacidade de mobilização popular. Eram notórios os discursos presidenciais transmitidos pelo sistema de som, nas celebrações do Primeiro de Maio, no estádio de São Januário, durante os intervalos das partidas de futebol. Apesar de serem dois períodos muito distintos entre si, algumas questões, entretanto, permanecem, como, por exemplo, os investimentos públicos em atividades esportivas.³⁷⁰

Ora, estávamos ainda vivendo sob os auspícios da vitória da seleção brasileira de futebol de 1970, e o potencial de propaganda que programas esportivos para a população poderiam ter naquele momento era algo que certamente não escapava aos idealizadores do regime militar. A propaganda positiva daí decorrente poderia facilmente ser capitalizada pelo governo, que buscava, ao mesmo tempo, promover a melhoria da aptidão física da população, o que, em muito, segundo teóricos dos programas esportivos, colaboraria para a construção do “Brasil grande.” E a atividade política, naquele contexto, exigia visibilidade, sobretudo visibilidade favorável aos feitos do regime. Esse entendimento estava presente nos três grandes programas do PIDIC elaborados pelo coronel Octávio Teixeira e o capitão Roberto Jenkins de Lemos.

³⁷⁰ Cf. FRAGA, op. cit.

1) uma Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, a CNED. Este projeto é central para o trabalho, porque dá ainda maior visibilidade às representações produzidas e veiculadas pelo DED em sua pretensão de criar uma ‘mentalidade desportiva’ para o País.

2) um programa de preservação do Patrimônio Histórico Desportivo, em que seria executado uma construção ou tombamento de um prédio para ser implantado o Museu Brasileiro de Educação Física e Desportos.

3) um projeto de incentivo à difusão e à criação no âmbito de assuntos culturais desportivos, através de atividades tais como congressos, simpósios, jornadas estudantis, estágios técnicos, cursos de aperfeiçoamento, promoção de intercâmbios desportivos e concurso nacional de obras inéditas sobre Educação Física, Desportos e Recreação.³⁷¹

No entanto, o Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil já havia apontado que o objetivo prioritário da Educação Física/Desporto era “o da melhoria da aptidão física da população como um todo” e deixava claro também que a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), iniciada em 1971, deveria envolver vários segmentos da sociedade como “organização desportiva comunitária, associações desportivas (clubes), ligas, federações, confederações, comitês olímpicos, etc., para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa.”³⁷²

A CNED fazia parte da estratégia de criação de uma “mentalidade desportiva” do governo e foi conduzida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que buscou adicionar o esporte com o sucesso econômico do período. Afinal, era preciso associar a educação e ao esporte a *ideia-força* “ninguém segura esse país”. Foi sob a direção do Coronel Octavio Costa, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, que a AERP viveu seus anos áureos. O objetivo da agência era construir uma imagem favorável e de otimismo para a então desgastada imagem da ditadura militar.

No dia 30 de agosto de 1971, o General Médici recebia no Palácio do Planalto cerca de novecentas crianças do curso primário da capital federal e aproveitava a data das comemorações da semana do soldado para receber os representantes das escolas. Ao dirigir-se às crianças, naquele momento, seu discurso foi especialmente otimista sobre o futuro do País, e assim, às 15 horas daquele mesmo dia, o presidente apareceu no alto da rampa.

O jornal *Folha de São Paulo*, na coluna intitulada “*E as crianças foram ao presidente*”, assim relatou o encontro do general presidente com as crianças:

³⁷¹ BRASIL. Plano de Educação Física e Desportos. Brasília, DF: Ministério de Educação e Cultura., 1971, p. 16.

³⁷² BRASIL. Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil, p. 19-20, 1971.

Estava de semblante sério, o que levou as crianças a observarem um silêncio quase sepulcral; mas quando ele sorriu, as palmas explodiram. No centro do tablado, o presidente olha para os pequeninos que estão sentados a sua frente e na mesma hora seus olhos umedeceram.³⁷³

Depois de ouvir o discurso do secretário de Educação, o general Cachapuz de Medeiro, o presidente Médici dirigiu-se às crianças colocando-se no centro do tablado, e olhando firme para elas, conseguiu restabelecer o silêncio. Porém, “com a voz embargada improvisa este agradecimento”:

Meus meninos. Quero dizer-lhes que estou muito satisfeito com a visita que vocês me fazem. Agora tenho dois pedidos a fazer: o primeiro é para que não acreditem nas palavras do secretário de Educação, pois quando eu tinha o tamanho de vocês, eu também brincava na rua, como vocês fazem hoje. O outro pedido é para que vocês continuem estudando muito e aprendam a amar este grande país, que agora irá comemorar 150 anos de sua independência, amem a este país que minha geração recebeu muito pobre a não ser pela grande riqueza de seu solo, do seu ouro e de seu minério.³⁷⁴

E ainda,

Mas este Brasil será uma nação muito rica quando vocês assumirem seu controle, lá pelos anos 2000, quando então já serão homens feitos. Para que isso aconteça, entretanto, é preciso que vocês aprendam a amar essa Pátria, por que não há nenhuma outra igual no mundo.³⁷⁵

No final da cerimônia, após beijar algumas crianças, o presidente deixou o local ao som da música “Pra frente Brasil,” entoada por um grupo musical, enquanto as crianças recebiam de funcionários do Planalto fitas para amarrar na cabeça com o *slogan* oficial do governo: “Ontem, Hoje e Sempre- Brasil.”

É importante destacar que o discurso didático do presidente e as ações dos funcionários do Planalto estavam em consonância com as pautas de preocupações cívicas da Aerp. De acordo com Carlos Fico, a agência pretendia estabelecer um tipo de cidadania decorativa, que permitia a presença ou a participação de todos por meio de iniciativas como a citada pelo

³⁷³ E AS CRIANÇAS foram ao presidente. *Folha de São Paulo*. Terça-feira, p. 3, 31 ago. 1971. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/08/31/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Idem.

jornal *Folha de São Paulo*. Dessa forma, o governo ia compondo um cenário de democracia por meio de comemorações enaltecidas dos feitos dos brasileiros e do Brasil.³⁷⁶

No entanto, ao lado da coluna *E as crianças foram ao presidente*, mais precisamente numa coluna ao lado, o jornal *Folha de São Paulo* destacava a defesa do Ato Institucional n.º 5, feita pelo deputado Ernesto Pereira Lopes: “Eu não revogaria o AI- 5, diz Lopes”:

Rio (sucursal)- O presidente da Câmara, deputado Ernesto Pereira Lopes, que veio ao Rio ontem para receber uma homenagem, declarou a um grupo de jornalistas políticos que o ato institucional n.º 5 terá que ser mantido como instrumento necessário a que a Revolução prossiga na realização de uma obra destinada a durar para todo o sempre, armando o país de sólidas estruturas econômicas e sociais.³⁷⁷

E ainda,

[...] Lembrou o Sr. Pereira Lopes que o Brasil vem se beneficiando de um progresso intenso, verificando-se resultados mais que evidentes no setor econômico- financeiro. Por isso mesmo ele considera essencial! A continuidade dessa obra, que realmente colocará o país em futuro não muito remoto, entre as grandes nações do mundo.³⁷⁸

Porém, as questões elencadas pelo deputado Ernesto Pereira Lopes ao longo do texto, consideradas por ele, imprescindíveis para o desenvolvimento do País, indica a preocupação institucional com a mobilização da opinião pública. Nesse sentido, o regime não se sustentou apenas pela força, era preciso angariar apoio popular, evocando o coletivismo sob a perspectiva do desenvolvimento do País e do fortalecimento do caráter nacional. Na comemoração do primeiro ano de atividades do MOBREAL o presidente Médici declarava:

Creio nos milagres da vontade. E porque creio convoco a vontade coletiva, a participação de todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento, para que ninguém se sinta espectador e todos se sintam agentes do progresso.³⁷⁹

³⁷⁶ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 93.

³⁷⁷ EU não revogaria o AI-5 diz Lopes. *Folha de São Paulo*. Terça-feira, p. 03, 31 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/08/31/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ UM ANO de alfabetização em massa. *Folha de São Paulo*. Terça-feira, p. 4, 10 set. 1971. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/08/31/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

Na mesma reportagem, o ministro da Educação Jarbas Passarinho anunciava que “possivelmente o MOBRAL é hoje o programa, no seu gênero, mais expressivo no mundo”,³⁸⁰ e destacava a importância do *slogan* da campanha como excelente meio de mobilização:

A chamada “você também é responsável”- diz o ministro- impregnou a consciência de todos os brasileiros. Deflagrou-se um dos mais belos movimentos de solidariedade e participação consciente de que há notícia neste país. O que parecia ambicioso, na formulação das Metas e Bases para a Ação, do terceiro Governo Revolucionário vai ser facilmente ultrapassado, pois que até o fim de 1971 já teremos seguramente alfabetizado mais de um milhão de adultos.³⁸¹

Assim, a mobilização organizada pelo MOBRAL buscava a adesão da população usando valores e elementos simbólicos como amor à pátria, união, defesa da família e participação comunitária. Esta era uma estratégia que tinha como objetivo também reforçar o papel da instituição como instrumento de segurança interna do regime. O coordenador do MOBRAL de São Paulo, Luis Thomazzi, na referida reportagem da *Folha*, destaca o caráter integrador da instituição, pois, segundo ele “o trabalho exercido não se prende somente a alfabetização”³⁸² tinha como objetivo também “ser agente de integração de todos os brasileiros na comunidade nacional”.³⁸³

Ao longo da década de 1970, o MOBRAL vai lançar ou mesmo participar de forma efetiva em programas de ação comunitária, como: Projeto Rondon, Esporte para Todos, projeto Casulo, Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, tornando-se referência na adoção de estratégias que promovessem a participação popular.

Sobre a Campanha de Esclarecimento Desportivo, o coronel Eric Tinoco, diretor do Departamento de Educação Física e Desporto do MEC, assim se pronunciava:

Aqui no departamento estamos iniciando a segunda parte da campanha de esclarecimento desportivo que em âmbito nacional leva uma filosofia de como está se desenvolvendo a Educação Física e o esporte no país. Participam as secretárias de educação e os departamentos de Educação Física de todos os governos estaduais. Isso é muito importante porque, enquanto os homens que dirigem determinados órgãos no Brasil não colocarem o calção- como nós dizemos- será difícil de se sentir a necessidade da prática desportiva.³⁸⁴

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ ATLETISMO. *Veja*, n. 259, 22 ago. 1973, p. 96.

O sentimento de pertença nacional, despertado pelos programas esportivos como as ruas de lazer, domingo alegre poderiam ser empregados como meio de aproximação entre Estado Militar e a sociedade civil. Dessa forma, os meios para a difusão dos programas esportivos eram variados, programas de televisão e salas de cinema prometiam anunciar a Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo (CNED).

O grupo de trabalho da CNED

O grupo de trabalho responsável pela elaboração dos projetos do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC) foi contratado por um período de três anos. O coordenador dos projetos foi Roberto Jenkins de Lemos, José Catarino dos Santos, layout-man; Rosângela Nogueira Santos, tradutora e palestrista; Eudes Coércio, fiscal da distribuição dos materiais; Gilberto Gonçalves, operador de equipamentos; Carmem de Vasconcelos, estatutária; Ovídio Silveira, autor-revisor dos trabalhos.

Após dois anos de trabalho, novos profissionais foram contratados: Abenante de Mello e Souza, professor de Educação Física e supervisor técnico dos materiais de divulgação; Maria Abadia Pierre M. de Almeida, professora de Educação Física, pesquisadora de matérias na área técnica desportiva, modelo dos desenhos técnicos e consultora dos filmes desportivos; Marcelo de Mello Andrade, professor de Educação Física, coordenador de estatísticas e produtor de materiais técnicos; Dolores Pinto Carvalho, responsável pelos relatórios; Junair Leandro de Souza, bibliotecária; Cornélio Souza Lima Franco, jornalista esportivo, redator e o contato do DED com a imprensa; Marilena Schroeder, secretária de produção; Antônio Gonçalves, operador de equipamentos; Mário de Almeida Britto Filho, coordenador de viagens; Jairo Pires de Mello e Jaldayr Niete Magalhães, datilógrafos.³⁸⁵

O presidente Médici costumava declarar: “sou apaixonado pelo esporte”,³⁸⁶ e, de fato, houve grande desenvolvimento do setor em seu governo. Foi aplicado, segundo planejamento apresentado pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED), seis bilhões de cruzeiros à época. Luciano Bueno destaca em sua tese, *Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*, que não foram registrados em períodos

³⁸⁵ PINTO, Joelcio. *Representações de Esporte e Educação Física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho. (1969-1974)*. 2003. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 40.

³⁸⁶ MÉDICI: É preciso haver prática sistemática da Educação Física. *Revista Esporte e Educação*, São Paulo, n. 6, ano I, março, p. 9, 1970.

anteriores investimentos de recursos financeiros e humanos dessa ordem no Brasil,³⁸⁷ e lembrando que na década anterior os recursos para a Educação Física e esportes eram irregulares.

Os materiais produzidos para a CNDE

Dentre os projetos desenvolvidos pelo PIDIC, a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) foi a que obteve maior destaque nacional. O objetivo da Campanha era esclarecer a população em geral sobre a importância da prática esportiva e, para tanto, onze mil e seiscentos impressos foram editados, dentre eles: cadernos técnicos, cadernos didáticos, revista em quadrinho, pôsteres, livro de regras, caderno cultural, Revista Brasileira de Educação Física, jornais, produção de filmes técnicos, filmes de divulgação em TV, exposições, campanhas em rádio e televisão.

Em 1970 a equipe do PIDIC, sob a coordenação de Roberto Jenkins Lemos, reformulou o antigo *Boletim Técnico Informativo de Educação Física*. O *Boletim* passou a chamar-se *Revista Brasileira de Educação Física* e sua capa passou a receber imagens. No entanto, essas não foram as únicas novidades; de distribuição gratuita, a Revista adotou o uso de vendas por assinaturas, o que deve ter causado algumas tensões no setor, pois, em 1973, o Coronel Eric Tinoco Marques assim pronunciou-se acerca da distribuição de material para a CNED:

Já falamos, em ocasiões anteriores, sobre a importância que atribuímos à Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. E, passando das palavras à execução, temos empregado o melhor de nossos esforços no sentido de oferecer o maior número de peças dentro das condições que nossos recursos nos têm permitido. [...] Estamos produzindo material de informação técnica em números inéditos no País no campo da Educação Física; e o fazemos para uma distribuição nacional buscando atender a todos equitativamente, guardadas as devidas proporções, em qualquer ponto do nosso território.³⁸⁸

E ainda,

Somente esta Revista é vendida: e o é através do Departamento de Documentação e Divulgação do MEC, mediante a assinatura dos interessados, pelo preenchimento do formulário que vai encartado neste exemplar.³⁸⁹

³⁸⁷ BUENO, Luciano. *Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008. 292 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. p. 242.

³⁸⁸ MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. Novamente a distribuição de material. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, DF, ano 5, n. 17, set.-out. 1973.

³⁸⁹ Idem.

O periódico foi reelaborado para fazer parte da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, e até o n.º 10, no ano de 1970, era distribuído gratuitamente pelos postos da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). A revista publicava artigos técnicos de autores brasileiros e estrangeiros, e seu público alvo eram os professores de Educação Física. Cada peça tinha uma tiragem de dez mil exemplares. Entre os anos de 1970 a 1974, foram produzidos nove números, ou seja, noventa mil exemplares circularam pelo País aproximadamente.³⁹⁰

Outro projeto do PIDIC que também fazia parte da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) foi o jornal *Podium*, destinado aos professores de Educação Física, de publicação mensal e gratuita. Sua distribuição era realizada por intermédio das Secretarias Estaduais de Educação. Foram produzidos sessenta e cinco mil exemplares. Esse jornal divulgava notícias sobre construções esportivas nos estados, e os resultados de classificação nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), bem como notícias sobre as novas escolas superiores de Educação Física.³⁹¹

O PIDIC também produziu cadernos técnicos e Cadernos Didáticos distribuídos gratuitamente para os professores de Educação Física via Secretarias Estaduais de Educação. O conteúdo priorizado nos cadernos era quase sempre o treinamento desportivo. Para televisão e cinema, foram produzidos filmetes de divulgação com duração de sessenta segundos cada um com os seguintes títulos: *Educação Física é educação; Começar cedo; Renovação; Ordem para o progresso; Sequência*. Dirigidos por Roberto Jenkins Lemos, os filmes, cujas mensagens ressaltavam os benefícios da prática esportiva, estavam em perfeita sintonia com o projeto de mobilização civil-patriótica, desenvolvido pela propaganda do regime militar.³⁹²

Segundo Carlos Fico, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) do governo Médici já havia consagrado os filmetes como o seu padrão de produção, e a televisão seria seu principal mecanismo divulgador, mas, para tanto, os filmes deveriam tratar de questões comuns com cenas marcantes capazes de prender a atenção e, ao final, uma mensagem verbal com poucas palavras.³⁹³

³⁹⁰ Apud PINTO, op. cit., p. 40.

³⁹¹ Idem.

³⁹² PINTO, op. cit.

³⁹³ FICO, op. cit., p. 103.

Sobre o conteúdo dos filmetes, em 1970, o representante da Aerp no Rio de Janeiro, Alberto Rabaça, dizia:

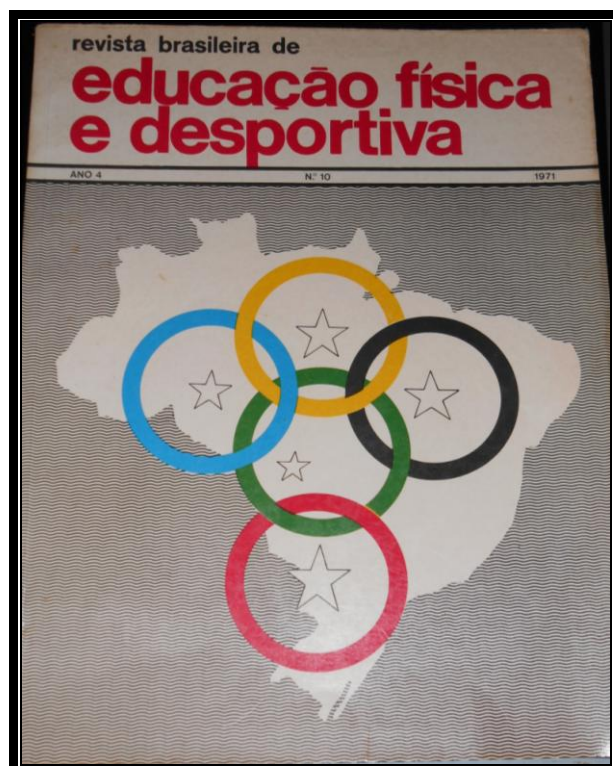
Retratar e cercar de significado especial, principalmente através de belos efeitos plásticos e de montagem, aspectos do cotidiano do homem brasileiro e que lhe são caros, como a vida em família, o trabalho, o carnaval, o futebol etc. Todos os valores éticos e morais que o brasileiro incorpora e exercita [...] recebem, nesses filmes, como que um reforço oficial, uma espécie de bênção, e a afirmação de que são corretos.³⁹⁴

Mais do que mobilizar a população para a prática esportiva, era preciso também colaborar com a visão de que o País vivia uma “nova era”, marcada pelas noções de transformação social, crescimento e progresso. As mensagens deveriam reverberar certa ideia de nação coesa e unida em prol de um objetivo comum que, na época, era ilustrada por meio de cartazes que mostravam muitas pessoas de mãos dadas tendo ao fundo o mapa ou a bandeira do Brasil. O emblema do DED na capa da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva em 1971 era a inauguração desse novo tempo (fig. 24).

O PIDIC, com apoio da Aerp, criou as famosas “frases” de mobilização. Seu objetivo era divulgar os aspectos positivos do esporte na comunidade em geral e, para tanto, por meio do rádio e da televisão, elas foram veiculadas em todo território nacional. As seis frases produzidas eram as seguintes: “Esporte é vida”; “Esporte é saúde”; “Esporte é cultura”; “Pratique esporte”; “Esporte é progresso”; “Povo no esporte, progresso no país”.

³⁹⁴ Apud FICO, op. cit., p. 103.

Figura 24 - Capa da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva- 1971



Fonte: Revista brasileira de Educação Física e desportiva³⁹⁵

CNED: Uma mobilização cívico-patriótica

O PIDIC produziu ainda seiscentos mil cartazes chamados *Desporters* que deveriam ser afixados em lugares de grande movimento, como: escolas, creches, postos de saúde, aeroportos, rodoviárias, entre outros (figs. 25, 26, 27). Segundo Joelcio Pinto, o projeto inicial previa doze peças com temas diferentes, no entanto, apenas seis foram produzidas: 1) Calção nele; 2) Quero crescer forte; 3) Educação física é educação; 4) Use as nossas bolinhas; 5) O quente é ser campeão; 6) Desporto é saúde; 7) Isto é saúde; 8) Força e coordenação; 9) Equilíbrio e segurança; 10) Vigor é vida; 11) Vida é confiança; 12) Confiança e harmonia.³⁹⁶

Apenas os seis primeiros pôsteres foram produzidos no tamanho de 68 cm x 50 cm e reproduzidos em papel de excelente qualidade, em cores e plastificados. Os demais temas e fotos foram reproduzidos em tamanho reduzido, por exemplo, na contracapa da 2.^a edição da revista em quadrinhos *Dedinho e sua turma*, no jornal *Podium*, na *Revista Brasileira de Educação Física*.

³⁹⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA. Brasília, DF, ano 4, n. 10, 1971.

³⁹⁶ PINTO, op. cit., p. 47.

Figura 25 - Desporters n.º 3

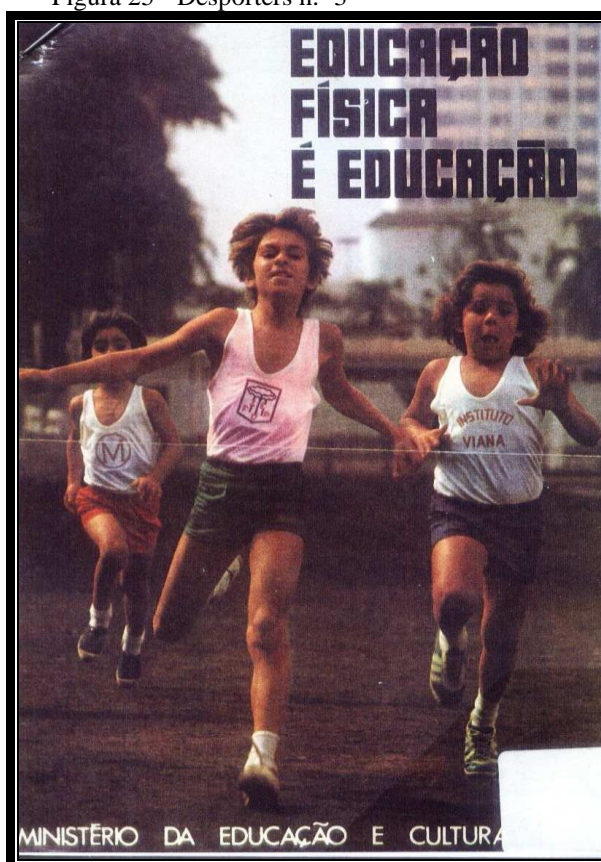
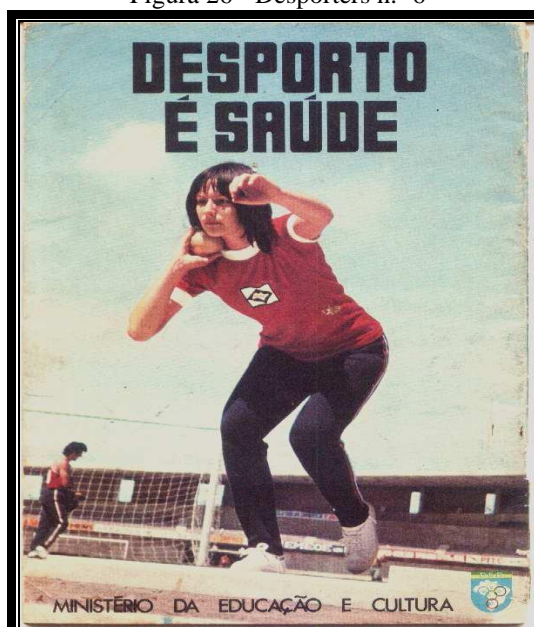
Fonte: Joelcio Pinto³⁹⁷

Figura 26 - Desporters n.º 6

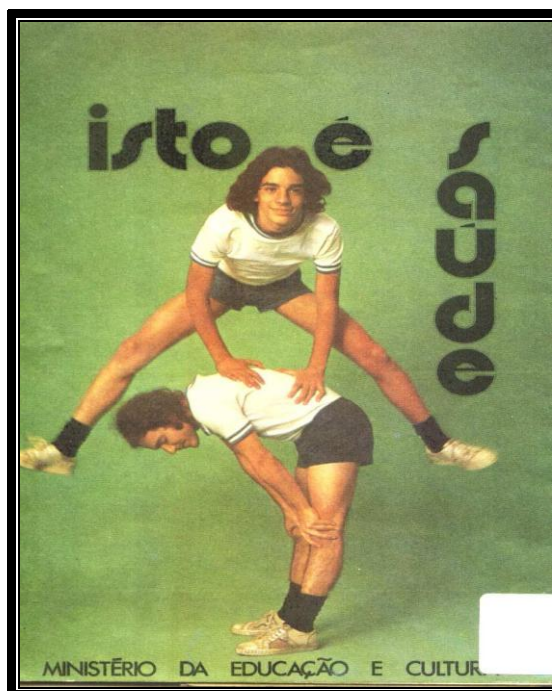
Fonte: Joelcio Pinto³⁹⁸

³⁹⁷ Idem. op. cit., p. 47.

³⁹⁸ Idem, p. 47.

Assim, o esporte aparecia por meio desse suporte como a metáfora mais bem acabada do Brasil, da juventude, da saúde, do vigor físico, da harmonia, da segurança, ou seja, o país grande e vencedor; segundo Joelcio Pinto, uma aproximação com a pretensão de desenvolver entre a população um sentimento de crença nas possibilidades de cada um e do País.

Figura 27 – Desporters n.º 7



Fonte: Revista Dedinho³⁹⁹

Entretanto, é importante sublinhar que imagens positivas construídas em torno do regime militar contavam à época com importantes suportes da imprensa nacional. O jornal *Folha de São Paulo*, sobre as comemorações do Dia da Pátria, em 1971, destacava:

Poucas vezes em sua história teve o Brasil ocasião de comemorar o Dia da Pátria com tantas e tão fundadas razões de otimismo quanto este ano. Não foi por outra causa que o 7 de setembro, em todo o país, teve a assinalá-lo intensa vibração cívica e autêntica participação popular. Mais do que um passado glorioso, movia os brasileiros ao entusiasmo um presente promissor, que antecipa um futuro no qual se pode antecipadamente acreditar.⁴⁰⁰

E ainda,

³⁹⁹ REVISTA DEDINHO E SUA TURMA. PERNAS, PRA QUE TE QUERO. Editado pelo Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. São Paulo, 1973. (Série cartilhas desportivas, n. 1).

⁴⁰⁰ UNIÃO governo-povo. *Folha de São Paulo*, p. 6, 8 set. 1971. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/09/08/2/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

[...] Tranqüilidade, ordem, paz, caracterizam os dias que estamos vivendo, e, o que é mais importante, são fecundos fatores de desenvolvimento. O governo não apenas trabalha intensamente, mas garante a todos o direito de trabalhar, sem as perturbações de outros tempos; e não apenas inova, ousa, empreende iniciativas que a muitos talvez pareceriam impossíveis ou temerárias, como também cria condições para que os brasileiros façam a mesma coisa.⁴⁰¹

Desse modo, para os elaboradores dos programas esportivos do governo, que estavam envolvidos nesse clima de triunfalismo cívico-patriótico, não lhes era estranho incorporar o discurso de melhoria da aptidão física da população a um determinado projeto nacional. Ou seja, investindo na juventude com especial *vigor*, o governo federal anunciava a “nova era” através de uma *campanha esclarecedora*. Mas, para além da tese de manipulação ideológica, programas e eventos esportivos foram utilizados, ao longo do século XX, por regimes autoritários e democráticos, como forma de mobilização do sentimento nacional.

No início do governo Médici, o País crescia a uma média de 10% ao ano. A dinâmica desse processo estava associada ao acelerado desenvolvimento de um parque industrial distribuído em diferentes polos regionais. A indústria de bens duráveis como, por exemplo, automóveis, geladeiras, aparelhos de televisão, atendia às camadas média e alta da população, as principais beneficiárias do “milagre” econômico.

Entretanto, com a entrada de capital estrangeiro, o governo federal investiu em diferentes setores e financiou grandes obras como: a construção da hidrelétrica de Itaipu, a construção da ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica, absorvendo grande número de trabalhadores. No entanto, nesse mesmo período, é registrado o aumento da dívida externa do País nas surpreendentes cifras de 3,9 bilhões de dólares em 1968, subindo para 12,5 bilhões de dólares em 1973. E até o final da década de 1970, o Brasil vai assinalar o mais violento processo de expulsão do campo e o mais rápido processo de concentração de renda.⁴⁰²

Mas, se os indicadores econômicos apontavam os perigos de uma má distribuição de renda, a euforia por termos conquistado o tricampeonato de futebol no México, aliada à propaganda do governo Médici que se expressava em *slogans* como “Ninguém segura este país”, contribuiu para despertar o nacionalismo ufanista que mobilizou uma grande parcela da sociedade brasileira.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Cf. MELO, João Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658.

De acordo com Marcos Guterman,⁴⁰³ o importante elemento de consenso em torno da copa do mundo de futebol em 1970 foi a identificação da seleção, seu ritmo e alegria com o momento vivido no País, processo este identificado pelo historiador Carlos Fico como a “reinvenção do otimismo”. Ou seja, a euforia por termos conquistado o tricampeonato de futebol estendeu-se por diferentes esferas sociais. A revista *Veja* em 1971, em uma reportagem sobre o nacionalismo brasileiro intitulado “Brasil. A palavra dos mil usos”, dizia: “Na realidade desde a vitória do México, com propaganda e sem propaganda, o brasileiro passou a gostar mais de seu próprio país. Os hinos, as cores e a bandeira tornaram-se motivo de orgulho”.⁴⁰⁴

Para Tatyana de Amaral Maia⁴⁰⁵, a corrente otimista “reinventada” na década de 1970 garantiu o substrato ideológico ao civismo, sustentando-o por meio da produção simbólica elaborada pelos diversos agentes e agências atuantes no governo federal, segundo a autora, o civismo, ao incorporar o otimismo, organizou o aparato discursivo e ideológico nacionalista em torno do projeto autoritário do regime militar e nesse processo o esporte se constitui um dos seus epítetos de propaganda.

Os trifólios

Assim, no início da década de 1970, retornando a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), foram produzidas pela equipe do Departamento de Educação Física e Desporto (DED) quatro peças publicitárias no formato de fôlderes chamados “Trifólios”, que incentivavam a prática de atividade física relacionada à saúde por meio de ilustrações (figs. 28, 29 e 30). A distribuição gratuita era feita nas companhias de transporte aéreo e nas secretarias dos estados, especialmente voltada para a classe média. Os temas desenvolvidos foram: Receita da aeromoça; Você suicida; Não culpe a moda; Servicinho duro, táí!

As peças publicitárias agrupavam-se em torno de ideias pedagógicas, que divulgavam, muitas vezes, o lugar da mulher na sociedade, e a sua missão de elevado valor humanístico era cuidar da casa, dos filhos, da família. Entretanto, para ter mais disposição para o trabalho doméstico, os trifólios recomendavam que as donas de casa reservassem um tempo para si, dez minutos por dia para fazer exercícios ginásticos.

⁴⁰³ GUTERMAN, Marcos. Médicos e o futebol. A utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. *Projeto História*. v. 29, dez. 2004, p. 275.

⁴⁰⁴ BRASIL. A PALAVRA dos mil usos. *Veja*. Brasil. Edição 157, p. 36, 8 set. 1971.

⁴⁰⁵ MAIA, op. cit., p. 180.

Figura 28 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo

A coisa não é tão difícil como poderia parecer. Estes são os 10 minutos mais importantes do dia, e você vai ver como tudo vai se modificar.

Se você pensa que sua movimentação diária já é uma forma de ginástica, enganou-se!!!

Comece o dia cuidando de você e terá mais disposição para cuidar de tudo o mais. Não se esqueça de que o mais importante, dentro de um lar, é a dona deste lar. Cuide-se desde já, e todos viverão muito melhor — ponha a ginástica em sua vida e ela lhe dará o sorriso que talvez esteja faltando.

EDUCAÇÃO FÍSICA
— um direito de todos nós —

A saúde nem sempre depende só do médico. Se você não colaborar, só um santo poderá resolver os seus problemas — e, cá entre nós, os santos andam muito ocupados, ultimamente. Uma série de exercícios é como a revisão do automóvel da família, que, mesmo não estando com defeito, precisa ir para a oficina, levando um aperto aqui e ali!

Seus filhos já estão crescendo em uma outra época: para eles, a educação física será um direito e não uma obrigação ou um recurso. Ajude-os, verificando a frequência às aulas de educação física, pois é na infância que se formam os hábitos, e eles talvez ainda não possam avaliar a importância deste momento. Educação física, o melhor meio de se obter um sorriso sadio!!!

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Distribuição gratuita. 1987, Abril S.A.

servicinho duro, tá!

Fonte: Joelcio Pinto⁴⁰⁶

Figura 29 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo

O ideal seria que toda dona de casa tivesse muita sombra e água fresca! Afinal, quem não gosta do que é bom? Mas ela não pode se dar a este luxo.

Administrar uma casa requer a sua ação constante: não é brincadeira cuidar das compras, das roupas, da alimentação, dos meninos, de uma porção de problemas e do marido (o pior de tudo)

A coisa não é tão difícil como poderia parecer. Estes são os 10 minutos mais importantes do dia, e você vai ver como tudo vai se modificar.

Se você pensa que sua movimentação diária já é uma forma de ginástica, enganou-se!!!

Fonte: Joelcio Pinto⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ PINTO, op. cit., p. 56.

⁴⁰⁷ PINTO, op. cit., p.56.

Figura 30 - Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo

É preciso muita disposição, e ainda por cima, todos reclamam pra valer, quando ela não está sorrindo!

Comece o dia cuidando de você e terá mais disposição para cuidar de tudo o mais. Não se esqueça de que o mais importante, dentro de um lar, é a dona deste lar. Cuide-se desde já, e todos viverão muito melhor — ponha a ginástica em sua vida e ela lhe dará o sorriso que talvez esteja faltando.

Mas existe "uma fórmula mágica" para resolver este problema: empregando 10 minutos do dia em um programinha especial, a dona de casa desanuviará sua mente e o seu corpo, preparando-se para mais um round em prol da família.

Fonte: Joelcio Pinto⁴⁰⁸

Figura 31- Trifólios- Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo

A preocupação com o seu físico não pode se limitar a olhar a balança e promover regimes fortes e outros providenciamientos. Há a sua medida precisa de uma assistência técnica — e esta vem com o trabalho físico diário.

O tempo, por mais que você não o deseje, passa! Devagar mas passa... Se você não se cuidar, vai passar mais depressa que ela!!!

Esperamos muito de você na jornada do desenvolvimento econômico. Mas você sabe que se o físico não estiver bem a sua produtividade irá decrescendo. Empregue apenas 15 minutos diários no trabalho físico orientado: no início, vai ser um pouco estranho, pois você não está habituado a isso; mas afinal, quem é que manda em você? Já seus filhos não sentirão problemas de adaptação, pois crescerão tendo a Educação Física como um direito, nunca uma obrigação maçante — é que hoje, nas escolas, a Educação Física é um fato! E não existem mais as dificuldades do mesmo tempo. Economize para o futuro de seus filhos acompanhando a capacitação física dos meninos. Não se esqueça de que os astronautas, supra-som da tecnologia, precisam de um corpo saudável, capaz de carregar um sistema espacialmente programado para a trajetória de nossas satélites.

EDUCAÇÃO FÍSICA
o melhor estica-vida!
um investimento seguro e que não custa nada

Você, Suicida!

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Distribuição gratuita.

Fonte: Joelcio Pinto⁴⁰⁹

Os trifólios também possuíam um caráter cívico e ressaltavam que a atividade física e o esporte constituem elementos de preparação para o trabalho, afinal, o desenvolvimento de boa constituição física no conjunto da população iria contribuir “na jornada do desenvolvimento econômico”. Esse material valorizava a tríade esporte/ educação/ trabalho, identificados como elementos capazes de gerar o desenvolvimento nacional. Além desses, os trifólios

⁴⁰⁸ PINTO, op. cit., p.56.

⁴⁰⁹ PINTO, op. cit., p. 54.

também valorizavam elementos como família e solidariedade, em consonância com o tema central da Aerp. Esse impresso fez circular a representação do país como uma sociedade dinâmica, tendo como pano de fundo o rápido crescimento econômico. Outra estratégia da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo para divulgação e adesão aos projetos esportivos governamentais foi a criação da revista em quadrinhos Dedinho, voltada para o público infante-juvenil.⁴¹⁰ Sob essa perspectiva, a Revista acrescentava sua própria mensagem sobre unidade nacional, desenvolvimento e disciplina e o caminho adequado para transformar o Brasil em potência mundial. Assim, os programas esportivos reforçavam e, ao mesmo tempo, moldavam a sensação de otimismo em relação ao futuro do País.

Seremos campeões: “dos pés a cabeça”

Na década de 1970, o futebol não era o único esporte vitorioso, outras práticas esportivas se destacaram naqueles anos. Maria Ester Bueno já havia ganhado importantes torneios internacional de tênis; o boxeador Éder Jofre consagrou-se campeão mundial no peso-pena em 1970; no atletismo, Aída dos Santos havia conquistado o 4.º lugar no salto em altura nos jogos Olímpicos de Tóquio 1966 e foi medalha de bronze no pentatlo nos jogos Pan-Americanos do Canadá em 1971; Nelson Prudêncio, medalhista olímpico, prata nos jogos do México em 1968 e bronze nos jogos Olímpicos de Munique em 1972; Emerson Fittipaldi foi bicampeão da Fórmula 1 em 1972 e 1974; O atleta João Carlos de Oliveira, cabo do Exército Brasileiro, em 1975, nos Jogos Pan-Americanos da Cidade do México, conquistou a medalha de ouro no salto em distância, foi medalha de bronze na olimpíada de Montreal em 1976 e medalha de bronze na olimpíada de Moscou em 1980. O enxadrista Henrique da Costa Mecking, o Mequinho, ocupou em 1977 o terceiro lugar no *ranking* mundial da categoria.

Com uma carreira de grande sucesso e considerado um grande gênio pela imprensa da época, Mequinho foi campeão brasileiro aos doze anos e latino-americano aos quatorze; poucos anos depois, chegou ao posto de Grande Mestre Internacional de xadrez. Segundo Alexandre Vaz, a imagem que se construiu sobre o atleta é repleta de estereótipos, daquelas que se “constroem a respeito das pessoas que se supõem terem grande capacidade intelectual, das quais freqüentemente se destaca a excentricidade.”⁴¹¹ Torcedor do Flamengo, vínculo este sobremaneira destacado pela imprensa do período, ainda segundo Vaz, a imagem construída

⁴¹⁰ Ver: PINTO, op. cit.

⁴¹¹ VAZ, Alexandre Fernandez; BASSANI, Jaison José. Esporte e Identidade Nacional no Brasil: Negociações em torno de quatro ídolos. *Materiales para la Historia del Deporte VI*, 2008 ISSN:1887-9586. Disponível em: <http://www.upo.es/revistas/index.php/materiales_historia_deporte/article/view/503/697>. Acesso em: 23 set. 2013.

sobre Mequinho é ambígua, mas cheia de significados que remetem às tradições nacionalistas. Para o autor supracitado, o que mais chama a atenção, no entanto, “é a complementaridade de sua imagem em relação ao futebol, conformando uma unidade pelos talentos da nação, algo mais do que importante na construção da identidade nacional sob o regime autoritário e conservador dos anos 1970”.⁴¹²

Não por acaso, a revista *Veja* em 22 de agosto de 1973 descreve o presidente-torcedor como também “grande admirador do xadrez”. Na reportagem do encontro de Mequinho com Médici no Palácio do Planalto é selado um acordo que o atleta anuncia com grande emoção: “Nós, brasileiros, seremos campeões dos pés à cabeça. Os pés, de Pelé, o futebol. A cabeça de Henrique da Costa Mecking, o xadrez.”⁴¹³ Entretanto, se os ideólogos do governo mobilizavam os jornais, a TV, o rádio e os espetáculos esportivos para afirmar o espírito nacional desejado pela ditadura, não é menos verdade, como sublinha Claudia Maria de Farias⁴¹⁴, que muitos atletas como Aída dos Santos e Nelson Prudêncio denunciavam a carência de alimentação e recursos vividos no dia a dia pelos homens e mulheres pobres e as múltiplas discriminações que sofriam no esporte de base.

No que se refere às críticas sofridas por tal governo, a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (Aerp), procurou neutralizá-las, criando uma atmosfera favorável, e, para tanto, o sentimento de ufanía e otimismo com o País, no início da década de 1970, era intensificado sobremaneira no mês de setembro nos festejos da Semana da Pátria. Criada em 1968, no governo do general Costa e Silva, a Aerp produziu peças publicitárias de forte cunho ufanista e oficial naquele período.

Contudo, foi no governo do general Médici (1969-1974) que o Órgão mudou drasticamente sua publicidade. Segundo o novo chefe da Aerp, coronel Octávio Costa, as campanhas deveriam ter um tom menos “oficialista” possível, entretanto, para concretizar tal ideal, era preciso:

[...] captar interesses e aspirações de grupos, classes, regiões, prever e recolher subsídios para a ação governamental, isto no sentido exclusivo de opinião pública e não no de segurança. A outra missão é a de motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento, isto é educar e informar; contribuir

⁴¹² Idem.

⁴¹³ A VITÓRIA do rei brasileiro. O momento de glória de Mequinho e seu amor pelo xadrez. *Veja*. São Paulo, n. 259, 22 ago. 1973, p. 93.

⁴¹⁴ FARIAS, Claudia Maria. Sonhos, lutas e conquistas: Projeção e emancipação social das mulheres nos esportes. 1932-1979. 2012. 240 p. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

para o prestígio internacional do Brasil, divulgando a imagem real de nossa realidade.⁴¹⁵

Segundo Carlos Fico, Octávio Costa tentava dissociar a imagem da Aerp com o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Getúlio Vargas, cuja lembrança gerava muitas críticas de importantes membros da oficialidade. Assim, ao mesmo tempo em que recusava o culto à personalidade, separando informação e propaganda, a Aerp diferenciava-se, de fato, do antigo DIP do Estado Novo e da propaganda feita durante o governo Costa e Silva. Nesse sentido, Octávio Costa afirmava que o objetivo do Órgão era promover a comunicação social e “colocar emoções nas almas ainda puras, principalmente dos jovens.”⁴¹⁶

Carlos Fico sublinha que tal estratégia retórica objetivava que o governo militar não fosse reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda política, assim como negava que houvesse tortura e censura.⁴¹⁷ A solução encontrada pela Aerp foi investir em campanhas que enfatizassem aspectos morais e afetivos da população.

Tanto é que em 1971, o novo *slogan* do governo Médici mereceu uma matéria de destaque na revista *Veja*:

Para os festejos da semana da Pátria, este ano, um só cartaz e um só slogan foram preparados: Um grande arco Iris formado pelas cores verdes e amarelas e, em letras azuis as palavras “Ontem, Hoje e Sempre, Brasil.” Desta vez, não se trata de exteriorizar abstratas manifestações de amor e confiança patriótica. Segundo a programação preparada pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, para orientar os festejos a serem realizados em todo país, a inspiração das comemorações da Independência, em 1971, será a solidariedade.⁴¹⁸

De acordo com a Aerp, era preciso despertar a “Solidariedade das gerações entre si, das gerações para com o Brasil, solidariedade entre classes, entre regiões, entre pessoas, solidariedade com os menos favorecidos.”⁴¹⁹ Alguns anos depois, precisamente em 1977, essa ideia vai ser retomada pelos formuladores da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo para o desenvolvimento de outro projeto, o Esporte para Todos (EPT). (fig. 32)

⁴¹⁵ OTÁVIO Costa diz que ARP não pretende ser o antigo DIP e nem mudar opiniões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 abr. 1970. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19700424&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 18 set. 2013.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ FICO, op. cit., p. 146.

⁴¹⁸ AS FESTAS da Independência. *Veja*. Edição 157, p. 21, 8 set. 1971.

⁴¹⁹ Idem.

Figura 32 – Esporte para Todos- CNED



Fonte: Revista Brasileira de Educação Física e Desporto- 1977

Entretanto, o ano de 1977 também foi marcado pela constituição de outra campanha, o da Anistia, e esse movimento, aos poucos, vai retomar os espaços públicos praticamente esvaziados de debates políticos oposicionistas durante a vigência do AI-5. A campanha pela anistia vai promover debates nos espaços públicos, especialmente nas praças, visando ao restabelecimento de um Estado democrático, que suprima o aparelho repressivo e todas as restrições impostas pela ditadura. Mas, por outro, o governo também, procurou preencher esses mesmos espaços públicos com outras práticas culturais e, nesse sentido, convocar a população para os eventos esportivos significava também despertar nos corpos emoções coletivamente expressas nas ruas. Esses sentimentos foram exacerbados para despertar a “brasilidade”. A proposta pedagógica da campanha Esporte para Todos era educar um tipo de sensibilidade e, como tal, inscrevia nos corpos e mentes das pessoas formas de comportar-se. Além disso, a forma como esses elementos são apresentados assumem a conotação de uma prescrição, como uma espécie de “dever” de todos e de cada um. As prescrições iam desde cuidados com a saúde, higiene até lazer, expressas sobretudo em seus manuais técnicos. Estas são questões que irei abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

ESPORTE PARA TODOS E A EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS

Neste capítulo, pretendo problematizar como os corpos e as práticas esportivas que sobre eles incidem assumem significados normativos associados aos saberes que os definem produzindo discursos legitimadores de práticas cotidianas. Para a produção dos efeitos de verdades a respeito do esporte, esperava-se que este funcionasse como um mecanismo propagador dos benefícios e progressos que poderia trazer à nação e a seu povo. Uma estratégia empregada pelos manuais técnicos da campanha Esporte para Todos (EPT) no Brasil foi divulgar a positividade das práticas esportivas para convencer a população a aderir ao projeto governamental.

Nesse sentido, os conceitos de disciplina e controle desenvolvidos por Michel Foucault serão de extrema importância para a análise das práticas que incidem sobre os corpos, nesse caso, o esporte, ainda que Foucault não tenha falado das práticas em si, mas da experiência e de sua relação com os campos de saber, com as normas de conduta e com as formas de subjetividade. O corpo útil, cuja noção foi desenvolvida pelo autor, produtivo e submisso não é obtido apenas por meio da violência, coerção ou ideologia. A sujeição pode dar-se sobre “elementos materiais que servem de pontos de apoio para as relações de poder e de saber, que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber.”⁴²⁰

Portanto, há um poder que pode ser tecnicamente pensado, ou seja, um saber que constitui a tecnologia política do corpo. E quanto mais multiformes e difusas se configuram essas relações de poder-saber, também mais multiforme e difusa é a instrumentalização. Por isso, não devemos nos ater apenas a uma instituição de controle, mas a uma rede de micropoderes que são verificados pelos efeitos por eles induzidos.

De acordo com Robert Van Krieken,⁴²¹ tanto em Michel Foucault como em Norbert Elias, apesar da diferença no tratamento do tema, o conceito de disciplina é central para os vários caminhos nos quais a história da subjetividade ocidental foi abordada desde o século XIX. Segundo o autor, ser moderno significa ser disciplinado, pelo Estado, pelos outros, mas, sobretudo, por nós mesmos, pois as crescentes objetivações e a disciplinarização da subjetividade a um ordenamento da alma sempre intensificado e conjugado com uma

⁴²⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 27.

⁴²¹ KRIEKEN, Robert Von. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina do eu. *Plural: revista de sociologia da USP*. São Paulo, v. 3, p. 153-180, 1.º Semestre, 1996.

crecente individualização fez com que nos tornássemos modernos autocontrolados, administrados.

Krieken,⁴²² citando Foucault, sublinha que uma das características constitutivas da formação do Estado europeu desde o princípio do período moderno foi a transição de um poder de Estado soberano que operava negativamente pela colocação de limites e coerções para um poder descentralizado, que penetra nossas almas, corpos e mentes, transformando-os ativamente, produzindo efeitos positivos que nos tornam cidadãos autodominados. Nesse sentido, o interesse de Foucault era analisar as técnicas e as estratégias que esse poder disciplinar operava, ou seja, “as técnicas do eu que nos torna e com as quais nos tornamos sujeitos modernos”. Para Michel Foucault, o novo poder disciplinar não se opôs às necessidades individuais e desejos. O seu sucesso deveu-se, precisamente, à sua habilidade de libertar a energia psíquica e libidinal, aproximando-a da economia capitalista.

No terceiro volume de *História da sexualidade*, podemos perceber as várias formas de poder sobre o corpo problematizadas pelo autor: de início o poder a que ele se refere é o poder disciplinar do século XVII, centrado no corpo individual, que, ao fazer suas teias nos conventos, hospitais, quartéis, fábricas, escolas e presídios, utiliza técnicas para tornar os corpos dóceis e exerce a dominação por meio dos exercícios de adestramento. De acordo com Foucault, esse poder não precisa ser necessariamente repressivo, centrado no corpo individual, mas pode ser positivo, estimulante, tênue, tendo sua produção constituída no âmbito do desejo, ou seja, da incessante estimulação do autoconhecimento do indivíduo, por isso, a necessidade de uma vigilância constante de si mesmo.

E, a partir dessa vigilância, criam-se políticas para o desnudamento dos corpos, as quais operam por meio de confissões, de exames clínicos e psicológicos. Nessa produção de saber sobre os corpos (biopoder), é que a disciplina exercida aproxima-se de um saber clínico que se esforça para medicalizar os comportamentos e desejos, esquadrinhando e rotulando a conduta individual, sempre em busca de algo que esse indivíduo, sozinho, não poderia entender ou identificar.

Como já foi dito, o poder disciplinar sobre o corpo não visa unicamente ao aumento de suas habilidades, tampouco aprofundar sua sujeição, mas, sobretudo, a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torne mais obediente quanto for mais útil, pois é aí que se forma a política das coerções, um trabalho sobre o corpo humano, uma “maquinaria de poder” que o esquadrinha e também o articula e o recompõe. Ao ler as obras de Foucault,

⁴²² Ibidem, p. 163.

percebemos que “disciplina” tem um duplo significado. De um lado, implica uma forma de controle ou punição; de outro, refere-se a um corpo acadêmico de conhecimentos. No entanto, Foucault não aponta continuidade entre os modelos de exercício de poder, portanto, não há uma linearidade entre as formas de exercício do poder, e, ao citar suas obras, não pretendo fazê-lo, isto é, pensar o poder de uma forma linear, pois as entendo como obras complementares.

Foi no século XIX que os primeiros cientistas sociais começaram a desenvolver os métodos estatísticos de levantamentos para supervisionar e administrar “nascimentos e mortalidade, o nível de saúde, a expectativa de vida e a longevidade”, fazendo emergir uma biopolítica da população e produzindo uma verdade sobre o corpo e sua alma que só poderia ser desvendada mediante um saber científico. Essas novas formas de poder e as relações de controles sociais foram construídas sob a ótica da construção do poder atrelado aos novos saberes. Foucault exemplifica citando os casos de loucura e sexualidade e o enorme esforço de catalogação de “perversões”, “transtornos” e “desvios”, empreendidos por médicos, psiquiatras e cientistas.

Tal questão pode ser aplicada aos saberes que legitimaram a política pública de massificação esportiva no Brasil na década de 1970, embora a relação que o esporte estabeleceu com a saúde no século XX não possa ser comparada a períodos anteriores. Nos novos moldes do conhecimento, foram estipulados julgamentos racionais sobre a “aptidão física” do brasileiro, produzindo regras e normatizações capazes de estabelecer verdades e desenvolver uma nova imagem de usos do corpo, da cidade, do tempo livre, e uma nova visão a respeito do esporte. Todas essas relações estabelecem uma percepção sobre o comportamento, suas alterações e a influência do poder como regulador das condutas individuais e coletivas.

Com base nas leituras de Norbert Elias e Michel Foucault, é possível perceber que nas sociedades cada vez mais racionalizadas há uma tendência crescente à autodisciplina. No primeiro volume do *Processo Civilizador*, escrito por Norbert Elias em 1939, o autor analisa de forma microscópica a gradual transformação nos padrões europeus medievais de comportamento à mesa, das funções corporais, de comportamento sexual, de violência, na transição para a modernidade. O que serve de base para Elias para a análise das mudanças de comportamento social foi o surgimento dos manuais de etiqueta e de boas maneiras, escritos por Erasmo, Castiglione, Della Casa e outros autores. A teoria do processo civilizatório suscita que na história social europeia houve uma transformação gradual da personalidade, a partir de uma intensa dinâmica da coerção para a outocoerção, na qual a regulação do corpo

humano, tanto quanto nossos impulsos, paixões e desejos foram submetidos a esse processo.⁴²³

Elias explica tal processo em relação a uma crescente monopolização da violência que acompanhou o processo de formação do Estado moderno. Para o autor, esse novo Estado tem como uma de suas características fundamentais o monopólio da violência física, dentro de uma esfera de legitimidade, ou seja, o controle da violência é um dos pilares da civilização, no entanto, Elias destaca que “esse movimento da civilização é um fenômeno não-planejado, casual, fruto de um processo que não podemos datar e muito menos prever um ponto final desse desenvolvimento das relações sociais”.⁴²⁴ Desse modo, não existe civilização pronta e acabada, mas em contínua mudança e construção/desconstrução, num movimento constante de recuo e avanço, progressos e retrocessos.

Um dos elementos essenciais da teoria dos processos de civilização desenvolvidos por Elias constitui-se em outra teoria, a teoria do controle das emoções (impulsos e paixões), que poderá nos ajudar a compreender a constituição de uma pedagogia moral e do corpo presente na campanha Esporte para todos no Brasil. Será que essa teoria está presente na concepção de educação e formação integral do indivíduo nos livros e manuais técnicos do EPT brasileiro? Se ela estiver presente, como se manifesta?

A ênfase dada à formação dos corpos e não somente à ocupação do tempo livre, na campanha de massificação esportiva Esporte para Todos, possibilita-nos problematizar o controle associado ao seu conhecimento e à aplicação de técnicas e mecanismos de aperfeiçoamento que vão tornando-se cada vez mais sutis, mas, igualmente capazes de adestrar e controlar. Outra questão que me tem inquietado durante a pesquisa é que, por exemplo, paralela e entrelaçada a essa tecnologia política do corpo, existe ainda uma política do afeto. Minha hipótese inicial é que a Educação Física e esportes aparecem, nesse contexto, como mais um dispositivo capaz de conter o “excesso”, e aí, como sublinha Jon Beasley-Murray, o afeto cumpre o papel de ordem.

Movimento Internacional

Logo após os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, surgiu na Europa um movimento internacional para reavaliar as práticas esportivas de massa. Nesse mesmo ano, foi lançado o

⁴²³ Cf. KRIEKEN, Robert Von. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina do eu. *Plural: revista de sociologia da USP*. São Paulo, v. 3, p. 156, 1.º semestre, 1996.

⁴²⁴ ELIAS, op. cit., p. 185.

Manifesto mundial do esporte pelo CIEPS-UNESCO. O documento denunciava o excessivo domínio do esporte de alto rendimento, voltado apenas para os jogos olímpicos em contraposição ao esporte de massa e defendia a implantação do modelo esportivo ou de lazer que atendesse às pessoas comuns e ao sistema escolar. Segundo o *Manifesto*, o esporte era para a sociedade uma medida contra “os riscos biológicos provocados pelo avanço tecnológico”.

O Conselho da Europa foi e é a organização internacional responsável por divulgar os ideais do Desporto para Todos em diversos países. A organização foi fundada em maio de 1949, após o final da Segunda Guerra Mundial. Dez países aderiram ao Conselho: Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido. A sede da organização foi fixada em Estrasburgo, cidade símbolo dos dois conflitos mundiais que, na primeira metade do século XX, assolaram o continente europeu. O objetivo traçado para o Conselho da Europa foi estabelecer regras para uma colaboração militar, econômica, social e cultural, realizando uma união mais estreita entre os seus membros.⁴²⁵

As questões relacionadas às práticas desportivas continuaram sendo debatidas na Convenção Cultural Europeia, realizada em 1954. Destinada a reunir vários Estados-Nação com o propósito de cooperar nos domínios da cultura e da educação, a convenção interessou-se em tornar regular a Educação Física para a juventude, tanto quanto o desporto, os lazeres, a história, o patrimônio cultural e a criação artística. Seu objetivo era contribuir no sentido de “forjar uma personalidade europeia rica da diversidade de todas as suas tradições”.⁴²⁶ Logo depois, foi criado, na década de 1960, o comitê de peritos culturais, cuja responsabilidade seria a Educação Física e Desporto. Nesse sentido, a ideia de que o esporte deveria ser um meio de formação e educação do corpo, da mente e do espírito ganhava cada vez mais força.

Em 1966, após os jogos olímpicos de Tóquio, o conceito Esporte para Todos (EPT) foi formulado pelo Conselho da Europa. A intenção era a de massificar o esporte, promovê-lo numa perspectiva de educação permanente e de desenvolvimento cultural. Tal perspectiva transformou-se no ano seguinte, na Noruega, num movimento esportivo de incentivo à prática de atividade física para sedentários. O idealizador do programa, o norueguês Per Hauge-Moe, com o apoio de empresas privadas, lançou uma campanha denominada *TRIMM*, que, utilizando material de *marketing*, procurava instigar os sedentários à prática da atividade

⁴²⁵ Para saber mais, ver: MINISTÉRIO da Educação [Portugal]. op. cit., p. 17.

⁴²⁶ SISTEMA europeu de proteção dos direitos humanos. Conselho da Europa. Disponível em:

<<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-historia.html>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

física. O programa foi inicialmente planejado para um período de cinco anos (1967-1972) e posteriormente para dez anos (1972-1982).

Na Noruega, as atividades físicas e esportivas eram voltadas para os momentos de lazer da população. Essa mesma campanha procurava unir esporte, publicidade e a participação em massa de atividades esportivas. A base de sustentação da campanha norueguesa foram os meios de comunicação em massa, orientados a não se restringirem a um só projeto, e por meio de um forte trabalho de *marketing*, a campanha envolveu mais de quinhentos clubes espalhados por esse país.

Em 1967, em Ruit, na então Alemanha Ocidental, representantes da Noruega, Suécia, Bélgica e do próprio país-sede, motivados pela experiência norueguesa, discutiram pela primeira vez as possibilidades de implantação de programas esportivos em massa. Porém, era importante “arranjar fundos e criar facilidades para toda a população”. A partir daquele encontro, o movimento EPT expandiu-se pela Europa, atingindo também os Estados Unidos, Canadá e diversos países da América Latina.

A campanha europeia buscava estender a prática esportiva como atividade educativa e cultural melhorando a qualidade de vida das pessoas comuns que não estivessem envolvidas com o esporte de alto rendimento, o esporte olímpico. Em 1975, com o crescimento do movimento, o Conselho da Europa lançou a Carta Europeia de Esporte para Todos, documento decisivo para que as instituições sociais reconhecessem a importância das atividades físicas.

A campanha alemã foi organizada pelo professor Dr. Jürgen Palm, diretor executivo de Esporte da Confederação Alemã no período de 1970-1998. O Dr. Jürgen Palm foi também conselheiro de programas de aptidão física nacionais na Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, China, Equador, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Israel, Irã, Itália, Japão, Coreia, Kuwait, Peru, Polônia, Cingapura, África do Sul, União Soviética, Tailândia, Taiwan e Uruguai. Sobre a importância da campanha de massificação esportiva, o professor Dr. Jürgen Palm dizia:

Como médicos e professores, precisamos incluir em nosso dia a dia de trabalho um alerta à população sobre sua responsabilidade com a saúde, ensinar como usar bem seu tempo de lazer. Como jornalistas, precisamos ir além de simplesmente reportar recordes e saltos em distância e também cooperar em motivar os cidadãos a participar ativamente nos esportes.⁴²⁷

⁴²⁷ PALM, Jürgen. Visão e a realidade. *Revista de Educação Física e Desportos*, Edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, Brasília, ano 9, n. 35, jul./dez. 1977. p. 29.

“Ponha-se em forma com o esporte” era o *slogan* da campanha alemã denominada Trimm, realizada em maio de 1970. A campanha alemã inovou ao introduzir um personagem de cartum chamado Trimmy (fig. 33), que, segundo Lamartine Pereira da Costa, “foi concebido dentro de modernas técnicas de comunicação de massa e seu rosto se confunde com o aparelho de televisão, procurando o envolvimento subliminar com o observador”.⁴²⁸

Figura 33- Cartaz campanha *trimmy*. Nade outra vez. (Alemanha)



Fonte: COSTA; TAKAHASHI, 1983.⁴²⁹

Segundo Palm, o personagem de cartum Trimmy não é nem herói nem um super-homem, ele é:

Alegre, risonho, sem complicações, jovem e otimista. Não precisa ser atleta para se identificar com ele. *Trimmy* personifica o amor pela vida. Há um pouco de *Trimmy* em cada um de nós. O esporte está aí para todos, diz *Trimmy*. Não é só para os jovens fortes e ricos. *Trimmy* corre, monta a cavalo, nada, esquia, anda de bicicleta, joga minigolfe e dança.⁴³⁰

Em três anos de campanha (1970-1973), noventa e três por cento da população alemã já conhecia o movimento esportivo. Partindo de estudos sobre os custos das doenças cardiovasculares ocasionadas pela falta de exercícios físicos, a campanha alemã centrou sua ação na prática preventiva do esporte e em sua importância no mundo do trabalho.

Esporte não é somente assegurar a alegria de vida do indivíduo, mas também é uma arma de defesa contra a atrofia biológica do homem nesta civilização

⁴²⁸ COSTA. Lamartine Pereira da; TAKAHASHI, George Massao. *Fundamentos do Esporte para Todos*. [S.l.]: MEC. Secretaria de Educação e Desporto, 1983. p. 46.

⁴²⁹ Idem, p. 50.

⁴³⁰ PALM. op. cit., p. 33.

tecnológica. E as consequências desta atrofia custam muito mais dinheiro do que a promoção do Esporte para Todos.⁴³¹

Para Jürgen Palm (1977), os estudos mostravam que a “inatividade física” era uma das causas decisivas das doenças da civilização contemporânea. O sedentarismo era uma forma “nefasta” e “cara de se viver”, além disso, “nenhuma nação pode se dar a esse luxo”, portanto, o esporte tem vital importância neste mundo “tecnológico”, e os governos que reconheçam tal fato, diz o autor. Mediante políticas públicas, “devem estar preparados para financiar programas nacionais de aptidão física e esporte”. No mesmo artigo, o autor cita as pesquisas da Universidade de Berlim, afirmando:

As doenças cardiovasculares causadas pela inatividade custam um total de dez bilhões de marcos ou quatro bilhões de dólares. Isto é um peso extraordinário no poder social e econômico de nosso povo. Estes números significam que cada trabalhador da República Federal Alemã é obrigado a pagar, aproximadamente 200 marcos por ano para financiar os custos.⁴³²

E ainda:

Somas ultrajantes são perdidas para financiar as consequências da insuficiência de atividade física. Se nós pudéssemos economizar somente um quarto desses 4 bilhões, pensem no proveito em termos de desenvolvimento nacional e felicidade para a humanidade.⁴³³

As pesquisas realizadas pelo Instituto de Medicina Esportiva, da Universidade de Berlim, influenciaram idealizadores de campanhas de massificação esportiva em vários países, entre eles o Brasil. Jürgen Palm foi um dos maiores divulgadores das ideias do Esporte para Todos (EPT) na América Latina. Sua participação nas *Jornadas Internacionales de estudio sobre el Deporte*, realizadas em 1973 em Buenos Aires, foi decisiva na organização das campanhas no Brasil e na Argentina. Segundo Palm, a inatividade física deve ser combatida com a mesma intensidade com que se combate o analfabetismo.

[...] Senão teremos um futuro aterrorizante diante de nós – um futuro no qual as metas do progresso tecnológico e da prosperidade poderão ser atingidas, mas à custa da saúde da humanidade e de sua capacidade para se locomover. Por essas

⁴³¹ PALM, op. cit., p. 31.

⁴³² PALM, op. cit., p. 31.

⁴³³ PALM, op. cit., p. 31.

razões a inatividade física dever ser combatida com o mesmo vigor que o analfabetismo.⁴³⁴

O desafio das décadas de 1960 e 1970 no Brasil era transformar em ação o grande sonho de progresso dos corpos e da saúde. Para tanto, os governos ditatoriais produziram inúmeros diagnósticos que se baseavam em diferentes tipos de estudos e análises. No caso do esporte, foi publicado, em 1971, o *Diagnóstico da Educação Física e desporto no Brasil*. Uma vez detectados os problemas, era necessário difundir a ideia, tão comum ainda hoje, de que o esporte educa, combate a criminalidade e aumenta a autoestima da nação.

Assim, era necessário, em primeiro lugar, avaliar o esporte, sublinhar seu crescimento constante e privilegiar sistematicamente as aparências e aptidões, até transformá-lo em valor coletivo, pois desse modo a massificação das práticas esportivas ganharia força. Em 1967, cinco países – Alemanha Ocidental, Noruega, Holanda, Suécia e Bélgica – participaram da conferência em Ruit, na Alemanha, sobre a importância de cooperar com “os movimentos de aptidão física e o Ponha-se em Forma”, mas, dois anos depois, em Oslo, na Noruega, onze países já haviam aderido ao movimento internacional: Finlândia, Grã-Bretanha, França, Áustria, Itália e Suíça.

Em 1971, na conferência em Arnheim, a Iugoslávia e a Islândia aderiram; em 1973 a conferência de Frankfurt teve 18 representantes, incluindo Polônia, Japão, Canadá, EE.UU. e México. Dezoito nações já estão cooperando com os movimentos de aptidão física e o Ponha-se em Forma. Muitos países se juntarão a nós nos próximos anos.⁴³⁵

A organização da campanha esportiva Trimm, da então República Federal Alemã, tornou-se modelo para vários países que se envolveram com o movimento internacional. Os números enchiam de orgulho os organizadores do movimento esportivo, pois “um terço da população da República Federal Alemã pratica ativamente esporte, esta proporção deverá atingir os 50% brevemente”.⁴³⁶ Para Jürgen Palm, os números da Alemanha eram importantes porque “são de modo geral representativos para possível emulação em outros países do mundo.”⁴³⁷

O que importa, enfim, é perceber como o esporte e as políticas públicas esportivas foram constituindo-se objeto de investimento dos governos, o que, naquele contexto, era um modo também de confirmar força e progresso. Jürgen Palm sublinha que entre os primeiros

⁴³⁴ PALM, op. cit., p. 32.

⁴³⁵ PALM, op. cit., p. 32.

⁴³⁶ PALM, op. cit., p. 30.

⁴³⁷ Idem.

chefes de Estados a perceber o “problema da aptidão física” estava o presidente Eisenhower, o qual,

Em 1956, nomeou uma comissão presidencial para estudar o assunto. Outros estadistas como Mao Tse Tung, Kekkonen e Trudeau levaram o prestígio de seus gabinetes a apoiar programas de esporte popular. No Japão uma legislação sobre planejamento nacional de esporte foi feita em 1964. Leis promovendo o Esporte para Todos estão pendentes na Polônia, na URSS, no Canadá, na Suécia e nos EE. UU.⁴³⁸

Para os idealizadores da campanha de massificação esportiva, paralelamente aos jogos olímpicos, estava desenvolvendo-se um segundo movimento internacional, haja vista que diversos países estavam colocando “o Esporte para Todos em seus planos nacionais”. A Inglaterra, “mãe do esporte moderno, em 1972, declarou o Esporte para Todos como um programa nacional”.⁴³⁹ No entanto, conforme Vigarello,⁴⁴⁰ as práticas esportivas que ocupam um espaço intermediário no processo de construção do ideário de uma sociedade moderna acabam expondo justamente suas contradições. Se por um lado combate a inatividade física provocada por um mundo cada vez mais tecnológico, por outro, regula os “problemas originados pelo aumento das horas de lazer”. Sobre essa questão, Jürgen Palm afirmava:

Os problemas originados pela inatividade física e o crescente aumento das horas de lazer, paralelamente, em muitos países – independente de suas diferenças culturais e de seus graus de desenvolvimento técnico-industrial – fazem com que seja conhecida, internacionalmente, a necessidade de *Esporte para Todos*.⁴⁴¹

Nesse sentido, na tentativa de transformar o Esporte para Todos em o “novo humanismo” da sociedade tecnológica, seus idealizadores esforçaram-se por torná-lo *habitus*⁴⁴² na cidade e no campo. A ambição de seus pesquisadores era prescrever e recomendar práticas esportivas as mais diversas e difusas, de modo que pudessem disseminar-se rápida e amplamente no tecido social.

⁴³⁸ PALM, op. cit., p. 29.

⁴³⁹ PALM, op. cit., p. 29.

⁴⁴⁰ VIGARELLO, op. cit.

⁴⁴¹ PALM, op. cit., p. 32 (grifo nosso).

⁴⁴² BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 162-164. Para Bourdieu, o *habitus* é um sistema de disposições permanentes e transmissíveis. Estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípio que organiza e gera práticas e representações. O *habitus* seria uma atitude do corpo, um sentimento impronunciado e impronunciável para o jogo social, que gera posições e ações que os agentes adotam em situações dadas, de maneira regular, se não completamente previsível.

O Movimento Olímpico

Segundo George Vigarello,⁴⁴³ desde o final do século XIX, a prática esportiva inseriu-se na lógica da cultura de massas, e o campeão esportivo foi tornando-se o “novo modelo de sucesso”. Ainda segundo o autor, a televisão e o cinema acrescentaram a essas atividades novas formas de ver, mais excitantes e dinâmicas, dando à encenação esportiva a sua dimensão definitiva de espetáculo. Mas, se por um lado, na sociedade industrial a multidão vai conquistando os espaços de lazer urbano, por outro, essa “massa barulhenta” também provoca temor.

Para o Barão de Coubertin, o grande idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, a multidão “era simplesmente feia”. Tratava-se, também naquele momento, de utilizar os jogos Olímpicos como meio de educar as massas mediante sua decoração, pirotecnia, harmonia dos cortejos. Afinal, para comportar-se diante de tamanho espetáculo, o leitor/espectador era informado da disposição das bandeiras e troféus, de como ordenar os lugares e dos deslocamentos na arquibancada. De acordo com Coubertin, “o homem não é o que ele é, mas o que ele pode se tornar”,⁴⁴⁴ assim, era preciso transformar o esporte em exemplo, a manifestação de um benefício generalizado à vida das populações.

De acordo com Carmen Soares,⁴⁴⁵ o espetáculo esportivo transformou-se em um sistema de condutas de si que envolve diretamente o indivíduo no que concerne à sua autonomia e responsabilidade. Daí a ideia tão difundida já no início do século XX, e que, ainda hoje, com frequência, volta à tona em falas da mídia, dos governos e de muitos profissionais da área de Educação Física, de que os espaços esportivos são por excelência lugares de formação.

Nesse sentido, destaco os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 a serem realizados no Brasil, em que os espectadores são informados de como devem comportar-se nos estádios e arquibancadas, por meio de manuais como, por exemplo, o do *Bom torcedor*. Destaco também o programa da rede Globo de televisão, *Fantástico*, que apresenta o quadro “Vamos fazer bonito”, com a consultora de comportamento, Glória Kalil, que ensina boas maneiras para a população brasileira. Aparentemente, nada nesse discurso é novo, mas ele se atualiza constantemente ajudando a

⁴⁴³ VIGARELLO, Georges. Estádios: o espetáculo esportivo das arquibancadas às telas. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). *História do corpo: mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 447.

⁴⁴⁴ COUBERTIN apud MÜLLER, Norbert. *Olympic education: university lecture on the Olympics*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC -UAB), 2004. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/muller.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

⁴⁴⁵ SOARES, Carmen Lúcia. *Práticas corporais: invenção de pedagogias?* In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara (Org.). *Práticas Corporais*. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, 2005. v.1. p. 43-50.

definir uma mentalidade esportiva. Assim, o “esporte deixou de ser apenas um exercício físico e passou a ser um estilo de vida, um estado de espírito”.⁴⁴⁶

Mas foi a partir de 1894 que Coubertin procurou enfatizar a relação do esporte com as dimensões socioculturais e a prática esportiva como meio de educar as populações. Na abertura do Congresso Olímpico realizado em Praga em 29 de maio de 1925, ele diz:

O futuro da civilização, neste momento, tão pouco repousa na política, nem em bases econômicas. Ele solidamente depende de uma direção a qual a levará para a educação... É minha crença [de] que nenhuma educação, particularmente nos tempos democráticos, possa ser boa e completa sem o auxílio de atletas.⁴⁴⁷

Uma das características da “Educação Olímpica”, segundo Coubertin, era “buscar a perfeição humana através do alto desempenho”,⁴⁴⁸ e, atingindo tal modelo de realização, o desempenho desportivo teria o mesmo valor que o desenvolvimento científico e artístico, pois a educação dos jovens não se concentra apenas na mente e no intelecto, mas também no corpo. Para ele, a busca pela prática esportiva ao longo da vida era um enriquecimento e um complemento necessário para outros esforços, desenvolvendo e mantendo um sentido satisfatório de identidade, mas, sobretudo, era a tentativa de uma criação estética de competição desportiva visando ao ideal de perfeição e harmonia. Seu desejo de construir um centro educacional esportivo foi realizado em 1938 em Berlim, onde foi fundado, com recursos fornecidos pelo Reich, o Centro de Estudos Olímpicos sob o controle de Carl Diem.⁴⁴⁹

Fundamentado simultaneamente no culto do esforço físico e no culto da harmonia, combinando o gosto pelo excesso com a moderação, esse modelo educacional pretendia, segundo Coubertin, “dar ao indivíduo a oportunidade de adaptar os aspectos bons e ruins de sua própria natureza a exercer e orientar a sua vida de acordo com esta experiência”.⁴⁵⁰ Mas, para que esse projeto educacional fosse possível, o Barão dizia serem necessárias “fábricas permanentes de atletas”. Era “preciso atingir as massas”. Este seria, para Norbert Müller,⁴⁵¹ o

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 48.

⁴⁴⁷ COUBERTIN apud VALENTE, Edison. *Esporte para todos: a desescolarização da educação física e do esporte e o universalismo olímpico*. 1996. (214 páginas). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 1996. p. 80.

⁴⁴⁸ MÜLLER, Norbert. *Olympic education: university lecture on the Olympics*. Barcelona: Centro d’Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC -UAB), 2004, (tradução nossa). Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/muller.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

⁴⁴⁹ MÜLLER, op. cit.

⁴⁵⁰ MÜLLER, op. cit.

⁴⁵¹ O Prof. Dr. Norbert Müller foi o coordenador da pesquisa que trata dos escritos de Pierre de Coubertin sobre educação, olimpismo e prática do esporte publicado pelo Comitê Olímpico Internacional em 1986.

ponto de partida para as ideias e atividades que compõem o Desporto para Todos. Para o Barão de Coubertin era preciso:

Colocar os serviços do esporte para todos os povos, para aperfeiçoá-los e baratear seus custos. Vamos tentar trazer formas diferentes de esportes e conjuntamente combiná-los, exaltá-los, pelo prazer, em seus contrastes ou pela harmonia de suas similitudes.⁴⁵²

Referindo-se ao olimpismo como a dimensão pedagógica e filosófica do movimento Olímpico, diz Müller:

O Olimpismo é um complexo de participação. Ele advoga a compreensão da educação esportiva acessível para todos, o qual entrelaçado com espírito de bravura e cavalheirismo tem implicado em manifestações estéticas e literárias, servindo como um motor para a vida nacional e um foco para a vida cívica.⁴⁵³

Segundo Kátia Rubio,⁴⁵⁴ as condições que levaram o esporte moderno a desenvolver-se na Europa desde o século XIX foram bastante particulares e denunciadoras do momento em que se encontrava. O interesse pelos estudos clássicos, sobretudo da cultura helênica, exerceu certa fascinação na intelectualidade europeia influenciada pelas descobertas de sítios arqueológicos que permitiram desvendar acontecimentos relacionados aos Jogos Olímpicos da Antiguidade. As publicações do arqueólogo alemão Ernst Curtius – responsável pelas escavações no antigo santuário de Olímpia, em Atenas – afirmavam que as atividades atléticas e ginásticas faziam parte do ideal grego de formação integral do homem.

Foi a partir de tais leituras que o pedagogo francês Pierre de Frédy, mais conhecido como Barão de Coubertin, tomou para si a tarefa de organizar no final do século XIX uma instituição de caráter internacional com a finalidade de cuidar daquilo que seria uma atividade capaz de transformar a sociedade daquele momento: o esporte. Incumbido de buscar novos modelos para a educação na França, o Barão de Coubertin buscou inspiração na cultura helênica para instituir o esporte como parte da rotina escolar francesa.

Seu interesse voltou-se, portanto, para a educação ateniense, cuja formação global do homem aliava conhecimentos de filosofia, de gramática e de música à prática de exercícios ginásticos e atividades atléticas. Coubertin interessou-se pelos princípios que levaram os antigos gregos a realizarem os Jogos Olímpicos, pois acreditava que o esporte seria um

⁴⁵² MÜLLER, op. cit., p. 11.

⁴⁵³ MÜLLER, op. cit., p. 7.

⁴⁵⁴ RUBIO, Kátia. Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 56, jan./mar. 2010.

importante componente educacional, não apenas para competição nos jogos olímpicos, mas, sobretudo, como elemento na formação da personalidade dos jovens franceses.⁴⁵⁵

Contudo, os Jogos Olímpicos gregos tinham um caráter muito mais amplo que apenas estético. Ao fazer parte dos festivais sagrados, acreditava-se que os atletas se aproximavam dos deuses, e tais *performances* atléticas durante os jogos, eram uma celebração das potencialidades do corpo e da beleza física. As peças teatrais eram utilizadas para representar as regras sociais e a arte de viver. Ao personificar os mitos, os gregos apresentavam-se interligando a beleza e a moral. Nesse sentido, os Jogos Olímpicos eram palco para as apresentações. A cultura atlética helênica passou a ser representada em esculturas, pinturas em cerâmica, poesias e obras literárias. Pois, assim como arte, a cultura atlética representava para os helenos um elemento cultural e de socialização.⁴⁵⁶

Mesmo que outros povos da Antiguidade clássica, como egípcios, estoicos e romanos também tivessem tido hábitos culturais voltados para as atividades lúdicas, tendo nos jogos uma de suas atividades predominantes de ocupação do tempo e uma forma de educação, foi na Grécia Antiga que Coubertin encontrou legitimidade para um tipo de educação que pudesse incluir o corpo e a mente. Mas não se poderia compreender tal investida sem levar em consideração a teatralidade dos jogos gregos, pois foi aí que o pedagogo buscou inspiração para reinventar os jogos modernos, edificá-los e transformar o esporte em exemplo universal.

Nesse sentido, o espetáculo esportivo não demora a ser claramente pensado, e a identificação com o ator, no caso o atleta, “orienta e especifica a excitação, dando-lhe profundidade, fabricando ‘heróis’ ao mesmo tempo tão próximos e distantes, inacessíveis e familiares”.⁴⁵⁷

Portanto, a educação esportiva proposta por Coubertin, além de “esculpir a carne”⁴⁵⁸ da juventude francesa, quer penetrar também em sua porção emotiva e sensível. Esse meticuloso processo de educação engendra à corporeidade uma nova dimensão comunicativa, a representação “mítica” do atleta, expressa exaustivamente nas imagens dos Jogos Olímpicos até os dias atuais. Para o linguista Milton José de Almeida, a liturgia olímpica expressa em dramaturgia visual e sonora, e como arte da memória realiza a educação política e sentimental

⁴⁵⁵ CARDOSO, M. *Os arquivos das olimpíadas*. São Paulo: Panda, 2000. p. 25.

⁴⁵⁶ RUBIO, op. cit., p. 56.

⁴⁵⁷ VIGARELLO, op. cit., p. 447.

⁴⁵⁸ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007. p. 33.

dos afetos.⁴⁵⁹ O Barão de Coubertin, em seu discurso na abertura do encontro do Comitê Olímpico Internacional em 1920, afirmava:

O Olimpismo é um complexo de participação [...] ele advoga a compreensão da educação esportiva acessível para todos, o qual, entrelaçado com espírito de bravura e cavalheirismo, tem implicado em manifestações estéticas e literárias, servindo como um motor para a vida nacional e um foco para a vida cívica.⁴⁶⁰

A questão da degenerescência racial⁴⁶¹ também inquietava o Barão de Coubertin. Segundo suas ideias e preceitos, o esporte teria a capacidade de “trazer a perfeição, a força e a esperança jovem da nossa raça branca, assim como buscar a perfeição de toda sociedade humana”.⁴⁶²

Anos mais tarde, o famoso filme de Leni Riefenstahl, *Olympia*,⁴⁶³ feito sob a encomenda de Hitler, sobre as Olimpíadas de Berlim em 1936, praticamente inaugurou a cobertura audiovisual dos jogos olímpicos. Em uma verdadeira “liturgia olímpica”, embebida em luz e som, a dramaturgia das imagens no filme de Riefenstahl encerra o “drama olímpico em epifania visual. Os personagens-atletas representaram as virtudes da beleza do corpo, da competição, da afirmação e da vontade de suas nações”.⁴⁶⁴

Conforme José de Almeida Milton, quando assistimos ao filme somos envolvidos por uma sequência de imagens que buscam capturar o máximo de expressividade para se tornarem (as imagens) potentes e inesquecíveis durante todo o filme, “como um cenário mítico para o culto da alma, do corpo perfeito e da pureza racial. Imagens agentes que acompanharão o espectador, como um acompanhamento musical feito de memória que dará forma visual e política aos diversos ritos-provas”.⁴⁶⁵

Para o Barão Pierre de Coubertin, os Jogos Olímpicos constituíam um momento de “consagração do culto da prática atlética no mais puro espírito do verdadeiro esporte”. Com o passar dos anos, porém, o caráter competitivo da prática esportiva e a vitória tornaram-se mais importantes que o modo como se competia. Coubertin defendia a independência dos jogos em

⁴⁵⁹ MILTON, José de Almeida. A liturgia olímpica. In: SOARES, Carmen (Org.). *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001. p 107.

⁴⁶⁰ COUBERTIN apud. VALENTE, Edison. Relação histórica entre o Esporte para Todos e o Movimento Olímpico. *Conexões*: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Campinas. v. 1, p. 77, jul./dez. 1998.

⁴⁶¹ Sobre teorias da degenerescência racial, ver: FLORES, M. Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo*: ciência e arte na política da beleza; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930; MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Medicalização da raça*: médicos, educadores e discursos eugênicos.

⁴⁶² COUBERTIN apud VALENTE, op. cit., p. 84.

⁴⁶³ OLYMPIA. Direção e roteiro: Leni Riefenstahl. Alemanha, 1938 (121 min).

⁴⁶⁴ MILTON, op. cit., p. 108.

⁴⁶⁵ MILTON, op. cit., p. 107.

relação a governos nacionais, e para que as diferenças políticas não influenciasses a competição, os ideais a serem atingidos deveriam ser reduzidos a um só objetivo, vencer outros corpos superando novos obstáculos. Nesse sentido, ele introduziu um lema aparentemente despolitizado na Olimpíada de Paris em 1924: “*Citius! Altius! Fortius!*”, ou seja, “Distância! Altura! Força!”. No entanto, como nos lembra José de Almeida Milton, tais virtudes olímpicas, esvaziadas de sentido histórico, oferecem como modelo virtuoso a política vista em corpo e esporte das grandes nações vencedoras e seus valores culturais e econômicos.⁴⁶⁶

Portanto, essa cultura do movimento que difunde práticas corporais padronizadas e estabelecidas como as mais corretas e adequadas ao bom desenvolvimento do corpo e da saúde, financiada pela ciência e tecnologia, tem se firmado no mundo ocidental ao longo do último século. Incitando os indivíduos a buscar um estilo de vida esportivo, a cultura da *performance* invade a vida estimulando a competição, condenando a preguiça e o ócio e valorizando o rendimento. Afinal, as imagens dos corpos dos atletas nos Jogos Olímpicos sugerem o seu rendimento máximo, faces contorcidas, corpos que caem ao atravessar a linha de chegada – da estetização do sacrifício à ocultação da dor – tudo justifica o prazer do corpo em movimento, como sublinha Alexandre Vaz.⁴⁶⁷

No entanto, segundo Carmem Lúcia Soares⁴⁶⁸, para que esse corpo jovem, saudável e veloz seja possível, foi necessário trabalhar sutilmente na construção de um novo olhar sobre os demais corpos da sociedade, perceber sua flacidez, avaliar seu tecido adiposo, mensurar seu desempenho para capturar alguns de seus valores e recodificá-los a partir das leis de mercado, desempenho, força e agilidade: *Citius! Altius! Fortius!* Os primeiros artigos publicados por Pierre de Coubertin em 1892 já consideravam os jogos esportivos internacionais como "o livre comércio do futuro" e viam os atletas participantes como "embaixadores da paz".

Com o objetivo de conhecer diferentes sistemas educacionais em que o esporte fizesse parte do conteúdo pedagógico, o Barão de Coubertin viajou por diversos países da Europa. Do modelo educacional inglês, viu o esporte transformando-se em método pedagógico capaz de formar “jovens honrados e líderes enérgicos”. Herdeiro da Revolução Industrial, o esporte na

⁴⁶⁶ MILTON, op. cit., p. 104.

⁴⁶⁷ VAZ, Alexandre. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. *Cadernos Cedes* (Corpo e Educação). Organização de Carmen Lúcia Soares, ano 19, n. 48, p. 89-108, ago. 1999.

⁴⁶⁸ Cf. SOARES, Carmem Lúcia. Práticas corporais. Invenção de pedagogias? In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (Orgs.). Práticas Corporais. v. 1. Gênese de um movimento investigativo em Educação Física. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, p. 47-61.

Inglaterra desenvolveu-se dentro da lógica da racionalização e sistematização dos resultados. Nesse sentido, o esporte, foi usado pela burguesia industrial inglesa, pelos seus princípios educativos para desenvolver junto à classe proletária valores como disciplina, hierarquia e rendimento.⁴⁶⁹

Assim, o pedagogo francês, Pierre de Coubertin, incluiu o esporte nas escolas francesas por meio de um amplo projeto pedagógico que contemplou também a restauração dos Jogos Olímpicos. Disposto a realizar a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o Barão de Coubertin organizou, em 1894, na Sorbonne (Paris), um congresso esportivo que reuniu representantes de doze países.⁴⁷⁰ Em seu discurso proferido no congresso, afirma:

Eu vejo a necessidade de restabelecimento dos Jogos Olímpicos como uma suprema consagração do culto da prática atlética no mais puro espírito do verdadeiro esporte, ou seja, com orgulho, alegria e lealdade.⁴⁷¹

Nesse mesmo congresso foi definida para 1896, em Atenas, a realização da primeira edição dos Jogos Olímpicos. O projeto de Coubertin buscou instituir um conjunto de ideias denominado “ideário olímpico” ou “olimpismo”, que se tornou a base para a elaboração da carta olímpica, e que estabelecia como principais objetivos do Comitê Olímpico Internacional:

Promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que são a base do esporte; educar a juventude através do espírito esportivo para um melhor entendimento e amizade entre os povos, ajudando a construir um mundo melhor e mais pacífico; espalhar os princípios olímpicos pelo mundo, criando a amizade internacional; unir os atletas do mundo a cada quatro anos em um grande festival esportivo, Jogos Olímpicos.⁴⁷²

Conforme Carmen Soares, o século XIX inaugura uma forma de pensar o corpo e, sobretudo, uma educação do corpo a partir de parâmetros possíveis de serem planejados, sistematizados, cujos resultados poderiam ser mensurados e comparados. Talvez a questão mais importante não seja encontrar no idealismo coubertiniano as “raízes” do Esporte para

⁴⁶⁹ SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante de. A história do uso político do esporte. *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, 2004.

⁴⁷⁰ GODOY, L. *Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

⁴⁷¹ COUBERTIN apud VALENTE, 1998, op. cit., p. 71-81.

⁴⁷² BINDER, D. “Olimpism” revisited as context for global education: Implications for Physical Education. *Quest*, Estados Unidos, n. 53, p. 14-34, 2001.

Todos, mas o seu contrário, ou seja, a maneira pela qual esse “mito fundador”⁴⁷³ aparece em suas campanhas.

União e sacralização

A política de massificação esportiva da década de 1970, além de garantir a melhoria da saúde do povo, asseguraria o bom desempenho da vida social, ao ensinar um conjunto de regras necessárias a esse propósito. Sob esse aspecto, os representantes da rede Esporte para Todos destacavam:

A sacralização do EPT enquanto trabalho que envolve participação em massa, pode ser traduzida como a centralização da ação EPT em meio às demais ações das coletividades. No caso dos epevistas, foi constatado com agrado que o desenvolvimento dos projetos EPT junto às comunidades, atinge massas, mas guarda forte respeito pela busca do individual nessas coletividades.⁴⁷⁴

Assim, os programas esportivos para a população passam a representar a significação da civilidade a partir de uma vigorosa valorização de regras de boa conduta, auxiliando a regulação dos gestos necessária à preservação da sociedade e manutenção da ordem. Em 1971, a Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva publicou um longo editorial sobre o papel do desporto para a humanidade:

Elemento compensador indispensável às inibições da vida de hoje, ameaçada pelas conseqüências da industrialização, da urbanização e da mecanização. Ele se impõe como uma atividade especialmente adaptada às necessidades do mundo contemporâneo. E contribuirá, no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para a expansão do Homem e para sua melhor integração.⁴⁷⁵

O mesmo editorial é emblemático do tipo de observações sobre o “valor educativo da atividade física”.⁴⁷⁶ A prática esportiva é justificada como uma espécie de humanismo purificador do corpo e da alma e devia fazer parte integrante de todo sistema educativo para a expansão do homem e para sua melhor integração social, e ainda,

⁴⁷³ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, p. 9. Para Marilena Chauí “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.”

⁴⁷⁴ PAIM, Lydia et al. Seminário de avaliação da rede EPT- 1982. In: *Teoria e Prática do Esporte para Todos 1982-1983*. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. Edição SEED/SUEP- MEC/Brasília, 1983, p. 412.

⁴⁷⁵ Idem.

⁴⁷⁶ Idem.

Sem dúvida alguma, o desporto assim organizado concorreu e concorrerá de forma substancial para a felicidade da humanidade. Estão sendo plenamente satisfeitas as esperanças daqueles que, inspirados na visão e no alento do Barão Pierre de Coubertin, lutaram por dar às atividades desportivas um lugar na cidade e aos Jogos Olímpicos um significado sempre crescente.⁴⁷⁷

A política pública esportiva brasileira foi percebida na década de 1970 como uma esfera da cultura capaz não apenas de dar visibilidade aos feitos do governo militar, mas como prática capaz de educar um tipo de sensibilidade. Tal perspectiva torna visível a preocupação com a remodelação dos hábitos sociais, seguidos da transformação dos comportamentos populares. Nesse processo, constituiu-se uma visão do corpo voltado para o aperfeiçoamento constante e progressivo a fim de atingir seu melhor desempenho. Mas o que estava em jogo era a construção de um novo homem que pudesse decifrar as fraquezas e vontades de seu próprio corpo e corrigi-las a partir das habilidades e ensinamentos adquiridos via práticas esportivas.

Nesse sentido, para desfazer-se de antigos rótulos que conceituavam a Educação Física, tais como *ginástica*, os elaboradores do Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil insistiam que o desenvolvimento de uma política nacional para o setor deveria ser planejado para um período de longo prazo. Para tanto, os diferentes governos incentivaram professores, atletas, dirigentes esportivos e líderes comunitários a relatar ao Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC) as iniciativas e problemas de suas regiões no âmbito esportivo. Para isso, foram utilizadas as seções de cartas dos periódicos publicados pelo DED/MEC - as revistas: Brasileira de Educação Física, Podium, Comunidade Esportiva, Esporte e Educação, entre outros - como um elo entre a comunidade e o gestor público.⁴⁷⁸

A constituição desse elo entre os programas governamentais e a comunidade anunciava também o rompimento com a “desordem” relacionada à falta de planejamento, segundo o Diagnóstico, prática comum no período anterior à “revolução”. Mas tinha-se também o objetivo de tornar o indivíduo, o responsável pelo seu bem-estar, e o esporte seria o elemento capaz de mobilizar a nação em torno desse bem comum, a saúde de seus cidadãos. No entanto, para além de um dispositivo de formação de uma população forte e saudável em prol do desenvolvimento do país, as práticas esportivas faziam parte também de eixos temáticos da

⁴⁷⁷ Idem, p. 7.

⁴⁷⁸ Cf. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. O esporte em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1963-1985). In: PRIORE, Mary et al. (Org.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP. 2009, p. 390.

indústria cultural que as viam como um mercado promissor e lucrativo. A revista *Desporto*, assim, expressava sua opinião sobre a importância dos eventos esportivos de massa.

A indústria descobriu o esporte de massa – essa é pelo menos a impressão dos peritos que freqüentaram a 9ª Feira Internacional de Artigos Esportivos. O ramo econômico dos artigos esportivos espera os maiores índices de crescimento dos aparelhos esportivos destinados ao grande público.⁴⁷⁹

Com o fim do milagre econômico, o presidente general Ernesto Geisel, enfrentou períodos de graves crises como a do petróleo e as altas taxas de inflação. E mesmo investindo mais recursos em educação do que os governos anteriores, sua administração não conseguiu universalizar o então chamado ensino de primeiro grau e implantar em escala suficiente o ensino profissional. Em meio às incertezas sobre os rumos da distensão política⁴⁸⁰, evidenciada pelo tom pessimista que marcaram editoriais e artigos da grande imprensa nacional naquele momento, e com o agravamento da crise econômica com taxa de inflação situada em 42%, em fins de 1978, e incrível processo de concentração de renda, os programas sociais de seu governo irão utilizar as imagens relacionadas ao passado imediato de grande crescimento econômico como ponto de apoio para manutenção da legitimidade no momento de crise.

Dentro dessa nova conjuntura econômica e social, uma das principais armas do governo Geisel foi o culto ao otimismo. Em 1976, a Assessoria de Relações Públicas (ARP) do governo anunciava que “depois das eleições de novembro virá uma campanha de paz e concórdia, com o objetivo de acabar com possíveis focos de tensão que venham a surgir no debate político-eleitoral”.⁴⁸¹

Seguindo essa orientação na propaganda produzida para a campanha Esporte Para Todos (EPT), a prática esportiva aparecia não apenas como valorização da vida saudável, mas, especialmente, como visão otimista do mundo. A ideia do brasileiro solidário, irmanado em torno de objetivos comuns perpassa toda a campanha Esporte Para Todos no Brasil, como irei problematizar ao longo do capítulo. Essa busca do amor, da união era utilizada como estratégia para mobilizar a comunidade em torno das ações esportivas.

As atividades em que você solicita a participação de pais (mãe, pai, tio, tia, avós, etc.) e filhos podem levar os indivíduos a uma perfeita interação familiar,

⁴⁷⁹ REVISTA DESPORTO, ano 3, n. 23, 1978. p. 9.

⁴⁸⁰ A partir de 1974, líderes do governo, como o general Golbery do Couto e Silva, começaram a articular o processo de reconduzir gradualmente as instituições políticas ao Estado de Direito e à democracia. Tal processo foi denominado de *distensão* no governo Ernesto Geisel (1974-1979) e *abertura* no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985).

⁴⁸¹ Apud. FICO, op. cit., p. 127.

a um confronto de idéias, de costumes, e a uma concepção de vida em sociedade, tão incomum entre nós, sobretudo nas áreas economicamente antagônicas. Penso que a disseminação deste tipo de atividade, não com o rótulo de GINÁSTICA, pois o brasileiro, infelizmente pensa logo em exercícios analíticos, estereotipados, mas outra etiqueta, outro letreiro, como por exemplo: DOMINGO ALEGRE, DOMINGO FELIZ, DIA ALEGRE, MANHÃ DE RECREIO, etc., enfim, rótulos que suscitem, no indivíduo, o hedonismo, no sentido hedonista de atender a necessidade de prazer, com pessoas que lhe dedicam carinho e amor, porque desta maneira haveria motivação e estímulo para a prática das atividades.⁴⁸²

Portanto, era preciso confiar no governo para retomarmos o rumo do desenvolvimento, afinal, “Ninguém segura este país” e “Este é um país que vai pra frente” são dois de tantos *slogans* divulgados pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e pela sua sucessora, Assessoria de Relações Públicas (ARP). Se no período do milagre econômico brasileiro, o esporte para alguns teria a capacidade de canalizar a energia da juventude para o crescimento econômico do país, a partir de 1974, e de maneira acentuada de 1977 em diante, seu discurso tornava-se mais moralizador, fundamentado em sentimentos como amor à família, amor à comunidade, esperança, união, natureza, conagração, coesão nacional. Era preciso ter fé, otimismo e criatividade para combater a crise e a escassez de recursos, sobretudo, porque as dificuldades do período contrastavam com a euforia do período anterior.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização e o EPT

O Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) do governo Geisel não conseguiu universalizar o então chamado ensino de primeiro grau e implantar em escala suficiente o ensino profissional, mesmo tendo investido mais recursos em educação do que os governos anteriores. A administração Geisel fixou como meta uma taxa de crescimento de 10% ao ano para ser alcançada mediante investimentos na indústria de bens duráveis, pois acreditavam que a mudança de ênfase sobre os bens duráveis acelerariam o crescimento, melhorando a distribuição de renda, mantendo os altos índices de ingresso de capital no país.⁴⁸³ No entanto, o próprio presidente era cauteloso em relação à economia e ao exagerado otimismo, costumava citar a energia criadora da liderança dos setores públicos e privados. Lembrando a

⁴⁸² BARROS, Darcymires Rego. Macroginástica. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Palestras edições, Rio de Janeiro, 1981, p. 50.

⁴⁸³ SKIDIMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 321.

crise enfrentada na década de 1960, afirmava: “Enfrentamos as dificuldades internas do começo da década com energia, convicção e capacidade de planejar e executar”.⁴⁸⁴

A educação, nesse contexto, continuava sendo vista como instrumento de consolidação do modelo econômico, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tinha ainda sua força como programa político e ideológico no governo Geisel, traduzida na afirmação contida no projeto de apoio do Brasil a Guiné-Bissau no campo da alfabetização em 1976. “O MOBRAL é um projeto criado pela Revolução e com ela identificado.”⁴⁸⁵ Criado pela Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o novo órgão adotou uma concepção tecnicista, uma vez que nesse período valorizavam-se os princípios de racionalidade, eficácia e produtividade.

Os dirigentes do MOBRAL pretendiam coordenar e fiscalizar o desenvolvimento comunitário no país. Nesse sentido, foi desenvolvido programas sociais de dimensão nacional que envolvesse a comunidade local na implantação e desenvolvimento dos programas. Assim, para o Programa de Educação Comunitária para a Saúde, foi feita uma espécie de cartilha chamada de Documento sobre o Conteúdo Básico de Educação Sanitária para o MOBRAL, cujo objetivo era “propiciar a melhoria das condições de saúde das populações residentes na área de atuação do programa, principalmente as mais carentes, através de trabalho de natureza educacional”.⁴⁸⁶

Entre os objetivos específicos do programa, destacavam-se:

Motivar e possibilitar mudanças de atitudes em relação à saúde; estimular e orientar a comunidade para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria das condições higiênicas e alimentares e dos padrões de saúde, a partir das necessidades sentidas; desenvolver uma infra-estrutura de recursos humanos, pertencentes às comunidades a serem atingidas pelo Programa, para atuação no campo da educação para a saúde; integrar esforços aos de entidades que atuam na área de saúde e outras, a fim de maximizar recursos para uma efetiva melhoria das condições de saúde, saneamento e alimentação.⁴⁸⁷

Contudo, esses programas possuíam uma característica comum no sentido de elaborar estratégias para que a comunidade resolvesse seus problemas:

Levantamento, na comunidade, dos seus principais problemas de saúde; discussão, com os participantes, destes problemas e procura de soluções simples e viáveis; transmissão de informações simples sobre temas de saúde,

⁴⁸⁴ GEISEL, Ernesto apud SKIDIMORE, Thomas. op. cit., p. 321.

⁴⁸⁵ Apud BOMENY, Helena. Educação e cultura no arquivo Geisel. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*, op. cit., p. 101.

⁴⁸⁶ CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL, 1979. p. 314.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 314.

visando um conhecimento de alternativas para solução de problemas levantados; motivação dos participantes para a realização de algumas experiências a nível individual e familiar que representem uma nova atitude, mais adequada, com relação à preservação da saúde; motivação dos participantes e seus familiares para que transmitam, para vizinhos e conhecidos, essas novas atitudes; motivação dos participantes para que se organizem em grupo para a execução de obras e campanhas sanitárias de caráter comunitário; motivação da comunidade, entidades e autoridades locais para que integrem esforços na melhoria das condições de saúde e saneamento.⁴⁸⁸

O setor esportivo foi tratado de forma tecnocrática como os demais setores estatais nesse período. Os militares ocuparam os principais postos dos setores esportivos, desde o Ministério de Educação e Cultura ao Conselho Nacional de Desporto (CND) e Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Em 1975, foi iniciado o Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC), sob a responsabilidade da gerência pedagógica do MOBREAL. O PRODAC era dividido em oito subprogramas, dos quais o esporte fazia parte. O Programa era desenvolvido em três etapas: mobilização, organização de grupos e manutenção do trabalho. Nesse sentido, mobilizar para Arlindo Lopes Corrêa consistia em convocar a "população para a participação em uma atividade onde a própria comunidade planeja o que irá executar, após levantar as prioridades em relação às suas necessidades e interesses".⁴⁸⁹

De acordo com Arlindo Lopes Corrêa, organizar a comunidade dizia respeito à formação de grupos que iriam trabalhar com base no diagnóstico realizado, e a manutenção do programa fazia com que, periodicamente, os grupos se reunissem "para discutir estratégias, dividir tarefas, responsabilidades, avaliar e, se necessário, fazer reformulações no plano".⁴⁹⁰ Portanto, os programas sociais do governo militar tinham quase sempre o MOBREAL como principal órgão divulgador, e o Esporte para Todos foi mais um deles. Segundo Arlindo Lopes Corrêa, em 1978, o MOBREAL já havia atendido "quase 2 milhões de pessoas, atingindo um total de 2.251 municípios em todo o país." E todo esse esforço só foi possível porque o MOBREAL era "uma organização já estruturada e com significativa experiência a serviço da política social do governo e voltada para a efetiva promoção do homem brasileiro".⁴⁹¹

O esporte e a promoção do homem brasileiro

Assim, "a promoção do homem brasileiro" definiu-se em torno de um corpo ajustado às demandas do sistema capitalista. O investimento no lazer esportivo, além de promover certo

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 317.

⁴⁸⁹ CORRÊA, op. cit., p. 340.

⁴⁹⁰ CORRÊA, op. cit., p. 342.

⁴⁹¹ CORRÊA, op. cit., p. 471.

uso do tempo livre, também exibia o próprio corpo, belo, saudável, jovem e ágil. Do ponto de vista do governo militar, era preciso tornar o trabalhador mais saudável e produtivo, e o esporte poderia canalizar a energia juvenil para o crescimento econômico da nação. Diante da crise, os programas sociais do governo Geisel tinham como meta buscar aceitabilidade para suas ações por meio da argumentação de que havia a necessidade de se alcançar um desenvolvimento integral e humanista para solução dos problemas sociais.

Desde o início dos anos 1970, o Conselho Federal de Educação (CFE) concebia a Educação Física como uma atividade formadora do “corpo e mente dos cidadãos”. A preocupação com a juventude, a disciplina e a consolidação de valores morais marcarão as políticas públicas esportivas das décadas de 1970-1980. Sobre os benefícios da Educação Física para a sociedade brasileira, o Parecer do CFE cita os inscritos de Rui Barbosa para dar legitimidade a suas análises:

[...] a ginástica, além de ser o regime fundamental para a reconstituição de um povo cuja virilidade se depaupera e desaparece de dia em dia, a olhos vistos, é, ao mesmo tempo, um exercício eminentemente insuprivelmente, moralizador, um germe de ordem e um vigoroso alimento de liberdade.⁴⁹²

Força e produção significavam naquele contexto virilizar a sociedade, dotando-a, pela prática esportiva, de disposição para trabalhar. Nesse sentido, qualquer movimento contrário, ou mesmo avesso à cultura oficial, era condenado e associado a imagens de degeneração ou de loucura. Embora não faça parte diretamente de minhas investigações, vale a pena sublinhar a preocupação com a “virilidade do povo” brasileiro, registrada num relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), cujo assunto, “opinião pública, retrospectos de 1977 e perspectivas para 1978” dizia:

Constatou-se, também, que os meios de comunicação social, começaram a dar grande destaque ao chamado “movimento Gay”, que nada mais é do que a promoção do homossexualismo. Já há algum tempo, e principalmente através da televisão, cabeleireiros, costureiros e colunistas afeminados vinham tendo sua imagem divulgada.⁴⁹³

E ainda,

Dessa maneira, o “Movimento Gay” que visa basicamente ao reconhecimento social dos homossexuais, passou a ter um grande impulso no país, constituindo-

⁴⁹² BRASIL. Parecer n. 257, 1971. Regulamentação da Educação Física em todos os níveis de ensino. Relator: José de Vasconcelos. 2 de abril de 1971. Coletânea de legislação sobre Educação física e Desportos, Porto Alegre, 1980. p. 95.

⁴⁹³ ANEXO 8, Serviço Nacional de Informações, 2 jan. 1978, p. 240. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria C. (Org.). *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

se em mais uma ameaça à instituição da família e da moral, alicerces da sociedade.⁴⁹⁴

Em meio às inúmeras discussões sobre moral e bons costumes, a prática esportiva foi eleita como conteúdo básico do ensino, em todos os níveis de escolarização, por sua capacidade de mobilizar os jovens e como prescrevia o Plano Nacional de Educação Física e Desporto para o período de 1976-1979:

Inegavelmente, uma das características mais evidentes do desporto, e que recomenda sua utilização como meio educativo por excelência, é o espírito de disciplina e lealdade que a sua prática inspira. O desporto, praticado sob as mais diversas formas, tem contribuído, através da história, para a consolidação de valores morais e culturais dos povos.⁴⁹⁵

Contudo, se por um lado os militares procuravam inibir o pensamento e inviabilizar os encontros, principalmente daqueles considerados uma “ameaça” para a moral e os “bons costumes”, de outro, a modernização, mesmo que autoritária, fazia surgir novos espaços de sociabilidade, cultura e lazer. O discurso otimista em relação à Educação Física e o desporto, de forma geral valorizavam a população como um bem, como capital, a principal riqueza da nação, entretanto, era alvo também de investimento a formação de sensibilidades mais adequadas ao regime e consideradas indispensáveis à condução correta de uma vida em comunidade.

No final da década de 1970 e início dos 80, a estratégia psicossocial do regime continuava sua luta incessante para que houvesse uma internalização dos pressupostos básicos da ordem social almejada desde 1964. Se por um lado a campanha Esporte Para Todos foi a tentativa e ambição de seus idealizadores de promover corpos saudáveis e eficientes, aumentando sua aptidão física, por outro, foi também a tentativa de produzir um novo *éthos* da felicidade, da união, do conagraçamento comunitário e do amor, contra toda forma de pessimismo. Mas para qual camada da população era direcionado o Esporte para Todos? O que faz com que o corpo individual/social se torne importante objeto de intervenção? O que faz das práticas que incidem sobre os corpos – nesse caso, o esporte – elementos tão definidores das maneiras de ser e sentir dos indivíduos? Ao seu redor é possível perceber as

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 240.

⁴⁹⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Educação Física e Desportos. *Plano Nacional de Educação Física e Desporto*, 1976. p. 30.
Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002156.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

tensões políticas, econômicas e culturais que marcaram o período. Estas são questões que irei discutir no capítulo 7.

CAPÍTULO 7

A CAMPANHA BRASILEIRA

A campanha Esporte para Todos incitava a busca por um corpo saudável, mas, sobretudo alegre, um ideal a ser conquistado via lazer esportivo. Nesse sentido, são de fundamental importância os estudos e a produção historiográfica que tendem a olhar o papel desempenhado pelos sentimentos e pelas paixões no campo político cultural. Andressa Maria Villar Ramos⁴⁹⁶, em sua pesquisa sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros de Anistia ressaltam que durante a ditadura o governo fez com que os espaços públicos fossem esvaziados, e o debate político oposicionista que buscasse opções políticas, sociais, econômicas, diferentes das que estavam em vigor foi praticamente calado.

Durante minha pesquisa, pude perceber que se por um lado o espaço público foi esvaziado do debate político oposicionista, por outro, o governo procurou preenchê-lo com outras práticas culturais. E a disputa pelo prestígio e poder social, especialmente durante o processo de distensão e abertura, dava-se também na busca por adesão e na construção de uma mentalidade favorável no presente aos feitos do governo desde 1964, e que fosse capaz também de projetá-lo como referência futura, ou seja, pós-ditadura. Em 1982, a mensagem do presidente João Figueiredo ao Congresso Nacional insistia no fato de que o movimento de 1964 havia aberto o caminho para a construção de uma sociedade moralmente sadia:

A par dos caminhos já abertos para a plasmação da nossa identidade cultural, outras avenidas têm, no entanto, que ser rasgadas, a fim de que se construa uma sociedade solidária, aberta, fraterna, responsável, moralmente sadia; uma sociedade que guarde a jovialidade, a ternura e a bondade de coração, ainda característica da gente brasileira. A construção de uma sociedade que se identifique por essas virtudes, terá que ser obra global, em que todos participem com ardor e desprendimento.

E ainda,

Terá que ser uma sociedade em que não haja lugar para os profissionais do pessimismo. Terá que ser uma sociedade em que cada um, na medida de sua capacidade ofereça soluções concretas para a extirpação de falhas ou distorções da organização social. Terá que ser uma sociedade que possua consciência de que destruir é fácil e construir, difícil. Terá que ser uma sociedade em que cada qual em vez de se comprazer na denúncia de contradições procure indicar os

⁴⁹⁶ RAMOS, Andressa Maria Villar. Ação e paixão política: A dimensão afetiva da luta pela anistia. *Projeto História*. Cultura e poder: O golpe de 1964- 40 anos depois. Revista do programa de estudos dos pós-graduados em História e do departamento de História. PUC- SP. n. 29, jul./dez. 2004. p. 291.

rumos a seguir. Terá que ser uma sociedade capaz de reduzir antagonismos e organizar a concórdia.⁴⁹⁷

Assim, na era da abertura, o espírito conciliador e cordato era mostrado como parte dos valores sociais do povo brasileiro. Nesse sentido, a relevância da dimensão afetiva da campanha Esporte para Todos está no plano dado à produção de discursos, imagens e aos símbolos comoventes, estes como criadores e estimuladores de determinadas práticas sociais. A problemática em torno da dimensão afetiva da campanha EPT tanto no âmbito internacional como nacional aponta para questões sobre disciplina e controle, em que se cruzam governos ditatoriais e estados democráticos.

Além disso, as relações entre os indivíduos em cada ação EPT que reocuparam o espaço público compartilharam nele suas afetividades, e essa dimensão afetiva na campanha pode ser apreendida como algo não somente de indivíduos, mas como resultado do contato pessoal com os fenômenos sociais. Concordo com Andressa Maria Villar Ramos quando destaca que a afetividade política reveste de sensibilidade os valores coletivos, contribui para a formação e a evolução da orientação ética (fundada em noções de bem e mal). Essas orientações permitem que os indivíduos ou grupos definam seus objetivos e estratégias e os compartilhem.⁴⁹⁸

Conforme Jon Beasley-Murray⁴⁹⁹, ao infiltrar-se em práticas e hábitos cotidianos, o Estado intervém diretamente sobre o corpo. Os efeitos resultantes são percebidos no campo em que surgem as condutas cotidianas. Assim, a partir do momento em que o Estado permeia cada vez mais a vida cotidiana, a política torna-se “biopolítica”.

A noção de poder em Norbert Elias torna-se fundamental para a pesquisa, pois condiz com o atributo das relações sociais, ou seja, é resultado do contato entre indivíduos, e de suas ações nos mais variados campos, seja no plano social, no econômico, no político ou no cultural. Para o autor, “grande número de estudos contemporâneos sugere convincentemente que a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados”.⁵⁰⁰ Elias afirma ainda que a civilização pode ser entendida como uma mudança no controle das emoções, a qual guarda

⁴⁹⁷ FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília. 1982, p. XXV. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

⁴⁹⁸ Cf. RAMOS, op. cit., p. 298.

⁴⁹⁹ BEASLEY-MURRAY, Jon. *Poshegemonía: teoría política y América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2010. p. 15.

⁵⁰⁰ ELIAS, op. cit., 1994, p. 16.

estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescente das pessoas.⁵⁰¹ O que importa, enfim, é perceber que o controle se torna cada vez mais complexo, não sendo apenas uma questão de repressão ou encarceramento.

Organização do EPT

Os professores Lamartine Pereira da Costa e Otávio Teixeira foram os principais idealizadores e articuladores da campanha brasileira. O envolvimento com o EPT iniciou-se com a participação desses professores nas Jornadas Internacionais de Estudo sobre o Desporto, em Buenos Aires, em 1973. Representando o Departamento de Educação Física/Desporto do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC), os professores brasileiros assistiram à palestra de Jürgen Palm, dirigente da campanha TRIMM na Alemanha, vinculada à campanha Esporte para Todos. Sobre essa experiência, Lamartine Pereira da Costa destaca:

O professor Palm realmente nos colocou num extremo oposto aos demais conferencistas, oferecendo uma visão da educação física, com base na hipótese de que as atividades físicas e recreativas estavam se tornando cada vez mais elitistas, afastando-se das possibilidades e anseios das pessoas comuns. Embora conhecedores há algum tempo do movimento Esporte para Todos, o contato ao nível de discussão com as idéias preconizadas por Palm convenceram-nos da validade da hipótese.⁵⁰²

Motivados pelas ideias de Palm, os professores de Educação Física Lamartine Pereira da Costa e Otávio Teixeira desenvolveram a versão brasileira do que viria a tornar-se o Esporte para Todos. Ao contrário das campanhas internacionais que mobilizavam especialmente empresas privadas, o Esporte para Todos no Brasil vai ganhar contornos diferentes, mobilizando instituições públicas e privadas.

Mas, para garantir a implantação do EPT em âmbito nacional, seus idealizadores organizaram a campanha de forma que envolvesse escolas, universidades, comunidades e clubes, ambicionando atingir a maior parte da população brasileira. Entretanto, para garantir os recursos financeiros necessários à implantação da campanha em âmbito nacional, foi preciso que o esporte de massa fizesse parte do Plano Nacional de Educação Física e Desporto - 1975 (PNED). Segundo Lamartine Pereira da Costa,

⁵⁰¹ Idem, p. 189.

⁵⁰² COSTA, Lamartine Pereira. Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*. Brasília, DF, 1977, p. 6.

Nos três anos que se seguiram empenhamo-nos na criação do “terceiro caminho”, juntando o Esporte para Todos à educação física (1º caminho) e ao desporto formal (2º caminho). Conseguimos influenciar- pelo menos numa parcela importante – os dirigentes da campanha Mexa-se, veiculada posteriormente pela Rede Globo de Televisão, a seguir as diretrizes do Esporte para Todos, assim como convencemos os elaboradores do Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED) a oficializar a nova área de atuação. Otavio Teixeira por sua vez consolidou o 3º caminho, ao lado do DED, atuando sobre o PNED e sobre a reformulação de toda a legislação desportiva a partir de 1975.⁵⁰³

Incluir o desporto de massa no Plano Nacional de Educação Física e Desporto - 1975 não deve ter sido uma tarefa muito difícil, visto que o processo de esportivização da Educação Física no Brasil vinha intensificando-se desde os primeiros anos da ditadura militar com o Decreto n.º 69.450 - de 1.º de novembro de 1971:

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.

Art. 3º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do sendo moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.⁵⁰⁴

Ainda que haja uma ênfase sobre o aprimoramento da aptidão física como fator a ser desenvolvido no PNED em 1971, é possível perceber uma preocupação com o

⁵⁰³ COSTA, op. cit., p. 6.

⁵⁰⁴ BRASIL. DECRETO 69.450 de 1 de novembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 26 jul. 2012.

desenvolvimento do espírito comunitário, do senso moral e cívico, a integração, o fortalecimento da vontade e a ocupação do tempo livre em todos os níveis de ensino. Essas dimensões não são desprezíveis se considerarmos que esses elementos eram constantemente enfatizados nas Bases Institucionais do Esporte para Todos. Vejamos algumas de suas dimensões de atendimento:

Lazer: Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria de modo voluntário.

Saúde: Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas.

Integração social: Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, as relações pais e filhos, à participação feminina e a valorização da criança e do idoso.

Civismo: Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional.⁵⁰⁵

Assim, ao divulgar noções de higiene moral e do corpo, o EPT constituía-se também em excelente instrumento cívico, ao mesmo tempo em que se integrava ao desejo de harmonização social e de integração nacional veiculado pelos militares.

A campanha brasileira foi organizada pelo Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC) no período de 1977-1979. Em parceria com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foram treinados durante o ano de implantação da campanha em 1977 um total de 4.467 voluntários esportivos distribuídos por 2.772 municípios de todo país.

A campanha EPT mobilizou diversas instituições públicas e privadas, especialmente porque os idealizadores e defensores da campanha estavam envolvidos com cargos públicos nas décadas de 1970 e 1980, como segue: Arlindo Lopes Correia e Cláudio Moreira foram presidentes do MOBRAL; Rubem Ludwig, Ministro da Educação no governo de João Figueiredo; Sérgio Pasquali, Secretário-Geral do MEC; Péricles de Souza Cavalcanti, Secretário de Educação Física e Desporto do MEC; Newton Ribeiro, Subsecretário de Esporte Para Todos/SEED; George Takahashi, representante da SUEPT na rede EPT, entre outros.

No início da década de 1980, a Secretaria de Educação Física e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC), no sentido de dar continuidade à campanha iniciada em 1977, definiu, por meio da Portaria MEC n.º 522, em seu Regimento Interno, diversas

⁵⁰⁵ COSTA, Lamartine Pereira. Bases Institucionais do Esporte para Todos. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições. 1981, p. 22.

estratégias. De acordo com o Artigo 10, em seu capítulo I – Categoria e Finalidade – foram traçados os seguintes objetivos:

A Secretaria de Educação Física e Desportos – SEED – órgão central de direção superior do Ministério da Educação e Cultura têm por finalidade planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e do Esporte Para Todos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições de ensino e esportivas, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.⁵⁰⁶

Em 1981, foi criada a Subsecretaria de Esporte Para Todos (SUEPT), da SEED/MEC, sob a coordenação do Cel. Newton Heráclio Ribeiro. O objetivo do novo órgão seria propor ações desenvolvimentistas para o Esporte Para Todos no Brasil. No ano seguinte, foi criada a Rede de Esporte Para Todos no Brasil. A Rede tinha como objetivo a participação, mobilização e conscientização de pessoas para a importância da prática de atividades físicas e esportivas não formais. Partes desse suporte nacional constituíram a chamada Rede EPT, para substituir a campanha nacional em regime misto de voluntariado e de envolvimento governamental.

Em 1982, foi criada a Central de Difusão da Rede Nacional de Esporte Para Todos, sediada na Praça da República, 141-A, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano foram implantados, em todo o Brasil, os “Núcleos de Difusão da Rede EPT” que funcionavam como uma espécie de rádio comunitária EPT. Suas ações recebiam apoio e o patrocínio de entidades e empresas locais. No entanto, para concretizar tal projeto, foi realizado em 1982,

Treinamento de Recursos Humanos de EPT, com o objetivo de buscar apoio institucional para o projeto. Este treinamento foi realizado em Jacarepaguá – Rio de Janeiro, na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, no período de 26 a 30/04/1982, coordenado pelo Prof. Person Cândido Matias, onde dois grupos distintos participaram: Agentes EPT, representantes das Unidades Federadas e profissionais de Rádios Educativas. Ao todo foram 17 radialistas e 26 Agentes. Este encontro originou-se da necessidade de entrosamento entre elementos das Unidades Federadas (Agentes, Profissionais de Rádio e Professores das Universidades), para a elaboração de um plano de participação das emissoras educativas locais, nos programas radiofônicos do projeto da Rede EPT.⁵⁰⁷

⁵⁰⁶ Apud VALENTE, Edson; ALMEIDA, Japson Macedo. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006, p. 166.

Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/157.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

⁵⁰⁷ Idem.

O movimento EPT estava em sintonia com as políticas públicas governamentais, divulgando e defendendo, por meio de sua produção discursiva, causas consideradas justas, como, por exemplo, a defesa da natureza, o civismo, a humanização das cidades. A prescrição de atividades esportivas para a melhoria da qualidade de vida da população dar-se-ia a partir da compreensão da estrutura e da dinâmica social e psicológica da comunidade para o desenvolvimento de formas de atuação sobre os padrões culturais e atitudes sociais.

Documento básico da campanha EPT: elaboração e divulgação

Lamartine Pereira da Costa foi o autor do primeiro material didático para treinamento em EPT, intitulado Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos. Foi editado pelo MEC em 1977 e distribuído gratuitamente nas escolas da rede municipal e estadual de todo país. Por meio desse documento ficava estabelecido que o objetivo geral da campanha “o despertar da consciência do povo brasileiro quanto ao lazer esportivo”.⁵⁰⁸

O Documento Básico da Campanha EPT recomendava ao “educador físico” dar prioridade aos jogos recreativos e às modalidades esportivas “simplificadas” em suas regras, engendrando uma série de intervenções de indivíduos e categorias profissionais em torno da estruturação da campanha. Buscando soluções simples, mas que permitissem o máximo de participação, o documento recomendava dois tipos de programas a serem desenvolvidos, o nacional e o local. O programa nacional deveria ser constituído por promoções simultâneas de uma única atividade num mesmo dia, período ou fim de semana.

É necessário destacar que nesse programa nacional reside a força da campanha, o sentido cívico das promoções e o sentimento de integração do povo brasileiro. Para dar forma a essa intenção, a campanha contabilizará a participação nessas promoções em todo território nacional e fará a divulgação de retorno, tanto local como para todo país, de modo a criar o símbolo e a percepção do grande acontecimento.⁵⁰⁹

O programa local visava a aumentar o número de praticantes nos esportes já conhecidos ou em outras atividades a serem introduzidas. Segundo orientações do professor Lamartine Pereira da Costa, “é desejável que o programa local seja do município, incluindo-o no calendário de festividades cívicas e religiosas, em feriados ou fins de semana”.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ COSTA, op. cit., p. 14.

⁵⁰⁹ COSTA, 1977, op. cit., p. 16.

⁵¹⁰ Idem, p. 16.

O Documento Básico da Campanha EPT possuía uma série de definições técnicas minuciosas que definia certo modo de investimento político e detalhamento do corpo e do corpo social expresso especialmente no intitulado “Decálogo”, definido por Lamartine Pereira da Costa como “o conjunto de idéias–forças que orientará a campanha, enunciado a seguir com a devida ênfase nas expressões-chaves que lhe dão significado”:⁵¹¹

- 1. Lazer:** Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.
- 2. Saúde:** Criar oportunidade de melhoria de saúde do povo, no que se refere a prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades
- 3. Desenvolvimento Comunitário:** Aperfeiçoar a capacidades de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município.
- 4. Integração Social:** Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, as relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.
- 5. Civismo:** Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional.
- 6. Humanização das Cidades:** Criar meios de práticas de esporte recreativos com participação de grande número de pessoas, para a conscientização geral de áreas livres nos grandes centros urbanos.
- 7. Valorização da Natureza:** Orientar a prática esportiva ao ar livre: orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios, lagos, etc.
- 8. Adesão a prática Esportiva:** Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.
- 9. Adesão ao Esporte Organizado:** Motivar, através do contágio de emoções da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.
- 10. Valorização do Serviço à comunidade:** Congregar o apoio às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos.⁵¹²

As ideias condensadas no decálogo davam certo caráter messiânico ao movimento EPT, significativo se pensarmos que estamos em um país católico. Os valores de preservação da família, da escola, da harmonia no trabalho e na comunidade foram transformados em dever moral. Essa liturgia dos deveres de cada um consigo próprio e com a comunidade tinha intenção normatizadora e de assepsia social, entretanto, essa higienização do corpo e da alma deveria fundir-se harmoniosamente. Talvez seja por isso que a campanha, para seus idealizadores, significava “uma cruzada, uma missão para mudança de hábitos da população

⁵¹¹ Idem, p. 14-15.

⁵¹² Idem, p. 14-15.

visando saúde, lazer equilibrado, alegria popular, oportunidade de contato social, educação do jovem, valorização do idoso”.⁵¹³

Para Marcus Aurélio de Oliveira⁵¹⁴, ações como as citadas anteriormente caracterizam a ocorrência daquilo que poderia chamar de um “novo higienismo”, ou seja, uma retomada de mecanismos e políticas que enfatizavam as relações entre atividade física e saúde social. “Integração” no Documento Básico EPT era uma forma de adequação ao meio social, e, nesse sentido, era preciso “incentivar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para avaliar em conjunto a própria realidade e modificá-la dentro de suas possibilidades”.⁵¹⁵

Entretanto, não podemos nos esquecer que nos anos de 1960-70 havia uma intensa contestação dos padrões sociais de uma geração de jovens que buscavam liberdade mediante ideais contraculturais, políticos e revolucionários. Esses jovens também eram mobilizados em torno de grandes manifestações culturais. Com a ajuda dos meios de comunicação, especialmente da televisão, certas novidades espalhavam-se rapidamente: os últimos ditames da moda, a coqueluche dos fliperamas e das discotecas, o culto ao corpo, a valorização de padrões de beleza, a exaltação do individualismo e do consumismo. Em 1979, a revista *Veja*, referindo-se à juventude, destacava:

Seus antecessores usaram o som e a voz, os jovens da década de 70 preferiram o corpo. Em terra, no mar ou no ar, o movimento corporal, ou os ‘embalos’, foi a mais evidente forma de expressão da juventude dos anos 70. Mexendo-se, os jovens comunicaram sua alegria e curtiram- um verbo que a década inventou para indicar o prazer gratuito.⁵¹⁶

E ainda,

Se for correta a crença de que a dança é uma alegoria das relações sexuais de uma época, a década de 70 deixou essa imagem: a mulher livre embalando seu próprio corpo; o homem, que sempre a conduziu, contorcendo-se em gestos que no passado eram inconfundivelmente femininos. A busca de movimentos livres foi, aliás, uma constante dos jovens esportivos da década.⁵¹⁷

Portanto, o movimento de massificação do esporte ocorreu em meio a tensões estabelecidas com outras práticas culturais, ou seja, havia outras formas de movimentar o corpo. Mas, à medida que aumentava o controle, a restrição e a ocupação das horas livres por meio do esporte organizado, maior era a dificuldade de condicionamento dos jovens. Não foi à toa que a

⁵¹³ Idem, p. 18.

⁵¹⁴ Cf. OLIVEIRA. op. cit., p. 399.

⁵¹⁵ COSTA, op. cit., p. 15.

⁵¹⁶ A DÉCADA de cada um. *Veja*, n. 590, 26 dez. de 1979, p. 60.

⁵¹⁷ Idem.

atenção maior se concentrou na família, na relação pais e filhos, na valorização da criança e do idoso. Segundo Maria José Rezende⁵¹⁸, os condutores do regime acreditavam que o fortalecimento da família, como instituição máxima de internalização e sedimentação dos valores propagados, significava o fortalecimento do Estado.

Com base na leitura de Norbert Elias, o ato de controlar não implica uma supervisão mais rigorosa da tarefa, ou um planejamento mais exato, e sim uma tendência do processo civilizador a tornar mais íntimas todas as funções corporais, sejam elas individuais ou sociais. Afinal, era na família nuclear que recaía a tarefa de instilar os hábitos socialmente aceitos, as injunções e proibições apoiadas em sanções sociais que se reproduziam no indivíduo como formas de autocontrole.⁵¹⁹ Esse autocontrole era assim definido pelo manual técnico do EPT:

Como aprender a conviver com a GENTE EPT que existe em você?
 É na PRÁTICA QUE SE APRENDE A SER GENTE EPT.
 É NA PRÁTICA que você relaxa sua mente.
 É NA PRÁTICA que você, estando relaxado, percebe sensações que funcionam como indicadores internos de qualidade.
 É NA PRÁTICA que você, com emoção, grava essas lembranças na mente e, principalmente, no coração.
 É NA PRÁTICA que você aprende a usar novas formas de comunicação.⁵²⁰

O Documento Básico da campanha recomendava detalhes que a princípio parecem insignificantes, mas dotados de um grande poder se pensarmos na coerência de uma tática. Mobilizar não significava amarrar as forças para reduzi-las à comunidade, procurava-se antes de qualquer coisa ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las dentro de suas possibilidades.

Os aspectos mais dignos de atenção sobre a campanha são a espontaneidade, o espírito de improvisação e o sentido popular e comunitário. Não se trata de uma realização que movimente verbas ou faça doações. O movimento, no caso, é de pessoas e de entidades em busca dos ideais do Decálogo. É essencialmente, uma iniciativa local: um movimento municipalista ou, em outras palavras, uma “corrente pra frente” do povo e para o povo... Assim, a *adaptação* das promoções da campanha às condições de cada localidade depende de suas lideranças, bem como de suas posses e *tempo livre* disponível.⁵²¹

Foucault nos lembra que a disciplina é uma anatomia política do detalhe.⁵²² A ênfase epetista na participação, integração social e no despertar do sentimento patriótico e comunitário sugere uma intervenção no estilo de vida das pessoas, ou seja, na maneira dos

⁵¹⁸ REZENDE, op. cit., p. 39.

⁵¹⁹ Cf. ELIAS, op. cit., p. 189.

⁵²⁰ PRINCÍPIOS Básicos. Manual Técnico. Rede Nacional Esporte Para Todos. 1983. p. 9.

⁵²¹ COSTA, op. cit., p. 15.

⁵²² Cf. FOUCAULT, op. cit., p. 118.

indivíduos produzirem cotidianamente sua existência social, desde a organização do lazer até as relações interpessoais, questões que irei problematizar nos próximos itens.

A busca de adesão e reconhecimento do EPT como programa social do governo militar fundava-se também em valores que foram perspicazmente filtrados da própria sociedade. Desse modo, pode-se pensar como ferramentas as ações desenvolvidas pelo EPT, que buscavam métodos de identificação dessa população e o desenvolvimento de estratégias de “modelagem” desta acerca dos intuítos do governo militar.

As estratégias de ação do EPT

O Esporte para Todos no Brasil ocupou, especialmente, os feriados nacionais e datas cívicas para promover suas atividades, como: passeios de bicicletas, corridas a pé, ginástica de pais e filhos, Macroginástica, futebol - EPT, voleibol - EPT e atividades recreativas com bastão, cordas, elásticos, lenços, jogos de peteca e cantigas de roda. A estratégia utilizada para mobilizar a comunidade era muito bem planejada, e para alcançar tal objetivo, seminários e treinamentos para voluntários esportivos eram oferecidos pelo MOBREAL.

Os manuais técnicos do EPT procuravam colocar à disposição dos leitores conselhos e regras que deveriam ser seguidos nos espaços públicos para a realização de suas ações. Assim, recomendava-se que antes de implantar-se o programa esportivo, era preciso estudar de forma minuciosa a comunidade. Os dirigentes da campanha consideravam importante adquirir um sólido conhecimento sobre a composição da comunidade, no que diz respeito à população, à sua distribuição espacial, seu grau de educação, cultura e adestramento técnico. Assim, primeiramente era feito o levantamento da comunidade:

É a investigação descritível, a mais detalhada possível, considerando não somente as necessidades básicas, mas também, as peculiaridades e possibilidades da comunidade. Investigar detalhadamente é procurar chegar à situação mais próxima da realidade da comunidade [...] Procurando sempre que possível capturar os diferentes tipos de ansiedades ou de aspirações, que, em termos de Educação física, podem estar representadas nas manifestações de alegria, movimento, participação.⁵²³

E ainda,

A valorização das peculiaridades deve reconhecer os diferentes fenômenos que ocorrem a nível [sic] social, econômico, cultural etc., da comunidade.

⁵²³MATIAS, Person Cândido. Como acontece o EPT na comunidade. In. COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestras edições, 1980, p. 135-136.

Compreender também as possibilidades físicas, materiais, afetivas, enfim todas as energias que possam ser mobilizadas ou não é fator preponderante num bom levantamento comunitário.⁵²⁴

Nesse sentido, a individualidade da comunidade entra num campo documentário, e seu resultado era um registro com detalhes e minúcias dos hábitos de vida das pessoas. Feito o chamado levantamento, estabelecia-se o diagnóstico da comunidade, portanto, “torna-se fundamental que esse processo de análise esteja totalmente relacionado a uma pesquisa de base participativa na comunidade, com a comunidade e para a comunidade”.⁵²⁵ De acordo com os epetistas, essas informações constituiriam a base para as prescrições de atividades esportivas aconselhadas à melhoria da qualidade de vida e deveriam ser concretizadas no planejamento. Por isso, Person Cândido Matias, um dos organizadores do EPT no Brasil, destacava os elementos para um bom planejamento:

Consiste na determinação clara dos objetivos a serem alcançados nas formas de avaliação e nas melhores estratégias a serem empregadas para melhor eficiência e eficácia do trabalho de ação comunitária. Os objetivos deverão sempre estar orientados no sentido de provocar a ação da comunidade, ou seja, participação afetiva de seus membros.⁵²⁶

E ainda,

A avaliação mais funcional é feita por observação assistemática e contínua... Dos aspectos de relevância geral, ou seja, os dados do contexto... Dos aspectos intermediários que reconheçam os modelos isolados de comportamento grupais... E avaliar também os aspectos particulares, aqueles que atingem os modelos de comportamento individuais.⁵²⁷

Esse exame detalhado da comunidade no EPT constitui um sistema de registro intenso e acumulação documentária, peça essencial nas engrenagens da disciplina; não era à toa que o planejamento epetista recomendava uma avaliação mais funcional, que era feita por observação assistemática, cíclica e contínua.

Depois de elaborado o planejamento, Person Cândido Matias conceituava a estratégia como sendo:

A forma pela qual vai se processar todo o funcionamento do trabalho comunitário. Em termos de Educação Física pode apresentar-se por condução direta, por orientação e ação totalmente indireta. É a etapa de caráter operacional de metodologia que visa basicamente maximizar sua utilidade e capacidade. Esta maximização somente será alcançada na medida em que o recurso for cuidadosamente analisado e interpretado nos seus diferentes graus

⁵²⁴ Idem, p. 137.

⁵²⁵ Idem, p. 138.

⁵²⁶ Idem, p. 139.

⁵²⁷ Idem, p. 140-142.

de possibilidade. Independente dessa análise sobre recursos é importante considerar em termos de ação comunitária o potencial de mobilização que esses recursos apresentam.⁵²⁸

Esses métodos que suscitam o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a submissão constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que Foucault chamou as "disciplinas". Nesse sentido, essa análise de recurso que impõe e esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos da comunidade não deixam de ser uma técnica disciplinar. A partir desse esquadrinhamento da comunidade, era preciso fornecer conhecimentos úteis que dessem conta de desenvolver a objetividade de um saber com aplicação direta aos problemas da vida social.

A citação acima revela também um modelo de ciência pragmaticamente comprometida com o progresso material e moral do país. Tal modelo tem como escopo a quantificação e, por conseguinte, a qualificação dos corpos das pessoas, o que proporcionou práticas e teorias científicas que fundamentaram algumas intervenções da Educação Física e do Esporte desde o início do século XX no Brasil. Portanto, para os defensores do EPT, era preciso integrar a população pobre, por meio do esporte, à humanidade desenvolvida. Person Cândido Matias considerava muito importante a fase de preparação e avaliação da comunidade para as atividades EPT (fig. 34 e 35). Essa preparação consistia em:

Tornar possível a consecução dos objetivos pelo aprimoramento e adaptação das estratégias e dos recursos a serem utilizados. A forma de conseguir melhor preparação deve seguir a orientação no sentido de sempre amoldar as estratégias e os recursos aos tipos específicos de atuação e de suas variáveis. Esta moldagem é melhor conseguida quanto maior for a carga de treinamento implementada na capacidade de utilização das estratégias e dos recursos.⁵²⁹

Nessa perspectiva, a filosofia EPT defendia um projeto repartido, que deveria estar sempre moldando os recursos às camadas populares. Os equipamentos esportivos para todos sempre sugeriam adaptações, principalmente com pneus e cordas velhas. Os manuais do EPT que irei problematizar ao longo do capítulo ensinavam a população menos favorecida economicamente a improvisar raquetes de tênis com cabides e meias velhas e, ainda, com pedaços de tecido, espuma, barbante e penas improvisava-se uma peteca, entre outras coisas.

⁵²⁸ Idem, p. 142-143.

⁵²⁹ Idem, p. 144-145.

Figura 34- Como acontece o EPT na comunidade



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa⁵³⁰

Figura 35- Como acontece o EPT na comunidade



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa⁵³¹

⁵³⁰ Idem, p. 140.

⁵³¹ Idem, p. 144.

Figura 36- Como acontece o EPT na comunidade



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa⁵³²

O texto escrito pelo professor Person Cândido Matias intitulado *Como acontece o EPT na comunidade* possui imagens fotográficas em profusão como registro dos aspectos que caracterizavam suas ações (figs. 36 e 37). Mas o que a narrativa visual revela também é o efeito sutil e eficaz da campanha “Esporte para Todos”, ou seja, o estabelecimento de fronteiras de modo a demarcar e fixar no recorte espacial o local de lazer dos indivíduos. Os embalos aqui são substituídos pelo lazer utilitário e não pelo puro prazer de praticá-lo, afinal, estava-se falando para uma população que não usava como forma de lazer a asa delta, o deslizar sobre ondas, patins ou *skates*. Falava-se para indivíduos que utilizavam os espaços de lazer, fossem praias ou clubes, cada vez mais socialmente demarcados.

Outra etapa importante para o desenvolvimento das atividades de lazer esportivo na comunidade era a mobilização, definida pelo professor Person Cândido Matias como uma “ação particular independente da divulgação (embora se relacione com ela)”⁵³³, entretanto, a mobilização “antecede a execução do trabalho propriamente dito da ação comunitária”⁵³⁴, pois ela visa a atrair o maior número possível de pessoas para participar da atividade. Feito isto, a próxima etapa era definida como execução (fig. 38), que seria:

Representar-se pela ação observável do movimento comunitário num processo de interação social. Este processo ocorre de modo simples e viável... Numa

⁵³² Idem, p. 149.

⁵³³ Idem, p. 146.

⁵³⁴ Idem, p. 146.

situação envolvente e atrativa, onde todas as pessoas podem participar das inúmeras opções que se oferecem.⁵³⁵

O esporte era considerado entretenimento útil e sadio para a população economicamente carente, em contraposição à “curtição” das classes média e alta. O EPT deveria ainda reforçar na comunidade o sentimento de amor à pátria, à disciplina, e à participação, esta última sempre sob estreita orientação de como, quando e por que participar. Afinal, a comunidade era “carente” de “bons hábitos” e sua baixa aptidão física era a base do discurso da integração social, que vai constituir-se em mais um dispositivo para criar a necessidade de uma política pública para a melhoria da aptidão física da população brasileira.

Figura 37 - Como acontece o EPT na comunidade



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa⁵³⁶

Figura 38 - Como acontece o EPT na comunidade



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa⁵³⁷

⁵³⁵ Idem, p. 148.

⁵³⁶ Idem, p. 138.

⁵³⁷ Idem, p. 147.

A historiadora Ângela de Castro Gomes⁵³⁸ destaca que a obra por excelência do governo Geisel, traçada por ele mesmo no discurso em que empossou o ministro da Previdência e Assistência Social (MPAS), Nascimento e Silva, era “criar uma ampla e generosa campanha de redenção social” com a ampliação da proteção do Estado aos grupos mais carentes da população. Entretanto, a tarefa era imensa e os recursos escassos, por isso, o ministro Nascimento e Silva, de forma categórica, afirmava:

É preciso deixar bem claro, desde o início, que a comunidade será a grande responsável pela tarefa assistencial no país. O governo jamais poderia assumir sozinho esta tarefa, uma vez que em termos absolutamente formais o que se vai produzir é uma redistribuição de renda, em grande parte voluntária, redistribuição essa que em inúmeras situações não estará no âmbito do governo.⁵³⁹

Assim, os programas do governo federal deveriam ter certa capacidade de autossustentação. As estratégias de atendimento do EPT eram realizadas de forma não formal e que obedecesse menos a normas pedagógicas tradicionais. No entanto, apesar de ser um projeto educacional fora dos muros da escola, não deixou de utilizar muitos dos dispositivos escolares ao criar programas de treinamento de líderes comunitários para orientar atividades esportivas em espaços e tempos determinados, além de orientação sobre hábitos de higiene e saúde. Por isso, era tão importante os cursos de treinamento em EPT:

É através da prática que buscamos a orientação para organizarmos as bases ou fundamentos do EPT e a melhoria de algumas qualidades próprias da GENTE EPT. A união da prática, dos fundamentos e destas qualidades permite CONHECER E JULGAR, cada vez melhor a própria realidade, fazendo as pessoas participarem mais ativamente e se tornarem mais SOCIÁVEIS.⁵⁴⁰

De acordo com as estratégias de ação do EPT, um bom observador deveria coletar informações para melhor planejar as estratégias e adaptação para as atividades EPT, e os objetivos deveriam sempre estar orientados no sentido de provocar a ação da comunidade para sua participação efetiva e afetiva. A relevância dada aos aspectos do contexto era uma forma de medir a capacidade de cada comunidade, o nível, a “natureza” dos indivíduos, entretanto, os dados coletados do contexto não eram utilizados para uma intervenção no ambiente social, mas para o “amaciamento” dos conflitos sociais.

⁵³⁸ GOMES, Ângela de Castro. O Ministério da Revolução de 1964: previdência e assistência sociais no governo Geisel. In: CELSO, Castro; ARAUJO, M^a Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 125.

⁵³⁹ Apud GOMES, op. cit., p. 138.

⁵⁴⁰ PRINCÍPIOS Básicos. Manual Técnico. Rede Nacional. Esporte Para Todos. 1983, p. 8.

A campanha brasileira Esporte para Todos (EPT) contou com a adesão de mais de 2.700 municípios e utilizou a infraestrutura do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como órgão executor e divulgador da prática das atividades físicas e esportivas no país naquele momento. Estabeleceu parceria também com o então Departamento de Educação Física e Desporto (DED) para organizar e dirigir a campanha para implantação do desporto de massa no Brasil.

A campanha EPT contou com o apoio das secretarias de educação dos estados e de alguns municípios importantes; cerca de 9,7 milhões de pessoas participaram nos eventos de massa; 10.458 voluntários esportivos foram mobilizados pela rede MOBRAL para a organização de promoções e competições, como as ruas de lazer e as colônias de férias.⁵⁴¹

O modelo pretendia valorizar o esporte comunitário, pois a preocupação com a “baixa” aptidão física dos brasileiros era ressaltada sobremaneira nos pareceres do MEC e diagnósticos de Educação Física:

Os recursos humanos nacionais, sob o enfoque da aptidão física, possuem apresentação precária segundo observação global; os melhores índices são encontrados no Rio grande do Sul e os piores na região Nordeste; os valores relativos à população do extremo sul do país estão estacionários há dez anos, indiferentes, portanto, ao desenvolvimento econômico e social referenciado ao período: Isto permite reforçar a proposição de que há grupos populacionais no Brasil que alcançaram o estágio propício do ao desenvolvimento físico e que não estão recebendo os meios adequados.⁵⁴²

Segundo o parecer do MEC nº 540/77 de 10 de fevereiro de 1977 era preciso colocar a Educação Física no contexto das atividades formadoras “e não apenas formadoras do corpo, mas, também do caráter como elemento de expressão individual e integração social.”⁵⁴³ Reeditava-se, como em outros momentos históricos, a Educação Física e o esporte como espaços de intervenção na educação dos cidadãos, do aperfeiçoamento físico de corpos belos e saudáveis e, somando-se a isso, o “aperfeiçoamento da capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto”,⁵⁴⁴ para enfrentar os desafios de

⁵⁴¹ ESPORTES. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura/ Ministério das Minas e Energia, 1980. p. 58. (Biblioteca Educação é cultura, v. 2).

⁵⁴² BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971. p. 356.

⁵⁴³ BRASIL. PARECER nº 540/77 de 10 de fevereiro de 1977. Disponível em : <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20n.%20540-1977%20>. Acesso em 28 set. 2013.

⁵⁴⁴ COSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George Massao. Fundamentos do Esporte para Todos, 1983. p. 4-5.

um país que estava em “vias de desenvolvimento,” reforçando ainda “o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional”.⁵⁴⁵

Nesse sentido, o discurso do Esporte para Todos é pedagógico. Nele seus idealizadores desenvolvem com certa retórica os pontos de seu projeto de ação. Conforme foi institucionalizando-se a campanha EPT, vai tornar-se um grande movimento pelo esporte comunitário e de massa na década de 1980. Por meio dele, portanto, é possível compreender o alcance da política de ação social do regime militar voltado para as faixas mais pobres da população. O programa escolhido pelo governo federal para estender suas ações a outras esferas da educação foi o MOBREAL, principal parceiro do EPT, como veremos a seguir.

Cartilhas desportivas

No início da década de 1980, foram produzidos diversos materiais didáticos para implementação e desenvolvimento do Esporte para Todos na comunidade. Para este capítulo foram analisados os manuais técnicos: Fundamentos do Esporte para Todos publicado pelo SEED/MEC; Bases Institucionais do Esporte para Todos, de 1981; Teoria e Prática do Esporte para Todos (1982-1983), publicado pelo SEED/MEC; Princípios Básicos do Esporte para Todos, publicado pela SUEP em 1983 e o Documento Básico da campanha EPT de 1977; o livro *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*, organizado por Lamartine Pereira da Costa e publicado em julho de 1981. A importância dessa obra deve-se à participação, na sua composição, de diversos autores envolvidos com a Campanha.

Foram identificados no material didático sobre o EPT no Brasil temas como organização de atividades EPT na comunidade, higiene, adesão à prática esportiva, regras de boa conduta e civismo. A forma como esses elementos são apresentados assumem a conotação de uma prescrição, como uma espécie de “dever” de todos e de cada um, visto como parte da educação não formal, portanto, ensinado também nas ações comunitárias para boa convivência social. As temáticas aparecem nos manuais técnicos de diversas formas: texto, imagens fotográficas, sentenças, tópicos e atividades esportivas. Percebe-se também o controle estatal na adoção de material didático; grande parte dos manuais usados para treinamento de professores, voluntários esportivos e líderes comunitários eram publicações SEED/MEC.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 4-5.

Os manuais técnicos do Esporte para Todos estavam atravessados pelo que a socióloga Maria José Rezende⁵⁴⁶ denomina política de conciliação. Segundo essa autora, a ideia de conciliação social ganhava cada vez mais relevo no período da distensão, e essa política de conciliação era defendida por diversos setores do governo como a única maneira de preservar a normalidade democrática que estaria em curso. Nesse sentido, a grande imprensa, os órgãos representativos do governo e empresariais, contribuíram com esse processo ao divulgar os intuítos democratizantes dos militares e aliados. Segundo o deputado Magalhães Pinto, o caminho seguro para a distensão gradual era a conciliação, afinal, “o povo brasileiro tem dado constantes demonstrações de espírito criador em matéria política e as inclinações nacionais são sempre presididas pelo espírito da conciliação.”⁵⁴⁷

A estratégia da distensão, lenta, gradual e segura era mostrada como uma forma de proteger a sociedade, à medida que entravam em cena forças que contestavam o regime vigente e, nesse sentido, havia uma preocupação com a aceitação e internalização de valores considerados construtores da ordem social: a concórdia, a harmonia, a coesão, a conciliação, o consenso e a integração. O presidente Geisel, em seu pronunciamento nas comemorações da Semana da Pátria em 1976, não se esquivou em lembrar que a independência nacional “exigia contínuo desenvolvimento-material cultural e espiritual”, e que seria alcançada somente mediante “o estabelecimento da coesão nacional.”⁵⁴⁸

Todo o processo de distensão e de abertura deu ênfase aos aspectos que pudessem atuar como fatores de busca de legitimidade para o regime. No que tange à condução dos programas sociais do governo havia uma pretensão de construir uma mentalidade positiva em torno dos feitos presentes e os resultados futuros. O presidente Geisel, em seu discurso em rede nacional de rádio e televisão no início de agosto de 1975, afirmava que o objetivo central da distensão era o bem-estar social.⁵⁴⁹ A revista *Veja* publicou fragmentos do discurso presidencial; segundo o periódico, o presidente Geisel destacou a necessidade de:

Perseguir o desenvolvimento político, sem compromisso de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas, e comprovadamente inadequadas à realidade brasileira. [...] O constante e progressivo aperfeiçoamento do regime e o ideal que obstinadamente buscamos, sem açosamentos contraproducentes. Por isso, o governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou de grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político, que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro,

⁵⁴⁶ REZENDE, op. cit., p. 179.

⁵⁴⁷ PINTO apud REZENDE, op. cit., p. 179.

⁵⁴⁸ GEISEL, Ernesto. Chamada geral ao combate. *Veja*. São Paulo, n. 418, p. 100, 8 set. 1976.

⁵⁴⁹ Ver: ASSIM Geisel falou da política. *Veja*. São Paulo, n. 361, p. 19, 6 ago. 1975.

realmente duradouro, construtivo e socialmente justo. [...] Assim, ajude-nos Deus!⁵⁵⁰

O fato de o presidente citar que não iria abrir mão dos poderes excepcionais era uma referência direta ao AI-5 que vinha sendo contestado. Entretanto, o governo continuava endossando o Ato Institucional como uma necessidade, uma forma de preservar os valores nacionais. Segundo o líder da ARENA, Milton Campos, o governo era uma obra de cultura e como tal deveria envolver todas as instituições, grupos e indivíduos no sentido de divulgar os valores norteadores do movimento de 1964.⁵⁵¹

A política social dos dois últimos presidentes gerais apostava na possibilidade de reconstrução social em aspectos econômicos, políticos e culturais. Nesse último campo, um de seus objetivos seria a criação e divulgação de um sistema de valores moldados pelas instituições militares, os quais deveriam atingir todos os indivíduos. Portanto, se havia uma crise de valores no mundo contemporâneo, o regime tinha a incumbência de defender e fixar os valores da sociedade brasileira, valores estes que giravam em torno do ideal de família, união e harmonia social. Tentava-se estabelecer uma forma de organização social em que nada poderia sair do controle. Gestos, emoções e sentimentos estariam sendo moldados por ele.

No âmbito dos valores sociais, os manuais técnicos do EPT, por meio de um aprendizado continuado e sutil, funcionavam como um dispositivo textual que atuava na educação de um tipo de sensibilidade e, como tal, inscrevia nos corpos e mentes das pessoas formas de comportar-se. As prescrições iam desde saúde e lazer ao despertar da brasilidade, expressas, por exemplo, nas “Bases Institucionais do Esporte para Todos.”

Lazer: Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria de modo voluntário.

Saúde: Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere a prática de atividades físicas e recreativas.

Integração social: Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e a valorização da criança e do idoso.

Civismo: Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional.⁵⁵²

⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ Ver: REZENDE, op. cit., p. 188.

⁵⁵² COSTA, Lamartine Pereira da. *Bases Institucionais do Esporte para Todos*. op. cit., 1981, p. 22.

Com base na observação das energias a serem canalizadas e mobilizadas, os manuais técnicos definiam as coordenadas para as formas de participação, organização e sociabilização, traçando no espaço material da comunidade, uma forma de direcionar e potencializar a utilidade de suas ações. Jogos, passeios a pé e de bicicleta, o jogo de peteca, o futebol-pelada, entre outros, tornavam-se atos que deveriam ser “bem” utilizados e, nesse sentido, o manual técnico, publicado pela Rede Nacional Esporte para Todos, sublinhava que era preciso:

Fazer valer a vontade popular para uma vida mais esportiva, com prazer, alegria e criatividade. Estimular oportunidades de melhoria do bem-estar físico, mental e espiritual do povo através de atividades físicas e recreativas ao alcance das diferentes comunidades. Reforçar a dedicação e união nacional em torno das origens, tradições, costumes etc. de nosso povo.⁵⁵³

Essa pedagogia moral possibilitava um movimento psicológico de integração que tinha o indivíduo como meta, uma forma de conformar os sujeitos via educação esportiva, controlando suas emoções, seu tempo livre, mas especialmente definindo quais energias deveriam ser mobilizadas ou não, via seleção daquilo que era normal e saudável para a comunidade. Assim, se por um lado os manuais definiam regras para o controle e contenção de sentimentos, por outro, a manifestação de sensações de união, fé, participação e otimismo eram incentivadas como o ideal de indivíduo civilizado, polido e educado.

A sua participação será sempre no sentido de atender as suas motivações e as motivações dos membros de sua comunidade, do grupo social de que você faz parte. Você conseguirá atender as suas motivações e as dos outros procurando a UNIÃO e a PARTICIPAÇÃO de todos neste conjunto de idéias que é o EPT. É A FORMAÇÃO DE UMA VERDADEIRA CORRENTE PRA FRENTE.⁵⁵⁴

E ainda,

Participe PERCEBENDO, COMPREENDENDO, DIZENDO E AGINDO com relação a:

- a) NECESSIDADES E DESEJOS que possam ser atendidos pelo EPT;
- b) POSSIBILIDADES dos participantes nas atividades EPT;
- c) FÉ e ESPERANÇA DE QUE o EPT atenderá às necessidades e desejos;
- d) OBJETIVOS COMUNS à comunidade;
- e) ATITUDE CRIATIVA com relação à atividade ou recurso;
- f) INTERPRETAÇÕES COMUNS que determinem a constante renovação aos rumos EPT.⁵⁵⁵

⁵⁵³ REDE Nacional de Esporte para Todos. Manual Técnico. SEED/MEC, Rio de Janeiro. p. 2-3, 1983.

⁵⁵⁴ Idem, p.5.

⁵⁵⁵ Idem, p. 6, grifo do autor.

Na sua intencionalidade normatizadora, os manuais se apresentavam como mais um dispositivo para a educação da vontade, uma vez que o aprendiz submetido à norma possibilita ao indivíduo tornar-se disciplinador de si mesmo. Dessa forma, a política social do EPT procurava internalizar na comunidade certos preceitos de controle social por meio da gestão dos corpos e das almas que encerram o indivíduo numa rede cada vez mais compacta de vigilância.⁵⁵⁶

Gente EPT participa desta maneira. Melhorando a sua vida e dos outros, sendo mais feliz e trazendo felicidade aos outros. Gente EPT é feliz e faz outras pessoas felizes; mas em que níveis pode se dar a participação de gente EPT? São dois os níveis de participação:

- a) EXTERNO: Procure sempre dar movimento ao EPT. Levar as pessoas a participarem diretamente das atividades.
- b) INTERNO: procure levar cada um a conhecer e julgar a importância da própria participação no EPT. Repetidas participações levam o EPT a fazer parte de nossas vidas. A participação ativa de cada um leva à união de todos em torno da idéia do EPT, sem ferir as características de cada região.⁵⁵⁷

Considerados indispensáveis como leitura para a formação do bom cidadão EPT, os manuais técnicos definiam regras para transformar as ideias do decálogo em ações. De acordo com Lamartine Pereira da Costa, era preciso destacar “o sentido cívico das promoções e o sentimento de integração do povo brasileiro.”⁵⁵⁸ Assim, além de um discurso voltado para a saúde e o bem-estar da população, os manuais são portadores e difusores de uma determinada concepção de mundo, de vida em comunidade, de harmonia, crença e valores sociais, visto que as pessoas praticariam as atividades esportivas e recreativas junto com outras pessoas.

Releia, reflita, discuta com seus amigos sobre cada idéia do decálogo. Escreva as dez idéias, sem as explicações em uma folha de papel. Leve esta folha com você, procure identificar na prática as idéias apresentadas. Releia vez por outra as explicações de cada idéia. Anote suas conclusões, a sua interpretação é sempre mais importante. Esta é uma das perspectivas de idéia EPT, mas não existe idéia sem gente, portanto a idéia EPT é sua, que faz, participa: gente que faz EPT.⁵⁵⁹

Entretanto, se as regras expressam deveres comuns, explicitam também práticas de virtudes, exercícios conformadores de condutas:

⁵⁵⁶ Cf. FOUCAULT, op. cit., 1998.

⁵⁵⁷ REDE Nacional de Esporte para Todos. Manual Técnico. SEED/MEC. Rio de Janeiro. p. 6, 1983.

⁵⁵⁸ COSTA, Lamartine Pereira. Documento Básico da Campanha. *Revista brasileira de Educação Física e desporto*. Brasília – DF, ano 9, n. 35, jul./dez. 1977. p. 16.

⁵⁵⁹ PRINCÍPIOS Básicos. Manual técnico. Rede Nacional Esporte para Todos. Rio de Janeiro, p. 5, 1983.

Gente EPT participa.
 Gente EPT participa desta maneira, melhorando a sua vida e a dos outros,
 sendo mais feliz e trazendo a felicidade aos outros.
 Gente EPT é feliz e faz outras pessoas felizes.⁵⁶⁰

E, ainda,

Participando você usa o que aprende para reforçar:
 - O DESEJO de participação;
 - A FÉ no EPT;
 - A ESPERANÇA de que a próxima atividade será a melhor.⁵⁶¹

A formação de sensibilidades contidas, civilizadas e irmanadas em torno de um objetivo comum era alvo de investimento pedagógico na campanha EPT consideradas indispensáveis à condução correta da vida em comunidade. Assim, o *Manual Técnico* no item “algumas qualidades da gente EPT” destacava:

Percepção. Capacidade de aprender através dos sentidos o que se passa consigo, com os outros, com os grupos e comunidades;
Compreensão. Capacidade de codificar, de entender claramente aquilo que foi percebido;
Concentração. Capacidade de manter sua imaginação de forma construtiva e criativa, na busca de solução de um determinado problema;
Exteriorização. Capacidade de transmitir aos outros seus sentimentos e idéias.
Orientação. Capacidade de buscar sempre o melhor caminho para o crescimento da capacidade de conhecer e julgar a própria realidade.

Os manuais davam ênfase à moral e ao civismo como uma forma de reforçar a dedicação e a união nacional em torno das origens e tradições populares (fig.39). Mas, para isso, os indivíduos eram constantemente chamados à ação, pois por meio do esporte organizado seria possível “congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos”.⁵⁶²

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Idem. p. 8, grifo do autor.

⁵⁶² COSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George Massao. Fundamentos do Esporte para Todos. [S.l.]: MEC. Secretaria de Educação Física e Desportos, 1983, p. 25.

Figura 39 - Princípios básicos EPT



Fonte: Manual técnico. Rede Nacional EPT.⁵⁶³

Nesse sentido, os manuais da campanha privilegiavam o desenvolvimento de noções de trabalho comunitário, congregação, solidariedade popular, aperfeiçoamento do sentimento de família, de bairro, de região e de município. Para os idealizadores da campanha, “isto certamente acontecerá, porque a cada atividade que você participa, ocorre um enriquecimento seu e dos outros, você ganha mais experiência, desenvolve a sua sensibilidade, cada vez fica mais gente EPT”.⁵⁶⁴

Entretanto, as atividades esportivas prescritas nos manuais técnicos territorializava o lazer dos indivíduos ao distribuir-lhes papéis como o voluntário EPT, gente EPT, educador físico, líder EPT. Nesse sentido, não podemos confundir a mobilização e incitação à prática esportiva nos manuais com um movimento de verdadeira autonomia do indivíduo. Tanto é que o documento básico da campanha definia estratégias sempre contidas nos justos limites de acordo com as condições sociais para a implantação do programa esportivo. Apoiando-se em dispositivos e estratégias de controle social, os manuais definiam regras para a criação de espaços úteis, inclusive no meio rural:

A prática esportiva é um deles. Muito importante. Valioso instrumento de fixação do homem ao meio rural, de contenção do êxodo que tanto mal está causando à produção rural, contribuindo para o crescimento desordenado das cidades e gerando séria inquietação social. Se examinarmos bem o nosso comportamento em relação ao povo rural concluiremos que estamos procedendo de forma errada ao contribuir para que o rurícola tenha motivos fortes para migrar para as cidades onde encontra... todos os benefícios e

⁵⁶³ PRINCIPIOS Básicos. Manual técnico. Rede Nacional Esporte para Todos. Rio de Janeiro, p. 5, 1983. p. 8.

⁵⁶⁴ PRINCIPIOS Básicos. Manual Técnico. Rede Nacional Esporte Para Todos. Rio de Janeiro. 1983. p. 8.

comodidades que nossa sociedade oferece em termos de amparo a saúde, a educação e ao lazer, entre outros.⁵⁶⁵

O rol de preceitos permite inferir um tom moralista aos manuais na produção de um saber sobre o corpo individual/social para legitimar a intervenção na sociedade. De uma maneira mais geral, o esporte era entendido como um mecanismo capaz de inspirar os valores nobres, educar as massas e favorecer a regeneração moral e física dos cidadãos. Assim, no item “os rumos do EPT”, o manual técnico de 1983 inicia o texto afirmando:

O esporte como atividade é parte da visão otimista do mundo. A sociedade atual está buscando seus próprios caminhos no campo esportivo. Parece que é consciência geral que todos têm direito ao movimento, ao lazer, à melhoria das suas condições físicas. Isto ocorre em um momento em que as cidades tem uma série de problemas, isto ocorre no momento em que o homem trava uma luta titânica pela sua sobrevivência quer no campo cultural ou econômico ou político.⁵⁶⁶

A festa esportiva promovida pelo EPT não era concebida como pura distração popular, elas teriam de transmitir, sobretudo, um ideal, ou mais um elo na "corrente pra frente". Portanto, para os idealizadores da campanha, o desenvolvimento do programa esportivo era uma “missão de ordem social”,⁵⁶⁷ e, para tanto, fazia-se necessário o aparecimento de líderes “indivíduos de energia, capacidade de improvisação, de paixão, que representem e materializem a campanha”.⁵⁶⁸

O voluntário esportivo

A implementação de uma política nacional de Educação Física/esporte de massa demandava um maior número de profissionais da área para todo o país. Para atingir esse objetivo, era necessário uma maior ampliação e controle sobre os cursos de formação de docentes não só para o ensino superior, mas também para o ensino médio. Nessa perspectiva, era importante não só a formação superior, mas uma maior distribuição dos docentes por meio da criação de faculdades de Educação Física em outras regiões do país, o que levaria algumas

⁵⁶⁵ AKCELRUD, Maurício. Esporte para Todos no meio rural. In: MEC. *Teoria e prática do Esporte para Todos 1982-1983*. MEC. Secretaria de Educação Física e Desporto. Brasília- DF. Edição fevereiro de 1983. p. 45.

⁵⁶⁶ PRINCÍPIOS Básicos. Manual Técnico. Rede Nacional Esporte Para Todos. Rio de Janeiro. 1983. p. 19.

⁵⁶⁷ COSTA, Lamartine Pereira. Documento Básico da Campanha. *Revista brasileira de Educação Física e desporto*. Brasília – DF, ano 9, n. 35, jul./dez. 1977. p. 18.

⁵⁶⁸ Idem, p. 18.

décadas para concretizar-se.⁵⁶⁹ Portanto, se por um lado nas décadas de 1970-80 discursivamente havia uma constante valorização da Educação Física/esportes, por outro, havia também uma escassez de profissionais com nível superior.

Essas discussões engendraram uma série de práticas empreendidas por políticas culturais, especialmente durante a atuação da ministra de Educação e Cultura Esther Figueiredo Ferraz, apoiando iniciativas que visassem à educação do corpo e à ocupação das horas de lazer, pois, para os idealizadores do EPT, era preciso “orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais”.⁵⁷⁰

A partir do que os idealizadores do EPT denominavam pedagogia social, percebemos um aumento de discursos e propagandas que procuravam induzir as pessoas a determinadas práticas corporais. Diante disso, era necessário forjar um novo “espírito” comunitário, despojado, pelo menos em tese, das tensões políticas e sociais vividas no período da abertura; buscava-se um reordenamento dos valores do bem-viver em sociedade, norteado por normas de civildade fundamentadas na exaltação dos valores de integração, harmonia, ordem e disciplina. Entretanto, esse novo espírito comunitário seria formado, segundo Lamartine Pereira da Costa, por meio da educação:

A organização de eventos de EPT no seio das comunidades, obedecendo a sua cultura e a sua autonomia, é educação não-formal que obedece menos a normas pedagógicas tradicionais. Temos assim o que se chama pedagogia social que interpreta as técnicas das atividades desenvolvidas não somente esportivas, mas também outras de natureza social à luz da mobilização comunitária. Não existindo educação formal neutra (há sempre uma ideologia envolvida), a não formal é menos tendenciosa se houver permanente adaptação aos desejos e possibilidades das pessoas. Além disso, o EPT é a versão do esporte correspondente à cultura de massa, fenômeno atual provocado pelos modernos meios de comunicação que permitem o acesso da massa aos bens culturais quando simplificados.⁵⁷¹

Nesse sentido, para alcançar-se um bom desenvolvimento do EPT na comunidade, era imprescindível o voluntário esportivo, definido por Lamartine Pereira da Costa como “o real agente da campanha, seja como funcionário da prefeitura [...], seja como membro da entidade

⁵⁶⁹ SOUSA, Eustáquia Salvador. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra: A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994)*. 1994. 264f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994. p. 137.

⁵⁷⁰ COSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George M. *Fundamentos do Esporte para Todos 1983*. MEC. Secretária de Educação Física e Desportos, 1983, p. 4. Livro Técnico editado pela secretária de Educação Física e Desporto do MEC e destinado à distribuição gratuita aos alunos do ensino superior de Educação Física, especializados e outros profissionais interessados no movimento Esporte para Todos.

⁵⁷¹ COSTA, Lamartine Pereira. Princípios do Esporte para Todos. In: MEC. *Teoria e prática do esporte Comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981, p. 12.

filiada de qualquer tipo, ou como simples cidadão interessado em trabalhar pelo esporte ou pelo progresso do povo brasileiro”.⁵⁷²

Desse modo, junto à racionalização das atividades esportivas, há também uma modelação dos comportamentos, ou seja, para os formuladores do EPT, os habitantes das comunidades, que a cada dia tinham seu número aumentado, precisavam urbanizar-se e precisavam aprender a viver em um ambiente harmônico permeado por regras de educação, de urbanidade. Portanto, para Lamartine Pereira da Costa, as pessoas que se filiassem à campanha como voluntários esportivos deveriam ser “sempre patriotas e bastante ligados a comunidade onde vivem e aos costumes de sua cidade”,⁵⁷³ afinal, eles são:

Membros de entidades, sejam públicas, sejam privados, nas quais exercem alguma influência e procuram ter participação relevante. Como são pessoas de personalidade peculiar, é de esperar que cada um veja a campanha a seu modo, que se ajuste às circunstâncias locais, que estabeleça uma orientação de ações próprias, obedecendo apenas às linhas mestras da campanha.⁵⁷⁴

E ainda,

Espera-se também do voluntário uma atuação na justa medida, sem exageros que o faça abandonar a campanha após umas poucas promoções. Um empreendimento dessa espécie é uma escola para a vida, um meio de treinamento para o trabalho participativo, em mutirão, em equilíbrio de interesses diversos e em busca de objetivos fixados com clareza. É a transformação da paixão em ações.⁵⁷⁵

Nesse sentido, vale a pena lembrar o pensamento de Norbert Elias quando coloca que toda essa “reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos civilizados”.⁵⁷⁶ Desse modo, é preciso ressaltar que existiam preceitos a serem seguidos para alcançar um bom desenvolvimento do EPT na comunidade. O voluntário esportivo deveria seguir todo um aparato e regras de boa conduta, um código que deveria ser seguido pelas pessoas ao desempenharem funções sociais importantes dentro do movimento EPT. Segundo Lamartine Pereira da Costa,

⁵⁷² COSTA, Lamartine Pereira, op. cit., 1977, p. 18.

⁵⁷³ Idem, p. 18.

⁵⁷⁴ Idem, p. 18.

⁵⁷⁵ Idem, p. 18.

⁵⁷⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: a civilização dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.195.

Além dessa participação em conjunto nas promoções locais, o voluntário esportivo é um divulgador permanente da campanha tendo em vista que ele constitui a campanha; a ação a desempenhar, no caso, é a de motivar pessoas para mudança de hábito sedentária e isolacionista e buscar novas adesões, tanto em pessoas como em entidades.⁵⁷⁷

E ainda,

Portanto, a perspectiva do voluntário esportivo é a da ação em grupo com seus companheiros de crença cívico-esportivo e de ação individual, influenciando pessoas. Uma terceira posição poderia ser compreendida pela motivação da entidade a que pertence, quando coopera ou está filiado à campanha.⁵⁷⁸

Elias nos lembra que esses preceitos de conduta social podem ser em determinadas fases do processo civilizador, além de elementos diferenciadores, instrumentos de poder.⁵⁷⁹ O esporte, nos manuais técnicos do EPT, era reconhecido como um meio de valorização individual e de inserção social que permitia conter as violências coletivas, afinal, segundo fórmula epetista, era preciso; “EDUCAR a população para utilização de seu tempo livre.”⁵⁸⁰ Talvez, por isso, sua prática não fosse reduzida a mero divertimento, mas antes, a internalização das regras dispostas, contribuindo ainda para a formação do “caráter comunitário”.

Os ditames de uma boa aptidão física incutidos à ideia de autocontrole como preceito da vida moderna vincula-se a um projeto de construção de uma ordem social fundada na não contestação, na diminuição do conflito e da divergência, ou seja, na valorização do controle dos sentimentos como forma de alcançar êxito nas relações interpessoais diante de uma nova ordem social que transcendesse o período da ditadura. Nesse sentido, o movimento epetista dará especial atenção às ruas de lazer na sua forma organizada.

As ruas de lazer

Os manuais técnicos do Esporte para Todos podem ser apontados como importantes elementos auxiliares na conformação e difusão das normas de comportamento adequadas à nova percepção de sociabilidade que se instaurava no período da distensão e da abertura, reforçando a participação, a disciplina, o sentimento de amor à pátria. A participação sempre

⁵⁷⁷ COSTA, op. cit., p. 18.

⁵⁷⁸ Idem, p. 19.

⁵⁷⁹ Cf. ELIAS. op. cit., p. 190.

⁵⁸⁰ COSTA; TAKAHASHI, op. cit., p. 4, grifo do autor.

sob estreita orientação de como, quando e por que participar, e, para tanto, os manuais destacavam:

O EPT é, na prática, o momento de criar, recriar e recrear. Criando oportunidades, procedimentos, atividades e materiais; recriando para que se perceba uma nova perspectiva das práticas EPT e recreando, ou seja, brincando enquanto se cria e recria. Além disso, lembre que a prática sugerida pelo EPT busca: a) Igualdade de oportunidade para todos; b) Ter apoio nos costumes e tradições do povo; c) Desenvolver o espírito comunitário; d) Ser um meio simples de se atingir as propostas de ação; e) A participação de todos sem competição, evitando um elemento reforçador de desigualdades; f) Formas criativas que não sejam obrigatoriamente sistematizadas; g) Ser um elo de harmonia entre as necessidades esportivas sociais ou comunitárias e a Educação Física Tradicional e os esportes em geral.⁵⁸¹

O EPT prosseguia, assim, como programa social, o intuito de construir uma mentalidade favorável às realizações do governo e tentava, no plano da subjetividade, justificar todas as suas ações, medidas e intenções no âmbito dos valores sociais. Para Maria José Rezende, na era da abertura, o governo insistia em vincular a solução dos problemas econômicos e sociais à internalização de valores que, segundo o regime, visavam a estruturar a própria civilização.

Diante disso, no desejo de inspirar gerações futuras, os governos Geisel e Figueiredo passaram a mencionar o estabelecimento da conciliação, da negociação e do consenso como elementos fundamentais para a sociedade democrática. Nessa perspectiva, a mensagem do presidente João Figueiredo ao congresso nacional em 1982 destacava a educação como decisiva para a solução dos problemas que afligiam a sociedade brasileira:

País cuja população é composta predominantemente de jovens, o fator educacional adquire no Brasil ainda maior relevo. Não nos basta erradicar ou diminuir drasticamente, como se tem feito, o número de iletrados. Compete-nos proporcionar ensino primário eficiente a toda população escolar e preparar nossa juventude para orientar-se com segurança, em presença das perplexidades provocadas pelas transformações que abalam o mundo.⁵⁸²

E ainda,

É preciso que a mocidade adquira consciência dos valores que estruturam nossa civilização e não se deixe arrasar pela miragem de modelos culturais que, já superados, se despedaçam, pelas suas contradições internas, sob nossos olhos. É

⁵⁸¹ PRINCÍPIOS Básicos. Manual técnico. Edição: Rede Nacional Esporte para Todos, Rio de Janeiro, 1983, p. 15.

⁵⁸² FIGUEIREDO, João. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília. 1982, p. XX. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

preciso especialmente que os jovens estejam habituados a buscar soluções que correspondam à nossa realidade, ao que temos de peculiar. É preciso que busquem a verdadeira identidade nacional, os valores genuinamente brasileiros, na sua qualidade de elementos que hão de garantir ao nosso país o destino que lhe está reservado.⁵⁸³

O consenso e a conciliação passavam também a fazer parte da política externa dos últimos governos. Em 1980, o jornal a *Folha de São Paulo* publicou um longo artigo sobre a visita do então presidente João Figueiredo à Argentina. Segundo o periódico, o presidente destacou:

Estamos vivamente empenhados em meu país em aprimorar as bases de uma sociedade politicamente aberta, socialmente justa e economicamente pluralista e equitativa. Bem conhecemos os sacrifícios à nossa frente para atingir tais objetivos. Mas a eles estamos dispostos. Para nós o reforço da cooperação com as nações amigas facilitará a tarefa comum do desenvolvimento político, econômico e social. Cooperação, diálogo franco e honesto, amizade indestrutível entre nossos povos- esses são os motivos, a força e as razões que sempre conduziram nossas duas nações a superar desafios e superar esforços.⁵⁸⁴

No referido artigo da *Folha de São Paulo*, o presidente Figueiredo esforçava-se por sublinhar que os problemas enfrentados na área econômica não eram inerentes ao seu governo e muito menos ao regime instaurado desde 1964, mas decorrente de fatores externos.

Atravessamos atualmente uma conjuntura internacional especialmente difícil. Seus desdobramentos refletir-se-ão inexoravelmente sobre nossos dois países, sobre a América Latina, sobre todo o mundo em desenvolvimento. Mundo que compartilha as aflições do presente em transformação rápida. Sofre toda a angústia da incerteza e, às vezes, do desânimo. Mas se alimenta na esperança de que se possa construir um futuro talvez menos cruel, um futuro voltado para a concretização dos ideais de progresso e desenvolvimento. Nós brasileiros somos solidários com os destinos da América Latina.⁵⁸⁵

Frente à necessidade e urgência mediante as rápidas transformações sociais, o governo vai buscar adesão aos seus projetos sociais. Dessas estratégias, emergiu todo um processo de formatação de comportamentos e condutas sociabilizadas. Uma das formas mais eficientes encontradas pelos idealizadores do EPT para desenvolver o ideário de que valia a pena participar, fazer parte da comunidade de forma cívico-esportiva foi expressa, sobretudo, nos manuais técnicos, que destacavam palavras ou frases de ordem, como: criatividade; humildade; esperança; democracia; trabalho em equipe; gente EPT é mais feliz; gente EPT

⁵⁸³ Idem, p. XX.

⁵⁸⁴ A VISITA de Figueiredo à Argentina. “Aceitamos os sacrifícios”. Cooperação facilitará a democracia, diz presidente. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 maio 1980. 1.º Caderno, p. 8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1980/05/18/2/>>. Acesso em: 1.º set. 2014.

⁵⁸⁵ Idem.

participa; gente EPT faz sua comunidade feliz. Destaca-se também a organização das famosas ruas de lazer, um grande sucesso em muitas partes do país.

Organização das ruas de lazer: imagens e sentidos

A narrativa visual das ruas de lazer nos manuais técnicos do EPT teve na fotografia uma forma destacada de registro de suas atividades. Grande parte dessas imagens não foi utilizada apenas com o propósito de ilustrar os manuais técnicos, mas, parafraseando Boris Kossoy,⁵⁸⁶ para afetar a vida real, os comportamentos e, de certa forma, as narrativas visuais expressas pelas fotografias pedem para ser imitadas. No seu conjunto, essas imagens fotográficas evidenciam a elaboração de práticas sociais voltadas à conformação e internalização de regras imperativas de comportamento pautadas nos preceitos de harmonia, civismo e congregação social, identificadas nos manuais técnicos.

Organizar ruas de lazer era um trabalho que exigia dos profissionais de Educação Física e das pessoas envolvidas com o EPT o cumprimento passo a passo das estratégias programadas nos manuais técnicos (fig.40). Segundo Lamartine Pereira da Costa e George Takahashi, “as ruas, praças e áreas livres, não devem ser escolhidas para concentrar as pessoas, mas sim para distribuir e permitir atividades para as promoções esportivas”.⁵⁸⁷

Figura 40 - A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁸⁸

⁵⁸⁶ Cf. KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007, p. 151.

⁵⁸⁷ COSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George Massao. *Fundamentos do Esporte para Todos*. Livro técnico editado pela Secretária de Educação Física e Desporto do MEC. Destinado a distribuição gratuita aos alunos do ensino superior de Educação Física, especializados e outros profissionais interessados pelo movimento Esporte para Todos. 1983, p. 13.

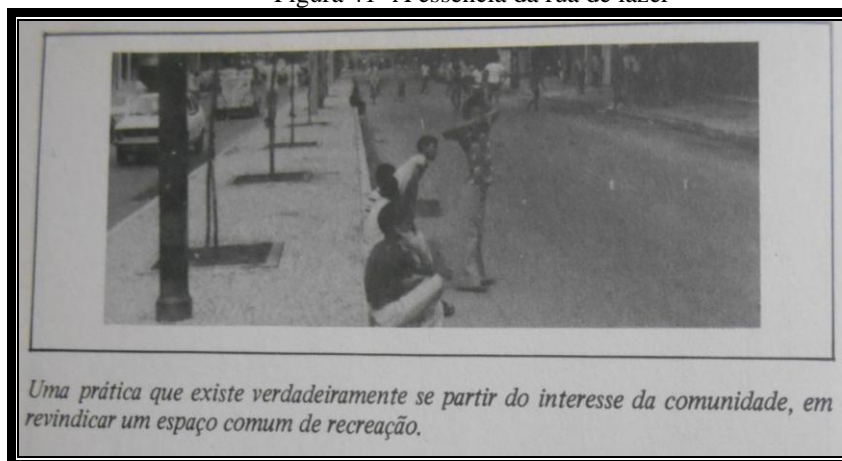
⁵⁸⁸ MATIAS, Person Cândido. *A essência da rua de lazer*. In: COSTA, Lamartine (Org.). op. cit., 1981, 151.

Os manuais técnicos recomendavam que, para o sucesso das atividades, as ruas de lazer deveriam ser interditadas ao trânsito nos domingos e feriados no horário das 8 às 18 horas (figs.41, 42). Entretanto, era fundamental mobilizar a população para que a solicitação da rua de lazer partisse da própria comunidade.

Para se criar uma rua de lazer basta que os moradores façam um abaixo-assinado pedindo o seu aproveitamento aos domingos e feriados, para as atividades esportivas e recreativas, e encaminhar o pedido à prefeitura... Recomenda-se que o tamanho da rua seja de no mínimo 100 metros e no máximo 300 metros.⁵⁸⁹

Pedido aceito pela prefeitura, colocava-se uma placa à entrada da rua com os seguintes dizeres: “Rua de Lazer- Interditado ao Trânsito, aos domingos e feriados, das 08h00min às 18h00min horas”.⁵⁹⁰ O Departamento Estadual de trânsito (DETRAN) fornecia as placas e os cavaletes para o fechamento.

Figura 41- A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁹¹

Figura 42- A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁹²

⁵⁸⁹ COSTA; TAKAHASHI, op. cit., p. 18.

⁵⁹⁰ Idem, p. 18.

⁵⁹¹ Idem, p. 152.

⁵⁹² Idem, p. 152.

Os manuais recomendavam que a divisão da rua fosse feita por atividades recreativas e esportivas. As atividades recreativas deveriam ser oferecidas para crianças, jovens, adultos e idosos (figs 43,44 e 45). A improvisação era outro passo importante; recomendava-se que as quadras fossem pintadas no chão e que houvesse adaptação de materiais, pois, segundo os idealizadores do movimento, as ruas de lazer funcionariam de acordo com as possibilidades de cada município.

Improvisação de material: pode-se contar com a colaboração e a criatividade da própria comunidade para improvisar o material necessário: latas, caixas e caixões vazios, embalagens e sacos plásticos, cabos de vassouras, pedaços de madeira, pneus, pedaços de pano, elásticos, cordões, etc.⁵⁹³

Figura 43- A essência da rua de lazer

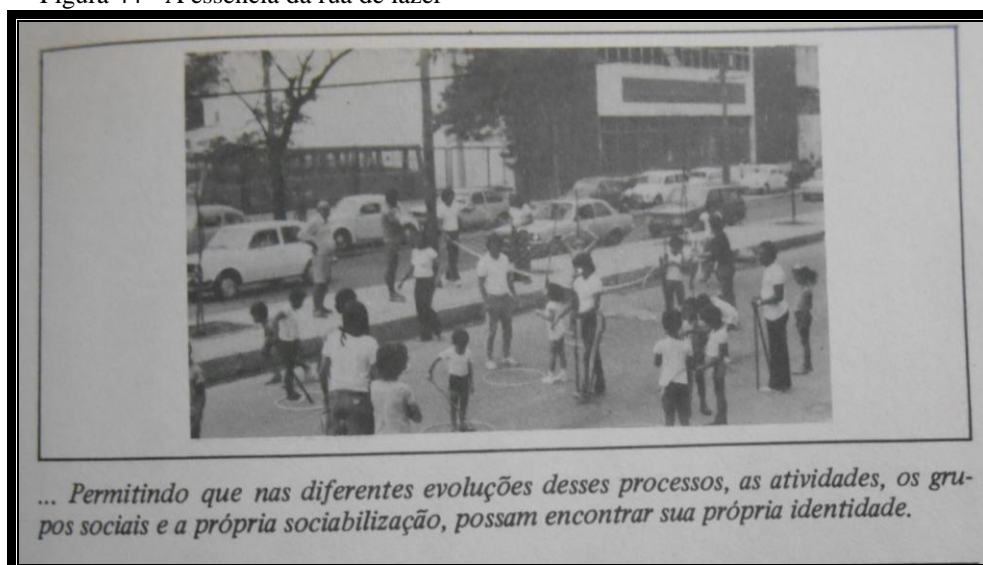


Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁹⁴

⁵⁹³ Idem, p. 18.

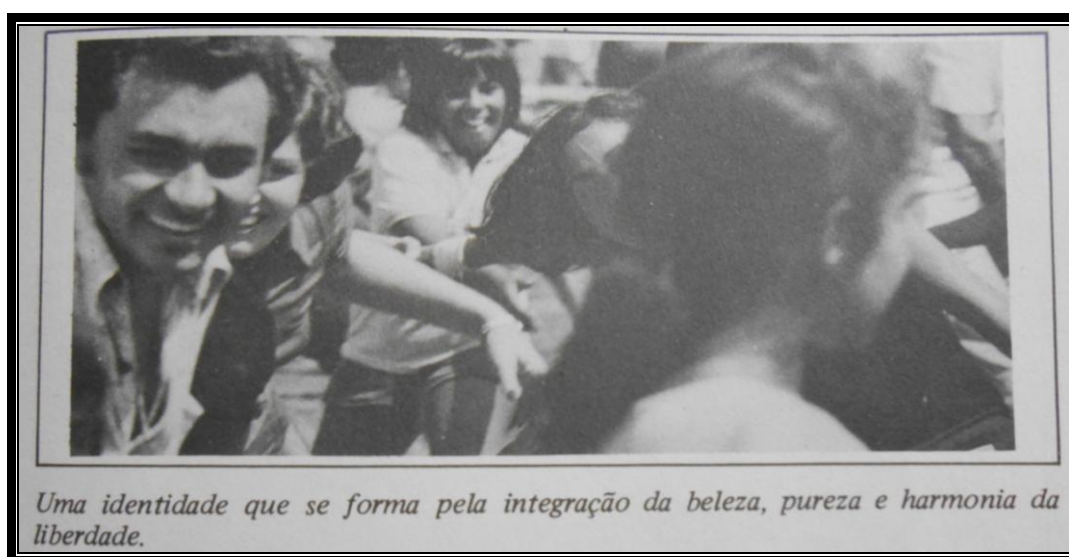
⁵⁹⁴ Idem, p. 152.

Figura 44 - A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁹⁵

Figura 45- A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁹⁶

Para as camadas populares, era necessário inventar, improvisar equipamentos para todos, e nesse sentido os manuais recomendavam: “faça você mesmo com este cabide, meias velhas e um rolo de fita adesiva faremos uma raquete”.⁵⁹⁷ E ainda, “veja quantas coisas podemos fazer com pneus e cordas velhas”.⁵⁹⁸ Operando segundo uma normalização de valores, desejos e atitudes, a pedagogia social do EPT afirmava que os meios de comunicação

⁵⁹⁵ Idem, p. 153.

⁵⁹⁶ Idem, p. 153.

⁵⁹⁷ PRINCÍPIOS Básicos. Equipamento esportivo para todos. Edição da Rede Nacional Esporte Para Todos. Rio de Janeiro: Edição Rede EPT, 1983, p.19.

⁵⁹⁸ Idem.

modernos permitiam o acesso da massa aos bens culturais quando simplificados. No entanto, a adaptação das promoções e a sua divisão são reveladoras de que as atividades esportivas de lazer não aconteciam da mesma forma para todos os segmentos sociais.

Apesar de seu caráter festivo, a adesão à prática esportiva de massa por meio da organização das ruas de lazer não era recomendado nos manuais como simples distração popular. O despertar da espontaneidade, do espírito de improvisação e do sentimento popular comunitário e cívico constituía-se numa pedagogia da moral e do corpo ao difundir o culto à pátria, normas de higiene, cuidados com a saúde da família e da comunidade. O manual de instruções para aplicação do programa epetista levava consigo todo um conjunto de processos e de saber, de descrições, de receitas para a saúde do corpo e da alma, mas principalmente instruções de como se viver em sociedade. (figs. 46, 47 e 48).

Figura 46 - A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁵⁹⁹

⁵⁹⁹ MATIAS, Person Cândido. A essência da rua de lazer. In: COSTA, Lamartine (Org.). op. cit., p. 155.

Figura 47- A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁶⁰⁰

Figura 48- A essência da rua de lazer



Fonte: Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de massa⁶⁰¹

Os manuais procuravam internalizar, pela leitura, normas e preceitos de controle social, tanto pela gestão de corpos e *almas* como por um conjunto de regras sobre como portar-se com dignidade na comunidade; essas práticas atendiam a uma estratégia de controle da vida da

⁶⁰⁰ MATIAS, Person Cândido. A essência da rua de lazer. In: COSTA, Lamartine (Org.). op. cit., p. 155.

⁶⁰¹ MATIAS, Person Cândido. A essência da rua de lazer. In: COSTA, Lamartine (Org.). op. cit., p. 156.

população do meio urbano. De acordo com essa perspectiva, a rua era vista como um espaço viciado, herança da falta de planejamento, do crescimento desordenado das cidades, da migração em massa para o meio urbano, mas foi especialmente com o aumento da desigualdade social nos anos de 1980 que a rua tornou-se o lugar que precisava ser transfigurado, repensado, para que seus males não se multiplicassem.

Para Robert Pechman,⁶⁰² esse tipo de intervenção no espaço urbano mascara o controle e a segregação sob o argumento de transformação da cidade em um território ideal pela normatização de seu uso. O autor chama a atenção ainda para o fato de que a atividade higienista age justamente onde se constitui o principal espaço de experiência dos populares, a rua. Não podemos nos esquecer de que no período anterior à abertura política não era permitido manifestações contra o governo, o que fez com que os espaços públicos fossem esvaziados e o debate político oposicionista praticamente calado. O movimento pela Anistia e pela abertura política foi retomando, aos poucos, o espaço público - ruas, praças e avenidas - ganhando apoio da sociedade, mas desagradando ao governo militar. A ditadura se viu na necessidade da “manutenção da ordem” para garantir que o processo de abertura ocorresse dentro dos limites impostos pelos generais. No empreendimento dessa tarefa de controle do espaço público, a campanha EPT, por meio de suas ações, incorporou os desejos individuais e coletivos que foram suprimidos pela ditadura. Suas atividades incentivavam a política da conciliação, e diante disso a campanha organizou ruas de lazer para tal intento.

O estilo didático dos manuais técnicos do EPT revela a necessidade, naquele contexto, de fortalecer-se os códigos de comportamento e, apesar de algumas vezes apresentarem objetivos diferenciados, no seu conjunto mostram-se complementares, Uma vez que pretendem codificar e orientar a vida cotidiana e os relacionamentos entre as pessoas, ensinando-lhes a ciência do saber viver. Afinal, segundo um de seus idealizadores, “o povo que se movimenta é mais saudável e alegre”.⁶⁰³

⁶⁰²Cf. PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detective e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 80.

⁶⁰³COSTA, op. cit., p. 42.

CAPÍTULO 8

REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA

Neste capítulo busco identificar elementos que me permitam compreender o lugar estratégico da *Revista Comunidade Esportiva* na política nacional de massificação esportiva. Por meio do estudo de sua materialidade editorial, textual e gráfico-visual, procuro analisar a relação dessa revista com a leitura e seu leitor tendo em vista a (in)formação que buscava transmitir sobre o programa Esporte para Todos (EPT). A dimensão gráfica do periódico nos dá pistas das decisões tomadas para definir a linha editorial a ser seguida, o público leitor a ser alcançado e, especialmente, o modo como veiculou ideias norteadoras de ação em consonância com a Política Nacional de Educação Física e Desporto e o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), lançado em 1976.

A revista *Comunidade Esportiva* foi criada e publicada em 1980 por um órgão governamental do Ministério da Educação e Cultura, a fundação MOBREAL-MEC, com o propósito de divulgar o desporto comunitário e as atividades desenvolvidas pelo movimento Esporte para Todos (EPT) no Brasil. A sua circulação e distribuição era gratuita, feita pelas secretarias estaduais. A equipe técnica do periódico era formada por: Coordenação e Planejamento, Lamartine Pereira da Costa; Edição, Sonia Silveira e Lamartine Pereira da Costa; Produção e Circulação, Raul Bagattini; Publicidade, Alfredo Passacantilli e João Nelson dos Santos; Correspondentes, George Takahashi em São Paulo e Santiago Tapia Marin/Chile; Jornais associados, “O Estado do Maranhão”- São Luis – MA e o “Diário”- Piracicaba- SP; Programação visual: Diagramação, Ronaldo Fróes; Ilustração, Miro; Arte-final, Bernardino Netto; Humor, Everaldo da Silva Jr.; Jornalista responsável, Cleomar F. Pinheiro.

Editada inicialmente como jornal, sua publicação passou ao formato de revista a partir do n.º 8, e sua periodicidade variava entre tiragens mensais, bimestrais e quadrimestrais. Com tiragem inicial de 3.000 exemplares, passou para 5.000 no segundo número, dobrou no terceiro número e atingiu uma tiragem de 25.000 exemplares em 1981. A revista fazia parte da política de difusão de informação e promoção das ações desenvolvidas pelo movimento EPT no país, funcionando como órgão de assessoria e apoio ao programa esportivo. Sua sede estava localizada na cidade do Rio de Janeiro no bairro Botafogo.

Sobre a importância da revista, o então presidente do MOBREAL, Arlindo Lopes Correa, sublinhava:

Esta revista tem sido um exemplo de como é possível desenvolver o espírito da ação comum através do intercâmbio de informações. Em nosso país, é evidente a carência de circulação de informações por meios especializados ou técnicos, o que, no caso do esporte não formal é uma condição essencial para o desenvolvimento.⁶⁰⁴

Nesse sentido, o periódico tinha como objetivo também aprofundar conhecimentos técnicos e científicos na área do desporto de massa, pois a revista *Comunidade Esportiva* tornou-se um veículo de divulgação do movimento EPT, tanto na versão brasileira como nas diferentes interpretações internacionais. O aumento sucessivo de sua publicação demonstra o grande interesse dado pelos profissionais da área de Educação Física ao periódico.

A exploração dos sentimentos era absolutamente coerente com a linha editorial da revista, que buscava adesão aos programas esportivos. Por meio de uma estratégia argumentativa capaz de atingir diversos públicos de acordo com seu nível educativo e seus gostos, o editorial de 1981 destacava a importância do esforço empreendido para manter em circulação o periódico:

COMUNIDADE ESPORTIVA foi idealizada como um instrumento de troca de informações entre promotores de eventos esportivos, constituindo uma inovação tendo em vista o caráter de *congregação de pessoas* e entidades com objetivos comuns, em todo país. Após o seu lançamento ficou evidenciado que esses promotores- profissionais ou não do âmbito esportivo *atuavam como ativistas* dentro de propósitos estabelecidos pela intuição e precisavam de um ponto de referência, de um *apoio para que não morressem as sementes plantadas em anos de experiência.*⁶⁰⁵

Assim, a Revista *Comunidade Esportiva* constituiu-se da união de profissionais de Educação Física, da comunicação, da psicologia e outras áreas afins, que se apresentavam como um grupo multiprofissional para divulgar informações sobre o desporto de massa. Muitos editoriais da revista destacavam o caráter não remunerado de seus profissionais, entretanto, o grupo de profissionais "voluntários" era composto pelos mesmos formuladores da Campanha Esportes para Todo (EPT), implantada no Brasil nos anos de 1977-1979. Seu quadro editorial incluía a assessoria técnica de Lamartine Pereira da Costa, consultoria de Person Cândido Matias e do professor George Takahashi, representante da Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT) na Rede EPT, portanto, eram profissionais ligados à SEED/MEC ou ao MOBREAL.

⁶⁰⁴ CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, novembro, 1980.

⁶⁰⁵ EDITORIAL. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 13- mar.-abr. 1981. Grifo do autor.

A publicidade, principal fonte de renda do periódico, passava pelo Estado, seu principal anunciante, mas a revista contava também com parcerias de empresas privadas, como a Rede Globo de Televisão e a fundação Roberto Marinho, que apoiava programas de iniciação desportiva, especialmente no Rio de Janeiro. Assim, o fato de depender das agências governamentais para sua distribuição e sobrevivência, a censura de Estado, prática comum naquele contexto, não era uma preocupação do periódico. Este era descrito em seus editoriais como um veículo “aberto” que atendia às “inquietações das pessoas” que buscavam entre si um vínculo de informação na área do esporte popular, comunitário e de massa.

Entretanto, sua distribuição era especialmente voltada para as escolas de ensino básico e os cursos de Educação Física de todo o país. A partir de 1982, a revista Comunidade Esportiva foi incorporada à rede Nacional de Esporte para Todos, cuja finalidade era:

Constituir-se numa central de difusão, que através dos seus veículos de comunicação deve produzir e fazer circular informação, visando a integração de idéias, oportunidades, pessoas, grupos e entidades mobilizadas no desenvolvimento do Esporte para Todos no Brasil, enquanto ideologia, movimento e prática social.⁶⁰⁶

E ainda,

A Rede Nacional de EPT, na busca de atingir esses objetivos, no momento, lança mão dos seguintes canais de comunicação. Revista Comunidade Esportiva- Veículo já tradicional entre os epetistas, com tiragem de 25.000 exemplares, procura ser um espaço aberto para pessoas e organizações atuantes no esporte comunitário, que participam enviando artigos, estudos, pesquisas e informações de âmbito nacional.⁶⁰⁷

Portanto, com a criação da Rede Nacional de EPT em abril de 1982, a Revista Comunidade Esportiva tornou-se um dos principais veículos de divulgação desse movimento esportivo. Quanto ao conteúdo, a revista privilegiava também artigos sobre teoria e prática de esporte comunitário tanto no nível nacional como internacional; pesquisadores dos Estados Unidos, Alemanha, Chile, Suécia e Paraguai publicaram artigos relatando experiência em EPT nos seus respectivos países. Segundo os idealizadores da rede EPT, o objetivo era:

Possibilitar, cada vez mais intensamente, o fluxo dessas experiências epetistas, através da MOBILIZAÇÃO e INFORMAÇÃO. Na procura dessa respostas é que se situam as Redes EPT, em suas composições Municipais, Estaduais e

⁶⁰⁶STEINHILBER, Jorge et al. Rede Nacional de Esporte para Todos. In: *TEORIA e Prática do Esporte para Todos 1982-1983*. MEC. Secretaria de Educação Física e Desporto. Brasília. Edição fevereiro de 1983. p. 429.

⁶⁰⁷ Idem.

Nacional, tal como aspirado e desenhado no Projeto Rede Nacional de Esporte Para Todos iniciado em 1982 e que deve continuar a ser aspiração para 1983.⁶⁰⁸

A rede nacional de EPT contava ainda com um “boletim informativo” que circulava semanalmente, destinado principalmente aos membros internos do movimento, com informações enviadas pelas coordenações estaduais. Havia os programas de rádio que estavam integrados na programação educativa da portaria interministerial- MEC n.º 568. Essa portaria regulamentava o tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais deveriam destinar à transmissão de programas educacionais. Segundo a portaria n.º 568, a coordenação dessa atividade caberia à Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), do MEC, e as emissoras educativas deveriam assumir a produção de programas para as TVs comerciais que não tivessem programação própria para cumprir os ditames legais.

Os programas de rádio do EPT eram levados ao ar todos os domingos em cadeia nacional, com o objetivo de mobilizar a população em relação às atividades esportivas. Os programas eram constituídos basicamente de entrevistas com temáticas variadas, informações técnicas sobre o desenvolvimento do EPT no país. Foram produzidos vinte e dois programas em 1982. O sistema de informação disponibilizava, ainda, a gravação dos programas radiofônicos no formato de fitas cassetes para os interessados no movimento. A formação profissional também era uma preocupação do sistema de informação da Rede Nacional de Esporte para Todos.

No que tange a formação de recursos humanos, a Rede EPT através de sua equipe tem participado de cursos, palestras, seminários, encontros que propiciaram a divulgação da filosofia e prática EPT, a formação de agentes EPT e principalmente a implantação das Redes Estaduais e Municipais de EPT.⁶⁰⁹

Apesar de sua orientação político-editorial excluir alguns leitores, dada a especificidade dos assuntos veiculados, a Revista Comunidade Esportiva circulou em quase todo o território nacional, atingindo seu objetivo principal de divulgar internamente o EPT no Brasil.

Distensão, recreação e desenvolvimento

Em março de 1979, tomava posse o novo presidente da República, o general João Batista Figueiredo, ex-ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Geisel com o compromisso de dar continuidade à estratégia de distensão política do seu

⁶⁰⁸ Idem, p. 431.

⁶⁰⁹ Idem, p. 430.

antecessor. O início de seu governo foi marcado por grandes mobilizações de cunho social: greves operárias, de professores, dos motoristas de ônibus, dos funcionários públicos; organização de movimentos por creches, por moradia, movimento feminista, movimento do custo de vida, entre outros.

Tais manifestações revelavam a insatisfação da população frente aos poderes públicos. Na busca por adesão e aceitabilidade para as ações do governo, o ministro da aeronáutica Délio Jardim Mattos afirmava que as manifestações eram prejudiciais não apenas à abertura proposta, mas especialmente “à família, à pátria e à sociedade em geral.”⁶¹⁰ Assim, as dificuldades crescentes em todas as esferas sociais que atingia o governo militar fez com que o mesmo passasse a fazer ameaças constantes quanto à possibilidade de continuidade do processo de distensão e abertura.⁶¹¹

Diante desse quadro político, a necessidade de angariar legitimidade ao novo governo impôs a urgência de negociar com as diversas forças políticas, inclusive as que haviam combatido a ditadura. Entretanto, tais métodos políticos confundiam-se constantemente com ameaças de retrocessos, pois o fio condutor desse processo continuava sendo a especificidade da democracia brasileira. Para o novo presidente João Batista Figueiredo, se a democracia tinha como princípio básico “todo poder emana do povo”⁶¹², era preciso “buscar a nossa democracia. O processo democrático, mesmo tendo-se presente a democracia em seus valores absolutos, precisará estar adaptado às nossas condições e necessidades [...] porque democracia plena não existe.”⁶¹³

Assim, no primeiro ano do governo de Figueiredo, podem ser identificados dois momentos importantes nesse processo com o envio ao Congresso Nacional dos projetos de reformulação partidária e de anistia política. O primeiro deles acabava com o bipartidarismo instituído pelos militares com o ato institucional n.º 2 desde 1965. O segundo projeto, aprovado em agosto de 1979, a Lei de Anistia, causou grande insatisfação nos setores de oposição ao governo. A anistia aprovada apresentava muitas limitações, pois excluía dos seus benefícios os condenados por práticas de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, mas, por outro lado, sob o argumento jurídico do princípio da reciprocidade e do combate ao revanchismo, a lei anistiava os militares envolvidos em torturas, assassinatos e atos questionáveis praticados em nome do governo e das forças armadas.⁶¹⁴

⁶¹⁰ MATTOS, Délio Jardim. Céu de brigadeiro. *Veja*, São Paulo, n. 559, p. 4-23, maio 1979.

⁶¹¹ Cf. REZENDE, op. cit., p. 285-287.

⁶¹² FIGUEIREDO, João Batista. Apud. REZENDE, op. cit., p. 230.

⁶¹³ Idem.

⁶¹⁴ Cf. REZENDE, pp. cit., p. 285-294.

Essas medidas vinham acompanhadas de um amplo processo de justificação da ditadura e seus feitos. Assim, diante do agravamento da crise econômica, e pressionado pelo fortalecimento do movimento social e sindical, o último governo militar não tinha a sua busca de aceitabilidade centrada somente na esfera econômica. Dirigindo-se à nação em rede nacional de rádio e televisão no dia 1.º de maio de 1979, o presidente Figueiredo trazia à tona os elementos fundadores da ordem social proposta pelos militares e dos grupos civis que apoiaram o regime.

Sou homem da ponderação e da prudência. Mas não hesitarei em aplicar as leis existentes, diante de situações que ameacem a tranqüilidade da família brasileira, ou possam conduzir à desordem social. A principal característica do Estado de direito democrático é o respeito de todos à Lei.⁶¹⁵

O governo do general João Batista Figueiredo esforçava-se para sedimentar uma visão positiva do regime militar. A ênfase ao suposto ideário de democracia, muito presente nas práticas esportivas do programa Esporte para Todos (EPT), divulgada na revista Comunidade Esportiva no início da década de 1980, revela não apenas o quanto são complexos os mecanismos de intervenção social relacionada ao controle dos corpos, mas revela, sobretudo, o quanto eram sofisticados os saberes e as técnicas do período em questão. A escolha de certos conhecimentos, ou seja, as verdades científicas que a revista priorizava, estavam diretamente relacionadas às necessidades e os interesses do projeto hegemônico do período autoritário.

Assim, para os editores da revista Comunidade Esportiva, era preciso dotar a Educação Física de métodos modernos para iniciação esportiva, incorporando aos cursos de graduação em Educação Física de todo o país a disciplina Educação Física Permanente. O objetivo de tal disciplina seria formar alunos com competência para aplicar e desenvolver programas ligados a atividades físicas de lazer. O texto do professor Hélio Guimarães sobre lazer, publicado no periódico, dizia:

O lazer compreende três condições básicas: **a distensão**, que corresponde a diminuição ou até a eliminação das tensões provocadas pela fadiga física ou mental originada principalmente do trabalho; **a recreação** que libera o indivíduo dos aborrecimentos e insatisfações, originárias do trabalho ou de

⁶¹⁵ FIGUEIREDO, João Batista. Discurso à nação brasileira pela passagem do dia do trabalho 1979. In: Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. p. 45. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1/1979/09.pdf/view>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ambiente menos favoráveis de convivência; **o desenvolvimento**, que enriquece culturalmente o indivíduo, projetando sua personalidade.⁶¹⁶

Dessa forma, em muitas publicações de professores de Educação Física na Revista Comunidade Esportiva, as atividades do programa EPT eram caracterizadas como um moderno conceito de desenvolvimento do esporte de massa para “educar a população em todas as camadas sociais consideradas a utilizar de forma adequada o tempo livre de que dispõe.”⁶¹⁷ Apresentada como possibilidade educativa para as massas, naquele momento era importante para os editores da revista que os alunos dos cursos de graduação em Educação Física se tornassem “agentes multiplicadores do novo modelo ideal”.

Fazendo da Educação Física, dos esportes e da recreação- Lazer Físico, o centro de interesse, dado o fato de ser este projeto o mais atraente de uma programação de atividades destinada às nossas unidades, desenvolve-se uma estratégia que engloba, basicamente, um planejamento anual, cujo conteúdo se exprime em: aulas de educação Física com hora marcada... Para todas as faixas etárias; Recreação orientada nos fins de semana e feriados; Programação de atividades ditas complementares tais como: manhãs de recreio, férias dirigidas, ginástica em família, concursos de papagaios, caminhadas a pé, curso de natação nas férias, etc.⁶¹⁸

E ainda,

Estabelecendo-se em bases firmes o espírito de coletividade ou social, quando os usuários já se integraram à unidade de trabalho (Centros Esportivos), tem-se como promissor e receptível o campo de atuação, para o desenvolvimento de uma estratégia própria ao desencadeamento de uma série infindável de atividades que se inserem nos demais tipos de lazer: prático, intelectual, artístico e social.⁶¹⁹

Dessa forma, os programas esportivos e de lazer que faziam parte da estratégia psicossocial continuavam a ter um peso fundamental nos anos da abertura. Segundo o general Golbery do Couto e Silva, tal estratégia tinha como meta “manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, tranquilidade e segurança, de nossos objetivos políticos.”

⁶²⁰ Na tentativa de construir uma consciência coletiva favorável, o governo passou a adotar

⁶¹⁶ GUIMARÃES, Hélio. O lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 8, out. 1980. Grifos do autor.

⁶¹⁷ BRAMANTE, Antonio Carlos. O programa lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 14, nov. 1980.

⁶¹⁸ ARAÚJO, Rodolfo. Metodologia para implantação do lazer em centros esportivos. *Revista Comunidade Esportiva*, Rio de Janeiro, n. 8, out. 1980, p.10.

⁶¹⁹ Idem.

⁶²⁰ COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p. 33.

mecanismos mais sutis de controle, tendo em vista obter o consenso e a legitimidade que necessitava às suas estratégias no campo psicossocial.

Assim, frente principalmente aos grupos mais revoltosos e insatisfeitos com o autoritarismo e as restrições políticas, sobretudo durante os anos de 1968-1973, o novo governo buscou montar um discurso pautado em princípios humanísticos, democráticos e de liberdade, com a possibilidade de promover uma distensão lenta, gradual e controlada, cuja função seria a de salvaguardar a personalidade nacional. Tal discurso foi também produzido e apropriado pelos profissionais de educação no modo como competia à Política Nacional de Educação Física e Desporto, segundo o Ministro Ney Braga:

O presente documento, juntamente com a Política Nacional Integrada da Educação e com a Política Nacional de Cultura, completa as diretrizes básicas do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de criar condições reais e objetivas para o pleno desenvolvimento físico, intelectual e cultural do homem brasileiro. [...] A simples análise das linhas gerais deste documento revela, também neste setor, a prioridade atribuída pelo Governo aos programas para a *valorização do homem, através da melhoria dos padrões de aptidão física e da saúde da população.*⁶²¹

Com o encerramento da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) em 1978, a revista *Comunidade Esportiva* passou a exercer importante papel na divulgação dos projetos esportivos governamentais, na medida em que destacava as principais preocupações, debates e ações em torno da implantação do desporto em massa no Brasil. Segundo Cláudio Moreira, então presidente do MOBREAL, a revista cumpria o papel de “uma verdadeira agência de informação”⁶²², multiplicando as iniciativas do programa Esporte para Todos (EPT) em outras regiões do país.

A revista *Comunidade Esportiva* dava voz aos agentes institucionais (representantes do governo em todos os níveis do poder) e divulgava que havia um projeto de “integração nacional através do esporte”⁶²³. Suas ações e medidas eram legitimadas por meio da construção de um suposto ideário de democracia. Tal proposição era feita, de acordo com o presidente do MOBREAL, “dando espaço às comunidades, em todo país, para a opção, para a

⁶²¹ POLÍTICA Nacional de Educação Física e Desporto. Plano Nacional de Educação Física e Desporto. Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília- DF, 1976, p. 21. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me002156.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

⁶²² MOREIRA, Cláudio. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 16, setembro/outubro 1981.

⁶²³ Idem.

participação nas decisões e nos métodos de trabalho das diferentes organizações atuantes na área social”.⁶²⁴

A presença do Estado no periódico alinhava-se à finalidade de procurar adesão às suas pressuposições em torno da convivência social. Além disso, a defesa da disciplina e da harmonia era feita como uma espécie de respostas aos anseios da sociedade. Nesse sentido, as críticas sofridas pelo governo federal eram amenizadas em suas publicações. Um exemplo foi a construção do parque Pithon Farias em Brasília.

Acredito que o governo quando idealizou o parque Pithon Farias tinha em mente proporcionar num local dentro da cidade o convívio harmonioso da população em estreita relação com a natureza [...]. Não é possível olharmos um elefante branco como é chamado o parque e assistir umas poucas pessoas usando de maneira errada suas instalações.⁶²⁵

E ainda,

É preciso educar o povo para a prática de atividades físicas e a importância desta para alcançar uma vida melhor e mais longa. Precisamos insistir no Esporte para Todos. [...] é realmente triste ver o que existe no parque e não podermos sentir o calor humano de milhares de pessoas frequentando-o. Vamos ao parque e utilizemos as suas instalações para uma vida de lazer e confraternização entre as pessoas.⁶²⁶

No início da década de 1980, tais medidas eram apresentadas à população como valorização da comunidade, do civismo, da natureza e dos valores familiares brasileiros. Enquanto isso, registrava-se também o aumento das manifestações populares em favor das eleições diretas para presidente da república como a ocorrida em Goiânia em 1983, que surpreendeu o governo. Cerca de cinco mil pessoas lotaram o ginásio de esportes da cidade, revelando que o interesse da população por aquele espaço não era apenas relacionado aos torneios esportivos.

No entanto, é importante sublinharmos que o conhecimento científico produzido na área de Educação Física e esportes, naquela época, apresentava uma perspectiva fortemente pragmática, uma concepção de ciência como forma de prever e controlar o futuro; para obter-se esse controle, era preciso colocar sob domínio a natureza humana, educando o físico dos indivíduos, submetendo-os à sua “natureza” normativa. O papel do programa Esporte para Todos, nessa

⁶²⁴CORRÊA, Arlindo Lopes. Editorial. A posição do MOBREAL no EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dezembro de 1980.

⁶²⁵ARAÚJO, Rodolfo. A importância da mobilização. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 08, p.10, outubro de 1980.

⁶²⁶Idem.

biopolítica, sugere que ele estava definindo as normas de saúde e lazer, desenhando uma temporalidade racional, autônoma e exemplar.

Entre o otimismo dos programas esportivos e o pessimismo econômico

No início dos anos de 1980, a crise econômica brasileira, a despeito dos empréstimos de emergência realizados durante a década anterior, só se acentuava. Ainda, com a explosão da crise da dívida externa, o governo teve de lidar com o esgotamento do modelo econômico, com queda na taxa de investimentos, desordem macroeconômica, alta inflação, instabilidade de preços e perda de competitividade por atraso tecnológico. Sofrendo forte pressão para pagar os compromissos da dívida externa, e com a opinião pública cada vez mais descontente, não apenas com os problemas econômicos, a modernização brasileira mostrava-se insuficiente frente às mudanças em curso.⁶²⁷

Desde a década de 1970, a indústria editorial, na sua totalidade, passava por um processo de modernização, com a importação de novos maquinários, incentivados pelo governo, que favoreceu a importação de novas maquinarias para a impressão e implementação de uma política para o setor da indústria gráfica. As inovações irão refletir-se não só no aprimoramento da qualidade do impresso, como no volume da produção que encontrava um mercado receptivo.⁶²⁸

Entretanto, a crise econômica e a conseqüente crise no modelo de trabalho e de produção, colaboraram para alterações nos padrões de consumo, afetando também o mercado editorial das revistas. Além disso, já se esboçava uma tendência de segmentação no setor de publicação, com o surgimento de públicos especializados que consumiam produtos diretamente produzidos para eles: esportes, culinária, revistas infantis, fotonovela, entre outras.⁶²⁹ A revista *Comunidade Esportiva* fazia parte da segmentação do mercado editorial daqueles anos, que buscava novos nichos cada vez mais específicos.

A ênfase na saúde e no estilo de vida esportivo era um assunto que tinha como objetivo mobilizar todos, independentemente de sexo, geração ou classe social, ainda que acontecesse com intensidades diferentes. Entretanto, diante da crise social intensificada no início de 1980 no Brasil, a ênfase na “questão social” foi ganhando cada vez mais espaço na revista, e o tema

⁶²⁷ Cf. REZENDE, op. cit., p. 294.

⁶²⁸ Cf. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, p. 113-148.

⁶²⁹ Idem.

integração social pelo esporte era continuamente ressaltado nos editoriais da Revista Comunidade Esportiva.

Daí nosso empenho em realçar as realizações locais e de pessoas, procurando um equilíbrio entre o fato e a técnica, buscando a motivação necessária ao movimento e à causa do novo esporte: a da ação comum, a da comunidade, PARA TODOS.⁶³⁰

É importante lembrar que o lema que orientou os cinco governos militares que se sucederam entre 1964 e 1985 foi "segurança e desenvolvimento", ou seja, era preciso integrar as regiões e populações no processo nacional de desenvolvimento, prescrição essa do próprio regime de Segurança Nacional. Os editoriais da revista Comunidade Esportiva são ricos em marcas textuais dessa busca por adesão às políticas sociais do último governo militar.

A posição da Fundação MOBREAL, com respeito ao movimento Esporte para Todos (EPT) está em fase de consolidação: após testarmos a viabilidade e a aceitação popular das atividades esportivas não-convencionais no Brasil (dez milhões de participantes mobilizados no país no biênio 77-79), especializamo-nos na difusão do assunto, a fim de apoiar as dezenas de entidades hoje atuantes no âmbito das chamadas atividades físicas de lazer.⁶³¹

A política de desenvolvimento esportivo fazia parte do terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1980-1985) e utilizava a educação como meio de recuperação das populações pobres que se encontravam à margem do projeto econômico e social de desenvolvimento. Elaborado em 1979, o III PND mantinha como objetivo-síntese a construção de uma sociedade desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível. Sobre políticas sociais, dizia:

A política de educação, cultura e desportos, como parte da política social, se compromete a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferentemente, para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja apenas função da posse econômica e do poder. Educação é direito fundamental e ação basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente em sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.⁶³²

⁶³⁰ CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980.

⁶³¹ CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 12, fev. 1981.

⁶³² BRASIL. República Federativa do. III PND- Plano Nacional do Desenvolvimento. 1980/1985, ano 1980, p. 48.

E integrar essas populações fazia parte da própria política de Segurança Nacional, segundo a qual a pobreza constituiria uma ameaça às políticas de assistência, já que essas comunidades seriam mais vulneráveis às investidas da subversão. Com base nesse fundamento, criaram-se programas como o EPT, visando à integração regional e social por meio de programas de baixo custo com a participação da comunidade. Portanto, o papel da *Revista Comunidade Esportiva* era expandir a "Ação Comunitária" por todo o território nacional mediante cada novo número editado. Entretanto, essa política de ação do movimento EPT estava em consonância com o III PND.

Nessas condições, a educação continuava sendo interpretada como uma das principais formas de “conter a pobreza” e ocupava a função de preparação e implementação de mão de obra, objetivando a capacitação profissional. Tal perspectiva estava articulada integralmente ao propugnado nas proposições e diretrizes educacionais empreendidas com a Lei n.º 5.692/1971 e as ações e programas propostos por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e a Política Nacional de Educação Física e Desporto - 1975.

O desporto é, sem dúvida, um dos mais valiosos elementos de apoio à formação do homem e de coesão nacional e social, contribuindo também para o intercâmbio e o melhor conhecimento entre os povos. Na verdade, o desporto pode ser concebido como um dos instrumentos utilizados pelo estado e pela comunidade para a solução de problemas atuais, gerados pela moderna sociedade industrial, como o aumento da faixa do tempo destinado ao lazer e à diminuição da necessidade de esforço físico no trabalho humano.⁶³³

E ainda,

Uma política desportiva adequada à realidade representa, além disso, um dado a mais na promoção de justiça social, pelo caráter democrático inerente à ascensão do talento desportivo que encontra condições para revelar-se, independentemente de prestígio, nível de renda ou relações de poder.⁶³⁴

A criação da *Revista Comunidade Esportiva* foi um dos desdobramentos da “Ação Comunitária”. Apresentava como objetivo também tornar-se a base teórica que pudesse dar sustentação à política de desenvolvimento do esporte de massa no país e contribuir com a formação de profissionais aptos na implantação de políticas sociais nos moldes do EPT. O editorial n.º 9 de 1980, assinado pelo presidente do MOBREAL afirmava:

⁶³³ POLITICA Nacional de Educação Física e Desporto-PNED/1975. Introdução. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desporto. p. 27, 1976.

⁶³⁴ Idem.

Se isto não ocorrer, perderemos o momento histórico de realizarmos a construção nacional de toda uma nova escola de pensamento da ciência dos esportes, bem como ficaremos vulneráveis a uma invasão cultural, determinada pela importação de modelos estrangeiros.⁶³⁵

Para administrar as tensões, a revista era anunciada como uma nova forma de concretizar o projeto sempre inacabado do desenvolvimento brasileiro. Portanto, para manter o equilíbrio entre o fato e a técnica, o MOBREAL abraçou a causa do novo esporte brasileiro. Assim, o esporte foi ganhando um caráter cada vez mais preventivo na manutenção da harmonia e do equilíbrio da sociedade.

Nos editoriais, as diferenças sociais observadas eram explicadas pelo fato de a população pobre encontrar-se desintegrada do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, era importante a implantação de projetos sociais integrados (saúde, educação, cultura, esporte e lazer) sob a forma concreta nas ações comunitárias. O presidente do MOBREAL, Arlindo Lopes Correia, declara:

Nesses termos estamos prontos a cooperar com qualquer organização que pretenda desenvolver iniciativas na área social desde que não desvie nossos recursos financeiros, estes, sim, ainda orientados, na quase totalidade, para a alfabetização, nosso compromisso principal com a Nação.⁶³⁶

O chamado “compromisso com a pobreza” percorreu os editoriais analisados na Revista Comunidade Esportiva nos períodos finais da ditadura militar brasileira, como iremos perceber ao longo do capítulo. Nas páginas da revista, as comunidades eram “carentes de lazer” e não “carentes de infraestrutura”, como: calçamento, rede de esgoto, iluminação pública, parques e praças para a prática esportiva. Entretanto, as imagens fotográficas publicadas na revista (figuras 49 e 50) denunciavam a fragilidade do processo nacional de desenvolvimento brasileiro e, ao mesmo tempo, incorporavam o discurso da integração para o desenvolvimento.

⁶³⁵ CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980.

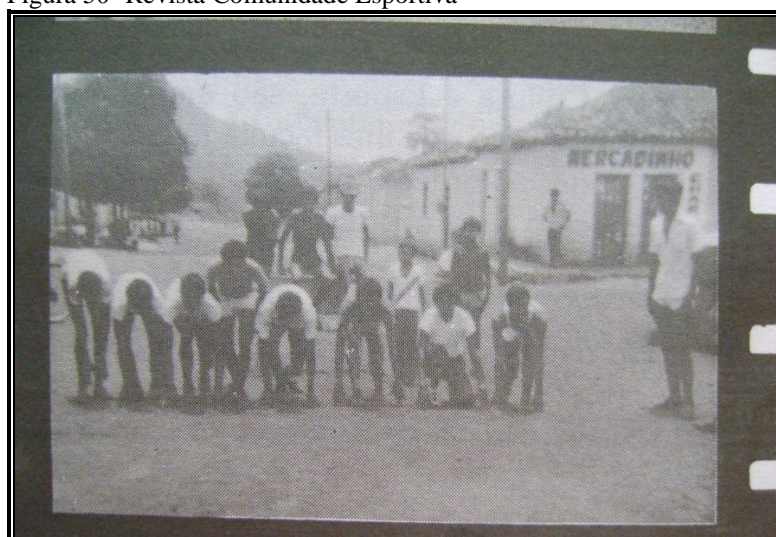
⁶³⁶ CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1980.

Figura 49- Revista Comunidade Esportiva



Fonte: FATOS..., 1980.⁶³⁷

Figura 50- Revista Comunidade Esportiva



Fonte: FATOS..., 1980.⁶³⁸

A Revista Comunidade Esportiva representou uma etapa importante no processo de divulgação do EPT, especialmente entre os profissionais de Educação Física. A escolha de o que publicar pressupunha a definição de um público leitor. Nesse sentido, os editoriais da revista permite aventar que o leitor-alvo eram estudantes e profissionais de Educação Física com conhecimento prévio sobre ciências do esporte, pois, segundo o então presidente do MOBREAL Arlindo Lopes Correa,

⁶³⁷ FATOS do Esporte para Todos. Noticiário e informações técnicas. *Revista Comunidade Esportiva*, Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980. p. 21.

⁶³⁸ Idem.

Nossa proposta é a de manter a mesma linha original, dando mais espaço às áreas tradicionais da Educação Física e dos esportes, prevendo-se uma integração do esporte comunitário e de massa às técnicas em uso ou em desenvolvimento. Acreditamos que o efeito final será uma adaptação mútua: a linha EPT e suas variações ganharão em conteúdo, e a linha convencional incorporará novas formas de trabalho ao alcance efetivo da massa praticante.⁶³⁹

Em 1981, a preocupação em dar caráter “científico” ao periódico tornou-se visível no decorrer dos inúmeros artigos e editoriais, associando esporte comunitário e de massa como complemento das disciplinas que compõe as ciências dos esportes.

O sistema ora implantado tem por objetivo obter coordenação por meio da troca de informações entre os próprios participantes. Naturalmente a evolução teórica será ordenada a partir deste intercâmbio, tendo como base a SEED-MEC, que organizará eventos de retorno destas informações já sob forma de teoria e metodologia (cursos, seminários, publicações, currículo do ensino superior de Educação Física etc.)⁶⁴⁰

Para os formuladores do EPT no Brasil, era preciso incorporar aos cursos de Educação Física de todo o país a disciplina Educação Física Permanente. Tal disciplina deveria preparar os alunos para aplicar e desenvolver nas comunidades programas ligados a atividades físicas de lazer, e o programa EPT era caracterizado como um moderno conceito de desenvolvimento do esporte de massa por muitos professores de Educação Física, inclusive como possibilidade educativa para as massas naquele momento. Nesse sentido, eram publicadas no periódico: informações gerais sobre reuniões técnicas, congressos, anúncios de publicações científicas, relações de agentes esportivos espalhados pelo país, relatos de experiências desenvolvidas por escolas, prefeituras, associações comunitárias. Fazia parte também desse processo de divulgação científica notas e artigos com fundamentação teórica sobre o EPT, a Educação Física, o esporte, o lazer e a legislação desportiva.

Com o encerramento da campanha EPT em 1979, a Revista Comunidade Esportiva passou a editar artigos com fundamentação teórica da experiência brasileira. Esse processo de racionalização do movimento incentivou a realização dos Congressos de Esporte para Todos, como forma de “buscar uma maior fundamentação teórica e impulso na prática do EPT.” No início da década de 1980, os idealizadores do movimento defendiam que o programa EPT fosse inserido como uma disciplina no currículo do ensino superior de Educação Física, mas para que isso fosse possível era necessário construir uma teoria e metodologia. A organização do primeiro Congresso Brasileiro de Esporte Para Todos em 1982 em Curitiba foi um marco

⁶³⁹ CORREA, Alindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, out. 1980.

⁶⁴⁰ MOREIRA, Cláudio. *Presidente do MOBREAL*. Editorial Comunidade Esportiva. n. 16 set.-out. 1981.

nesse sentido, e a Revista Comunidade Esportiva foi seu maior divulgador. Péricles Cavalcante, então, Secretário de Educação Física e Desporto do MEC, assim se pronunciava quanto à importância do congresso:

Trata-se de uma proposta avançada: seguindo princípios do EPT, o intercâmbio entre os participantes acontecerá através de vivências e incentivo à participação em lugar das tradicionais hierarquizações e padronizações. Teremos, assim, um evento típico não formal que poderá representar um grande avanço nos encontros técnicos de um modo geral e na interpretação da Educação Física em particular. O nosso objetivo, nessas circunstâncias, é buscar uma maior fundamentação teórica e impulso na prática do EPT. Trata-se, enfim, do encontro da SEED-MEC com o seu compromisso histórico com a Educação Física e os Esportes, ou seja: uma realização de TODOS para crescimento de TODOS na nova forma de entender o esporte.⁶⁴¹

No entanto, a defesa sistemática do EPT revelava as disputas entre interesses, concepções científicas, entre teoria e prática, que historicamente acompanham o processo de desenvolvimento da Educação Física no Brasil. O pretense sistema de ideias e valores sobre democratização do esporte era apontado pelos formuladores do EPT como unificador dos conflitos existentes no interior da área. Dessa forma, segundo a filosofia epetista, o desenvolvimento da Educação Física deveria passar por uma “nova forma de entender o esporte” para que fosse possível a adoção quase definitiva ao modelo esportivo como realmente significativo à sociedade.

Entretanto, tais disputas revelam também modos de pensar e agir em relação à educação do corpo. A padronização das práticas corporais, entre elas, o esporte para a população difundidas como corretas, modernas, científicas, incluía também a produção de pedagogias destinadas a educá-lo. A Revista Comunidade Esportiva contribuiu nesse sentido, divulgando em todo o país as ideias e atividades epetistas como projeto social inovador de participação comunitária.

Além disso, a formulação de um suposto ideário de democracia que cimentava as diversas estratégias do governo (militar, psicossocial, política e econômica) teve um importante papel nesse processo de criação de uma consciência favorável ao regime militar, perceptível por meio de programas sociais como o EPT. A construção de um sistema de ideias e valores constitui-se em um dos fundamentos do processo psicossocial e político instaurado em 1964. A intenção de inspirar várias gerações futuras continuava sendo no período da abertura seu propósito norteador. O projeto de construção de uma ordem social fundada no

⁶⁴¹ CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 19, jul.-ago.1982.

não conflito, na aceitação dos valores ligados à disciplina, à harmonia e à integração atravessaram todo o regime militar como um fio condutor.⁶⁴²

Essa preocupação com o estabelecimento e internalização do ideário construído pelo movimento de 1964 emerge no periódico com a tentativa de tornar o EPT um exemplo de projeto inovador em comparação com toda sistemática de funcionamento dos programas e projetos sociais no Brasil. Mas, para que ocorresse a “mudança de mentalidade”, era preciso que os profissionais de Educação Física se adaptassem e seguissem à risca as "normas", "preceitos" e "princípios" do esporte comunitário de massa. Aqueles da disciplina, da ordem, da produtividade, do controle do tempo livre.

Aspectos gráficos

A Revista Comunidade Esportiva não apenas divulgava as ações do movimento EPT. Com o objetivo de orientar a intervenção na comunidade, os textos publicados no periódico reforçavam os argumentos morais e científicos do programa esportivo. Entretanto, o teor do discurso epetista também ecoava na dimensão tipográfica da revista, na capa, na apresentação gráfica dos textos, nas ilustrações e nas fotografias.

A capa do periódico contém o nome da revista Comunidade Esportiva, o emblema SEED, da Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC, dados sobre a edição (mês, ano, volume e número) e uma representação gráfica - acima do nome da revista - de variadas modalidades desportivas que nos remetem às atividades desenvolvidas pelo movimento EPT. A cor de fundo da capa mudava conforme o volume de cada número, variando entre verde, vermelho e laranja, mas a cor das letras permaneceu a mesma. Os dados sobre a edição ocupavam horizontalmente a parte superior da capa. Do lado esquerdo da palavra Esportiva, o emblema do SEED.

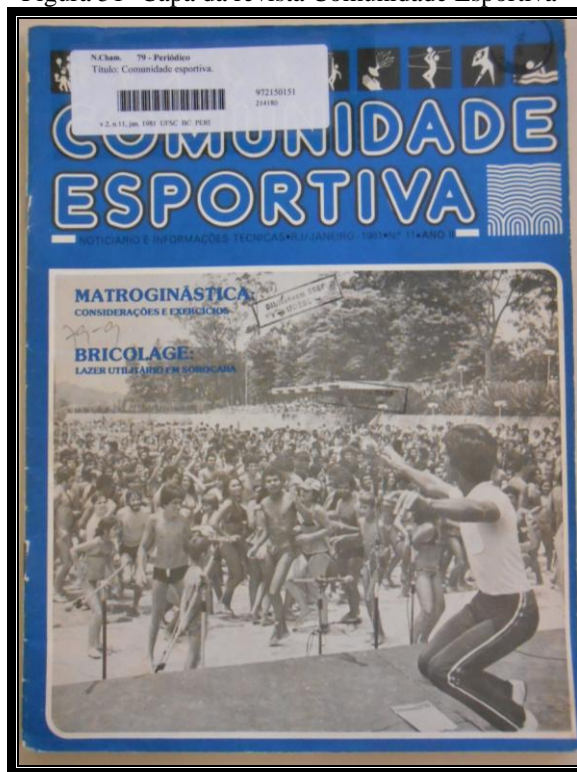
A expressão que compõe o título da revista é impressa em maiúscula, apresentando uma única composição gráfica em todas as edições, o que acabou estabelecendo uma marca registrada do periódico. O elemento gráfico de destaque na capa era a fotografia estampada. As imagens fotográficas, geralmente em preto e branco, exibiam ações do programa Esporte Para Todos, o que parece uma tentativa não apenas de representar o tema da revista, mas dar

⁶⁴² Cf. REZENDE, op. cit., p. 304-323

visibilidade aos programas sociais do governo, no momento em que a sociedade voltava suas atenções para os movimentos sociais contestatórios do período da abertura.

Segundo a socióloga Maria José Rezende, os estabelecimentos da conciliação, da negociação e do consenso passavam a ser mencionados pelo governo como fundamento da práxis democrática que seria implantada no dia a dia como única forma de garantia de felicidade de todos os brasileiros. Os movimentos contestatórios eram apresentados pelos condutores do regime como atentado aos valores da família brasileira, e a tese de conciliação nacional era enquadrada dentro dessas pressuposições, ou seja, o governo justificava suas ações no campo social como uma forma de garantir a felicidade de todos os brasileiros.⁶⁴³ Portanto, mais que enriquecer a composição visual da capa da Revista Comunidade Esportiva, a fotografia escolhida anunciava o conteúdo do periódico no contexto da abertura, fazendo o papel de um texto de chamada. (fig. 51)

Figura 51- Capa da revista Comunidade Esportiva



Fonte: Comunidade⁶⁴⁴

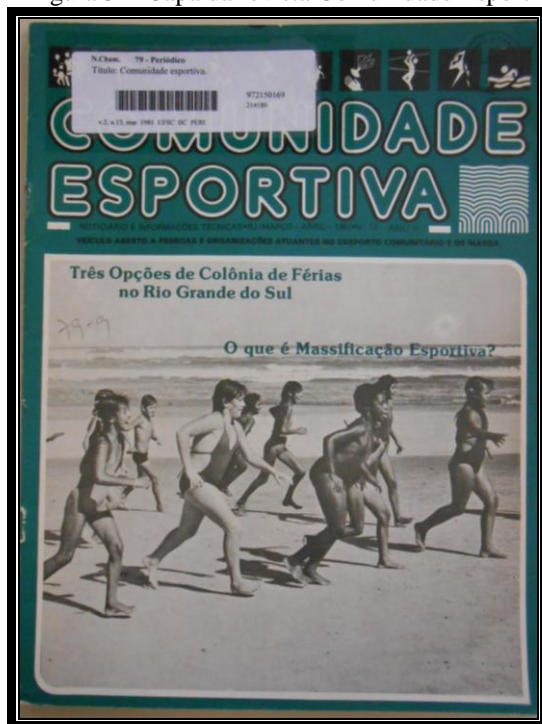
Nesse sentido, o conteúdo da imagem corroborava com o argumento do conteúdo editorial. “Hoje a maior parte de nossa edição está especializada no esporte comunitário e de massa (EPT), complementando-se cada número com assuntos da Educação Física/desporto

⁶⁴³ Cf. REZENDE, op. cit., p. 311- 312.

⁶⁴⁴ REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA. Noticiário técnico. Rio de Janeiro. n. 11, jan. 1981.

tradicional.”⁶⁴⁵ De fato, grande parte das imagens fotográficas que ilustraram as capas da Revista Comunidade Esportiva foram atividades do programa EPT. Percebe-se a necessidade de deslocar a Educação Física cada vez mais para a adoção do modelo esportivo como estratégia de desenvolvimento econômico e social (fig. 52 e 53)

Figura 52- Capa da revista Comunidade Esportiva



Fonte: Comunidade⁶⁴⁶

As ações que promoviam o aprimoramento físico da população por meio do esporte comunitário desdobraram-se em duas frentes de interesse. Primeiro, porque “engrandeciam” as pessoas estimulando “a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar,”⁶⁴⁷ reforçando o sentimento de “povo, de nacionalidade e de integração nacional.”⁶⁴⁸ Segundo, porque representam em si mesmas ações econômicas, capazes de gerar renda e criar novas possibilidades de mercado. “Esse novo Programa objetivou dar aos indivíduos

⁶⁴⁵ CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 11, jan. 1981.

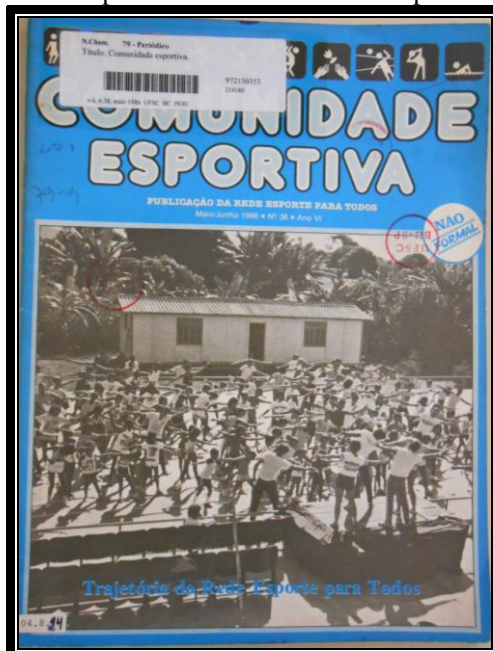
⁶⁴⁶ REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA. Noticiário técnico. Rio de Janeiro. n. 11, jan. 1981.

⁶⁴⁷ COSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George. Fundamentos teóricos do EPT. In: *Teoria e Prática do Esporte Para Todos 1982-1983*. Brasília: MEC Secretaria de Educação Física e Desporto. Edição SEED/SUEP. Rede EPT, p. 18, fev. 1983.

⁶⁴⁸ REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA. Noticiário técnico. Rio de Janeiro, n. 13, mar.-abr. 1981.

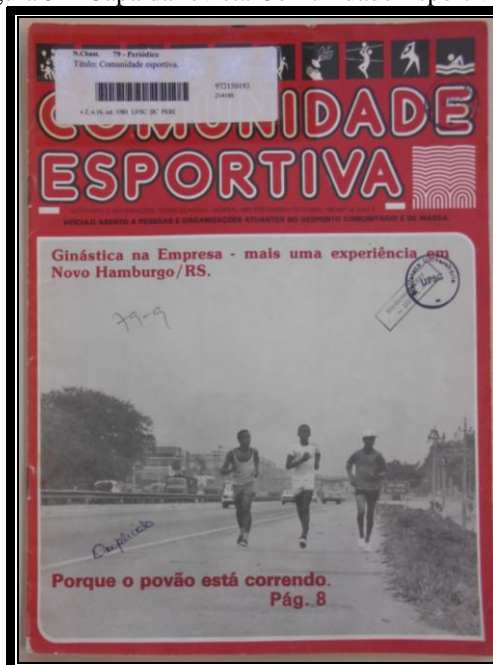
realização pessoal, equilíbrio emocional, adaptação ao meio em que vivem conhecimento de seu papel social e desenvolvimento de seu potencial criativo.”⁶⁴⁹

Figura 53- Capa da revista Comunidade Esportiva



Fonte: Comunidade⁶⁵⁰

Figura 54- Capa da revista Comunidade Esportiva



Fonte: Comunidade⁶⁵¹

⁶⁴⁹ SCHLEDER, João Carlos et al. EPT nas empresas. Lazer na empresa: opção consciente do empregado. In: *Teoria e Prática do Esporte Para Todos 1982-1983*. Brasília: MEC Secretaria de Educação Física e Desporto. Edição SEED/ SUEP. Rede EPT, p. 297, fevereiro de 1983.

⁶⁵⁰ REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA. Noticiário técnico. Rio de Janeiro, n. 38. maio/jun. de 1986.

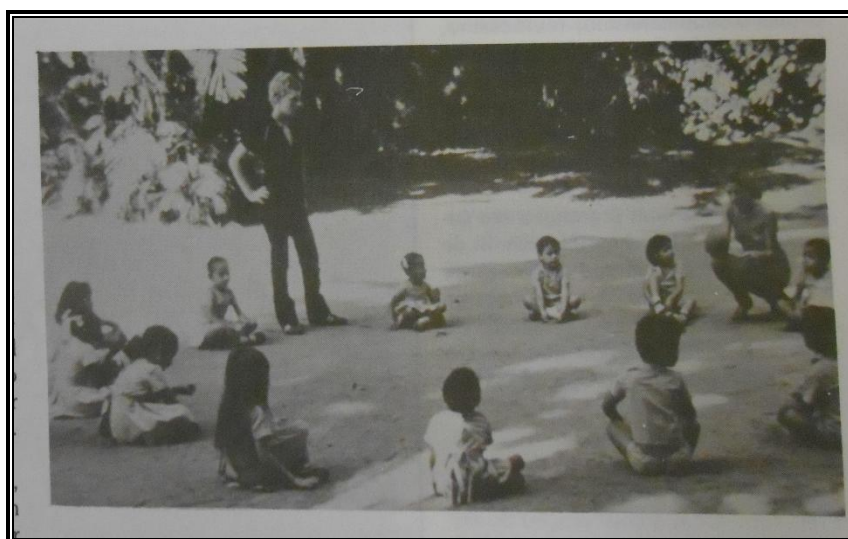
⁶⁵¹ REVISTA COMUNIDADE ESPORTIVA. Noticiário técnico. Rio de Janeiro, n. 16, set.-out. 1981.

Entretanto, a imagem fotográfica das capas de certa forma não corroborava com o discurso do último governo militar em relação à problemática da desigualdade de renda no país. Em 1979, na tradicional conferência da Escola Superior de Guerra, o ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela, anunciou que a “desigualdade da distribuição de renda e a conseqüente marginalização cultural, educacional, econômica e social dos estratos mais baixos da população, configuram o pano de fundo imediato”⁶⁵² das linhas de ação do MEC. Mas antes as capas deixam entrever que as atividades de lazer do EPT sugerem que as condições socioeconômicas das comunidades eram marcadas pelo imprevisto e não por uma intervenção do Estado no ambiente social. (fig. 54)

A fotografia

A política de desenvolvimento esportivo fazia parte de um projeto maior e utilizava a educação como meio de "recuperação" das populações pobres que se encontravam à margem do projeto econômico e social de desenvolvimento. A imagem fotográfica da revista Comunidade Esportiva tinha o propósito de compor o texto e tornar visível o invisível, ou seu contrário, pois, em um país de dimensões continentais como o nosso, na perspectiva da “integração”, a fotografia aparecia como registro fidedigno da realidade.

Figura 55- Ação Comunitária- Morro Santa Marta- RJ



Fonte: PÍNCANO; RIBEIRO, 1980 ⁶⁵³

⁶⁵² Apud CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: Dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 94.

⁶⁵³ PÍNCANO, Antonio; RIBEIRO, Ângela Maria. Gente miúda também faz. Ação comunitária através do EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 4, nov. 1980.

É interessante notar que no artigo sobre “ação comunitária” na edição n.º 9 da revista, o texto não se atém à imagem fotográfica das crianças sentadas na terra solta do chão batido no morro Santa Marta na cidade do Rio de Janeiro (fig.55). Ao contrário, sua narrativa é uma tentativa de deslocar o olhar e engrandecer a ação comunitária por meio do EPT. Nessa ótica, a condição socioeconômica da comunidade não se alinha à narrativa visual do texto.

Os alunos da 8ª série da Escola Corcovado no Rio de Janeiro iniciaram no dia 8 de setembro em comemoração ao dia da Ação Comunitária e com o apoio dos funcionários do MOBREAL central, uma atividade comunitária que propiciará uma real oportunidade para que crianças do Morro Santa Marta possam desfrutar de melhores momentos em suas vidas.⁶⁵⁴

É importante lembrar que “Integrar” a população carente fazia parte da própria Política de Segurança Nacional, na qual a pobreza constituiria uma ameaça às políticas de assistência, já que essas comunidades seriam mais vulneráveis às investidas da subversão. Sobre essa questão, a Escola Superior de Guerra, referindo-se ao campo psicossocial, destacava:

Parágrafo 6- Previdência Social- Diante de tal situação cresceu de relevo e importância a Previdência e a Assistência Social, como fatores indispensáveis à preservação da paz social, atendendo aos mais legítimos anseios do povo e ao desejo do governo, que tem no homem a sua meta e que vê naqueles instrumentos os artifícios principais de sua política de formação social [...].⁶⁵⁵

Dito de outra forma, integrar essas comunidades na vida nacional significava também capacitá-las a contribuir para o progresso do país, e o modelo adotado foi o desenvolvimento de programas sociais de baixo custo com o apoio da comunidade. E mesmo com a falta de pessoal capacitado, os programas eram desenvolvidos, pois o foco era o trabalho voluntário com a divulgação de material esportivo improvisado. Sobre essa questão, a revista *Comunidade Esportiva* na edição n.º 9, em 1980, publicou um artigo de destaque sobre as atividades recreativas e esportivas desenvolvidas dentro do programa *Esporte para Todos*, realizadas no município de Canavieiras, no litoral da Bahia (figs. 56 e 57).

Várias são as promoções de sucesso em Canavieiras que, desde o início, sempre contaram com a colaboração de pessoas e órgãos que acreditavam no poder do esporte como forma de integração da comunidade. [...] A promoção foi da

⁶⁵⁴ Idem.

⁶⁵⁵ ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História Social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 156.

Prefeitura Municipal de Canasvieiras com colaboração do comércio e do Lions Club locais.⁶⁵⁶

E ainda, o município foi considerado um exemplo de divulgação e mobilização da comunidade em torno de atividades recreativas e esportivas.

A divulgação foi artesanal, através de cartazes, faixas e carro volantes além de visita às escolas e grupos escolares convidando os alunos a participarem em companhia de suas famílias. Para os voluntários esportivos foi organizado um curso de 3 dias sobre atividade com palestra médica. O ponto mais importante da promoção foi o interesse despertado na população que solicitou a repetição daquela atividade. Foi então aproveitado o dia 15 de novembro para mais uma Matroginástica como parte das comemorações da Proclamação da República.⁶⁵⁷

Figura 56- Esportes para Todos- Canavieira- BA



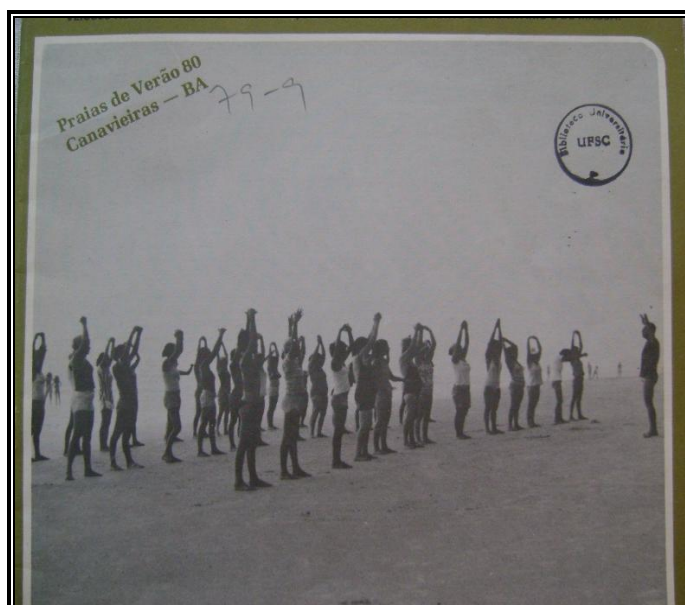
Fonte: FATOS..., 1980.⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ A INTEGRAÇÃO pelo Esporte. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 2, nov. 1980.

⁶⁵⁷ NUNES, Moysés Costa. Integração pelo esporte. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 3, nov. 1980.

⁶⁵⁸ FATOS EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro. Noticiário e informações técnicas. n. 9. nov. 1980, p. 4.

Figura 57 - Esportes para Todos- Canaveira- BA



Fonte: FATOS..., 1980.⁶⁵⁹

Esse sentido de conjunto e a estreita ligação com as políticas de promoção social do governo eram expressas de maneira muito clara não só nos seus editoriais como no conjunto de imagens fotográficas (figs. 58 e 59). O presidente do MOBREAL, Claudio Moreira insistia no fato de que a ocupação do tempo livre com lazer utilitário para crianças e adultos “certamente, encontrará apoio por parte do público de COMUNIDADE ESPORTIVA, naturalmente envolvido com a Educação Física não-formal, que é a base para a recreação do Pré-Escolar, segundo atual proposta do MOBREAL.”⁶⁶⁰

⁶⁵⁹ Idem.

⁶⁶⁰ MOREIRA, Claudio. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 14, maio-jun. 1981, grifos do autor.

Figura 58- Projeto Superférias Rio Claro- SP

Fonte: LIMA⁶⁶¹

Figura 59 - Projeto Miniesporte SESC, Ribeirão Preto- SP

Fonte: FESTIVAL..., 1981.⁶⁶²

⁶⁶¹LIMA, Adilson José. Superférias. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro. Noticiário e informações técnicas. n. 9, nov. 1980.

⁶⁶²FESTIVAL Miniesporte SESC. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 10, nov.-dez., 1981.

Figura 60 - Programa Esporte Comunitário, Guaratinguetá- SP



Manhã de Recreio – uma alegria do projeto “Esta Rua é Nossa”.

Fonte: FESTIVAL..., 1981⁶⁶³

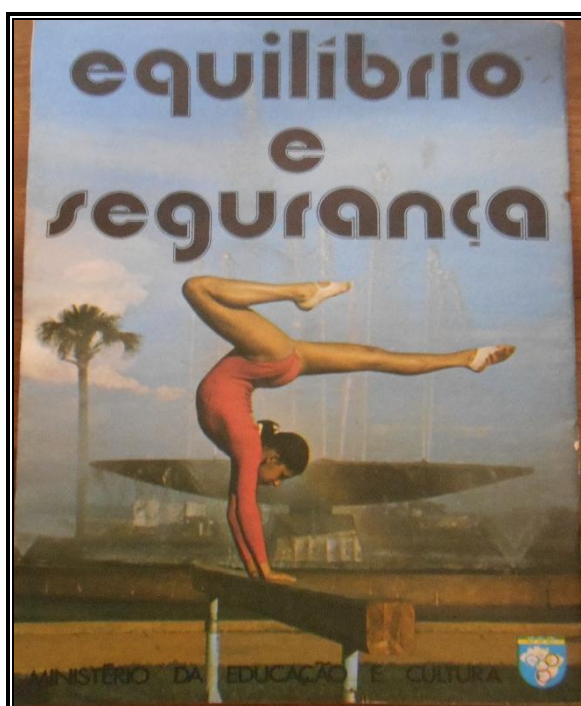
Trilhando as imagens fotográficas do periódico, é possível constatar que a política de promoção social do governo foi ganhando cada vez mais espaço em suas páginas. Com intuito de dar sentido de conjunto ao movimento EPT pelo país, a revista orientava seus leitores sobre a importância da ocupação do tempo livre com lazer utilitário para crianças e adultos (fig. 60). E sempre com o apoio MOBREAL que “dará prioridade ao desenvolvimento do pré-escolar devidamente compatibilizado com as secretarias Estaduais de Educação”.⁶⁶⁴

É importante ressaltar que esses projetos só foram possíveis porque, no final da década de 1970, durante o governo do presidente Geisel, foi estabelecido no país um plano federal de assistência social em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo e a Campanha EPT só tiveram condições de serem implantados em larga escala porque se coadunava e se constituía como expressão da DSN, pois, apesar de ser o EPT um programa de massa, sua estratégia principal era participação da comunidade e baixo investimento orçamentário de acordo com o modelo econômico preconizado pelo Estado de Segurança Nacional (figs. 61 e 62).

⁶⁶³ Idem.

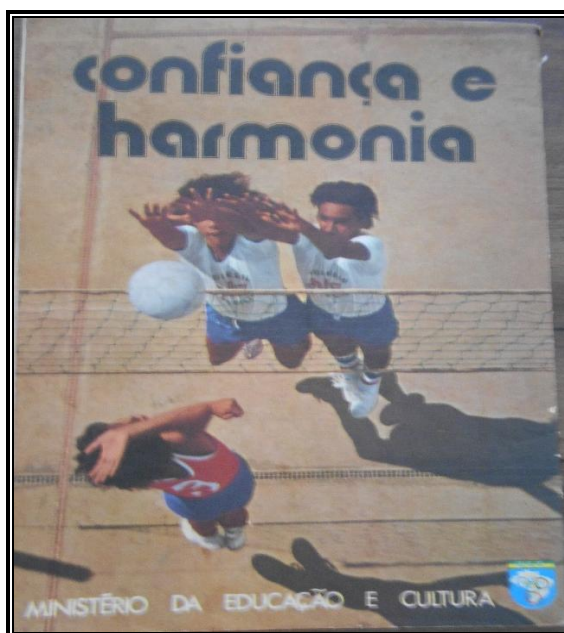
⁶⁶⁴ EDITORIAL. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 14- maio/jun. 1981.

Figura 61 - Equilíbrio e Segurança (CNED)



Fonte: REVISTA...⁶⁶⁵

Figura 62 – Confiança e Harmonia (CNED)



Fonte: REVISTA...⁶⁶⁶

⁶⁶⁵ REVISTA DEDINHO E SUA TURMA. 2. ed. Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura. Abril S.A. São Paulo, n. 3, 1973.

⁶⁶⁶ REVISTA EM QUADRINHOS DEDINHO E SUA TURMA. 2. ed. Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura. Abril S.A. São Paulo, n. 5, 1973.

Assim, no seu conjunto, as atividades da ação comunitária procuravam inspirar valores "nobres", como: solidariedade, criatividade, civismo, espontaneidade, espírito de improvisação, integração, entre outros. A festa esportiva promovida pelo EPT constituía-se como pedagogia do cidadão. Afinal, pretendiam com suas "ações" educar as massas favorecendo ainda a regeneração moral e física dos indivíduos. A publicação de promoções de sucesso nas páginas do periódico acompanhou todas as edições. Segundo Marcus de Oliveira, esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião era o projeto ilustrado daqueles que defendiam o Desporto de massa no Brasil, pois, só assim, seria possível conduzir a "nova" Educação Física ou a integração pelo esporte.⁶⁶⁷

Sacralização do esporte de massa

Dentro desta perspectiva, os centros de recreação eram outra forma de implantação das atividades EPT, voltados primordialmente para o menor carente aprimorando sua orientação moral e social. O argumento para a constituição dos centros de recreação foi sobremaneira defendido na revista Comunidade Esportiva:

O menor carente é, na maioria das vezes, desprovido de oportunidades que lhe possam desenvolver aspectos necessários para uma vida social sadia. Tal realidade exige a conjugação de esforços para utilizar o tempo ocioso desses menores, afastando-os de atividades perniciosas e promovendo programas que venham ao encontro de suas necessidades educacionais e recreativas.⁶⁶⁸

E ainda,

Durante as atividades com as crianças, foram promovidas reuniões e debates com os pais e/ou responsáveis sobre orientação moral, social e saúde, a fim de proporcionar um maior relacionamento criança/família.⁶⁶⁹

Entretanto, medidas como estas caracterizam aquilo que se poderia chamar de um "novo higienismo", ou seja, a retomada de mecanismos e políticas que enfatizam a relação entre atividade física e saúde social. Esse pensamento faz parte do enraizamento da Educação

⁶⁶⁷ Cf. OLIVEIRA, Marcus A. *Taborda de. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

⁶⁶⁸ SUPER férias. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980, p. 10.

⁶⁶⁹ Idem.

Física como prática higienizadora e moralizadora na primeira metade do século XX.⁶⁷⁰ No sentido esclarecido por Foucault, a higiene, como dispositivo de regulação, não se impõe repressivamente, mas por meio de práticas de ação que a tudo normatizam.

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, a Educação Física como prática corporal, e o esporte como meio tinham como pano de fundo, o controle social. Mas, se por um lado tal controle não deve ser considerado inovador, posto que no decorrer do século XX a higiene conformara a população tornando-a disciplinada e urbanamente higienizada pelas práticas de aperfeiçoamento da "raça" dos brasileiros, por outro, a higiene como biopoder manifestado nestes programas de recreação do EPT, intervindo na relação criança/família para moralizá-la, aparece como prolongamento daquela mesma relação normalizadora estabelecida entre a sociedade e a medicina no decorrer dos séculos XIX e início do século XX.

No entanto, no contexto das décadas de 1970-80, outras tarefas apresentavam-se à higiene em geral, e à educação das massas em particular, via práticas esportivas, como dispositivos que orientam a transformação da sociedade. Dentro dessas práticas, a reeducação social da família era fundamental.

Incentivar a população a “movimentar-se” era interesse do Estado, revelando uma preocupação com os níveis de saúde do povo brasileiro. As diferenças sociais observadas foram atribuídas à existência de indivíduos que não estavam "integrados" ao processo de desenvolvimento nacional. Com base nesse fundamento, criaram-se programas de baixo custo com a participação da comunidade visando à integração regional e social. Em 1981, o periódico divulgava as atividades do programa “Recreação e lazer orientado em praças e quadras de esporte” do município de Florianópolis (fig. 63).

Figura 63 – Rua de Lazer, Florianópolis, 1981



Fonte: Revista Comunidade Esportiva, 1981.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ Ver: OLIVEIRA, op. cit.

⁶⁷¹ REIS, Sergio Alberto dos. Praças e quadras para todos em Florianópolis. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 9, maio jun. 1981.

Assim, o papel da revista *Comunidade Esportiva* era divulgar a “Ação Comunitária” por todo o território nacional, por meio de cada novo número editado. A fotografia foi uma forma destacada de registro dos programas sociais do governo e das atividades desenvolvidas pelo EPT durante a década de 1980. O periódico publicava fotografias (fig. 64), cobrindo muitos dos aspectos que caracterizavam suas ações na comunidade ou ressaltando aqueles que fossem precisos para atender a estratégias de propaganda política, de divulgação do EPT ou o seu convencimento.

Figura 64 - Projeto Movimento



Fonte: Projeto Movimento- Revista *Comunidade Esportiva*⁶⁷²

É notável que a fotografia foi utilizada muitas vezes como recurso de linguagem no arranjo gráfico da revista, estabelecendo um diálogo com o texto ao reproduzir a mesma sequência de fatos reportados por escrito, pois seguia a ordem de encadeamento da notícia, porém sintetizando todo o acontecimento. Na edição n.º 8, a revista publica um artigo sobre “a nova política da administração municipal para o desporto de massa” em Belo Horizonte, e, nesse caso, a imagem do prefeito aparece em destaque como a nova imagem do administrador público. A composição traz uma narrativa visual do “Projeto Movimento” e pode ser

⁶⁷² PROJETO Movimento. Mais energia para todo mundo. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 3, out. 1980.

acompanhada pelo leitor apenas por meio das imagens, cuidadosamente arrumadas para produzir esse efeito.

Portanto, a revista era mais que um simples órgão de divulgação das atividades do EPT; ela atuava também na frente de propaganda do Estado e entidades civis que tivessem aderido à ação comunitária (fig. 65). Com a criação da Subsecretaria de Esporte Para Todos (SUEPT), em 1.º de setembro de 1981 o periódico foi especialmente beneficiado com recursos financeiros, já que era formado por intelectuais do governo. Com a criação da revista *Comunidade Esportiva*, alimentou-se a expectativa de que os feitos da Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED), em parceria com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), seriam, afinal, conhecidos e apreciados pelos profissionais da área educacional, que passariam a valorizar mais os programas de esporte comunitário e de massa, inclusive, sua fundamentação científica.

Figura 65 - Rua de lazer- SESI de São Paulo



LAZER: a oportunidade de praticar atividades agradáveis

Fonte: GUIMARÃES, 1980⁶⁷³

Em um dos inúmeros editoriais assinado por Arlindo Lopes Correa, o então presidente do MOBRAL rebatia as críticas sofridas sobre o envolvimento da instituição com o EPT:

Como é nossa obrigação esclarecer a opinião pública, podemos inicialmente destacar que o Mobral vai ao encontro de seus objetivos exatamente quando se propõe catalisar ou reforçar qualquer iniciativa no âmbito da ação comunitária,

⁶⁷³ GUIMARÃES, Hélio. O lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 8-10, out. 1980.

seja na alfabetização, na cultura popular, na saúde, na profissionalização e outras áreas, incluindo o esporte.⁶⁷⁴

E ainda,

O que temos oferecido é a nossa rede estadual e municipal, nossos recursos humanos, nosso voluntariado, nossa experiência administrativa, enfim nossa capacidade de vencer dificuldades que se tem materializado em algumas iniciativas de “Esporte para Todos” e que tem, nesta revista, um exemplo simbólico para os caminhos futuros do esporte nacional.⁶⁷⁵

Nesse sentido, o periódico tornava-se também um boletim informativo sobre as atividades do MOBRAL, algo constatado nas diversas falas da instituição nos editoriais da revista. Mas o editorial revela, sobretudo, que o envolvimento do MOBRAL com atividades esportivas de massa estava sendo contestado. No entanto, essas críticas dadas como “inevitáveis” eram postas como sendo fruto de “desinformação”, desqualificando toda e qualquer ideia contrária aos seus princípios e normas.

Figura 66- Novo MOBRAL



Fonte: Revista Comunidade Esportiva⁶⁷⁶

Aqui o MOBRAL é o papai Noel (fig. 66), o bom velhinho anunciando a modernidade e seus “benefícios”, afinal, ser moderno era não resistir ao impulso de “correr” em direção ao futuro, aderindo às novas práticas corporais, nesse caso, o esporte comunitário e seus

⁶⁷⁴CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. Revista Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1980.

⁶⁷⁵ Idem.

⁶⁷⁶ Idem.

fundamentos moralizantes. A associação entre doenças e a falta de uma política que incentivasse a população a praticar esportes era cada vez mais constante, e o desenvolvimento do esporte comunitário e de massa emergia nesse contexto como uma máquina regeneradora disciplinar, um instrumento de educação salvadora, destinado a retomar a moralidade pública e individual.

A *Revista Comunidade Esportiva* anunciava em sua capa que era “um veículo aberto a pessoas e organizações atuantes no desporto comunitário e de massa”. Entretanto, o que prevalecia nas suas páginas era a fala dos intelectuais do governo representados por suas instituições. É quase inexistente a fala de líderes das comunidades, mesmo sendo a palavra “participação” uma retórica no discurso oficial do EPT. Trata-se, portanto, de um modelo de projeto social que necessitava para sua implantação da adesão local ou a sua aceitação. Segundo Lamartine Pereira da Costa,

Mobilizar significa buscar adesões e participação para determinadas ações a serem desenvolvidas que, de modo geral, necessitam de envolvimento voluntário. No EPT as atividades necessitam ser promovidas, isto é, anunciadas aos participantes com indicações de referência (o que, onde, como, quando, etc); por outro lado a organização de eventos solicita a adesão de pessoas (voluntários e profissionais) e entidades (órgão de governo, empresas, associações etc.) que também devem ser procuradas motivadas e informadas para cooperarem. Isto é a essência da ação comunitária.⁶⁷⁷

Colaborando também na formação da juventude brasileira, essa nova estratégia acarretou a expansão da ação comunitária EPT para além do binômio esporte-saúde para a moralização da juventude. Dessa forma, um dos desdobramentos da “Ação Comunitária” foi a criação de bases teóricas que pudessem dar sustentação à política de desenvolvimento do esporte de massa no país. Em 1981, foi publicado o livro *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*, organizado pelo professor de Educação Física, Lamartine Pereira da Costa. O objetivo da obra era tornar-se uma referência para a formação de profissionais na implantação de políticas sociais nos moldes do EPT.

Por meio de práticas esportivas, era necessário conter os segmentos marginalizados da sociedade, entre eles, crianças e jovens, ocupando seu tempo livre. Nas páginas da *Revista Comunidade Esportiva*, o EPT foi ganhando uma conotação cada vez mais preventiva. (figs. 67 e 68). Nesse sentido, a revista contém vários artigos que pressupõem como fundamentos

⁶⁷⁷ COSTA; TAKAHASHI, op. cit., p. 22.

da Educação Física a formação integral e moral, e o esporte vai tornar-se fundamental nos programas de educação de massa no país nesse período (figs. 69 e 70).

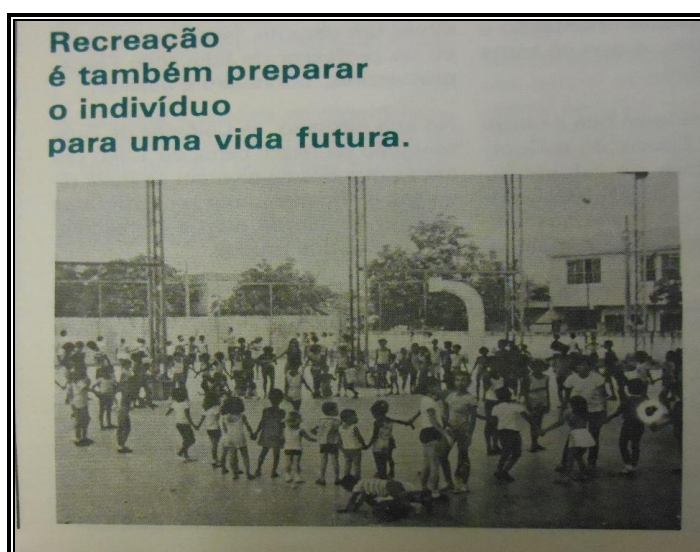
Tratava-se de construir uma ordem civilizatória calcada no modelo de Segurança Nacional, que incluía integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso social, paz social e soberania. O EPT aparece como mais um dispositivo capaz de gerenciar essas populações, um controle regulador, presente na família, na rua, na comunidade, na escola, na creche, na fábrica, nas áreas rurais, nas colônias de férias, nos clubes, tornando-se um desafio que implicava a aceitação da ordem e disciplina para atingir e desfrutar do progresso social.

Figura 67 - Fatos do Esporte para Todos



Fonte: INFORMAÇÕES..., 1980.⁶⁷⁸

Figura 68 - Programa de férias/81 EPT



Fonte: NOTICIÁRIO..., 1981.⁶⁷⁹

⁶⁷⁸ NOTICIÁRIO e informações técnicas. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, nov. 1980.

Figura 69- Programa de férias/81 EPT



Fonte: NOTICIÁRIO..., 1981⁶⁸⁰

Figura 70- Município de Óbidos e Oriximá- PA



Fonte: DRUMMOND; VILELA, 1980.⁶⁸¹

⁶⁷⁹ PROGRAMA de férias/81. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 14, mar.-abr. 1981.

⁶⁸⁰ Idem.

⁶⁸¹ DRUMMOND, Edmundo; VILELA, Eduardo Antonio. Óbidos e Oriximá: uma experiência integrada de Educação Física. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, p. 2, dez. 1980.

Porém, cabe salientar que no intuito de viabilizar o projeto de consolidação da "nova Educação Física", a revista desenvolveu uma poderosa estratégia de consolidação dos pressupostos do esporte comunitário e de massa por meio de estudos, publicações, seminários, conferências nacionais e internacionais do movimento EPT editadas em suas páginas. Segundo o Secretário da SEED/MEC Péricles Cavalcante,

Esta filosofia traduz o propósito do programa via rádio que pretende oferecer oportunidade para cada um e para todos divulgarem suas realizações, conquistas, atividades e -quem sabe- incentivar a criação de um mutirão nacional: o da saúde e do otimismo, o mutirão do fazer em lugar do assistir.⁶⁸²

Péricles Cavalcante destacava a importância destas estratégias no editorial da revista *Comunidade Esportiva*:

Assim, passo a passo, procuramos generalizar e popularizar as atividades esportivas, atuando comunitariamente para uma compreensão maior do valor da prática esportiva e para motivação de fazê-la, sozinho ou com a família, com os amigos, com o pessoal de sua rua, do seu bairro, de sua cidade e do seu país.⁶⁸³

Em 1982, foi realizado em Curitiba o I Congresso Brasileiro/Panamericano de EPT. A conferência de abertura destacou os diversos estudos e relatos com experiências epetistas nas diferentes regiões do país: a necessidade dos projetos sociais “preverem mecanismos de integração” e a “utilização da energia da comunidade”. Nesse sentido era preciso:

Abrir à comunidade, é o desafio primordial de todas as modalidades desportivas e da Educação Física tradicional, seja por adaptações simplificadas ou por mobilização popular através da Ação Comunitária, Comunicação de Massa e Tecnologia Apropriada. [...] Essas são as inovações e as técnicas a serem desenvolvidas para se alcançar a mais ampla participação na prática esportiva e recreativa, dentro e fora da escola e do clube, nos espaços fechados e abertos, com pessoas remediadas ou carenciadas.⁶⁸⁴

Assim, para desenvolver o desporto comunitário, era preciso ampliar a cobertura a baixo custo, por meio de construções simples e principalmente “da concepção de que todos os

⁶⁸² CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 20, set.-out. 1982.

⁶⁸³ CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 20, set.-out. 1982.

⁶⁸⁴ COSTA, Lamartine Pereira. Texto de divulgação preliminar do I Congresso Brasileiro e Panamericano de EPT. In: *Teoria e Prática do Esporte Para Todos 1982-1983*. p. 33.

espaços podem ser aproveitados para a prática não-formal esportiva”, bem como o uso de espaços cedidos pela comunidade e a participação do trabalho voluntário (fig. 71).

Figura 71 - Município de Óbidos e Oriximá - PA



Fonte: Revista Comunidade Esportiva⁶⁸⁵

O editorial da edição n.º 20 em 1982 destacava:

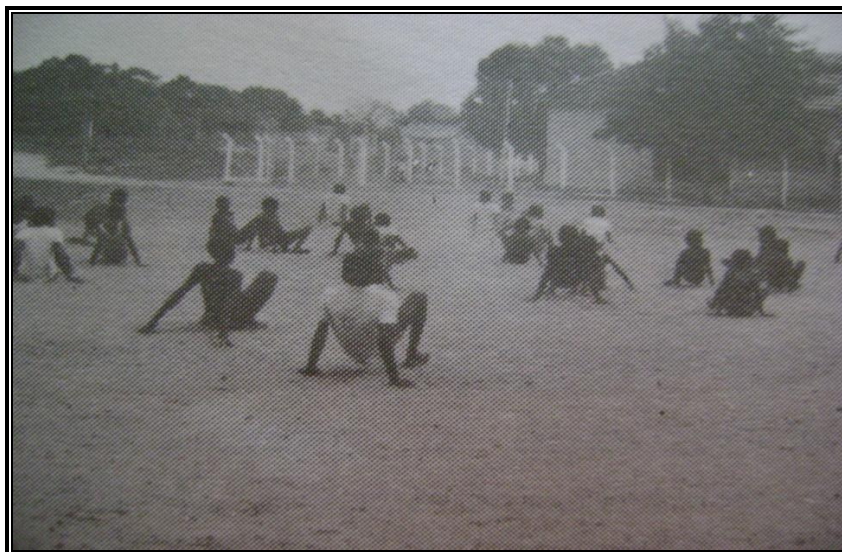
Necessitamos todos nós, assumir a concepção de que todos os espaços podem ser aproveitados para a prática não- formal esportiva, e que podemos aproveitar o que temos e não vincular o esporte a equipamentos e materiais sofisticados e caros. Enfim, criar coisas novas e interessantes, sobretudo baratas ao alcance do cidadão comum.⁶⁸⁶

Dessa forma, era preciso aos poucos ir ocupando espaços não explorados, pois as localizações funcionais não estavam apenas nas comunidades de bairros. A disciplinarização do espaço esportivo levava consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saberes, de descrições, de receitas e dados. Enfim, acumular saber para “criar coisas novas e interessantes ao alcance do cidadão comum”. Entretanto, as fotografias das comunidades, ao mesmo tempo em que tentava “integrá-las”, revelava também as diferenças sociais (figs. 72 e 73).

⁶⁸⁵ DRUMMOND, Edmundo; VILELA, Eduardo Antonio. Óbidos e Oriximá. Uma experiência integrada de Educação Física. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, p. 2, dez. 1980.

⁶⁸⁶ EDITORIAL. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 20, set.-out. 1982.

Figura 72 - Atividades do Esporte para Todos



Fonte: MORAIS; TONISSI, 1980.⁶⁸⁷

Figura 73 - Atividades do Esporte para Todos



Fonte: MORAIS; TONISSI, 1980⁶⁸⁸

No seu conjunto, as imagens fotográficas da “cena esportiva” na Revista Comunidade Esportiva revelam um conteúdo pedagógico. Seu destino não deveria limitar-se apenas aos profissionais da área de Educação Física, embora fosse o leitor-alvo. Nesse sentido, as fotos cumpriam um papel didático e de convencimento. A narrativa visual sobre o EPT assumia um papel antes endereçado apenas à instituição escolar, à tarefa de produzir o cidadão responsável, os homens e mulheres virtuosos, o povo sadio e trabalhador.

⁶⁸⁷ MORAIS, Marco Antonio; TONISSI, Mileno. Projeto Bosquinho. *Revista Comunidade Esportiva*. Noticiário e informações técnicas. Rio de Janeiro, n. 9, p. 14, nov. 1980.

⁶⁸⁸ NOTICIÁRIO e informações técnicas. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n° 14, p. 8, maio-junho 1981.

A identificação do esporte como profilaxia social propiciou o desenvolvimento de vários projetos sociais. O EPT foi constituindo-se durante os anos de experimentação do movimento 1977/1979 como um método específico que levava alguns a acalentar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber, como atesta a Revista Comunidade Esportiva em seu espaço dedicado a notícias e informações técnicas:

Centro Social Urbano 'D. Lucy Geisel' em Arapongas/PR, um dos mais atuantes em promoções esportivo- recreativas, realizou, nos dias 9, 10 e 11 de fevereiro o III Acampamento Educativo tendo por objetivo dar prosseguimento aos ideais educativos que orientam todas as atividades desenvolvidas pelo Setor de Cultura, Desporto e Lazer, ou seja: Levar o adolescente a conviver em grupo; criar oportunidade na solução de novos problemas; Desenvolver a autoconfiança e a coragem; Despertar o gosto pela natureza; Desenvolver disciplina e o autocontrole; canalizar a energia do jovem para uma atividade sadia.⁶⁸⁹

O enfrentamento da questão da utilização do tempo livre exigia, nessa perspectiva, uma "nova" Educação Física, que deveria ser transformada em terreno propício para o pleno desabrochar de projetos comunitários que não conseguiam vingar. Tratava-se de reformular a prática cotidiana desses profissionais, cheia de “equivocos”, substituindo-a por outra que assegurasse o desenvolvimento de práticas esportivas de massa. O EPT surgia como solução poderosa, capaz de despertar a nação para tais práticas.

Assim, tornava-se necessária a existência de produções científicas na área de Educação Física sobre teoria e prática do esporte comunitário e de massa que a referendasse como uma disciplina essencial no desenvolvimento dos indivíduos. Ao longo de sua existência, a *Revista Comunidade Esportiva* publicou diversos artigos de especialistas em teoria e prática do esporte comunitário sobre as vantagens de aderirem aos programas de massa, o que de certa forma legitimava a difusão de seus conteúdos.

⁶⁸⁹ NOTICIÁRIO e informações técnicas. Revista Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro, n. 14, p. 8, maio-junho 1981.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esporte para Todos é, sobretudo, uma cruzada, uma missão para mudança de hábitos da população.⁶⁹⁰

Desde as primeiras décadas do século XX, a “falta” de vigor e “energia” dos brasileiros destacavam-se nos discursos dos defensores da Educação Física como o cerne da problemática nacional. Nessa trama, o “olhar” dirigia-se ao corpo fazendo emergir o fenômeno que se aproxima daquilo que Michel Foucault chamou de biopolítica. A Educação Física como saber-poder foi utilizada na reformulação de práticas cotidianas que assegurassem um indivíduo disciplinado, moralizado, livre de “taras” e “vícios”. Faltava ao povo brasileiro, segundo os teóricos eugenistas, no início do século XX, vigor e pujança e, nesses termos, se os corpos fossem “energizados”, poderiam render mais no trabalho, transmitindo ainda para gerações sucessivas o “seu vigor físico”, a “pureza de seu sangue” e “seu vigor psicológico”.

Esse discurso procurava firmar-se na ciência como uma arte que recriava práticas sociais por meio de uma política que saneasse o povo brasileiro sobre o tripé: saúde, força e beleza.⁶⁹¹ Os investimentos no corpo eram cada vez mais intensos, a ação do Estado fazia-se presente por meio de práticas culturais que priorizavam a educação no corpo. De maneira auspiciosa, o esporte participou desse projeto cultural, pois se apostava em sua eficiência educacional como recurso de organização e disciplinarização da vida social. Segundo Georges Vigarello, o esporte permite sonhar com uma perfeição social, sem levar em conta as complicitades obscuras, os desvios financeiros, abandonos sanitários, violências abertas ou mascaradas.

Nesse sentido, é importante compreender como, no esporte, a construção e reafirmação de imagens às quais são agregados valores virtuosos e salutareos que, ora mais, ora menos, movimentam os pensamentos, sonhos, desejos, afetos e fantasias dos sujeitos são capturadas por debaixo dos discursos e representações. Minha hipótese é de que, no contexto da ditadura militar brasileira, as políticas públicas esportivas, ao fazer referência à falta de “aptidão física do povo brasileiro”, expandiram amplamente o significado de “aptidão física”, designando com o termo não apenas a aquisição de uma “boa forma e capacidade orgânica”, mas, antes de

⁶⁹⁰ TAKAHASHI, George. Fundamentos da Mobilização no EPT. In: COSTA, Lamartine Pereira. *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981, p. 173.

⁶⁹¹ Para saber mais, ver FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

tudo, a adesão a um novo modo de ser e de comportar-se, a construção de um novo ethos da felicidade e do otimismo via práticas esportivas.

De todo modo, vale lembrar que a história não é entendida aqui como algo linear, um desenrolar contínuo de acontecimentos. Ao contrário, a história é entendida como um campo pleno de avanços e recuos, contradições, continuidades e rupturas. Perceber esse movimento é conferir ao esporte uma multiplicidade de olhares, o que o torna uma fonte riquíssima para os estudos historiográficos e sua interface com a indústria cultural, as artes, a educação, os ritos cívicos, as nacionalidades, entre tantos.

Ao longo deste trabalho procurei destacar o esforço civilizador presente na última ditadura brasileira que compreende a orientação para uma política de massificação esportiva no país. Considero essas novas postulações esclarecidas no regime político que se instituía como formas civilizadas, porque estavam impregnadas de um padrão de conduta específica. As práticas pedagógicas relacionadas às ações como os esportes, durante os anos 1970, orientam-se no sentido de elaborar projetos que possam contribuir com as problemáticas sociais e educacionais derivadas de uma economia moderna que incorporou os padrões de produção e de consumo próprios dos países desenvolvidos. As ações esportivas instigavam a remodelação também dos hábitos sociais, seguidos da transformação dos comportamentos populares.

De acordo com Alba Zaluar,⁶⁹² diante desse processo de transformação acelerado do qual resultariam a fragmentação social, torna-se cada vez mais importante o investimento em atividades de lazer na definição das novas identidades. As marcas desse processo estariam em várias camadas da população. No plano da subjetividade, tais marcas seriam a individualização crescente em que a possibilidade de escolha tornaria o indivíduo mais responsável pela sua própria biografia. Desse intenso processo surge a intenção de valorizar e perceber o controle dos sentimentos como forma de alcançar êxito nas relações interpessoais diante de uma nova ordem social estabelecida.

A partir de 1973, o espaço comunitário tinha de receber atenção maior em razão dos graves problemas da economia e em função da necessidade de manter a vigilância política, de modo a impedir o retorno da subversão e da ameaça comunista. Em 1984, o general Alvarenga justificava em um artigo na revista da Escola Superior de Guerra a atuação dos militares durante a abertura política como uma “vocação de solidariedade para com as

⁶⁹² ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARZCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 225. v. 4.

populações carentes, [...] vocação para sensibilizar-se e sintonizar-se com as aspirações da nação brasileira.”⁶⁹³ Segundo o general, essa vocação estava fundamentada na repulsa aos regimes comunistas.

Assim, a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), veiculada nos meios de comunicação (jornais, revistas e TV) estava marcada pela pretensão do governo federal de criar uma mentalidade esportiva para o país, assentada nos propósitos da ordem e do progresso. Mas é importante lembrar que tais questões vão além de mera instrumentalização ideológica mais ou menos artilosa ou eficaz. Nesse sentido, o privilégio dado às emoções na campanha foi analisado como um repertório de modelos de comportamentos sugeridos, com maior ou menor sutileza, como os comportamentos adequados, aos quais corresponderiam atitudes apropriadas para viver-se em sociedade.

Durante o período de 1968 a 1973, época do chamado "milagre econômico", certos grupos sociais brasileiros, especialmente setores médios e de elite dos centros urbanos experimentaram a vitalidade do sentimento de otimismo, para, pouco tempo depois, terem com o mesmo sentimento uma relação de estranhamento e nostalgia. Foi no governo Geisel, quando já se divisava o fim do milagre econômico, que se retomou a noção de "crise moral" e de certo "pessimismo" que pairava no país: era preciso "dedicação ao trabalho", "amor à pátria", "dignificação do homem brasileiro", para transmitir a "verdadeira imagem do Brasil". As campanhas esportivas incitavam a busca por um corpo são e equilibrado, mas, sobretudo, "alegre", um ideal a ser conquistado por meio do lazer e da compra de inúmeros produtos industrializados.

A partir de 1974, quando já se divisava o fim do milagre econômico, que se retomou a noção de "crise moral" e de um certo "pessimismo" que pairava no país. Mas, para a Assessoria de Relações Públicas (ARP), criada em 1974, crise moral e pessimismo curavam-se com ampla ação mobilizadora, e para isso, era necessário dar visibilidade a um projeto esportivo que passasse a ser como nunca o de uma nação que apresentasse vigor e saúde. Nessa perspectiva, a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) e a campanha Esporte para Todos (EPT) tinham como objetivo também avivar essas imagens patrióticas. Seu esbanjamento, seu ludismo reinventado constituíam-se o fermento principal dos "fervores" coletivos, e ainda o são. Mabel Moraña sugere que o estudo dos níveis emocionais no esporte, comumente associados ao ideológico, também podem ser nomeados como um impulso, que, assim como a sexualidade estudada por Freud e Foucault, permite

⁶⁹³ Apud REZENDE, op. cit., p. 293.

problematizar as formas de conhecimento e as condutas sociais bem como os processos de assentamentos intersubjetivos.

Por exemplo, certas cenas nos parecem muito naturais hoje, quando vemos peças publicitárias sobre as Olimpíadas de 2016 que ocorrerão no Rio de Janeiro exaltando nossas conquistas esportivas, resumindo em 30 segundos o futebol, o carnaval, a alegria, a mulata risonha, o samba, a floresta amazônica, a natureza exuberante, a sensualidade, as praias, o índio, a cidade cosmopolita ou a cidade pequena e pacata. Segundo Carlos Fico, são imagens cindidas, valores “espirituais” do espaço rural com aparições tecnológicas da civilização que transpõe o segundo milênio. Tudo é Brasil? Nada disso se deu naturalmente. São leituras do país que se configuram como definidoras de “brasilidade” e de certos “valores brasileiros”.⁶⁹⁴

Em 1976, o presidente Ernesto Geisel, sobre a imagem do Brasil e dos brasileiros no exterior, em seus discursos reiterava “este povo generoso e ordeiro”,⁶⁹⁵ em contraposição ao restante do mundo, onde existiria uma “crise de confiança na estabilidade do futuro, fomentando a inquietação social e surtos de violência irracional e destruidora”.⁶⁹⁶ Mas, país constituía-se num “oásis de tranquilidade e de ordem, de estabilidade política e de generosas e multiformes oportunidades de investimento”.⁶⁹⁷ Carlos Fico sublinha que essas leituras do Brasil e do brasileiro não se constituíram com os militares, foram por eles ressignificados, pois estavam presentes num vasto material histórico.⁶⁹⁸

É, portanto, nesse ambiente da abertura política e da anistia que os condutores do regime buscam, com mais ênfase, a adoção de comportamentos e condutas sociabilizadas com o objetivo de amenizar as pressões sociais sobre a ditadura. A campanha “Esporte para Todos” foi um movimento no sentido de introduzir, de uma forma mais sistemática, o esporte como prática educativa, além de poder contribuir com a educação de um tipo de sensibilidade adequada a um regime em que o vigor contestatório das demais forças sociais soava como

⁶⁹⁴ FICO, op.cit.

⁶⁹⁵ GEISEL apud FICO, op. cit., p. 37.

⁶⁹⁶ Ibidem, p. 37.

⁶⁹⁷ Ibidem, p. 321.

⁶⁹⁸ Para Renato Ortiz (1988), a constituição de certa imagem sobre o Brasil foi um movimento intelectual importante para as gerações do século XIX e início do século XX. Pode-se compreender bem o significado desse período quando se examina a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Logo após a declaração da Independência em 1822, a elite ilustrada incorporava à sua retórica um discurso científico e a necessidade de organização de novas Instituições de saber que dessem conta de justificar o “projeto civilizatório brasileiro”. O objetivo do IHGB era a reunião, a sistematização e a guarda de documentos para a composição de uma história nacional. Na busca de elementos fundantes da nação, a construção de uma identidade nacional e as problemáticas relacionadas à raça, à moral dos indivíduos, sobretudo dos negros e índios, e à vocação para o trabalho tomavam boa parte das interpretações sobre o Brasil na época.

uma espécie de heresia contra os pressupostos de democracia que o governo vinha lutando para sedimentar.

Nesse sentido, a campanha Esporte para Todos (EPT) não serviu apenas a propósitos ideológicos. O "material histórico" produzido pelos epetistas em seu conjunto de convicções faz uma leitura do Brasil apoiada em suas grandes potencialidades e na consequente visão do brasileiro como um "povo alegre, esperançoso, generoso, ordeiro, patriótico e crente no futuro". Mas, além dessa identificação com a nação, além da exploração claramente política, o espetáculo esportivo produzido pelo EPT, objeto de festa, jubilosa celebração esportiva, mistura de distensão, de efervescência e de mercado, permite-nos entender a ação social do regime, bem como os seus processos de controle e subjetivação das pessoas. Essas ações estavam fundamentadas no pressuposto de que a prática esportiva era sinônimo de saúde, progresso moral e social.

A campanha EPT passa a ser um suporte que atrai mensagens, um meio de focalização tão mais poderoso quanto mais difundido. Talvez venha daí sua permeabilidade acentuada para o político, mesmo que a princípio certo "apolitismo" esportivo na campanha tenha resistido. A política de comunicação do EPT apresentava como eixo condutor o respeito à ordem moral e espiritual. Suas campanhas eram elaboradas visando ao fortalecimento do "caráter nacional", pressupondo como valores brasileiros positivos o "civismo", a "coesão familiar", a "valorização da natureza", o "serviço voluntário à comunidade" e o "combate ao pessimismo".⁶⁹⁹

Nessa urgência de transformação do cenário social pela adesão ao exercício das "práticas civilizadas", as ações como as do EPT encontravam-se geralmente atreladas a uma orientação política e a um projeto pedagógico de "alfabetização" desse "novo homem" e dessa "nova mulher", visando à inauguração de outra sensibilidade, alterando valores, num processo que se diversifica, ressignifica, diferencia, atingindo os indivíduos não só em seus aspectos sociais, mas também em seu modo de comportar-se. Sobre essa questão, em 1981, o professor Manoel Gomes Tubino, em seu texto intitulado "A importância de Kenneth Cooper na melhoria da aptidão física do homem brasileiro", diz:

Quando vemos a nação brasileira num nível de aptidão física melhor e percebemos que na cultura brasileira o hábito da atividade física está inserido no contexto nacional, e ao mesmo tempo tivemos a honra de testemunhar a evolução dessa extraordinária transformação do homem brasileiro, não podemos deixar de homenagear esse norte-americano simples, cientista e

⁶⁹⁹ BRASIL. Esporte para Todos. *Princípios Básicos*. Rede Nacional de Esporte para Todos. Central de difusão. MEC. 1983.

amigo, por constituir-se sem menor dúvida, como um renovador cultural e principal contribuidor da melhoria da aptidão física do homem brasileiro.⁷⁰⁰

Contudo, a forma como esses elementos são apresentados nos manuais técnicos do EPT assumem a conotação de uma prescrição, como uma espécie de “dever” de todos e de cada um. Portanto, o movimento EPT visava a uma internalização das regras dispostas ao que possa oportunizar a formação do bom caráter e a construção do bom cidadão, tanto é que os ditames da boa educação incutidos à ideia de autocontrole como preceito da vida moderna vinculavam-se às necessidades de adesão ao projeto civilizador dos militares.

Ao longo deste estudo, foi possível constatar que o projeto de massificação dos esportes na década de 1970 no Brasil exigia uma educação do corpo que promovesse não só a saúde, mas também a disciplina e a ordem mediante o “controle-estimulação”. Optou-se pelo modelo de desenvolvimento de ações sociais de baixo custo com base na participação popular voluntária e na estrutura dos governos locais. Tanto é que os mutirões esportivos promovidos pelo EPT ganharam cada vez mais a centralidade nas agendas governamentais. Tal intento aponta o grande fôlego que os programas sociais do governo deram à construção das relações de comportamentos esperados para uma boa sociedade.

Muito embora tais projetos reivindicassem uma verdadeira “revolução” democrática por meio do esporte, os programas de massificação esportiva não foram implantados no ambiente de possibilidades democráticas. A campanha Esporte para Todos, em 1977, assumia caráter festivo e democrático, em contraposição à atmosfera carregada das manifestações da sociedade civil em favor da ampliação da abertura anunciada pelo presidente Geisel dois anos antes.

Norbert Elias e Eric Dunning sublinham que o interesse que o esporte desperta nos indivíduos é a possibilidade de cumprir com a promessa de “destruição da rotina”. Essa espécie de excitação agradável provocada pelo esporte, de alguma forma, despertaria um sentimento de identificação coletiva. Mas para além dessas possibilidades, o esporte moderno opera ao nível do imaginário coletivo e individual com representações de felicidade, *marketing* pessoal, domínio tecnológico, afirmação nacional, etc.

O estudo da campanha Esporte para Todos no Brasil revela que ao lado da diversidade proporcionada por grandes mudanças na estrutura política do Brasil; “fim do milagre econômico”, o “processo de distensão” e a reorganização dos movimentos na sociedade civil, definiam-se também um processo de individualização, manifestado em ações que marcaram

⁷⁰⁰ TUBINO, Manoel Gomes. A importância de Kenneth Cooper na melhoria da aptidão física do homem brasileiro. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Teoria e prática do Esporte para Todos: 1982-1983*. Brasília: Secretaria de Educação Física e Desporto, MEC, 1983. p. 81.

distintas formas de relacionar-se e de comportar-se. Suas práticas desportivas integram-se nesse vasto campo de análise, portanto, é necessário compreender o significado social e político do desporto. Para fugir das generalizações, Norbert Elias diz ser necessário identificar a especificidade dos processos e as diferenças na caracterização de cada configuração social.⁷⁰¹ Convida ainda os pesquisadores a refletirem com maior profundidade sobre um dos fenômenos essenciais da nossa civilização.

Quanto à *Revista Comunidade Esportiva*, pode-se concluir que esse periódico teve importante papel no sentido de favorecer a construção de uma imagem positiva da campanha Esporte para Todos, ajudando a divulgá-la. Observa-se ainda que os editoriais analisados continham um forte conteúdo em forma de propaganda, tendo como ideia fundamental a política da conciliação. O estabelecimento da conciliação, da negociação e do consenso como única forma de construção de uma “sociedade solidária, fraterna, responsável, moralmente sadia”⁷⁰² passaram a ser mencionados pelo presidente e por políticos no final dos anos de 1970 e início de 1980. Contudo, tais ideais deveriam ser implantados no dia a dia para a felicidade de todos os brasileiros. Nesse sentido, ressalta-se que a revista pode ser vista como uma das estratégias para buscar adesão ao processo político desencadeado pela abertura.

Portanto, estudar a história sobre os planos, as ações e as experiências referentes à educação e ao esporte, tendo o Brasil como cenário e o regime de Ditadura Militar como pano de fundo justifica-se também pela vontade de entender e reagir aos impactos das transformações aceleradas das últimas décadas. A tríade "corpo, esporte e educação", que há meio século iniciou sua caminhada, despertando constante interesse das políticas públicas, e tendo já conseguido consolidar posições, cria a ambientação para esta pesquisa.

Neste sentido, acredita-se que esta é apenas uma das várias possibilidades de estudo que esse tema pode vir a contemplar, pois este trabalho pretendeu ser uma contribuição para o entendimento de tão complexo processo, procurando colaborar com a reflexão e o debate no âmbito da História Cultural, levando em conta as motivações menos evidentes na implantação de políticas públicas (em seus conteúdos e métodos) e a produção de diversas pedagogias que

⁷⁰¹ Para Elias e Dunning, no livro *Em busca da excitação*, a noção de configuração (figuração) permite simultaneamente identificar os diversos modos de inter-relação e ultrapassar as separações teóricas entre o indivíduo e a sociedade. Nesse sentido, a configuração como unidade de análise do social funda-se numa lógica relacional, o que permite a Elias e Dunning resolver o dualismo entre integração e conflito, por exemplo, para entender o projeto EPT que se autodenominava democrático em um regime antidemocrático como ditadura militar brasileira.

⁷⁰² FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1982, p. XXV. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

tomam por base preceitos científicos da Educação Física para legitimar projetos de intervenção corporal.

REFERÊNCIAS

- A VISITA de Figueiredo à Argentina. “Aceitamos os sacrifícios”. Cooperação facilitará a democracia, diz presidente. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 maio 1980. 1.º Caderno, p. 8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1980/05/18/2/>>. Acesso em: 1.º set. 2014.
- AISENSTEIN, Ângela. La matriz disciplinar de La educación física: su relación con la escuela y la cultura en un contexto nacional (Argentina 1880-1960). In: *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*. SOARES, Carmem (Org.). Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2007.
- AKCELRUD, Maurício. Esporte para Todos no meio rural. In: Teoria e prática do Esporte para Todos 1982-1983. MEC. Secretaria de Educação Física e Desporto. Brasília- DF. Edição fevereiro de 1983.
- ALMEIDA, Maria da Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária* - São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001.
- ALMEIDA, Milton José. A liturgia olímpica. In: SOARES, Carmen L. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 79-108.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*- 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense Niterói, 1990.
- ANEXO 8, Serviço Nacional de Informações, 2 jan. 1978, p. 240. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria C. (Org.). *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Org.). *Memória e (Res) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.
- ARAÚJO, Paulo Cesar. Eu não sou cachorro não. Música popular cafona e ditadura militar. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ARAÚJO, Rodolfo. A importância da mobilização. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 08, p.10, outubro de 1980.
- ARAÚJO, Rodolfo. Metodologia para implantação do lazer em centros esportivos. *Revista Comunidade Esportiva*, Rio de Janeiro, n. 8, out. 1980.
- ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no AS FESTAS da Independência*. Revista Veja. Edição 157, p, 21, 8 set. 1971.

ASSIM Geisel falou da política. *Revista Veja*. São Paulo, n. 361, p. 19, 6 ago. 1975.

ATLETISMO. *Revista Veja*. São Paulo. Nº 259, 22 de agosto de 1973.

AZEVEDO, Fernando. *Da Educação Física, o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1937.

BARBOSA, Leonardo Augusto Andrade. *Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós 1964*. Tese (Doutorado em Direito) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

BARROS, Cesar Mangolin. A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos. In: PRAUN, Luci. (Org.). *Relações mundializadas, neoliberalismo e sociabilidade humana*. 2ª ed. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2011, v. único, p. 31-46. Disponível em: <<http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf>>. Acesso em: 25/08/2013

BARROS, Darcymires Rego. Macroginástica. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Palestras edições, Rio de Janeiro, 1981.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTRA, Roger. La batalla de las ideas y las emociones. In: *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura em América Latina* (Ed.). Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BEASLEY-MURRAY, Jon. *Poshegemonía: teoria política y América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria dos Sistemas*. Petrópolis. Vozes. 2008.

BINDER, D. “Olimpism” revisited as context for global education: Implications for Physical Education. *Quest*, n. 53, p. 14-34, 2001.

BOMENY, Helena. Educação e cultura no arquivo Geisel. In: CELSO, Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.) *Dossiê Geisel*. . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma contribuição*. Vitória: UFES-Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 2. ed., 1997, p. 22. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/91303565/Educacao-fisica-e-aprendizagem-social-Valter-Bracht>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRAMANTE, Antonio Carlos. O programa lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 14, nov. 1980.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Norbert Elias. Formação, educação e emoções no processo de civilização*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 54.215, de 27 de agosto de 1964. Considera os jogos universitários brasileiros como atividade universitária regular. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54215-27-agosto-1964-394341-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL. Decreto n.º 64.905, de 29 de julho de 1969. Provê sobre a constituição de grupo de trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64905-29-julho-1969-406416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 69.450, 1.º de novembro de 1971, inciso I do artigo 3.º. Regulamenta o artigo 22 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971.

BRASIL do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 24, n. 47, jan./jun. 2004.

BRASIL. A palavra dos mil usos. *Revista Veja*. São Paulo. Edição 157, p. 36, 8 set. 1971.

BRASIL. *Plano de Educação Física e Desportos (PED)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971. p.14.

BRASILEIRO (Luis Carlos / Lelé), LP Os originais do samba exportação (1971) RCA Victor, BSL 1541. Disponível em: <http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI04029>. Acesso: 2 jun.2014.

BUENO, Luciano. Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese apresentada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de doutor em Administração Pública e Governo. São Paulo, 2008.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: Dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALDAS, Paulo Roberto Laranjeiras (Capitão). A importância da aptidão física para a mulher. *Desportos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 9-11, fev. 1977.

CAMARGO explica a Campanha. *O Estado de São Paulo*, 16 ago. 1977. p. 15. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770816-31414-nac-0015-999-15-not>>. Acesso em: 26 set. 2013.

CAMPANHA Copersucar da boa forma física. *Veja*, 30 ago 1972.

CAPINASSU, José Maurício. Pioneirismo da Educação Física e Desportiva Brasileira. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, p. 18-25, 1971.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). *Dossiê Geisel*. 3. ed. ANEXO 8, Serviço Nacional de Informações, 2 jan. 1978. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002..

CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Autonomia militar e construção da potência. In: OLIVEIRA, E. R. (Org). *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

CAVALCANTE, Péricles. Editoria. *Revista Comunidade Esportiva*, n. 20, set./out. 1982.

CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 19, jul./ago.1982.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

CHAUVEAU. Agnès (Org.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

COLOMBO, Alfredo. Áreas de lazer e seu papel na comunidade. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, DF. Ano 4, n. 11, p. 18, 1972.

COLOMBO, Alfredo. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, ano 4, n. 11, p. 16-18, 1972.

CONGRESSO DE BRASILIDADE: UNIDADE ÉTNICA, 1. 1. Culto a saúde. 2. O corpo físico. 3. A Educação do Corpo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1941. p. 16.

CONTRIBUIÇÃO do desporto para a humanidade: Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 10, p. 7, 1971.

CONY, Carlos Heitor. Médici e FHC. *Folha de S. Paulo*. 6 mar. 2002. (Opinião). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/03/06/2/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

COOPER, Kenneth. Capacidade aeróbica. In: COOPER, Kenneth. *Educação Física Mundial: Técnicas modernas*. 5. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

COOPER, Kenneth. Prefácio. Aptidão Física em qualquer idade. Exercícios aeróbicos. In: Cooper, Kenneth. *Educação Física Mundial: Técnicas modernas*. 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

CORBIN, Alain (Org.). *História dos tempos livres*. Tradução de Telma Costa. Lisboa, Teorema: 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento 1972*. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CORRÊA, Arlindo Lopes. A posição do MOBREAL no EPT. In: Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dezembro de 1980.

CORREA, Arlindo Lopes. *Diagnostico de educação Física\ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1971.

CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, novembro, 1980.

CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980.

CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 12, fev. 1981.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL, 1979.

CORREA, Arlindo. Esporte e desenvolvimento. *Revista brasileira de Educação Física e desportiva*. Brasília, ano 3, n. 9, p. 3, 1970.

COSTA, Arthur Orlando Ferreira. Editorial. Boletim Técnico e Informativo de Educação Física, Brasília, DF, n. 8, 1969.

COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/157.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

COSTA, Lamartine Pereira (Org.). Teoria e prática do esporte comunitário e de massa. Palestra edições, Rio de Janeiro 1981.

COSTA, Lamartine Pereira da; TAKAHASHI, George (Org.). *Fundamentos do Esporte para Todos 1983*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC, 1983. Livro técnico destinado à distribuição gratuita aos alunos do ensino superior de Educação Física e outros profissionais interessados no movimento Esporte para Todos.

COSTA, Lamartine Pereira. Bases Institucionais do Esporte para Todos. In: COSTA, Lamartine Pereira (org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981.

COSTA, Lamartine Pereira. Documento Básico da Campanha. *Revista brasileira de Educação Física e desporto*. Brasília – DF, ano 9, n. 35, jul./dez. 1977.

COSTA, Lamartine Pereira. Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*. Brasília, 1977.

COUTINHO, Claudio. Prefácio. In: COOPER, Kenneth. Prefácio. *Aptidão Física em qualquer idade. Exercícios aeróbicos*. In: *Educação Física Mundial. Técnicas Modernas*. 5 edição. Fórum Editora. Rio de Janeiro, 1972.

COUTO E SILVA, Golbery. O momento brasileiro. In: COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional- o poder executivo*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.

CUNHA, Márcia Pereira. *Do planejamento à ação focalizada: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza*. 2012. 272 folhas. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DISCURSO do Presidente Médici na inauguração da Praça Esportiva Roosevelt, em São Paulo. *Revista Esporte e Educação*, São Paulo, ano I, n. 6, mar., 1970.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n30/a09v1430.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2012.

DRUMMOND, Edmundo; VILELA, Eduardo Antonio. Óbidos e Oriximá: uma experiência integrada de Educação Física. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1980.

DUNNING, Eric. *Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer: comentários críticos e contra-críticos sobre as sociologias convencional e configuracional de esporte e lazer*. In: *História: questões e debates*. Curitiba, n. 39, p. 11-40, Ed UFPR, 2003.
Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/2723>>. Acesso em: 4 maio 2012.

É TEMPO de sonhar. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n.º 11, p. 5-6, 1972a.

EDITORIAL. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n.º 13- marco/abril/1981.

ELIAS, Norbert. *Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Joger Zahar, 1993. (O processo civilizador. v. 2).

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. *Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (O processo civilizador. v. 1).

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Tradução de Maria Manuela de Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

ENFIM livre o embaixador da Alemanha. *Folha de S. Paulo*, 17 jun. 1970.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes. Introdução à didática de Educação Física. In: FARIA JR, Alfredo Gomes. *Educação Física Mundial. Técnicas Modernas*, v. 6, Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

FARIAS, Claudia Maria. *Sonhos, lutas e conquistas: Projeção e emancipação social das mulheres nos esportes. 1932 1979*. Tese apresentada para obtenção do título de doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, 2012.

FESTA do povo. *Folha de S. Paulo*, p. 4, 23 jun. 1970.

FESTIVAL Miniesporte SESC. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 10, nov.-dez;. 1981.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIEP. Manifesto Mundial para a Educação Física e o Desporto. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 10, p. 8-17, 1971.

FIGUEIREDO, João Batista. Discurso à nação brasileira pela passagem do dia do trabalho 1979. In: Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. p. 45. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília. 1982, p. XXV. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

FIGUEIREDO, João. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília. 1982, p. XX. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

FILOFOFIA da Educação Física Desportiva e Recreativa. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, , ano 4, n. 10, p. 5-7, 1971.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade v.1*. Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. 2012.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979); edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Eduardo Brandão*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 7. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA, Gerson Wasen. *Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê*. Disponível em:

<www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_DasformiguinhasdeGeisel.pdf> Acesso em: 23 jun. 2014.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GASTALDO, Édison. *Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

GEISEL, Ernesto. Chamada geral ao combate. *Revista Veja*. São Paulo, n. 418, p. 100, 8 set. 1976.

GODOY, L. *Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

GÓIS, Chico de. Presidente participa de campanha para melhorar autoestima do brasileiro. *Folha de S. Paulo*, 20 jul. 2004. (Reportagem). Disponível em:

<<http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/20/2/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na Fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil. v. 4.).

GOMES, Ângela de Castro. O Ministério da Revolução de 1964: previdência e assistência sociais no governo Geisel. In: CELSO, Castro; D'ARAUJO, M Celina (Org.). *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUÉRIOS, Stella F. M. Ginástica básica feminina. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 11, p. 74-87, 1972.

GUIMARÃES, Hélio. O lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 8, out. 1980.

GUSHIKEN, Luiz. Agenda positiva. *Folha de S. Paulo*, 20 jul. 2004. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/07/20/2/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

GUTERMAN, Marcos. *Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar*. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, (27) tomo 1, p. 291, dez. 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria29_01.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.

HAVELANGE, João. A conversa com Médiçi. *A Gazeta Esportiva*. Brasília. 21 de outubro de 1969.

HERSCHMAN, Micael M. ; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (orgs) *A invenção do Brasil moderno. Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2 ed. rev. São Paulo: Atelier Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. *Os Tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia: Atelier Editorial, 2007.

KRIEKEN, Robert Von. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina do eu. *Plural: revista de sociologia da USP*. São Paulo, v. 3, p. 153-180, 1.º Semestre, 1996.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Adilson José. Superférias. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro. Noticiário e informações técnicas. nº 9. Novembro de 1980.

LIPOVESTKY, Gilles. *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa, 1994.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): Um espaço de disputas*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LISBOA, Mariana Mendonça; PIRES, Giovani L. Reflexões sobre a imagem e a fotografia: possibilidades na pesquisa e no ensino da Educação Física. *Motrivivência*, ano XXII, n. 34, p. 72-86, jun. 2010.

LUCENA, Ricardo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Tese (Doutorado em Educação Física) – FEF, UNICAMP, 2000.

MAIA, Antonio Cavalcanti. *Biopoder, biopolítica e o tempo presente*. In: *O homem máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MANIFESTO Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, p. 9-17, 1971. Tradução do Gen. Jayr Jordão Ramos.

MANO, John Francis. O PAÍS. *O Globo*, 14 abr. 1977. p. 8. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/clt-70-anos/assets/pdf/1977-pagina.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra, [S.l.]:Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda,1976.

MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra: considerações sobre desenvolvimento. [S.l.]:Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda, 1975.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. Novamente a distribuição de material. **Revista Brasileira de Educação Física, Brasília, DF**, ano 5, n. 17, set.-out. 1973.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, DF. Ano 4, n. 12, 1973.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça. Médicos, Educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.

MATHIAS, Suzeley Kalil. O Projeto Militar de Distensão. Notas sobre a ação política do presidente Geisel. In: Dossiê Burguesia e Política. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR, n. 4 e 5, 1995.

MATIAS, Person Cândido. A essência da rua de lazer. In: COSTA, Lamartine (Org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981.

MATIAS, Person Cândido. Como acontece o EPT na comunidade. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestras edições, 1980.

MATOS, Heloisa. **Governo Médici**: discurso oculto na comunicação institucional. IIº Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, FENAJ/UFSC- Abril 2004-03-08. Disponível em:

<http://www.facasper.com.br/pos/libero/libero12/O%20discurso%20pol%EDtico%20oculto%2054-64.pdf>

MATTOS, Délio Jardim. Céu de brigadeiro. *Revista Veja*, São Paulo, n. 559, p. 4-23, maio 1979.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 14, 1972.

MÉDICI à nação. *Esporte e Educação*, São Paulo, ano 2, n. 9, p. 1, 1970.

MEDICI, Emílio G. *Nova Consciência do Brasil*. Presidência da República. p. 79. 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso pronunciado no dia 25-1-1970, no 416º aniversário de fundação da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. A sociedade a construir. Aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra, na Guanabara em 10 de março de 1970, p.77. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso proferido na visita ao 1.º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa. Paraíba, em 8 abr.1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem do Presidente MÉDICI, na Passagem do Ano Novo, em 31-12-70. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/09/view>>. Acesso em: 15 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nosso Caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Discurso de posse 30 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

MÉDICI, Ernesto G. Brasil 70. Política e debate. *Revista Visão*, São Paulo: n. 3, p. 102, 14 de fevereiro de 1970.

MÉDICI: É preciso haver prática sistemática da Educação Física. *Revista Esporte e Educação*, ano I, n. 6, março, p. 9, São Paulo, 1970.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. (História da vida privada no Brasil. v. 4.). p. 575-586. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELO, Filho. O Brasil para o presidente Médici. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 916, p. 92-105, nov. 1969.

MELO, João Cardoso & Novais, Fernando. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: Schwarcz, Lilia(org). *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELO, Wanderson Fabio de. Da “educação das massas” à “deflagração de crises”: O “populismo” na visão de Roberto Campos. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 27, tomo 1, p. 291, dez. 2004. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria29_01.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MILITO, de meia-direita a presidente da República. *Jornal do Brasil*. 9 de julho de 1972.

MILTON, José de Almeida. A liturgia olímpica. In: SOARES, Carmen (Org.). *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MORAIS, Marco Antonio; TONISSI, Mileno. Projeto Bosquinho. *Revista Comunidade Esportiva*. Noticiário e informações técnicas. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980.

MORAÑA, Mabel. Postscriptum. El afecto en la caja de herramientas. In: *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura en América Latina*. (Ed.). Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.

MORAÑA, Mabel; PRADO, Ignacio M. Sánchez. *El lenguaje de las emociones: Afecto y cultura en América Latina* (Orgs.). Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.

MOREIRA, Cláudio. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 16, set.-out. 1981.

MOTTA, Nelson; VALLE, Paulo Sergio. Um Novo Tempo. Disponível em: <<http://letras.mus.br/marcos-valle/1131689/>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

MÜLLER, Norbert. *Olympic education: university lecture on the Olympics*. Barcelona: Centro d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC -UAB), 2004, (tradução nossa). Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/muller.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

NADAI, Elza. O Ensino de História e a "Pedagogia do Cidadão". In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.

NOTICIÁRIO e informações técnicas. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, nov. 1980.

NOVAES, Adauto (Org.). *O homem máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NUNES, Alexandre Tavares do Nascimento. Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de debates. 2010, ps 359. Tese apresentada como

requisito para obtenção do título de Doutor em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMAN, Micael M. ; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NUNES, Moysés Costa. Integração pelo esporte. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 3, nov. 1980.

O FIEL do poder moderador. *Veja*. São Paulo, n. , p. 45, junho de 1972.

OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de. *Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. O esporte em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1963-1985). In: PRIORE, Mary et al. (Org.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP. 2009.

OPERAÇÕES psicológicas. Manual Básico. Escola Superior de Guerra. [S.l.]:Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda,1975.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. Ed. brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. Brasília: Editora brasiliense, 1988.

OS COMUNICADOS. *Veja*. São Paulo, 17 jun. 1970, p. 27. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

OTÁVIO COSTA diz que ARP não pretende ser o antigo DIP e nem mudar opiniões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 abr. 1970. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19700424&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 18 set. 2013.

OTAVIO COSTA fala sobre a Aerp. *Jornal do Brasil*. Primeiro caderno, 01 de julho de 1970. PACHECO, Leonardo Turchi. Norbert Elias e Michel Foucault: diálogos sobre poder e sexualidade. *Caderno Espaço Feminino*, v. 21, n. 1. jan./jul. 2009.

PAIM, Lydia et al. Seminário de avaliação da rede EPT- 1982. In: Teoria e Prática do Esporte para Todos 1982-1983. MEC. Secretaria de Educação Física e Desportos. Edição SEED/SUEP- MEC/Brasília, 1983.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagem*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevedo. *Do Esporte para Todos à constituição de uma pedagogia corporal no Brasil (1970-1985)*. 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detective e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PELUFFO, Ana. Emoción, afectividad y sentimiento en la construcción del pasado setentista. In: MORAÑA, Mabel; PRADO, Ignacio M. Sánchez. *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura em América Latina*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.

PÍNCANO, Antonio; RIBEIRO, Ângela Maria. Gente miúda também faz. Ação comunitária através do EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 4, nov. 1980.

PINTO, Joelcio Fernandes. *Representações de esporte e Educação Física na Ditadura Militar: uma leitura a partir da revista de historia em quadrinhos Dedinho (1969-1974)*. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

POBLETE, Juan. La productividad del afecto en un contexto post- social. In: MORAÑA, Mabel; PRADO, Ignacio M. Sánchez. *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura en América Latina*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.

POLÍTICA Nacional de Educação Física e Desporto. Plano Nacional de Educação Física e Desporto. Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília- DF, 1976, p. 21. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me002156.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

POSTO de escuta. *Manchete*. Rio de Janeiro, ano 17, n. 915, p. 140-141, nov. 1969.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Organização de Carlos Augusto Calil. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Primeiro Congresso de Brasilidade: Unidade étnica. 1. Culto a saúde. 2. O corpo físico. 3. A Educação do Corpo, 1941.

PRINCIPIOS Básicos. Manual técnico. Rede Nacional Esporte para Todos. Rio de Janeiro, p. 5, 1983

PROGRAMA de férias/81. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 13, mar.-abr. 1981.

PROJETO Movimento. Mais energia para todo mundo. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 3, out. 1980.

PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Org.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Física e Esportes).

QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 2005. 236 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

RAGO, Margareth. Cultura do Narcisismo, política e cuidados de si. In: *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*. Soares, Carmem L. (Org.). Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2007.

RAMOS, Andressa Maria Villar. Ação e paixão política: A dimensão afetiva da luta pela anistia. *Projeto História cultura e poder: O golpe de 1964- 40 anos depois*. Revista do programa de estudos dos pós-graduados em História e do departamento de História. PUC- SP. n. 29, jul./dez. 2004.

RAMOS, Jair Jordão. Panorama mundial da educação física e atividades correlatas. *Revista brasileira de educação física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 19, 1970.

REDE Nacional de Esporte para Todos. Manual Técnico. SEED/MEC, Rio de Janeiro, 1983.

REDE Nacional Esporte Para Todos. Princípios Básicos. Equipamento esportivo para todos. Rio de Janeiro: Edição Rede EPT, 1983.

REIS, Daniel Aarão et al. (Org.). *Versões e ficções o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

REIS, Daniel Aarão Reis. A Revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 2. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS, Livia de Freitas. La memória en expansión: textualidades y afectos en el Brasil de fin de siglo. In: *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura em América Latina*. (Eds.). Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.

REIS, Sergio Alberto dos. Praças e quadras para todos em Florianópolis. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 9, maio jun. 1981.

RÉMON, René. O retorno do político. In: *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

REVAH, Daniel. A educação alternativa. In: RISÉRIO, A. et al. *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2005.

REVISTA DEDINHO E SUA TURMA. Pernas, pra que te quero. Editado pelo Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Série cartilhas desportivas, nº 1. Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. São Paulo, 1973. Abril S.A.

REVISTA DESPORTO, ano 3, n. 23, 1978.

REVISTA EM QUADRINHOS DEDINHO E SUA TURMA. 2. ed. Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura. Abril S.A. São Paulo, n. 3, 1973.

REVISTA EM QUADRINHOS DEDINHO E SUA TURMA. 2. ed. Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura. Abril S.A. São Paulo, n. 5, 1973.

REZENDE, Maria José. O governo Lula e a exaltação da autoestima do povo brasileiro. *Espaço Acadêmico*, n. 41, out. 2004.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 188 p.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário: memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Agir, p. 231, 2008.

ROLLEMBERG, Denise & Quadrat, Samantha Viz (orgs). Apresentação. In: Memória, História e autoritarismo. In: A Construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RUBIO, Kátia. Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 56, jan./mar. 2010.

SANI, Giacomo. Consenso (Verbetes). In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnb, 4. ed., v. 1, 1992.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer*. (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo (Org.). *Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SCHLEDER, João Carlos et al. EPT nas empresas. Lazer na empresa: opção consciente do empregado. In: *Teoria e Prática do Esporte Para Todos 1982-1983*. Brasília: MEC Secretaria de Educação Física e Desporto. Edição SEED/ SUEP. Rede EPT, p. 297, fevereiro de 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante de. A história do uso político do esporte. *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, 2004.

SILVA, Antonio Boaventura. Educação Física esportiva generalizada. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 11, p. 20-27, 1972.

SISTEMA europeu de proteção dos direitos humanos. Conselho da Europa. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-historia.html>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

SKIDIMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo 1964-1985. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Carmen L. (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

SONTAG, Susan. *Sobre a fotografia*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Eustáquia Salvadora. Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A História do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. 264 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SOUZA, Ovídio Silveira. Munique 72 culpados e inocentes. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 12, 1973.

STEINHILBER, Jorge et al. Rede Nacional de Esporte para Todos. In: Teoria e Prática do Esporte para Todos 1982-1983. MEC. Secretaria de Educação Física e Desporto. Brasília. Edição fevereiro de 1983.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TATYANA de Amaral Maia. Os Cardeais da Cultura Nacional. O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-militar (1967-1975). Organização da coleção Lia Calabre- São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro. (Org.). 1964. *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

TRIGO, Abril. La función de los afectos en la economía político-libidinal. In: MORAÑA, Mabel; PRADO, Ignacio M. Sánchez (Ed.) *El lenguaje de las emociones: afecto y cultura en América Latina*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2012.

UNIÃO governo-povo. *Folha de São Paulo*, p. 6, 8 set. 1971. Disponível em: em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/09/08/2/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

UM CLIMA de 3 de outubro. Veja, 5 out. 1969, p. 18. OS COMUNICADOS. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

VALENTE, Edison. *Esporte para todos: a desescolarização da educação física e do esporte e o universalismo olímpico*. 1996. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 1996.

VAN KRIEKEN, Robert. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o Eu. *Plural-USP*, São Paulo, 1996. p. 153-180.

VAZ, Alexandre F. Memória e progresso: sobre a presença do corpo na arqueologia da modernidade em Walter Benjamin. In: SOARES, Carmen Lúcia. *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001.

VAZ, Alexandre Fernandez ; BASSANI, Jaison José. Esporte e Identidade Nacional no Brasil: Negociações em torno de quatro ídolos. *Materiales para la Historia del Deporte VI*, 2008 ISSN:1887-9586. Disponível em: <http://www.upo.es/revistas/index.php/materiales_historia_deporte/article/view/503/697>. Acesso em: 28 jan. 2014.

VAZ, Alexandre Fernandez. Do culto à performance: esporte, corpo e rendimento. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis: UFSC/CONBRACE, v. 21, n.1, p.100-107, set. (Anais, caderno 2 do XI CONBRACE).

VAZ, Alexandre. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. *Cadernos Cedes* (Corpo e Educação). Organização de Carmen Lúcia Soares, ano 19, n. 48, p. 89-108, ago. 1999.

VELLOSO e seus grandes impactos. *Veja*, n. 71, p. 19, 14 jan.1970. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

VIGARELLO, George. Estádios: o espetáculo esportivo das arquibancadas às telas. In: COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George (Org.). *História do Corpo. As mutações do Olhar. O século XX*. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (v. 3.).

FONTES

- Documentos

ANEXO 8, Serviço Nacional de Informações, 2 jan. 1978, p. 240. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria C. (Org.). *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRASIL. Decreto n.º 64.905, de 29 de julho de 1969. Provê sobre a constituição de grupo de trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64905-29-julho-1969-406416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 69.450, 1.º de novembro de 1971, inciso I do artigo 3.º. Regulamenta o artigo 22 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 54.215, de 27 de agosto de 1964. Considera os jogos universitários brasileiros como atividade universitária regular. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54215-27-agosto-1964-394341-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/ Desporto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Recursos Humanos (IPEA). Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Desporto e Educação Física, 1971.

BRASIL. *Plano de Educação Física e Desportos (PED)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971. p.14.

CONGRESSO DE BRASILIDADE: UNIDADE ÉTNICA, 1. 1. Culto a saúde. 2. O corpo físico. 3. A Educação do Corpo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1941. p. 16.

FIGUEIREDO, João Batista. Discurso à nação brasileira pela passagem do dia do trabalho 1979. In: Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação – Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. p. 45.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília. 1982, p. XXV. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

FIGUEIREDO, João. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília. 1982, p. XX. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1982>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra, [S.l.]:Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda,1976.

MANUAL Básico da Escola Superior de Guerra: considerações sobre desenvolvimento. [S.l.]:Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda, 1975.

MEDICI, Emílio G. *Nova Consciência do Brasil*. Presidência da República. p. 79. 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso pronunciado no dia 25-1-1970, no 416º aniversário de fundação da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. A sociedade a construir. Aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra, na Guanabara em 10 de março de 1970, p.77. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso proferido na visita ao 1.º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa. Paraíba, em 8 abr.1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem do Presidente MÉDICI, na Passagem do Ano Novo, em 31-12-70. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/09/view>>. Acesso em: 15 maio 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nosso Caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Discurso de posse 30 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

OPERAÇÕES psicológicas. Manual Básico. Escola Superior de Guerra. [S.l.]:Composto e Impresso: APEX- Gráfica e editora Ltda,1975.

POLÍTICA Nacional de Educação Física e Desporto. Plano Nacional de Educação Física e Desporto. Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília- DF, 1976, p. 21. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me002156.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

- Estudos, obras e ensaios

AKCELRUD, Maurício. Esporte para Todos no meio rural. In: Teoria e prática do Esporte para Todos 1982-1983. MEC. Secretaria de Educação Física e Desporto. Brasília- DF. Edição fevereiro de 1983.

AZEVEDO, Fernando. *Da Educação Física, o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1937.

BARROS, Darcymires Rego. Macroginástica. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Palestras edições, Rio de Janeiro, 1981.

COOPER, Kenneth. Capacidade aeróbica. In: COOPER, Kenneth. *Educação Física Mundial: Técnicas modernas*. 5. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

COOPER, Kenneth. Prefácio. Aptidão Física em qualquer idade. Exercícios aeróbicos. In: Cooper, Kenneth. *Educação Física Mundial: Técnicas modernas*. 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

CORREA, Arlindo Lopes. *Diagnostico de educação Física\ Desporto no Brasil*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1971.

CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL, 1979.

COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Palestra edições, Rio de Janeiro 1981.

COSTA, Lamartine Pereira da; TAKAHASHI, George (Org.). *Fundamentos do Esporte para Todos 1983*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC, 1983. Livro técnico destinado à distribuição gratuita aos alunos do ensino superior de Educação Física e outros profissionais interessados no movimento Esporte para Todos.

COSTA, Lamartine Pereira. Bases Institucionais do Esporte para Todos. In: COSTA, Lamartine Pereira (org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981.

COUTINHO, Claudio. Prefácio. In: COOPER, Kenneth. Prefácio. Aptidão Física em qualquer idade. Exercícios aeróbicos. In: Educação Física Mundial. Técnicas Modernas. 5 edição. Fórum Editora. Rio de Janeiro, 1972.

COUTO E SILVA, Golbery. O momento brasileiro. In: COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional- o poder executivo*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes. Introdução à didática de Educação Física. In: FARIA JR, Alfredo Gomes. *Educação Física Mundial. Técnicas Modernas*, v. 6, Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

MATIAS, Person Cândido. A essência da rua de lazer. In: COSTA, Lamartine (Org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestra Edições, 1981.

MATIAS, Person Cândido. Como acontece o EPT na comunidade. In: COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro: Palestras edições, 1980.

PAIM, Lydia et al. Seminário de avaliação da rede EPT- 1982. In: *Teoria e Prática do Esporte para Todos 1982-1983*. MEC. Secretaria de Educação Física e Desportos. Edição SEED/SUEP- MEC/Brasília, 1983.

PRINCIPIOS Básicos. Manual técnico. Rede Nacional Esporte para Todos. Rio de Janeiro, p. 5, 1983

REDE Nacional de Esporte para Todos. Manual Técnico. SEED/MEC, Rio de Janeiro, 1983.

REDE Nacional Esporte Para Todos. Princípios Básicos. Equipamento esportivo para todos. Rio de Janeiro: Edição Rede EPT, 1983.

SCHLEDER, João Carlos et al. EPT nas empresas. Lazer na empresa: opção consciente do empregado. In: *Teoria e Prática do Esporte Para Todos 1982-1983*. Brasília: MEC Secretaria de Educação Física e Desporto. Edição SEED/ SUEP. Rede EPT, p. 297, fevereiro de 1983.

STEINHILBER, Jorge et al. Rede Nacional de Esporte para Todos. In: *Teoria e Prática do Esporte para Todos 1982-1983*. MEC. Secretaria de Educação Física e Desporto. Brasília. Edição fevereiro de 1983.

- Revistas

Revista Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro, 1980-1986.

ARAÚJO, Rodolfo. A importância da mobilização. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 08, p.10, outubro de 1980.

ARAÚJO, Rodolfo. Metodologia para implantação do lazer em centros esportivos. *Revista Comunidade Esportiva*, Rio de Janeiro, n. 8, out. 1980.

BRAMANTE, Antonio Carlos. O programa lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 14, nov. 1980.

CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 19, jul./ago.1982.

CAVALCANTE, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 20, set./out. 1982.

CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, novembro, 1980.

CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980.

CORRÊA, Arlindo Lopes. A posição do MOBREAL no EPT. In: Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dezembro de 1980.

CORREA, Arlindo Lopes. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 12, fev. 1981.

DRUMMOND, Edmundo; VILELA, Eduardo Antonio. Óbidos e Oriximá: uma experiência integrada de Educação Física. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1980.

EDITORIAL. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, nº 13- marco/abril/1981.

FESTIVAL Miniesporte SESC. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 10, nov.-dez. 1981.

GUIMARÃES, Hélio. O lazer. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 8, out. 1980.

LIMA, Adilson José. Superférias. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro. Noticiário e informações técnicas. nº 9. Novembro de 1980.

MORAIS, Marco Antonio; TONISSI, Mileno. Projeto Bosquinho. *Revista Comunidade Esportiva*. Noticiário e informações técnicas. Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1980.

MOREIRA, Cláudio. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 16, set.-out. 1981.

NOTICIÁRIO e informações técnicas. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, nov. 1980.

NUNES, Moysés Costa. Integração pelo esporte. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 3, nov. 1980.

PÍNCANO, Antonio; RIBEIRO, Ângela Maria. Gente miúda também faz. Ação comunitária através do EPT. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 4, nov. 1980.

PROGRAMA de férias/81. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 13, mar.-abr. 1981.

PROJETO Movimento. Mais energia para todo mundo. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 3, out. 1980.

REIS, Sergio Alberto dos. Praças e quadras para todos em Florianópolis. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 9, maio jun. 1981.

Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, Brasília, DF, 1970-1977.

CAPINASSU, José Maurício. Pioneirismo da Educação Física e Desportiva Brasileira. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, p. 18-25, 1971.

COLOMBO, Alfredo. Áreas de lazer e seu papel na comunidade. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, DF. Ano 4, n. 11, p. 18, 1972.

COLOMBO, Alfredo. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, ano 4, n. 11, p. 16-18, 1972.

CONTRIBUIÇÃO do desporto para a humanidade: Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 10, p. 7, 1971.

CORREA, Arlindo. Esporte e desenvolvimento. *Revista brasileira de Educação Física e desportiva*. Brasília, ano 3, n. 9, p. 3, 1970.

COSTA, Lamartine Pereira. Documento Básico da Campanha. *Revista brasileira de Educação Física e desporto*. Brasília – DF, ano 9, n. 35, jul./dez. 1977.

COSTA, Lamartine Pereira. Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*. Brasília, 1977.

DRUMMOND, Edmundo; VILELA, Eduardo Antonio. Óbidos e Oriximá: uma experiência integrada de Educação Física. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1980.

É TEMPO de sonhar. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n.º 11, p. 5-6, 1972a.

FIEP. Manifesto Mundial para a Educação Física e o Desporto. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 10, p. 8-17, 1971.

FILOFOFIA da Educação Física Desportiva e Recreativa. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 10, p. 5-7, 1971.

GUÉRIOS, Stella F. M. Ginástica básica feminina. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 11, p. 74-87, 1972.

MANIFESTO Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Brasília, ano 4, n. 10, p. 9-17, 1971. Tradução do Gen. Jayr Jordão Ramos.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. Novamente a distribuição de material. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, ano 5, n. 17, set.-out. 1973.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 12, 1973.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. Valor da recreação nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 11, p. 14, 1972.

RAMOS, Jair Jordão. Panorama mundial da educação física e atividades correlatas. *Revista brasileira de educação física e desportiva*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 19, 1970.

SILVA, Antonio Boaventura. Educação Física esportiva generalizada. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, ano 4, n. 11, p. 20-27, 1972.

SOUZA, Ovídio Silveira. Munique 72 culpados e inocentes. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 12, 1973.

Revista Desporto, Rio de Janeiro, 1977

CALDAS, Paulo Roberto Laranjeiras (Capitão). A importância da aptidão física para a mulher. *Revista Desportos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 9-11, fev. 1977.

REVISTA DESPORTO, ano 3, n. 23, 1978.

Boletim Técnico e Informativo de Educação Física, Brasília, 1969.

COSTA, Arthur Orlando Ferreira. Editorial. *Boletim Técnico e Informativo de Educação Física*, Brasília, DF, n. 8, 1969.

Revista Dedinho e sua turma. São Paulo, 1973.

REVISTA DEDINHO E SUA TURMA. Pernas, pra que te quero. Editado pelo Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Série cartilhas desportivas, nº 1. Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo. São Paulo, 1973. Abril S.A.

REVISTA EM QUADRINHOS DEDINHO E SUA TURMA. Braço é braço. 2. ed. Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura. Abril S.A. São Paulo, n. 3, 1973.

REVISTA EM QUADRINHOS DEDINHO E SUA TURMA. Bola pra cima. 2. ed. Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura. Abril S.A. São Paulo, n. 5, 1973.

Revista Esporte e Educação, São Paulo, 1970.

MÉDICI à nação. *Revista Esporte e Educação*, São Paulo, ano 2, n. 9, p. 1, 1970.

MÉDICI: É preciso haver prática sistemática da Educação Física. *Revista Esporte e Educação*, ano I, n. 6, março, p. 9, São Paulo, 1970.

DISCURSO do Presidente Médici na inauguração da Praça Esportiva Roosevelt, em São Paulo. *Revista Esporte e Educação*, São Paulo, ano I, n. 6, mar., 1970.

Revista Visão, São Paulo, 1970.

MÉDICI, Ernesto G. Brasil 70. Política e debate. *Revista Visão*, São Paulo: n. 3, p. 102, 14 de fevereiro de 1970.

Revista Veja. São Paulo, 1969-1979.

AS FESTAS da Independência. *Veja*. São Paulo, n. 157, p. 21, 8 set. 1971.

ASSIM Geisel falou da política. *Veja*. São Paulo, n. 361, p. 19, 6 ago. 1975.

ATLETISMO. *Veja*. São Paulo. Nº 259, 22 de agosto de 1973.

BRASIL. A palavra dos mil usos. *Veja*. São Paulo, n. 157, p. 36, 8 set. 1971.

CAMPANHA Copersucar da boa forma física. *Veja*. São Paulo, n. 208, 30 ago 1972.

GEISEL, Ernesto. Chamada geral ao combate. *Revista Veja*. São Paulo, n. 418, p. 100, 8 set. 1976.

MATTOS, Délio Jardim. Céu de brigadeiro. *Revista Veja*, São Paulo, n. 559, p. 4-23, maio 1979.

O FIEL do poder moderador. *Veja*. São Paulo, n. , p. 45, junho de 1972.

OS COMUNICADOS. *Veja*. São Paulo, 17 jun. 1970, p. 27. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

UM CLIMA de 3 de outubro. *Veja*, 5 out. 1969, p. 18. OS COMUNICADOS. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

VELLOSO e seus grandes impactos. *Veja*, n. 71, p. 19, 14 jan.1970. Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 27 set. 2013.

Revista Manchete, Rio de Janeiro, 1969

MELO, Filho. O Brasil para o presidente Médici. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 916, p. 92-105, nov. 1969.

POSTO de escuta. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, ano 17, n. 915, p. 140-141, nov. 1969.

- **Jornais**

Folha de São Paulo, São Paulo, 1970-1971

A VISITA de Figueiredo à Argentina. “Aceitamos os sacrifícios”. Cooperação facilitará a democracia, diz presidente. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 maio 1980. 1.º Caderno, p. 8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1980/05/18/2/>>. Acesso em: 1.º set. 2014.

ENFIM livre o embaixador da Alemanha. *Folha de S. Paulo*, 17 jun. 1970.

FESTA do povo. *Folha de S. Paulo*, p. 4, 23 jun. 1970.

UNIÃO governo-povo. *Folha de São Paulo*, p. 6, 8 set. 1971. Disponível em: em:
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/09/08/2/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

O Estado de São Paulo, 1977.

CAMARGO explica a Campanha. *O Estado de São Paulo*, 16 ago. 1977. p. 15. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770816-31414-nac-0015-999-15-not>>. Acesso em: 26 set. 2013.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1970-

OTÁVIO COSTA diz que ARP não pretende ser o antigo DIP e nem mudar opiniões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 abr. 1970. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19700424&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 18 set. 2013.

OTAVIO COSTA fala sobre a Aerp. *Jornal do Brasil*. Primeiro caderno, 01 de julho de 1970.

MILITO, de meia-direita a presidente da República. *Jornal do Brasil*. 9 de julho de 1972.

O Globo, São Paulo, 1977.

MANO, Jonh Francis. O PAÍS. *O Globo*, 14 abr. 1977. p. 8. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/ct-70-anos/assets/pdf/1977-pagina.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

A Gazeta Esportiva, 1969.

HAVELANGE, João. A conversa com Médici. *A Gazeta Esportiva*. Brasília. 21 de outubro de 1969.